

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS MESTRADO/DOCTORADO

(DES)CAMINHOS DA CIDADE: uma descolonização do pensamento sobre a cidade

NINO RAFAEL MEDEIROS KRÜGER

ORIENTADORA: Prof. Dra. Cristine Jaques Ribeiro

Pelotas, 2022

Ficha Catalográfica

K94d Kruger, Nino Rafael Medeiros

(Des) caminhos de cidade: uma descolonização do pensamento sobre a cidade. / Nino Rafael Medeiros Kruger . – Pelotas: UCPEL, 2022.

208 f.

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. - Pelotas, BR-RS, 2022.

Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro.

1. Política social. 2. Casa da Estrada do Engenho. 3. Remoção. 4. Planejamento urbano e regularização fundiária. I. Ribeiro, Cristine Jaques. II. Título.

CDD 360

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

NINO RAFAEL MEDEIROS KRÜGER

(DES)CAMINHOS DA CIDADE: uma descolonização do pensamento sobre a cidade

Linha 3

Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, em nível de doutorado, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor. Área de concentração: Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cristine Jaques Ribeiro

Pelotas, 2022

NINO RAFAEL MEDEIROS KRÜGER

(DES)CAMINHOS DA CIDADE: uma descolonização do pensamento sobre a cidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, em nível de doutorado, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor. Área de concentração: Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais.

Aprovada em: _____ de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Cristine Jaques Ribeiro – PPGPSDH/UCPEL – Orientadora

Prof. Dr. Luiz Antonio Bogo Chies – PPGPSDH/UCPEL

Prof. Dr. Eduardo Rocha – PROGRAU/UFPEL

Prof. Dra. Marcia Bertoldi – PPGD/UFPEL

Dedico aos que lutam e sonham.

AGRADECIMENTOS

Dez anos se passaram desde que iniciei esta jornada. Um período de muitas adversidades, repleto de momentos de solidão e lágrimas. Foi necessário mais que vontade para continuar alimentando a utopia. Ter amigos com quem podia contar e um sonho coletivo foi decisivo!

O olhar de minhas filhas (Anna Paula, Marianna e Isabella Kruger), foi o farol que iluminou cada um de meus passos. O abraço, foi o sol que aqueceu minha alma. As palavras de incentivo, o combustível contra todo desânimo. Por tudo o que vocês são, meu primeiro agradecimento é para vocês, Anna, Mari e Bella.

Não posso esquecer que o compromisso ético, estético e político com uma luta que está além de uma causa foi também determinante para o prosseguimento deste trabalho. Que encara frontalmente os problemas referentes à colonização de nossos sentidos, do sequestro e espoliação da terra. A utilização maniqueísta da ideia de direito e a negação a vida. Tudo feito a partir da relação e convívio com aqueles que sofrem cotidianamente processos violentos de exclusão.

Assim, agradeço à todas e todos que tem se entregado a esta causa, que tem lutado pelo direito de viver, de existir em meio a esse mundo de sombras.

Agradeço a meu pai Aba e a seu filho Jesus, meu salvador. Em sua palavra tenho minhas primeiras referências de resistência e esperança.

Agradeço aos meus pais, Carlos (em memória) e Maria Bernadete, por serem fonte inesgotável de inspiração. Agradeço pelo amor, cuidado e incentivo. Perto ou longe, vocês estão sempre comigo.

Agradeço sobretudo à minha maior incentivadora, minha irmã Caroline Krüger (Carol), ao amigo mais chegado que irmão, meu companheiro de muitas jornadas, meu cunhado, Fabio (Fabinho) e ao nosso tesouro Rael. Vocês me animam, me dão esperança, me fortalecem!

Cris (Cristine Ribeiro), você é sempre mais! Minha amiga, conselheira, companheira de vida, de luta, de esperança! Incentivadora, confidente, orientadora... sem você, nada, nunca, teria acontecido. Devo tudo a você!

Agradeço aos amigos, conselheiros e ajudadores, Camila Moraes e Diônata Garcia; Deisy Jaques (Gabiruzinha); Carla e Adamo Araújo. A vida tem mais cor ao lado de vocês!

Agradeço ao amigo e companheiro de pesquisa, Pablo Rodrigo Barbosa, que me ajudou a tornar esse sonho possível. Sem tua ajuda a Plataforma Brasil teria sido um obstáculo intransponível.

Agradeço a Paula Alquati, por caminhar comigo em um momento difícil dessa jornada. Por compartilhar esperança, afeto, paciência, e cuidado... pelos dias e noites de trabalho.

Agradeço ao professor Fernando (em memória), ao Miro (em memória), ao seu Trimilica (em memória). Gente de coragem e luta, que nunca se curvaram diante das ameaças. Agradeço a Arlinda e ao Fabio, na pessoa deles agradeço a todos(as) outros(as) lutadores(as) que habitam o Corredor da Estrada do Engenho,

Nunca vou esquecer dos companheiros de militância e de vida, Marlon Campos, Pierri Araujo, Samuel Crissandro Ferreira e Rafaela Ghisleni. Carrego vocês comigo em cada passo. Ao lado de vocês tudo é possível!

Agradeço a Flávia, Rodolfo, pessoas maravilhosas, com quem eu estava quando pisei pela primeira vez na Estrada do Engenho. Juntos trabalhamos para organizar a luta, para derrubar muros e construíram pontes.

Agradeço a Gabriela Peglow, pelo suporte e incentivo, pelos anos de convívio e auxílio, por ter me ajudado nos momentos de desesperança e me dar motivos para acreditar (Anna, Mari e Bella).

Agradeço aos companheiros de trabalho, Fábio Perez, Fernando Riveira, Marcos Medeiros, Janderlei Ortiz, Humberto Xavier e Suelen Vieira, por enfrentarem comigo essa luta.

Agradeço aos amigos que constroem o Grupo de Estudo e Pesquisa em questão Agrária Urbana e Ambiental/Observatório dos Conflitos da Cidade pelas maravilhosas discussões que impulsionaram para a qualificação dos estudos.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

Agradeço aos professores Luiz Antônio Chies, Eduardo Rocha, Marcia Bertoldi pela paciência, parceria, por estarem presentes na qualificação e trazerem contribuições essenciais para o desenvolvimento das problematizações presentes nesta tese.

Aos colegas discentes pelos excelentes debates.

Agradeço a CAPES, pois sem bolsa nenhum passo poderia ter sido dado.

Agradeço a todos que torcem, que oram, que acreditam.

Agradeço a Universidade Católica de Pelotas.

Agradeço a Belchior...

Ainda que pareça clichê, “amar e mudar as coisas me interessa mais”.

“A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia
E pela dor eu descobri o poder da alegria
E a certeza de que tenho coisas novas
Coisas novas pra dizer”

Belchior

RESUMO

A presente tese, que nasceu do acompanhamento de grupos expostos a situações de negação de direitos, a comunidade do Corredor da Estrada do Engenho, no município de Pelotas/RS. Parte da análise de uma Ação Civil Pública que exigia a remoção da comunidade para problematizar os processos apresentados enquanto necessários para a proteção da vida e do ambiente, mas que em sua materialidade aprofundam a desproteção e atentam contra a vida. Seguindo da experiência vivida pelo pesquisador durante o trabalho de auxílio técnico a comunidade, se volta para a construção e, ou, reconhecimento de ferramentas que tornem possível o enfrentamento aos instrumentos jurídico e maquinações do poder público. Estratégias reconhecidas como produto da razão que sustenta o projeto de dominação colonial. São utilizadas as ferramentas disponibilizadas pela teoria da colonialidade e pela arqueologia do saber, metodologias que são trabalhadas de forma articulada para análise dos documentos e entrevistas. De maneira que o objeto desta tese são os processos de remoção, planejamento urbano e regularização fundiária, questões apresentadas como interconexas e complementares. Através da revisitação da historiografia na história, são construídos os caminhos para um compreender do que é, ou o que são as cidades, promovendo o debate sobre como se estruturou esse espaço de captura e reprodução de subjetividades coletivas. Procedimentos historicamente desenvolvidos para alargamento do domínio e controle dos corpos no espaço. O trabalho é desenvolvido através de entrevistas e estudos bibliográficos e documentais, assumindo metodologicamente um compromisso com o desenvolvimento de processos analíticos e reflexivos críticos, para compreender situações que ocultam práticas de criminalização e segregação de grupos colocados em situação de vulnerabilidade frente ao Estado. Lança tensão sobre decisões estatais que permitem o aprofundamento da exploração e ampliação das desigualdades, questiona as ciências e seus (re)produtores, bem como as latitudes promotoras da razão colonial, equipamentos que colocam em funcionamento máquinas de operação da morte. Para indicar saídas para o labirinto capitalista colonial moderno, que transforma a política, a economia, o aparato jurídico, e políticas sociais em quimeras epistemicidas.

Palavras-chave: Política Social; Corredor da Estrada do Engenho; Remoção; Planejamento Urbano e Regularização Fundiária; Colonialidade.

ABSTRACT

This thesis, which was born from the follow-up of groups exposed to situations of denial of rights, the community of Corredor da Estrada do Engenho, in the municipality of Pelotas/RS. It starts from the analysis of a Public Civil Action that demanded the removal of the community to problematize the processes presented as necessary for the protection of life and the environment, but which in their materiality deepen the lack of protection and threaten life. Following the experience lived by the researcher during his work as a technical assistant to the community, he turns to the construction and/or recognition of tools that make it possible to face the legal instruments and machinations of the public power. Strategies recognized as a product of the reason that sustains the project of colonial domination. Tools made available by the theory of coloniality and the archeology of knowledge are used, methodologies that are worked on in an articulated way for the analysis of documents and interviews. Therefore, the object of this thesis is the processes of removal, urban planning and land regularization, issues developed as interconnected and complementary. Through the revisitation of historiography in history, ways are built to understand what it is, or what cities are, promoting the debate on how this space of capture and reproduction of collective subjectivities was structured. Procedures historically adopted to extend the domain and control of bodies in space. The work is developed through interviews and bibliographical and documentary studies, methodologically assuming a commitment to the development of critical analytical and reflective processes, to understand situations that hide practices of criminalization and segregation of groups placed in a situation of vulnerability before the State. It puts tension on state decisions that allow the deepening of exploration and reinforcement of inequalities, it questions the sciences and their (re)producers, as well as the latitudes that promote colonial reason, equipment that works in operation, death-operating machines. To indicate exits to the modern colonial capitalist labyrinth, which transforms politics, economics, legal separation, and social policies into epistemic chimeras.

Keywords: Social Policy; Corredor da Estrada do Engenho; Removal; Urban Planning and Land Regularization; Coloniality.

LISTA DE SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AEIS	Área Especial de Interesse Social
APP	Área de Preservação Permanente
APPO	Área de Preservação Permanente Ocupada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Corredor da Estrada do Engenho
CONPLAD	Conselho do Plano Diretor
DOAJ	Directory of Open Access Journals
LATINDEX	Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
MPE	Ministério Público Estadual
PMP	Prefeitura Municipal de Pelotas
PDM	Plano Diretor Municipal
REDALYC	Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
REDIB	Rede Ibero-americana de Inovação e Conhecimento
SANEP	Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação das distintas, mas não excludentes, formas de perceber e interpretar as relações de poder entre Anibal Quijano (2009), e Michel Foucault (2013).....	85
Figura 2. Estrutura de encadeamento dos dispositivos, das dimensões e de seus produtos..	111
Figura 3. Síntese do processo de análise sobre a produção teórica. Error! Bookmark not defined.	
Figura 4. Nuvem de palavras resultante da análise quanto às áreas de produção do conhecimento nas publicações do Norte (A) e Sul global (B).	128
Figura 5. Nuvem de palavras resultante da análise dos termos de pesquisa utilizados para o alcance da produção do conhecimento nas publicações do Sul (A) e Norte global (B).	128
Figura 6. Nuvem de palavras resultante da análise das palavras chave encontradas nas publicações do Sul (A) e Norte global (B).	129
Figura 7. Síntese do processo de análise das entrevistas.	140
Figura 8. Nuvens de palavras resultantes das análises das respostas aos questionários aplicados.	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número de produções nas quais as categorias foram encontradas em intersecção.	110
Quadro 2. Número de produções nas quais as categorias foram encontradas em intersecção nos bancos de dados do Norte e Sul global.	125
Quadro 3. Escritas produzidas a partir do Sul global arquivadas para o aprofundamento das análises.	132
Quadro 4. Escritas produzidas a partir do Norte global tratadas em profundidade.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Divisão temporal e espacial nos países do Sul Global da produção do conhecimento sobre os termos pesquisados.....	130
Gráfico 2. Divisão temporal e espacial nos países do Norte Global da produção do conhecimento sobre os termos pesquisados.	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO: PARA AVANÇAR É PRECISO OLHAR ATRÁS	24
1.1 PRIMEIRO INTERSTÍCIO: O INÍCIO É O MEIO.....	25
1.2 SEGUNDO INTERSTÍCIO: A CIDADE NOS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS	33
1.2.1 Colonialidade: a vida dos monumentos	36
1.2.2 O que pensam os sábios	37
1.3 TERCEIRO INTERSTÍCIO: A LEI DO TEMPO, DO ESPAÇO, DO SABER E DA LINGUAGEM	41
1.4 QUARTO INTERSTÍCIO: RELIGARE	46
1.5 QUINTO INTERSTÍCIO: VERACIDADE: VER-A-CIDADE	53
1.5.1 Linhas de encontro e descontinuidades.....	55
1.5.2 É preciso se livrar dos simulacros contemporâneos	67
1.5.3 As estruturas fundadas e seus desdobramentos.....	71
2. SEGUNDA CONTRIBUIÇÃO: UM OUTRO ROTEIRO CONTRA OS MÉTODOS E O PROGRESSO DA MODERNIDADE	75
2.1 SEXTO INTERSTÍCIO: UM OUTRO TRATADO METODOLÓGICO	77
2.1.1 Aproximações entre a Colonialidade e a Arqueologia do Saber	80
2.2 SÉTIMO INTERSTÍCIO: O INÍCIO COMO MEIO: CAMINHANDO ENTRE OS DISPOSITIVOS NA CIDADE	87
2.3 OITAVO INTERSTÍCIO: APROFUNDAR É PRECISO: O CONHECIMENTO DOS SÁBIOS ACHADO NO CHÃO	104
2.3.1 Uma arqueologia descolonial sobre a sistematização do conhecimento....	104
2.4 NONO INTERSTÍCIO: O “REAL” E SEUS DISPOSITIVOS.....	110
2.4.1 Um caminho, caminhante: estradas metodológicas.....	113
2.4.2 Perplexidade: uma metodologia de espanto.....	118
3. TERCEIRA CONTRIBUIÇÃO: GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E REFINAMENTO DA PESQUISA	125
3.1 DÉCIMO INTERSTÍCIO: REFINAMENTO DAS BUSCAS	125
3.2 DÉCIMO PRIMEIRO INTERSTÍCIO: EPISTEME E REDUPLICAÇÃO : UMA DESCOLONIALIDADE ARQUEOLÓGICA DOS CONCEITOS	136

3.2.1	Análise dos discursos sobre planejamento urbano, remoção e regularização fundiária	139
3.2.1.1	<i>A vida da teoria.....</i>	139
3.2.1.2	<i>Análise interseccional das entrevistas e pesquisa documental</i>	141
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
	REFERÊNCIAS.....	175
	APÊNDICE - A	188
	ANEXO 1 – Imagens do Jornal Diário Popular em 21 de novembro de 2012.....	206

INTRODUÇÃO

A presente escrita é fruto de um longo trabalho de pesquisa, de acompanhamento a grupos expostos a diversas faces da violência estatal, traduzido em luta junto a coletivos que buscam compreender os processos de alargamento da desproteção social, mas não somente. Sua relevância se encontra ainda no fato de expressar o empenho na construção de respostas para problemas cotidianos que assolam aqueles colocados nesta condição. Vulneráveis as estratégias de manipulação do espaço acionadas pela (re)produção e controle dos discursos. Trabalho desenvolvido a partir da intersecção da reflexão teórica entrelaçado a organização de base e observações empíricas sobre as manifestações da questão social. Um esforço que se desenvolve a dez anos. Tempo no qual se refletiu sobre o entendimento de diferentes grupos sobre questões vinculadas à violação ao direito à cidade e à moradia. Sobre estratégias de governo e do mercado. Sobre a manipulação de políticas sociais e de ações jurídicas relacionadas com os temas. Questões que foram objeto de diversas problematizações, resultando em uma gama de inquietantes produções teóricas, reflexões que aproximaram de novos grupos e provocaram ainda maiores perturbações e questionamentos.

A partir dos termos de “regularização fundiária”, “remoção” e “planejamento urbano”, expressões que apontam para um desejo de controle, são problematizados e explorados os processos coloniais de captura, silenciamento e exclusão, que manifestam a negação de direitos para aqueles impossibilitados de resistir a atual estrutura social, política e econômica que lhes é imposta. Questões abordados no texto que você tem em mãos.

Neste chamar-se-ão de contribuições às estruturas dos capítulos, uma vez que se compreende que as mesmas se desenvolvem para trazer subsídios a uma apreensão mais profunda dos fatos relacionados ao desenvolvimento das ideias, hoje cristalizadas sobre os termos que orientam a pesquisa. Do mesmo modo que às seções dentro dos capítulos serão chamadas de interstícios, por se tratar de pequenos espaços entre as partes que auxiliam na formação de um todo.

Na primeira contribuição, são recuperadas as problematizações que impulsionaram a escrita, e as balizas que a orientam. É apresentado o projeto de pesquisa construído junto com a comunidade do Corredor da Estrada do Engenho, bem como a Ação Civil Pública, de modo que se faz a contextualização dos primeiros eventos e inquietações que instigaram este trabalho.

Se discorre sobre as ações dispendidas pelo poder público, chanceladas pelo judiciário, que foram responsáveis pela ampliação dos riscos para esta comunidade do Corredor da Estrada

do Engenho. De modo que se passa a tratar dos meios que até então não haviam sido explorados, mas que permitiram a capilarização dos processos de sequestro para exclusão. As ações/estratégias de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano.

Entendendo que a situação enfrentada não é um fato isolado, uma vez que se aproxima de eventos diversos onde o direito à moradia é colocado em xeque por ações capitaneadas pelos interesses do mercado e executadas pelo Estado. Se faz um rememorar das ideias que estruturam as cidades e o saber considerado legítimo sobre este espaço. Para construção de balizas teóricas necessárias para o aprofundamento do trabalho.

Uma viagem guiada por teóricos e teorias relacionadas a diversos campos de produção do conhecimento/verdade. Através da qual se busca reconhecer e analisar os processos relacionados ao objeto de pesquisa aqui exposto a partir dos discursos produzidos em cada tempo e lugar. Reflexão que se dá, para compressão das raízes do radical destes eventos.

A partir daquilo que é considerada a literatura especializada em cada tempo, recuperam-se os elementos que ajudaram na constituição das formações discursivas que auxiliaram na cristalização de ideias. Destacam-se, as ferramentas e teorias que auxiliaram à emancipação das formas de produção do conhecimento comumente utilizadas nas análises dos processos. Abordagens fragmentárias que se mostraram insuficientes para o trato da complexidade dos eventos.

De modo que, para a ampliação da compreensão destas questões, se inicia a construção de um encontro e conversação entre o tratado metodológico proposto na “Arqueologia do Saber” de Michel Foucault (2008), com a “Teoria da Colonialidade”, trabalhada por Aníbal Quijano (2009). Para o desenvolvimento de ferramentas, que possibilitem o reconhecimento e a compreensão das estruturas responsáveis pela estabilização dos modos de saber, que são comumente evocados por aqueles que são autorizados, ou, tomam para si a autoridade e legitimidade para a produção da “verdade”.

Assim, a partir da ideia de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), tratada como estrutura fundante do modo de produção e validação capitalista se faz a recuperação de algumas ideias produzidas sobre o conceito de cidade, para que se possa compreender como foram instituídas e organizadas as subjetividades que atravessaram latitudes e o tempo, para serem transplantadas sobre cosmologias outras.

São trabalhadas as dinâmicas fundantes de um modo de produção de conhecimento, que passou a estruturar mais do que um caminho para o domínio das relações econômicas sobre as políticas, como tem sido comumente evocado. Mas, para naturalização do domínio dos corpos a partir de conjuntos de regras impostas sobre os territórios. Onde, “regularização fundiária”,

“remoção” e “planejamento urbano” em suas manifestações na cidade, passam a ser vistas como estratégias para o espraiamento de múltiplos processos de dominação.

Para tanto, é construída uma escrita fúngica, que vai ao encontro das tramas que alteram os corpos e do poder que se propaga de forma subterrânea. Mecanismos que alteram na superfície as composições. Sem perder a perspectiva do que importa para esta escrita, a profundidade. De modo que se volta ao reconhecimento das práticas discursivas, ao que é dito, e também, ao não dito. Estratégia para fazer distinção entre os saberes encontrados na regularidade e o assentamento de descontinuidades, que fazem aflorar estratos sobrepostos pelo tempo.

Na segunda contribuição, questiona-se como ocorre a metamorfose da racionalidade instituída a partir dos processos narrados na primeira contribuição. Racionalidade que se alastra à luz do dia, diante e em volta de todos. Racionalidade que envolve, por vezes cega, captura, e leva a agir ainda que involuntariamente contra as crenças mais profundas, contra ideais de luta.

Como que na cidade, a sagacidade pode ser transformada em estupidez, em incapacidade de percepção, ou mesmo, imobilidade frente à percepção de que processos outros possam ser reproduzidos? Situações que se voltam para o domínio, para o controle daqueles com quem se busca andar em aliança para construção de resistências.

Entender como se dão estes processos, como são desenvolvidas as estratégias de captura das subjetividades coletivas não é visto como uma simples tarefa, uma vez que requer um outro nível de compromisso ético, estético e político, com os processos a serem observados e avaliados. Se faz necessária a busca por densidade e profundidade na exploração teórica da problemática sobre a qual se trata, uma vez que se mergulha em águas ainda desconhecidas, mesmo que, aparentemente ou superficialmente, se esteja andando em campo (re)conhecido.

São tratados, então, os processos de planejamento urbano, remoção e regularização fundiária, questões e estratégias interconexas e complementares. Procedimentos historicamente desenvolvidos pelo Estado com amparo do saber acadêmico, mesmo por aqueles que se apresentam enquanto opositores a tais racionalidades e ações.

Apresentam-se as ferramentas metodológicas e os mapas teóricos que foram reposicionados, para possibilitar a criação das aproximações e distanciamentos imprescindíveis ao caminho que se percorre. Se retorna no tempo para compreender as estruturas e reconhecer os fundamentos que possibilitaram o desencadeamento das circunstâncias que a todos envolveram.

Os confrontos necessários à reconstrução de perspectivas teóricas, bem como dos imperativos reflexivos e problematizações que se apresentam aos que tem por objeto ou campo

de estudos/intervenção a cidade, e os múltiplos processos de violação que se dão nessa eira, são abordados a partir do questionamento da ciência e de seus (re)produtores. Do mesmo modo, quanto aos equipamentos que colocam em ação as máquinas de operação da morte que atravessam comunidades e colocam o modelo de cidade que conhecemos e, por vezes, defendemos, em funcionamento.

As latitudes promotoras desta razão e as alternativas apresentadas enquanto válidas para a solução dos problemas sociais que estruturam nossa vida em sociedade, também são atacados. A partir dos termos de “regularização fundiária”, “remoção” e “planejamento urbano”, se problematiza, explora e se busca compreender como que processos coloniais de (re)produção de subjetividades, de captura, silenciamento e negação de direitos têm sido desenvolvidos.

Contra as lentes “neutras” da ciência, se faz a revisitação aa historiografia na história, para compreender o que são as cidades, observando em suas raízes e através de seus rituais, como se estruturou esse espaço de (re)produção de subjetividades.

Nesta contribuição, são recuperados os estudos bibliográficos e documentais, que fundamentaram esta pesquisa. Na qual, se assume política e metodologicamente, um compromisso com o desenvolvimento de processos analíticos e reflexivos críticos. Para que se possa compreender as situações que ocultam práticas de criminalização e segregação de grupos específicos, selecionados previamente, através de marcadores econômicos, políticos e sociais. Para que a experiencia aqui descrita possa contribuir na construção de estratégias para transformação da realidade explorada.

A lente utilizada para a exploração, se ajusta a uma reinvenção de mundos, para o enfrentamento da colonialidade. Sendo assim que se abordaram os documentos visitados e as entrevistas realizadas. Utilizando a arqueologia do saber, para o trato dos sistemas de pensamento e conhecimento, as "epistemes" ou "formações discursivas", científicas ou não, que operam ao nível da subjetividade, moldando a consciência das pessoas, interferindo no uso da linguagem. De modo que se volta para o identificar da ordem interna de organização de saberes apresentados enquanto “verdade”. Frutos de um processo de formação histórica, de organização e transformação do saber.

Na terceira contribuição se passa a capturar os escritos e depurar os conceitos, partindo das pesquisas e apreciações anteriores, que fundamentam o desenvolvimento desta análise. De maneira articulada são tratados os documentos acessados e produzidos. Faz-se separação entre os escritos encontrados nas bases de dados do Norte e Sul global. De maneira que se aprofundam as reflexões, para tratar da influência dos termos sobre a constituição da razão que orienta as ações sobre esse campo de pesquisa.

Apresenta-se, metodologicamente, como a pesquisa foi produzida, quais ferramentas foram utilizadas e, quais bancos de armazenamento foram pesquisados no Norte global e no Sul global. Como a sistematização foi desenvolvida, os termos, suas variáveis e as categorias de refinamento das buscas foram organizadas e tratadas. Refletindo sobre os termos, se problematiza como estes têm sido abordados nas distintas áreas geográficas. O que permite a observação de como tem se dado o desenvolvimento das formulações que moldam as subjetividades coletivas, sustentando as ações.

São brevemente recuperados os caminhos percorridos para a concretização da atual estrutura de organização social, que suporta a emergência do palco sobre o qual tais relações passam a se desenvolver de maneira tutelada. Bem como, a partir da organização das formas de circulação do poder por meio da religião, da política, da evolução das relações de trabalho e do comércio, do controle da economia e da produção do saber, as múltiplas formas de opressão passaram a operar.

Decupando os textos encontrados e depurando os conceitos abordados se resgata a compreensão dos(as) autores(as) trabalhados sobre os processos. Sem perder o horizonte que aponta desde os primórdios às cidades como espaços que vem sofrendo por conta de tramas complexas, quase silenciosas que sobre o tecido se alastram. Tramas produtoras de dinâmicas escalonares que materializam, em diversos níveis, ações violentas de negação, opressão, segregação, exclusão, invisibilização e morte, sobre corpos previamente selecionados. Ações materializadas na cidade, a partir de retóricas (re)produtoras de equipamentos que lhes são próprios. Que forjam operações que atentam contra a vida, através de estratégias capitaneadas por interesses difusos em cada período histórico.

Trabalham-se os documentos que tratam dos conflitos manifestos nas cidades e, são problematizadas as elaborações teóricas sobre a função e a relação da cidade com os processos contemporâneos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano. Trazendo entendimento sobre o lastro que respalda o uso corrente dos mesmos. A instituição de um “ser” e um “saber”, que sustentam práticas de “poder”. Práticas para o domínio sobre os acontecimentos, fabulações fragmentárias, que impedem que sejam percebidas as mecânicas dos jogos. Que apontam para um sonho de cidadania universal irrealizável.

É tratada a colonização da língua no universo de produção científica; a problemática dos territórios vitimados pelo processo de exploração colonial e, as ideias defendidas de desenvolvimento e progresso. Aqui percebidas enquanto articulações, estratégias coloniais de captura, lançadas no horizonte de aspirações daqueles(as) que tem se dedicado a reflexão sobre tais processos.

Por fim, a produção teórica é analisada interseccionada com as entrevistas realizadas. Apontando para a prática da regularização fundiária como tática de conquista das consciências coletivas. Ação que em sua materialidade coloca em funcionamento mecanismos de reativação e restauração de acontecimentos anteriores, e não de descontinuidade e conflito.

Sobre a prática/estratégia de remoção, que impede que os espaços e seus ocupantes se percebam e sejam percebidos enquanto solução. Esta é tratada como razão, estratégia e ação, que gera uma percepção altamente negativa, potencialmente desastrosa sobre os espaços e grupos. Enquanto abre oportunidades diversas para aqueles que buscam controlar a vida no espaço, à custa do desmanche de formas de sociabilidades outras. Enquanto o planejamento urbano, por vezes, abre portas para uma “inclusão” de pequenos grupos na cidade. Entretanto, ou, na maioria dos casos, somente na esfera da discussão sobre os mecanismos, o que é suficiente para fazer com que as pessoas se sintam parte dos processos.

Processos que fundam estratégias híbridas de inclusão excludente, conservando a população sob controle em espaços capturados por tal racionalidade e sua lógica operante.

Nas considerações finais, através da produção de um conhecimento próprio possibilitar a construção de vias de enfrentamento às abordagens percebidas enquanto fragmentárias do todo. Sem a pretensão de se colocar enquanto uma verdade. Mas uma possibilidade para construção de caminhos outros. No reconhecimento dos projetos de sociedade que se confrontam, dos modos de habitar que em oposição materializam a vida na cidade.

Compreender e traduzir, para intervir sobre o cotidiano, desvelando a irrupção da singularidade no espaço e tempo de sua produção, acontecimentos que operam para reativação e projeção da história. Gerando escalonamentos e efeitos permeados por relações de poder que atravessam os indivíduos, os coletivos, e seu territórios. Apresenta-se como os processos de colonização impostos às superadas limitações geográficas continuam operando. Como se reconhecem os conceitos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano. Termos encontrado nas estruturas de teorias basilares para as ações abordadas enquanto epistemicidas. Tratando dos processos de imposição colonial, para denunciar a imposição das verdades únicas, que comumente têm sido reproduzidas e apresentadas, a partir da repetição de dogmas epistemológicos.

Por fim, se mostra como as máquinas de alteração dos territórios que criam as condições para o estabelecimento do controle são colocadas em funcionamento. Articulado o direcionamento do desenvolvimento e condicionando o subdesenvolvimento. Definindo os grupos sentenciados a serem mantidos fora e dentro das cidades. Onde as estratégias/ações de remoção, são compreendidas enquanto prática de expulsão dos indesejados para a manutenção

da “segurança” dos grupos protegidos pela estrutura, para o alargamento dos processos de dominação. A regularização fundiária, é vista enquanto uma regra, um registro, fundado sobre uma concepção de segurança, expressando uma tática de conquista de territórios, mecanismo de (re)ativação e (re)stauração de acontecimentos anteriores. E, o planejamento urbano, serve para organizar e reorganizar as estruturas em todo tempo.

1. PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO: PARA AVANÇAR É PRECISO OLHAR ATRÁS

Essa tese reflete um amplo movimento, construído na busca pela garantia de direitos de grupos colocados em situação de risco pelo Estado. Movimento de encontro, de trabalho, de semeadura de sonhos e colheita de afetos. Processo o qual foi gestado um Observatório de Conflitos da Cidade, que se encontra em desenvolvimento junto ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Espaço também tocado, reconfigurado, transformado pelas elaborações e aprofundamento das relações com grupos diversos. Além de uma ampla gama de produções teóricas publicadas e trabalhos desenvolvidos junto a comunidades e movimentos sociais.

Movimentos reflexivos, de aproximação da academia com comunidades que tem sido vetor de inquietações que levaram na busca por um compreender teórico de conflitos sociais e construção de ações práticas. Tensionamentos sobre processos nos quais o Estado e o mercado vêm atentando contra direitos de grupos colocados em situação de vulnerabilidade frente aos mesmos (KRÜGER, 2020). Violências que provocam o intervir. Que exigem a construção de possibilidades outras, elaborações de soluções concretas. Almejadas e buscadas através da produção de um conhecimento próprio. Em oposição ao que “tem sido correntemente evocado pelos que pretendem reduzir as políticas [...] a meras soluções técnicas”, de maneira que se alinha a um movimento por justiça ambiental, oferecendo contraposição a ideia de “senso comum ecológico” (ACSERLRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 31-39), se voltando à proteção e garantia de direitos.

É assim que o trabalho traduzido em escrita se coloca, para além de um exercício meramente teórico, para possibilitar o desenvolvimento de estratégia de ação. De enfrentamento as abordagens fragmentárias do todo, e do condicionamento das ações que podem se tornar um fim em si mesmas.

1.1 PRIMEIRO INTERSTÍCIO: O INÍCIO É O MEIO

Foi o acompanhamento de grupos expostos a situações de negação de direitos que guiou, então, na busca de um compreender/intervir sobre os acontecimentos vividos, no desenvolvimento de pesquisas que são, ao mesmo, tempo ações práticas, um reflexo às situações que somos todos cotidianamente expostos.

Um fragmento destes trabalhos foi exposto a uma banca examinadora no ano de 2017, quando uma comunidade acompanhada, ameaçada em um processo de remoção, solicitou que nosso trabalho se tornasse em um processo mais amplo. Vindo a se transformar em projeto de dissertação, que foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL. Este serve hoje como baliza para elaboração de mais amplas e profundas reflexões.

Construído junto à comunidade e apresentado enquanto projeto de dissertação, o trabalho intentava compreender, através de uma reflexão crítica, de base teórica marxista, sobre Ação Civil Pública (ACP) nº 022/1.14.0007280-6, como se desenvolviam as relações de produção e apropriação do espaço urbano na cidade de Pelotas/RS. Uma reflexão da qual foi necessário se emancipar, para problematizar questões que naquele momento não haviam sido percebidas, mas que passaram a causar inquietação aos envolvidos no processo que exigia a remoção da comunidade do Corredor da Estrada do Engenho, no município de Pelotas – Rio Grande do Sul.

São recuperadas, neste íterim, algumas questões que permearam esta situação, e o caminho percorrido, para que se possa melhor entender do que se está tratando aqui, bem como as guias que orientam essa escrita. Assim, destacamos que a proposta apresentada no ano de 2017, construída junto com a comunidade do Corredor da Estrada do Engenho, partia da análise da referida ACP, fazendo deste documento uma lente para a problematização de relações entendidas naquele momento enquanto complexas¹, através das quais se desenvolviam intensas disputas, que colocavam a comunidade em destaque, em eminente ataque de seus direitos, sob risco de perda de suas moradias, do acesso ao trabalho e etc.

Problematizava-se uma possível instrumentalização do processo jurídico para o desenvolvimento de ações de negação ao acesso de direitos fundamentais² a uma ampla maioria

¹ A incerteza que incita o pensamento se opondo as formulas que buscam organizar o universo, incluindo observadores a observação (MORIN, 1982).

² Direito à moradia e ao trabalho (KRUGER, 2018).

da população, para a satisfação dos desejos de pequenos grupos vinculados ao mercado construtor. Situação que como se verá, veio a se confirmar.

Questionava-se o fato de que o território em questão, Corredor da Estrada do Eengenho, havia se tornado objeto de interesse do mercado imobiliário (IDEALIZA, 2014), tendo recebido a construção de grandes empreendimentos que transformaram geográfica e morfologicamente a região, resultando em impacto sobre as formas de se pensar o espaço e sobre os grupos há muito sobre ele residentes. Cria-se, assim, uma zona de confluência de múltiplos interesses (FILHO, 2017), colocados em conflito.

Destacava-se naquele momento que dois projetos de sociedade se confrontavam sobre a localidade, dois modos de habitar³ distintos. Projetos civilizacionais em oposição teórica e prática. O primeiro compreendido a partir do conceito de *polis*, trabalhado por Carlos Vainer (2013), enquanto uma perspectiva que aponta para os territórios como sendo espaços de encontros e confrontos que materializam a vida na cidade. Conceito que, ao se relacionar ao território em destaque, possibilitava sua apreensão enquanto espaço de encontro e construção de modos de habitar de trocas com e no ambiente. Onde comunidades originárias, que desenvolviam suas atividades laborais de maneira dependente do território, grupos de pescadores tradicionais que, do mesmo modo, necessitavam do mesmo e grupos que não conseguiam acessar o mercado imobiliário formal, uniam-se criando um espaço de confluência de interesses. Modelo que conflitava com a segunda projeção, representada pelo conceito de *city*, trabalhado pelo mesmo autor e também por Raquel Rolnik (2015). Expressão caracterizada enquanto signo de um projeto voltado à materialização nos espaços de processos de mercantilização e financeirização dos mesmos, de objetificação destes para sua posterior sujeição aos interesses econômicos privados. Processo através do qual se excluem aqueles que foram anteriormente impossibilitados de concorrer neste “mercado de cidades” (VAINER, 2013).

O comprometimento político somado ao conhecimento técnico-operativo, provedor dos instrumentos e métodos interventivos utilizados, deu o lastro necessário para o trabalho sobre o conflito, a partir do aporte teórico-metodológico oferecido pela formação em Serviço Social do pesquisador que escreve. A organização da comunidade e o acompanhamento do grupo de pesquisa no qual se insere, grupo que é vinculado a Universidade Católica de Pelotas, instituição de ensino superior, ajudou a tornar público o debate que passou a ser noticiado através das

³ Relação com o ambiente e no ambiente, ver Lefebvre (2001). “a vida urbana pressupõe encontros e confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 22).

mídias impressas e eletrônicas (COGOY, 2017; MUNARETTO, 2017; COLL, 2017) à remoção da comunidade que habita o território do Corredor da Estrada do Eengenho. Problematizava-se a expansão do mercado imobiliário sobre o território e se destacavam os conflitos e disputas agravados por conta da Ação Civil. Esta, uma ação jurídica movida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra a Prefeitura Municipal de Pelotas, na qual a última é acusada de negligência quanto à fiscalização da ocupação de Área de Preservação Permanente (APP). Nomenclatura a partir da qual o Ministério Público Estadual (MPE) enquadrava o território para exigir a remoção das famílias que ocupam a área, sob a alegação de que a comunidade, para além de ocupar uma APP, causava danos ao meio ambiente⁴ encontrando-se sob risco (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Assim, a pesquisa anterior foi construída e apresentada tentando analisar a realidade exposta a partir do instrumento jurídico - ACP, refletindo sobre o mesmo e problematizando o fato de que este, em sua forma de abordar tal questão, estaria reforçando históricos processos de aprofundamento das desigualdades sócio territoriais, econômicas e políticas sobre a localidade.

De modo que foram recuperados os processos históricos que levaram os grupos habitantes a ocupar o espaço, na busca de compreender a relação que estes mantinham com o meio. Oferecendo subsídios para uma maior apreensão sobre os fatos, investigou-se quais as legislações lhes imputavam crime e que outras se voltavam à proteção de seus direitos. Deste modo, se analisou a ACP na busca de entender como a mesma se relacionava e abordava tais processos. Cimentando os instrumentos, métodos e técnicas que qualificaram as propostas interventivas e trazendo propriedade ao projeto ético-político dos profissionais em Serviço Social (MIOTO; NOGUEIRA, 2009). Entendia-se que, conforme a abordagem feita, o processo jurídico poderia tornar-se um instrumento de criminalização da pobreza, permitindo a prosperidade de um projeto de sociabilidade opressor e espoliador dos mais pobres. Questionamento fundado na compreensão de que tais processos fazem parte de uma estrutura de pavimentação da razão social e politicamente instituída, impositiva de uma “verdade” digna de aceitação universal.

⁴ Conceito usado pelo processo jurídico que expressa a compreensão dicotômica dos representantes do Estado quanto a natureza e sociedade. Nas próximas aparições do termo usaremos o símbolo (<) para representar a diferenciação escalonar produzida por aqueles que desejam atomizar os conceitos para criar perspectivas reducionistas e impor instrumentos/estratégias de controle.

Saber que traz substância, amparo e o vigor necessários à atuação dos envolvidos frente às violências sofridas por grupos colocados em situação de vulnerabilidade, sobre o qual Iamamoto (2000) destaca:

[...] os princípios constantes no Código de Ética [dos assistentes sociais] são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria (IAMAMOTO, 2000, p. 78).

Aporte teórico-metodológico baluarte para apreensão profissional aprofundada dos fatos. Exigindo o distanciamento do “senso comum”, para que se possa encontrar, segundo o rigor exigido para o desenvolvimento de ações “qualificadas”, na imanência entre teoria e prática, lócus do exercício profissional, uma dinâmica de compreender e intervir sobre as especificidades da questão social – expressão das contradições entre capital e trabalho, bem como de seus fenômenos resultantes.

Questionou-se como uma Ação movida por um órgão estatal, “comprometido” com a segurança, manutenção e garantia de direitos para a ampla maioria da população poderia tornar-se um instrumento para a materialização de algo que contraria sua função e finalidade. Ou, ainda, como processos, aparentemente apresentados enquanto necessários para a proteção da vida e do ambiente⁵, ao desassociarem-se das manifestações da questão social e se alinharem à ideia de “comum ecológico” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009), poderiam aprofundar a desproteção, a degradação territorial e socioambiental, atentando contra a vida. Construía-se, assim, um exercício de “perplexidade produtiva⁶” que suscitou o desenvolvimento de análises e práticas transversalizadas⁷ pelos contextos sócio temporais dos quais emergem (SANTOS, 2013), de modo que se impulsionava a construção de estratégias para o enfrentamento aos problemas decorrentes.

O trabalho de auxílio técnico desenvolvido junto à comunidade ameaçada no processo de remoção, resultou em aproximação entre os agentes, que juntos buscaram o desenvolvimento de estratégias para salvaguarda dos direitos. Considerando que

⁵ Ver Henri Acselrad, Mello e Bezerra (2009), O que é justiça ambiental.

⁶ Ver Santos (2013, p. 30 – 35). A perplexidade produtiva nos sugere um enfrentamento aos desafios de modo que estes passem a ser percebidos como possibilidades ou oportunidades de reinvenção. Aponta para uma mudança de postura frente as problemáticas trabalhadas, onde a distância crítica, se torne em proximidade crítica; o compromisso orgânico se transforme em envolvimento livre; e a serenidade autocomplacente em fraternidade e capacidade de espanto.

⁷ Interpenetração ao nível do instituinte, do produtivo, do revolucionário, do criativo (BAREMBLITT, 2002, p. 33).

É na perspectiva relacional que vamos visualizar a questão do objeto profissional, sem perder, portanto, a referência às relações estruturais superestruturais do poder e às suas manifestações concretas nas relações do dia-dia. É com referências às relações de poder que vimos considerando a teoria e a prática do Serviço Social. O poder, em si, é uma relação. Uma relação complexa (FALEIROS, 1999, p. 41).

Questões que conduziram na busca do compreender/traduzir/intervir sobre o cotidiano, a partir dos conflitos vividos (LEFEBVRE, 2001), ou mesmo dos diferentes tipos de acontecimentos⁸, de seus alcances, amplitudes, escalonamentos e efeitos (FOUCAULT, 2014b). Campos permeados por relações de poder que atravessam o cotidiano dos indivíduos e coletivos (FALEIROS, 1999), construindo e/ou reconhecendo as alternativas para superação do atual modelo de sociabilidade que impõe toda uma estrutura fragmentária e opressora para a racionalização das relações.

Isto resultou no desenvolvimento do projeto de pesquisa de mestrado, que apresentado a banca de qualificação, levou seu realizador à indicação para progressão de nível, de mestrado para o doutorado, por conta do potencial identificado no projeto por parte da banca examinadora e do pouco tempo que se teria para sua execução. Fazendo com que a realização do projeto enquanto trabalho acadêmico/científico naquele momento ficasse “comprometida”, tendo de ser adiada, se tornou em um trabalho para obtenção do título de doutor em Política Social e Direitos Humanos. Uma vez que as atividades exigidas ao pesquisador, naquele momento, para obtenção do título de mestre⁹ o obrigaram a seguir outros rumos.

No entanto, o acompanhamento dos eventos, bem como o trabalho de auxílio técnico que era feito junto à comunidade, não foi interrompido, uma vez que a Ação jurídica continuou a correr, exigindo que o trabalho fosse continuado.

Deste modo, duas frentes abriram-se e o trabalho de dissertação seguiu por caminhos outros, sendo concluído sobre uma outra temática¹⁰, um recorte dentro do projeto apresentado. Enquanto as etapas que haviam sido apresentadas no momento de qualificação para prosseguimento de pesquisa de mestrado mantiveram-se sendo cumpridas, ainda que “não”

⁸ O acontecimento é a irrupção de uma singularidade no espaço e tempo de sua produção (FOUCAULT, 2008). O acontecimento produz e constitui a interrogação sobre o que somos, nos “limites contemporâneos do necessário, isto é, para aquilo que não é, ou já não é, indispensável para a constituição de nós mesmos, como sujeitos autônomos”: uma problematização (FOUCAULT, 1988, p. 298). Enquanto signo, pode operar na reativação ou na projeção da história.

⁹ Foram apresentadas duas opções ao pesquisador: 1) progredir para o processo de doutoramento sem a obtenção do título de mestre, aproveitando os créditos já completos e a qualificação; 2) escrever uma dissertação no prazo de três meses e apresentar a banca examinadora, esta deveria contemplar outro tema. No caso de aprovação, seguiria para o doutorado com o título de mestre, mas tendo que desenvolver todas as etapas desde o início.

¹⁰ KRUGER, Nino Rafael Medeiros. O PLANO PERFEITO: da retórica do direito à moradia a planificação do Programa Minha Casa Minha Vida em Pelotas à negação do habitar. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, jun. 2018.

estivesse sendo continuada a pesquisa naquele momento, mas por conta do prosseguimento dos tensionamentos sobre a comunidade do Corredor da Estrada do Eengenho e da Ação jurídica.

Ora, na mediação da relação da comunidade com os grupos de apoiadores que se somaram; ora na busca pela compreensão das medidas tomadas pelo MPE; ora no acompanhamento às ações do poder público local. Para que se pudesse inteirar a comunidade dos fatos ou auxiliar a equipe jurídica que foi organizada, o trabalho seguiu, buscando qualificar as informações para a população sobre o decorrer do processo e das medidas tomadas. Além disso, buscava-se desenvolver estratégias para fazer os enfrentamentos necessários à defesa dos direitos da comunidade e encontrar alternativas às saídas apresentadas pelos agentes públicos.

A cada etapa do processo e diante das dificuldades que se elevavam,urgia a necessidade de se encontrarem soluções que tornassem possível a garantia dos direitos dos moradores ameaçados. Por tanto, mesmo que academicamente o projeto estivesse “paralisado”, as ações continuaram a se desenvolver. E, mesmo impossibilitada a realização da pesquisa naquele momento, o trabalho foi continuado.

Quando retornadas as problematizações para construção de uma tese de doutorado, um amplo caminho havia sido percorrido. Decisões jurídicas anteriormente estabelecidas haviam sido alteradas frente às mobilizações da comunidade, dos estudos e das ações produzidas. Procedimentos que lançaram tensionamento sobre as decisões e fizeram com que estas fossem mudadas.

Conquistas que se colocavam em determinado momento ao nível da utopia, foram então alcançadas e colocaram todos os envolvidos em um outro lugar, exigindo uma maior carga de leitura e maturidade teórica para compreensão aprofundada dos eventos. Um processo que trouxe a certeza de que o conflito iniciado nos anos anteriores, que desencadeou uma série eventos, mesmo diante de um desfecho aparentemente positivo por conta do atendimento parcial às queixas dos moradores, ainda estava longe de ser considerado com um “final feliz”.

As análises anteriores mostraram brechas na ACP que poderiam ou deveriam ser alvo de denúncias no tensionamento para que se evitasse a remoção resultaram em mobilizações e enfrentamentos que foram travados, alcançando-se a alteração dos rumos do processo. Entretanto, as mudanças, em princípio encaradas enquanto conquistas – uma vez que se evitou a remoção da comunidade e se aprovou a manutenção do grupo de moradores sobre o território, como em um efeito boomerang, mesmo sem ainda terem sido totalmente materializadas – voltaram-se contra o território e a comunidade, em uma ação de aprofundamento dos processos de exploração e ampliação das desigualdades relativas, uma vez que ocorreu uma parcial “garantia” de direitos.

Para a manutenção da comunidade sobre o território, o mesmo acabou sendo desregulado enquanto APP (SIMÕES, 2018), através de uma ação que abriu a possibilidade para a tomada do controle total do espaço pelo mercado imobiliário e construtor. A manutenção da comunidade no local fora garantida através de um processo de regularização, que tem se desenvolvido através de sua realocação em área próxima com titulação de propriedade. Processo que não impede a ameaça do mercado sobre a manutenção da comunidade, de sua história, de seu modo de habitar, mas coloca o território como um todo ao seu alcance, uma vez que passa a ser regulado por suas leis.

Movimentos em suas essências imperceptíveis enquanto se produzia tensão sobre a ação jurídica, fizeram necessária a busca pelo aprofundamento no olhar sobre as questões estruturantes do problema anteriormente tratado, voltando-se para questões até então não abordadas, já que não haviam sido percebidas. Questionamento que levou à problematização dos meios não explorados, ou não relacionados, que podem permitir a capilarização do modelo de sociedade atual, bem como suas formas de reconhecer e validar o saber/poder. Forma através da qual são manifestados múltiplos processos de dominação.

Anteriormente se buscou compreender os processos através dos quais o Estado atentava contra direitos sociais de grupos colocados em situação de vulnerabilidade, questões que têm se materializado atendendo aos desejos do mercado, legitimando seu acesso ao território, que passou de área de proteção a área de propriedade privada, o que mantém a população habitante do Corredor da Estrada do Eengenho sob risco. Se volta agora para uma análise sobre estratégias que podem ter sido anteriores, sobre os saberes que fundam as retóricas e lastreiam os instrumentos que possibilitaram tal ação. Desse modo, a pesquisa para elaboração da tese de doutorado, buscou pelas interconexões desapercibidas no processo, suas relações, interação, como elas se nutrem, se estruturam, como foi possível o alicerçamento das estratégias relacionadas à “cultura das entidades públicas” (ACSELRAD, MELLO; BEZERRA, 2009), responsável por um padrão de intervenção tecnicista, insensível às variáveis sociais. Estratégias tratadas enquanto planejadas às sombras, em oculto da razão resistente e que se materializam a partir das intervenções “estatais”.

Desta forma, a pesquisa se voltou para o evidenciar de como os possíveis processos que tendem a naturalização dos conceitos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano, podem servir enquanto instrumentos úteis a reprodução de estruturas epistemicidas. Através da análise de como as ideias sobre a “cidade” formuladas pelos filósofos gregos podem impactar a racionalidade colonial e seu diálogo com a ideia de cidade contemporânea. Investigando a possível relação dos termos de regularização fundiária, remoção e planejamento

urbano entre si e com a cidade. Para identificar se, ou, como, as dimensões estruturantes da teoria da colonialidade influenciam os processos contemporâneos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano. De modo que, se problematiza a produção do conhecimento sobre os termos e a implicação dos agentes promotores dos discursos em diferentes contextos e latitudes. Para refletir e descrever as dinâmicas de operação dos termos e suas possíveis influências na materialização de processos de exclusão. E por fim, provocar ou traduzir respostas para os problemas enfrentados a partir dos postulados descoloniais.

Processo construído através de um lembrar da/na história, sem a intenção de se construir leituras lineares e/ou evolutivas dos processos desencadeados, mas voltando-se aos acidentes, aos fios e engrenagens que os engendram e proporcionam a insurgência de processos de transformação sobre as relações de saber e poder, compreender qual a relação ou influência dos processos e discursos sobre o planejamento urbano ou a falta deste, as ações de regularização fundiária e remoção. Como se estruturam estas questões, como é controlado o desenvolvimento das cidades e o domínio sobre os corpos a partir da relação destes instrumentos/estratégias, uma vez que são percebidos como ferramentas interconexas nos acontecimentos relatados, formas de colocar em funcionamento uma máquina epistêmica colonial (SANTOS, 2013).

Compreender, traduzir, intervir, para construir e/ou reconhecer alternativas não somente para solução do conflito exposto, mas para superação do modelo de sociabilidade que impõe tal estrutura. Deste modo é que se volta para a construção de uma pesquisa transdisciplinar, fundada em questões cotidianas concretas, abordando os conflitos observados de maneira politicamente posicionada, fundamentando-se no exercício de reflexões teóricas para o desenvolvimento de ações práticas. Nutrindo-se de distintas áreas de produção do conhecimento para construção de elaborações que proporcionem uma imersão nas relações de transformação históricas, materiais e imateriais da sociedade (GUATTARI; 1990), ou seja, construir um trabalho que encare as dinâmicas sociais frontalmente, aliançado com os movimentos sociais, com aqueles que lutam, de maneira comprometida com a mudança, um ofício que se encontra na essência do fazer em Serviço Social. Este que talvez tenha sido um dos maiores desafios na empreitada que originou essa escrita.

Um desafio que exigiu que fossem trazidos como base os atributos que amparam a atuação dos profissionais em Serviço Social, pela compreensão de que os mesmos são suficientes somente na indissociabilidade das dimensões ético-política, teórico-metodológicas e técnico-operativas, à luz do Código de Ética da profissão (CFESS, 2012). Documento que expressa em formato de texto o compromisso profissional com a liberdade, autonomia,

emancipação e defesa intransigente dos direitos humanos¹¹ da equidade, democracia e justiça social. Valores que comunicam uma condição singular à profissão, colocada em oposição a todas as formas de opressão e arbitrariedade.

Para tanto, na construção dos caminhos os instrumentos e táticas de pesquisa em diversos momentos precisaram ser repensados, reconfigurados e reposicionados. Para que se pudesse alcançar a profundidade necessária, sem, entretanto, ameaçar as alianças e os compromissos assumidos.

O que faz com que a escrita que você tem em mãos, permeada por estas questões, seja mais que um texto. É um movimento de encontro entre continuidades descontínuas. Não estruturado a partir de uma ideia de linearidade, com um início, meio e fim. O “início” que aqui pode ser encontrado, é uma inquietação, um momento de encontro como muitos outros antes vividos e tantos que ainda iram acontecer. O fim, está em cada decisão tomada, em cada descoberta e frase encerrada. Nas decisões que oportunizaram a abertura para novas realidades, “pontos finais” que exigiram a busca por novos caminhos. Situações que nos levam a um eterno “meio”. Cruzamentos do hoje com o passado, do futuro comprimido com o presente. De histórias e vivências, de histórias vividas com a vida da história.

1.2 SEGUNDO INTERSTÍCIO: A CIDADE NOS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS

O caso exposto no item anterior não é um fato isolado. As cidades brasileiras, seus bairros e comunidades têm sofrido há décadas por conta de tramas complexas que se alastram quase que silenciosamente através de dinâmicas deveras criticadas quando se materializam em ações higienistas sobre as populações. Sofrimento imposto por projetos urbanos excludentes, através de ações que atentam contra o direito à moradia, e por outras situações de violação de direitos, comumente capitaneadas pelos interesses das elites econômicas e executadas pelo Estado (KRÜGER, 2020).

Muitos foram e ainda têm sido os instrumentos utilizados para difusão desta trama, que submete a cidade e todos que se colocam em inter-relação com ela aos ditames da racionalidade capitalística¹². Experimentação fundada sobre a gene do progressismo e desenvolvimentismo

¹¹ Compreende-se que em contextos diversos o discurso sobre a garantia de direitos fora usado como arma política com fins contraditórios. Que o triunfo histórico dos direitos humanos muitas vezes se traduziu em atos coloniais de violência. Ainda assim, se reforça sua defesa pelo fato de que o conceito é utilizado pela categoria enquanto estratégia política para a produção de enfrentamentos e possibilidades de transformação da ordem social vigente.

¹² Sufixo “ístico” acrescido ao termo “capitalista” em concordância com Felix Guattari e Suely Rolnik (1986), para destacar a que o modo de produção capitalista, na linguagem dos autores, Capitalismo Mundial Integrado, é um sistema que se sustenta a partir da produção e reprodução em escala global de subjetividades coletivas.

(ACOSTA; BRAND, 2018), que baliza a estruturação de intervenções com o respaldo das ciências, que se materializam vez por outra através de políticas públicas. Ações historicamente planejadas por castas de detentores do saber, que se alastram, fissurando relações sociais, esfacelando culturas, atravessando e destruindo modos de viver (ACOSTA, 2016).

Processos que, para serem compreendidos, exigem a recuperação de elementos que através do tempo ajudaram na constituição de suas formações. Assim, uma rememoração histórica precisa ser feita, para que se possam reconhecer como os discursos (re)produzidos pelo que é considerada a literatura especializada em cada tempo sobre o tema auxiliaram na cristalização de ideias. Destaca-se, de antemão, que não são rejeitadas as produções teóricas que nos trouxeram até aqui. Entretanto, entende-se que estas precisam ser analisadas e, quando necessário, desestabilizadas, para que se possam reconhecer as continuidades e descontinuidades, os processos de silenciamento e discursos produzidos em sua jornada de materialidade. Desse modo, poderão ser recuperadas as práticas e saberes que foram invisibilizados e o encadeamento lógico da razão (re)conhecida enquanto moderna, para nós, ocidental e eurocêntrica.

Colocam-se assim, algumas balizas necessárias para a orientação quanto ao caminho trilhado. Primeiro, a análise sobre as relações econômicas, financeirizadas ou não, não devem ser excluídas, mas sim aprofundadas. E não se pode continuar a sustentar a submissão simplista de todas as relações ao econômico, bem como a defesa de que o fundamento único de estruturação do modo de produção capitalista seja a propriedade ou a divisão social do trabalho (BALLESTRIN, 2013; SANTOS, 2013). A lógica binária de categorização e o uso de dicotomias hierárquicas são centrais para a razão capitalística e colonial (LUGONES, 2014). A classificação social e até mesmo jurídica sobre espaços e grupos humanos, bem como a elevação de um saber enquanto superior, e até mesmo único, ao qual se deve outorgar validade, questões que se colocam em relação ao conceito de “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), são estruturas tão fundantes do modo de produção e validação capitalista quanto às demais relações. Questões que devem sempre fazer parte das reflexões e da crítica quanto à estrutura que impõe a sujeição da cidade e da vida que nela pulsa.

Desse modo se encontra acordo com a teoria que aponta para a base do modelo atual de relações sociais enquanto estabilizada a partir de um tripé: Saber, Ser e Poder (QUIJANO, 2005). Tripé que sofre uma metamorfose, conforme destaca Enrique Dussel (1993), a partir de 1492 com a invasão e conquista violenta da América. Quando passa a ser instrumentalizado para pavimentação do caminho voltado ao desenvolvimento da racionalidade capitalística, tendo enquanto lócus de produção e reprodução os territórios e seus equipamentos. Se tornando

eixos articuladores da colonialidade, na instituição da ciência ocidental enquanto única a qual se outorgará validade, o ser masculino, branco, heterossexual europeu, classificado enquanto superior. Um saber e um ser, sobre o qual se articulará uma forma muito específica de poder. Um poder escalar, que o permitirá julgar, controlar, dominar (QUIJANO, 2009).

Indo adiante, a recuperação de algumas ideias produzidas sobre o conceito de cidade ajuda a compreender como foram instituídas e organizadas subjetividades transplantadas. Pois, nos últimos dois mil e quinhentos anos, aproximadamente, relatos sobre o que é ou o que deveria ser a cidade vêm sendo elaborados neste e a partir deste espaço. Um trabalho cimentado sobre bases discursivas diversas, servindo para estruturar um saber, produtor de um apreender sobre as dinâmicas sociais. Dinâmicas (re)produzidas para serem abordadas de forma unidirecional, parcelar e excludente (LEFEBVRE, 2001), uma vez que se desenvolvem no sentido de negar e rejeitar outros saberes, outras formas de organização social, de modo que se desdobrando cristaliza uma “dinâmica sistêmica”¹³ (SASSEN, 2016).

Dinâmica fundante de um conhecimento que passou a estruturar mais de um caminho para o domínio das relações econômicas sobre as políticas, mas não sem antes naturalizar o domínio dos corpos a partir de conjuntos de regras impostas sobre os territórios. Colocando em inter-relação níveis diversos de sequestro e exploração, visíveis quando analisados através dos monumentos os conceitos¹⁴ de “regularização fundiária”, “remoção” e “planejamento urbano” em suas manifestações na cidade. Através deles, entram em operação uma estrutura para o espraiamento de múltiplos processos de dominação. Estratégias fundadas na diferenciação escalar do conhecimento, na hierarquização e segregação espacial, social, de gênero, de etnia. Formas para imposição do controle.

Um modelo de classificação que será mantido e difundido, reestruturado nas discontinuidades temporais, repetido por séculos, através da reprodução da atomização e classificação dicotômica de grupos, territórios e conceitos. Modelo que se torna mais evidente quando se analisam os monumentos.

A atomização, a categorização homogênea e separável dos termos balizadores do estudo, reproduzido por abordagens simplistas sobre os mesmos torna-se, então, objeto para o desenvolvimento de problematizações e reflexões, relacionadas às possibilidades de

¹³ Lógica complexa de sujeição a si das instituições políticas, econômicas e grupos sociais em nome de um certo padrão administrativo de crescimento (SASSEN, 2016).

¹⁴ Destacamos aqui que os conceitos nos são úteis por serem observados enquanto estratégia para o romper da nebulosidade que envolve os fatos e organização de nossos dados. Auxiliando para que possamos localizar as relações.

epistemicídio (re)produzidas pela e através da academia, refletindo em processos de negação da vida substanciada muitas vezes por ações estatais.

Como já destacado, tais problematizações são resultados de provocações que surgiram durante o trabalho de acompanhamento e assistência ao conjunto dos moradores do Corredor da Estrada do Eengenho, no município de Pelotas – RS, mas não somente deste. Se entrelaçam as experiências vividas no corpo marginal¹⁵ (FERNANDES, 2007) deste pesquisador e se expandem através das análises dos monumentos e de debates teóricos (PAPALÉO, 1991).

1.2.1 Colonialidade: a vida dos monumentos

Tratar a cidade através dos monumentos é buscar compreender através do estudo bibliográfico e documental, e de entrevistas, como este espaço tem sido tratado, apresentado, representado e até experimentado, não somente hoje, mas ao longo dos séculos. Um trabalho que não pode se dar sem que sejam associadas as dimensões ético-política, teórico-metodológicas e técnico-operativas que cotejam a experimentação, de maneira comprometida com o desenvolvimento de processos analíticos e reflexivos voltados ao entendimento de processos de silenciamento que ocultam práticas de criminalização de grupos específicos. Estratégia para a contribuição com a construção de táticas que impactam sobre a realidade explorada, realizada através de um olhar socialmente comprometido, assentado sobre a produção e reprodução das contradições sociais, de forma politicamente posicionada (BRINGEL; VARELLA, 2016).

Para tanto, foram conectados os instrumentos fundados na experiência sócio territorial e corpórea, que não consiste em um equipamento ou caminho com vistas a um fim, mas em uma possibilidade para construção de caminhos e ferramentas outras. Partindo dos fundamentos da racionalidade ocidental, para desdobrar-se sobre outro horizonte possível de significados, por meio do qual a comunidade em si possa ser percebida enquanto território de regeneração potente, capaz de imprimir transformação sobre o tecido social existente. Com base nos postulados descoloniais¹⁶ (MIGNOLO, 2017), se utilizam lastros que privilegiem a vida em

¹⁵ “O marginal é um homem que se situa na divisa de duas raças, na margem de duas culturas, sem pertencer a nenhuma delas. É o "indivíduo que por meio de migração, educação, casamento ou outras influências deixa um grupo social ou cultura, sem realizar um ajustamento satisfatório a outro, encontrando-se à margem de ambos e não estando integrado em nenhum” (FERNANDES, 2007).

¹⁶ Enquanto o conceito de colonialidade “nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte” (MIGNOLO; OLIVEIRA, 2017, p. 3) “o pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições

detrimento da propriedade, onde encontram-se os meios para se alcançar e conectar outros corpos. Uma estrada de construção de (re)encontros na qual lutadores que desejam fazer enfrentamento aos reducionismos universalizantes dos sujeitos únicos, singularizados e atravessados pelas fissuras colonializantes, unem-se. Para transformar muros em pontes, sem pressupor a reinvenção de práticas teóricas, mas enfrentando as metodologias e teorias prontas, a partir do reconhecimento das práticas cotidianas, resistentes, desenvolvidas pelos agentes de suas histórias.

Outrora a ACP tenha sido alvo de intensa problematização, por conta dos processos de exclusão provocados por esta ao permitir a mercantilização do território, conforme explorado (KRÜGER, 2018) e noticiado (FILHO, 2017; COGOY, 2017; MUNARETTO, 2017; COLL, 2017). Agora, resgatam-se as dinâmicas epistêmicas, não questionadas por serem despercebidas no primeiro momento, mas reconhecidas posteriormente e apreendidas em interconexão. Dinâmicas conectadas para o espraiamento de práticas epistemicidas, uma vez que não somente alteraram modos de vida, mas promoveram a morte em diversas e variadas escalas, que aqui passam a ser problematizadas e desestabilizadas.

1.2.2 O que pensam os sábios

A reflexão para compressão das raízes do radical destes eventos, parte da necessária inflexão sobre as produções teóricas que buscam resgatar ou construir uma história sobre a origem das cidades. Produções que têm apontado para este campo enquanto espaço no qual constructos foram desenvolvidos a partir de longas cadeias conflitivas, nas quais se operou a divisão e categorização dos espaços e grupos dos humanos, associadas fundamentalmente à imposição de formas específicas de poder (SPOSITO, 1988). Estas, responsáveis pela transformação das relações sociais e da função social da terra e do trabalho, incorreram na instrumentalização da noção de propriedade para o domínio e controle em princípio de um universo imaterial¹⁷, carregando em seu lastro os assentamentos e grupos humanos, imbricados nessa dinâmica (COULANGES, 1961).

Movimentos que foram e continuam a ser marcados por relações complexas, nas quais questões religiosas, políticas, sociais e econômicas, de forma engendradas, formaram teias que, uma vez articuladas, passaram a alterar inter-relações coletivas nos e a partir dos territórios.

descoloniais. O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p. 7).

¹⁷ Crenças religiosas através das quais creditava-se a proteção aos deuses domésticos (COULANGES, 1961).

Observando esta trama, estudando a expansão dos territórios, a configuração e reconfiguração dos aglomerados humanos desde a antiguidade, buscando recuperar a história para ressignificar as geografias, Maria Encarnação Sposito (1988) analisou a articulação de uma rede para o sustento de uma sólida estrutura. E sobre esta, a pesquisadora escreveu:

[...] a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (SPOSITO, 1988, p. 11).

A partir de um olhar crítico, voltado à percepção de amplos aspectos da vida, a autora busca narrar e reconstruir processos históricos que impulsionaram mudanças, analisando tais questões de maneira unidirecional. Destacando as transformações no campo exclusivo da economia política, tratadas enquanto responsáveis pela reorganização espaço-temporal dos modos de viver, a partir do desenvolvimento das tecnologias de produção ou forças produtivas. Mudanças capazes de reproduzir impacto sobre as formas de reconhecer e validar conhecimentos. De moldar saberes e padrões, de alterar culturas e subjetividades coletivas, através da codificação das diferenças, com base na atomização e classificação humana, que espalharam modelos de controle fundamentais para o desenvolvimento histórico de padrões de dominação.

Visões de mundo específicas de uma latitude, que foram naturalizadas e mundanizadas para construir uma percepção sobre as diferenças sociais, culturais e políticas que são evidenciadas.

De modo que paulatinamente serão ocultadas as relações de poder enquanto forma, constructo histórico, articulador de uma estrutura nuclear evolucionista e binária. Produtor de um universo intersubjetivo através do qual se instituem e são percebidos padrões instrumentalizados para a transformação da diferença em um aspecto a ser reconhecido de maneira negativa (KRÜGER; MORAES; ARAUJO; COSTA, 2020, p. 553).

Situações decorrentes de múltiplos fatores, relacionados a questões territoriais, associados a relações de poder, que permitiram a codificação binária e linear do “real”. Perspectiva trabalhada por Sposito (1988), e também nos estudos desenvolvidos por Friedrich Engels (1979), publicados no texto “A Origem da Família, da Propriedade e do Estado”, onde são destacadas as transformações históricas ocorridas a partir das mudanças na estrutura das relações de parentesco, metabolizadas para abarcar o desenvolvimento da ideia de propriedade.

Em diálogo, sem a pretensão de cristalizar verdades, as ideias (re)produzidas pelo autor clássico (ENGELS, 1979) e pela pesquisadora contemporânea (SPOSITO, 1988), se

cortejaram. Tal cortejo se deu mesmo que Friedrich Engels (1979), que traz uma reelaboração marxista do modelo analítico introduzido pelo antropólogo Lewis Morgan (1870), não tenha o tema da cidade enquanto seu eixo central. Ao apresentar, segundo a sua concepção, os pressupostos fundantes do atual modelo de produção e organização social, no qual estamos inseridos, o autor traz à tona e problematiza o debate sobre o lastro que sustenta a origem das primeiras cidades, construindo seriações das consideradas, etapas evolutivas das relações socioculturais.

Engels (1979) aborda a gênese de seu modelo de organização e a estrutura de poder que se impõem a partir desta, buscando distinguir as etapas de formação econômico-sociais para construir ordens de sucessão. Para tal, volta-se às formações sociais e econômicas, que definem tipos históricos de sociedade, combinando a alteração dos modos de produção com as transformações na organização da família. De tal modo, destaca ser a origem do atual modelo de família o núcleo base para análise de todas as formas de disposições e transformações históricas implementadas e percebidas.

A família, como núcleo base das transformações percebidas por Engels, nasce de uma comunidade/tribo, dividida em dois grupos que mantinham um livre intercuro sexual entre eles. O matrimônio nessa forma de organização dava-se por grupos de homens e de mulheres sem parceiros fixos. Um período tratado pelo autor enquanto de “promiscuidade correspondente à passagem da animalidade à humanidade” (ENGELS, 1979, p.48), sendo essa a primeira etapa da família, que Engels denominará de consanguínea. Dela se desdobrará o que se considera a primeira “evolução”, da qual surge a família punaluana. Neste modelo, se excluem os “pais e os filhos das relações sexuais recíprocas” (ENGELS, 1979, p. 51), e em seguida se excluem os irmãos. Segundo o autor, uma tentativa instintiva de se impedir o incesto, mas que possibilita a ascensão de classes entre os grupos ou famílias, que passam a se diferenciar.

Neste período, não datado, ocorre o estabelecimento destes grupos em territórios fixos, o que lhes permite a produção e acúmulo de alguns bens. Deste processo surge uma terceira etapa, na qual aparece a família sindiásmica, modelo de organização familiar onde as regras quanto ao intercuro sexual alteram-se no sentido de os homens e mulheres terem um parceiro principal. Etapa de desenvolvimento em que os grupos já se encontram fixados em assentamentos e a produção de bens se multiplica.

Por conta de ser mantida em tal estrutura o modelo de direito abordado enquanto “*gens materna*”, todos os bens duráveis – ferramentas e equipamentos necessários à reprodução da vida, em caso de morte dos homens, retornavam às suas mães. O passo “evolutivo” que se

segue, é o da instituição da família monogâmica, segundo o autor, decisivo para o modelo de civilização (ENGELS, 1979).

Para os estudos de Engels (1979), o avanço a esse último degrau se dá então na intenção de romper com a estrutura matriarcal anterior (*gens materna*) e impor o modelo patriarcal, uma vez que o livre intercuro sexual não permitia aos homens reconhecerem quem eram seus descendentes. Assim, impõe-se a monogamia sobre os corpos femininos no intuito de que se pudesse garantir aos homens o reconhecimento da paternidade e permitir que a propriedade pudesse então ser transferida à sua descendência.

Uma vez estruturado tal modelo de família, que possibilitava a manutenção da propriedade dentro de uma estrutura, era necessário que se desenvolvesse uma organização social que legitimasse o processo e o lugar em que tais relações se desenvolveriam sob sua tutela, desenvolvendo-se assim o Estado e seu campo de domínio e ação, a cidade. Produtos de um mesmo ciclo de movimento e transformação.

Sobre o tratado metodológico utilizado por Engels (1979), é importante recuperar o apontado por Darcy Ribeiro (1975), uma vez que esta experiência poderá ser observada nas formas de abordagem de diversos(as) outros(as) autores(as).

Ribeiro (1975) aborda tal perspectiva como fundada em uma “teoria global explicativa do processo histórico” (RIBEIRO, 1975, p. 2). Uma estratégia comumente utilizada para o desenvolvimento de análises de fases evolutivas e de processos “universais” de transformações econômicas, culturais e sociais, utilizada por cientistas de “perfil acadêmico, mesmo quando negam a possibilidade de estabelecer sequências evolutivas” (RIBEIRO, 1975, p. 2). Abordagem que se encontra no foco das análises de transição dos sistemas escravagistas, feudalistas, capitalistas e socialistas. Ou ainda, quando se tratam de reproduzir as fases evolutivas sob o prisma das revoluções agrícola, mercantil, industrial e etc. Metodologia que por seu excesso de reprodução deve se tornar objeto de atenção.

Retorna-se à geógrafa Maria Sposito (1988), que trabalha na mesma perspectiva de Engels (1979), propondo-se a desenvolver reflexões para compreensão da formação das cidades. Sposito (1988), aponta para um período datado entre os séculos dezoito e treze a.C., onde do desenvolvimento de tecnologias produzidas para o controle da natureza e proteção dos grupos humanos, surgem na mesopotâmia as primeiras cidades.

Espaço onde são identificadas as primeiras estruturas e instituições¹⁸ transportadas no tempo e implantadas sobre diferentes tecidos para o arranjo do modelo e organização das

¹⁸ Estruturas físicas ou não de poder: templos religiosos; edifícios comerciais; prédios administrativos; arranjos burocráticos etc.

cidades. Sem problematizar o percurso relatado por Engels (1979), Sposito (1988) atém-se à organização dos centros de comércio, templos religiosos, instituição de órgãos administrativos, oficinas e etc. Destaca o desenvolvimento da escrita, da arquitetura e de toda estrutura burocrática que possibilita a formulação das leis que fundamentam uma ideia de reorganização social. Reorganização sistematizada no século V, a.C., na *polis* – cidade grega, que atravessa a *civitas* – cidade romana, e é lançada sobre a *city*, o modelo reconhecido enquanto contemporâneo de cidade. Não somente por ela, mas também por Raquel Rolnik (2015), Carlos Vainer (2013), entre outros(as).

Estruturas que se fundam e são consolidadas através de processos de divisão e categorização dos grupos humanos, bem como de seus espaços de inter-relação. Uma separação atômica de temporalidades, de espacialidades e também de conceitos, engendrados para construção de uma máquina produtora de leituras contínuas, de racionalidades sobre o desenvolvimento dos modelos de organização que se impõem sobre a ideia de comunidade, projetando um modelo de sociedade. Separações e engendramentos que, em princípio, apontam para a construção de modelos mais seguros para o desenvolvimento da vida humana, a partir da superação de estruturas que seriam incapazes de garanti-las.

A ideia de “comum-idade” é superada, absorvida pela ideia de sociedade. Uma estrutura que apresenta um modelo de unidade por associação. Modelo transplantado e imposto de forma violenta sobre outras culturas, sociabilidades e cosmologias, impactando no obscurecimento de imaginários, produzindo leituras incompletas das relações sociais, solidificando uma “verdade” e um caminho para alcançá-la. O caminho da evolução, do progresso e da modernização.

1.3 TERCEIRO INTERSTÍCIO: A LEI DO TEMPO, DO ESPAÇO, DO SABER E DA LINGUAGEM

É pelo entendimento de que o fazer arqueológico (FOUCAULT, 2001) constrói-se a partir de análises documentais voltadas a individualização das formações discursivas e que os documentos são objetos percebidos como monumentos a serem observados, que se busca considerar como que conjuntos de acontecimentos podem continuar a funcionar e se transformar na história, gerando possibilidades de surgimento para outros discursos. Assim, observa-se como o jornalista e literário crítico social, Lima Barreto, pode auxiliar na compreensão e avanço sobre esses processos.

Em sua obra “O triste fim de Policarpo Quaresma” (1997), Barreto narra a história de um militar republicano apaixonado por sua terra, que busca, sem êxito, romper com a razão (re)produtora de modos de existir, de formas de habitar, de determinações não evidentes (FOUCAULT, 2002), que sobre a população brasileira eram impostas ainda no início do século XX. O personagem central de sua crônica – Policarpo Quaresma, volta-se aos estudos de uma cultura há muito esquecida, na tentativa de rememorar aspectos e signos característicos dos povos originários, os saberes, a linguagem etc. Na intenção de recuperá-los para, através destes, construir uma identidade nacional fundada em princípios éticos que refletissem a grandeza do país. Assim, a narrativa de Barreto (1997) explora as frustrações e o vilipêndio do qual seu personagem torna-se objeto ao aventurar-se nessa jornada.

Em um primeiro momento, enquanto estratégia para se construir tal caminho, Quaresma sugere a tomada de medidas legais para a recuperação desta cultura e da língua dos povos originários. Em um segundo momento, é satirizado quando receita ao Estado que adote medidas para a proteção dos trabalhadores rurais. Por fim, frente a um jogo de aparências, reduplicado e repetido diversas vezes, o personagem é levado à prisão e condenado à morte, por tentar se impor diante do regime reprodutor da sociabilidade oriunda de outras latitudes e denunciar as violências por ele reproduzidas.

Apresentadas de maneira crítica, as arditos tramas através das quais eram possíveis as ascensões dentro da estrutura social são expostas, bem como o castigo separado para aqueles que contra tais maquinações, se insurgem. Assim, Barreto questiona as ideias produzidas e socialmente disseminadas quanto ao modelo de organização social vigente, levando seu personagem ao reconhecimento em vista da morte que tais ideias haviam nascido “da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-las” (BARRETO, 1997, p. 106).

Uma perspectiva retirada das páginas de “A cidade antiga” de Fustel de Coulanges (1961), que nos instiga a repensar o presente a partir da narrativa de Barreto (1997), sobre as vicissitudes da vida de seu personagem, que busca transformar seu meio, sem contar com o fato de que haveria por se deparar com interesses e jogos de poder que escapavam de sua compreensão.

Os simples questionamentos de Quaresma, que tanto alvoroço provocam na crônica, rondam-nos até os dias de hoje. Afinal, por que de tanta miséria? Quais interesses ocultavam-se no fato de o governo distribuir tantas terras a estrangeiros e não tratar do mesmo modo os patrícios? “Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?” (BARRETO, 1997, p. 98).

Questionamentos que não ficaram perdidos ao vento, ainda que o personagem e o próprio autor tenham sido vitimados por uma sociedade que para eles não reservou lugar, senão entre os loucos. Hoje reconhecido, em seu tempo Lima Barreto fora ignorado. O som, a melodia de suas palavras, no entanto, encontram abrigo na dança daqueles que se recusam a considerar os métodos e a moral da modernidade um progresso.

Assim, atestamos que ainda que em parte, seguimos os caminhos trilhados e denunciados pela escrita de Barreto, ao propormos, mais de um século mais tarde, que seja produzido um processo de reflexão teórica a partir de termos que margeiam sua crítica. Questionando a implicação das ciências fruto da modernidade colonial, na imposição de um modelo de sociedade no qual habitamos territórios fragmentados, cidades artificiais, racialmente atravessadas por máquinas de operação da morte sobre as comunidades, para que a cidade funcione? Funcionando sobre o estrado da dialética do privilégio e opressão, gerada distante de nossas latitudes. Esse modelo, esse estrado, essa “realidade”, seria capaz de apresentar alternativas válidas para a solução dos problemas sociais que estruturam a vida em sociedade? Ou seria essa ciência, e sua verdade, a reprodutora de espacialidades, racionalidades, territorialidades que sobre nós se impõem, na busca de capturar-nos para lhe servir? Na imposição e mesmo na mediação feita, pela ou através de sua estrutura, seria possível a construção de relações outras que tornassem possível o restabelecer de laços comunitários?

O trabalho, a partir dos termos de “regularização fundiária”, “remoção” e “planejamento urbano”, vistos enquanto estratégias sócio-políticas e econômicas, monumentos que materializam ações de Estado e mercado em relação, se desenvolve na compreensão de que através destes ocorrem processos de negação a direitos humanos e sociais fundamentais, gerando o apagamento de modos de existir diversos e incorrendo em práticas de morte. Portanto, é problematizado, explorado e se busca entender como os processos narrados na introdução e encontrados de maneira detalhada no apêndice “A”, têm se desenvolvido, e se estes estão sendo produzidos e reproduzidos historicamente. Para que se possa compreender em profundidade de que forma o não percebido, mas vivido, tem se desdobrado sobre territórios e formas cognitivas. Atravessando o tempo e o espaço. Na escrita técnica, como no caso dos teóricos que tem sido abordado e dos que ainda serão. Bem como, na pena literária das páginas de Barreto.

Quais forças ocultas poderiam determinar a validade de um dado discurso? Seria possível que a partir de determinados sujeitos privilegiados que “verdades” possam se proliferar indefinidamente? Quais seriam os perigos camuflados, ou não, por essas “verdades”? Onde estaria o perigo de sua reprodução? Quem seria capaz de sustentá-lo?

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014a. p. 8, 9).

Através do discurso, prática que se relaciona ao desejo e ao poder, pode-se controlar o poder e dominar os acontecimentos, uma vez que este se torna em objeto de desejo e poder do qual se quer apoderar. Quem pode falar? É certo que existe na sociedade uma rejeição e separação sobre aqueles que falam. Uma exclusão que pode ser percebida quando analisamos a obra de Lima Barreto, quando olhamos para seu personagem, quando refletimos sobre o fim determinado a eles. Ignorados, tratados como loucos, rejeitados por não suportarem a “verdade” ou a “justiça”, pelas instituições que os reprimiram (BARRETO, 2010). Do mesmo modo como se percebe tal situação na necessidade da comunidade do Corredor da Estrada do Eengenho de ter um acompanhamento por parte dos grupos vinculados a instituições de ensino superior.

São articulações balizadas pelas formas de classificação técnica desenvolvidas entre os séculos XVI e XVII, na Europa, onde, a partir da “vontade de saber”, determinaram-se planos sobre os quais se deveriam andar para serem revestidos de autoridade os produtores de conhecimento. Estes, reconfigurados nos séculos XIX e XX pela constituição de uma “vontade de verdade”, ritualizada na contraposição, distinção e mesmo pela manutenção a partir da repetição das formas de classificação que foram estabilizadas sobre as estruturas fundadas pelos sábios gregos dos séculos V e IV a.C. Amparada pela ciência, instituída enquanto forma de reconhecer a verdade pela modernidade (FOUCAULT, 2008).

Dos mecanismos de segurança, saberes constitutivos de tal racionalidade, sua arte para governar, até as estratégias de organização política do Estado e organização da racionalidade com impacto sobre as formas de experienciar as relações sociais, políticas e econômicas, como no caso anteriormente exposto do Corredor da Estrada do Eengenho, tornam o desenvolvimento das articulações quase que imperceptíveis aos agentes que buscam através da garantia de direitos tornar possível a produção de outros mundos. Uma vez que tais mecanismos são vetores de materialização dos intentos de grupos que tomam para si o poder, pela arte de controlar os discursos, colocando em risco a vida em comunidade, mesmo frente a uma aparente superação dos ardis impostos pela sociabilidade capitalista (VAINER, 2013). Ou, mesmo nos termos propostos por Barreto, qual a força que aparentemente oculta é a responsável pelo “Triste Fim de Policarpo Quaresma”? (BARRETO, 1997).

Atentamos para o fato de que muitos têm sido os(as) pesquisadores(as) e escritores(as) que têm desenvolvido trabalhos sobre o tema explorado. Tantos mais, os que têm se voltado ao trato dos conceitos que se tornaram em balizas para esta pesquisa e escrita. Do mesmo modo

como muitos são aqueles(as) que por variados motivos têm buscado rememorar e compreender na história e na filosofia o que são as cidades. Alguns na tentativa de afirmar perspectivas teóricas, outros buscando compreender e até explicar o impacto das discontinuidades, de mecanismos e estruturas econômicas, religiosas e políticas na ressignificação dos modos de vida. Outros querendo denunciar ou construir narrativas diferentes sobre o desenvolvimento das transformações sociais operacionalizadas sobre este tecido.

Ir contra as lentes “neutras” da ciência, apresenta-se, então, como uma busca pela construção de uma abordagem que possibilite enxergar como ocorre a materialização na cidade de processos epistemicidas, que tendem à concretização de práticas de morte, tendo enquanto foco as estratégias de planejamento urbano, regularização fundiária e remoção. Entende-se que é fato inegável que a cidade, sua tessitura e quimera, despertam a curiosidade de pesquisadores(as) das mais variadas áreas de produção do saber, pois este campo é objeto de observação científica amplamente trabalhado de antropólogos a geógrafos, de historiadores a profissionais da saúde, de urbanistas até sociólogos e assistentes sociais. Cada um(a) com uma visão, uma compreensão, uma forma de explorar, refletir, representar e apresentar as cidades. No tempo e no espaço, através do uso da linguagem e imposição de poder. Quais as aproximações entre as abordagens? Comungam de práticas voltadas a tentativas de silenciamento?

A proposta não é de esgotar o tema ou campo de análise, mesmo porque não se acredita ser possível tal feito, uma vez que estes, como as ciências, continuam em permanente transformação. Entretanto, a partir da exploração do número máximo de trabalhos que se relacionem com termos, intenta-se compreender para ressignificar o olhar sobre a vida e o espaço, a partir da utilização de diferentes, mas complementares, ferramentas de pesquisa, através das quais se transita entre áreas e perspectivas. Para entender e relatar como uma estrutura e seus dispositivos podem estar a serviço da manutenção de uma dinâmica desenvolvida para garantir exclusividades para pequenos grupos à custa da vida de muitos outros, fazendo-se valer de um imaginário sobre as ciências, produzido e disseminado por grupos relacionados a determinados segmentos da sociedade, que se apoiam historicamente nas instituições legitimadas para a produção de verdades, entre as quais são dignas de destaque as de ensino superior.

Para se alcançar na profundidade a solidez necessária para a identificação de respostas aos questionamentos provocados, são explorados a seguir uma gama de produções teóricas que tratam da origem das cidades, onde se faz a identificação dos fundamentos que apontam para a necessidade do desenvolvimento desta experiência. Estas, serão somadas aos demais estudos

bibliográficos onde são tratados os conceitos que balizam a pesquisa e entrevistas feitas. Reflexões encontradas nas contribuições seguintes.

Por ora, cabe destacar que, o prosseguimento das reflexões se dará a partir da construção de uma escrita fúngica, que busca se expandir e propagar, alcançando e preenchendo espaços ainda não transitados. Indo ao encontro das “tramas que alteram os corpos”¹⁹ do poder que se propaga de forma “subterrânea”²⁰ e altera na superfície as composições, transformando-as. Sem se perder de nossa perspectiva, já que o que nos importa é a profundidade, para o reconhecimento das práticas discursivas, bem como dos atos materiais, do que é dito. Assim, fazendo um isolamento das “verdades” consolidadas, voltar-nos-emos ao que é dito. Para distinguir saberes viventes na regularidade e o assentamento de descontinuidades, a emergência e apagamento de acomodações das subjetividades e da objetividade social expressa nos saberes que fazem aflorar estratos sobrepostos pelo tempo. Desse modo, é que se continuará as análises no interstício a seguir.

1.4 QUARTO INTERSTÍCIO: RELIGARE

Os estudos e considerações do citado por Lima Barreto (1997), Fustel de Coulanges (1961), historiador positivista francês e autor de uma das mais visitadas obras sobre a origem das cidades, aponta para crenças antigas que ordenavam aos homens honrar seus antepassados. Daí advém o culto aos antepassados, que reuniu a família ao redor de um altar.

Daí a primeira religião, as primeiras orações, a primeira ideia do dever, e a primeira moral; daí também a propriedade estabelecida, a ordem de sucessão fixada. Daí enfim, todo o direito privado, e todas as regras da organização doméstica. Depois essa crença progrediu, acompanhada pela sociedade. À medida que os homens sentem que têm divindades comuns, unem-se em grupos mais amplos. As mesmas regras, encontradas e estabelecidas na família, aplicam-se sucessivamente à fratria, à tribo, à cidade (COULANGES, 1961, p. 116).

De antemão vale destacar que, para os três autores citados anteriormente bem como os do presente item que procuraremos relacionar (SPOSITO, 1988; ENGELS, 1979; COULANGES, 1961), pesquisadores(as) e escritores(as) que trabalham sobre distintas

¹⁹ As “tramas que alteram os corpos” são os jogos de poder materializados na cidade, que fazem desta um símbolo de poder para controle dos corpos. Controlar a cidade é controlar o poder, é decidir quem deve morrer e a quem a dívida da vida será guardada (SENNETT, 2016).

²⁰ Saskia Sassen (2016) utiliza o termo “subterrâneo” para abordar de forma crítica tanto situações conceitualmente subterrâneas quanto formas de organização do conhecimento sobre saberes diversos. Problematizando questões apresentadas na atualidade enquanto novidade, mas que não passam de uma forma atualizada de antigas dificuldades não superadas.

perspectivas teóricas – dialética marxista x funcionalismo de Comte²¹, valem os mesmos princípios e regras que orientaram a sociedade grega e romana. Grupos estes abordados enquanto oriundos de uma mesma raiz. Povos que têm para além do idioma em comum, também instituições, originárias de um mesmo tronco. Configurado, como nos apresenta a anterior citação, a partir de um conjunto de crenças que estabeleceu uma ordenação social e de regras que guiaram o modelo instituído por esses povos. Grupos formados a partir da união de povos com culturas complexas e distintas, sobre os quais houve assimilação a partir da imposição de “novas” formas de organização social, que acabaram por resultar em um processo de silenciamento histórico das culturas e dos arranjos diferentes encontrados no mesmo período e daqueles do mesmo tronco, mas anteriores.

No período compreendido enquanto neolítico grego, que é marcado pelas invasões dóricas, é que se institui um processo de reorganização social fundado pela conquista, apropriação e expulsão de diferentes povos e culturas, processos que estruturarão princípios e fundamentos para civilização grega, primeiramente, e romana, no advento das invasões helênicas, quando se dissemina uma visão unificada da cultura grega, que será responsável pela fundação de Roma. Esta questão é recuperada por Jean-Pierre Vernant (1984).

Tal destaque se entende necessário neste contexto pelo fato de que entre as culturas que sofreram com os processos de esfacelamento e silenciamento encontra-se a dos Anatólios, povo pré-existente que mantinha um modelo sacerdotal feminino com práticas de cuidado e sacralização da mãe terra (VERNANT, 1984). Cultura que se aproxima do que é destacado por Engels (1979), ao tratar do modelo de organização social de *gens materna*, destruído com a superação do modelo de organização apontado pelo autor enquanto sindiásmica para imposição da estrutura monogâmica da qual se dependia para instituição de um modelo de propriedade.

Relações ocultadas na estruturação de um modelo de sociedade organizado sobre preceitos patriarcais, que se voltam à perpetuação do sacerdócio masculino, com vistas à organização de um sistema de propriedade. Instituição desenvolvida a partir de uma ideia de família que serve de modelo de associação e torna possível a formação em seu lastro das cidades, perpassando a instituição dos corpos e os espaços através dos quais se manifestarão o poder e as regras que definem o direito de propriedade e sucessão.

Para o historiador positivista francês, Fustel de Coulanges, que elaborou suas reflexões no século XIX, será da religião que a cidade tirará seus costumes, suas regras, seus princípios e suas estruturas de poder, “em uma antiguidade que escapa às datas [...] se formaram as crenças

²¹ Filósofo francês que formulou a doutrina do Positivismo.

e se estabeleceram e prepararam as instituições” (COULANGES, 1961, p. 9). Dentre elas a crença de que os mortos permaneciam entre os vivos e precisavam de que suas necessidades se mantivessem supridas, como a do alimento, do repouso e até mesmo da companhia, mas guardando o *status* de deuses agora, com poder de abençoar e punir.

Para garantir sua proteção é que os primeiros ritos, libações e oferendas serão feitos. No culto aos entes próximos mortos eram sacrificados desde animais, para os acompanhar em suas “novas jornadas”, até seres humanos, para os servir. Tais ritos necessitavam de um lugar para sua realização, e este lugar era onde o ente fora enterrado, de modo que as famílias se fixavam nos espaços onde repousariam seus mortos, estes que se tornavam seus deuses domésticos. Protetores que os abençoariam e que também poderiam amaldiçoá-los. Trariam segurança ou castigo, conforme o cumprimento das obrigações de seus familiares.

Cada família possuía, desse modo, deuses próprios, e a eles prestavam culto. Estes protetores, benfeitores, eram então chamados de demônios, heróis ou lares e deveriam ter um lugar consagrado, um território de ação, onde não poderiam se encontrar com os deuses de outras famílias. Para tanto, erguiam-se muros que separavam as propriedades, daí a ideia de “lar”, casa. Um espaço privado que deveria ser mantido na família para perpetuação do culto. Desse modo, para Coulanges, (1961), desdobra-se o regime de propriedade e sucessão. Surge também a figura do sacerdote, que seria responsável pelas preces, oferendas e cuidado aos lares. Este chefe da casa se encarrega então do desempenhar de tais tarefas. Cuidar do culto aos deuses domésticos, fazer sacrifícios, oferecer oferendas, e manter o altar organizado, com uma chama continuamente acesa, a lareira.

O autor ainda destaca que a crença nesse período também repousava sobre a ideia de que o poder reprodutor pertencia unicamente ao sacerdote, o possuidor da centelha da vida, aquele que era responsável pelo culto doméstico. E este o passava para os filhos homens, tornando as mulheres completamente dependentes do pai ou do marido para participar dos ritos.

A ideia quanto aos corpos masculinos serem possuidores da centelha da vida derivava de antigas crenças sumérias quanto ao calor corporal (SENNETT, 2016; COULANGES, 1961). Estes foram os primeiros povos a se utilizarem de tal lógica para diferenciação social. Sendo seguidos pelos egípcios e posteriormente pelos gregos, que refinam as ideias a partir das práticas médicas, apontando para o macho enquanto dotado do princípio do movimento e da geração, por possuírem o esperma, considerado o sangue fervente e criador. Enquanto as mulheres eram descritas como passivas, frias, frágeis e líquidas, menos encorpadas que os homens, possuidoras de sangue frio – o sangue menstrual.

Uma razão amplamente aceita por cerca de dois mil anos, tratada enquanto verdade científica que sobrevive ao renascimento, sendo superada somente no século XVII (SENNETT, 2016). Uma estrutura que impunha uma escala hierárquica ascendente de valores, com variação entre o “frio” dos corpos femininos e o “quente” dos corpos masculinos, do “inferior” ao “superior”. A honra e a vergonha derivavam nesta estrutura do modo como se entendia a fisiologia. Quadro reproduzido na cidade grega, onde os escravizados, impedidos de falar, são percebidos enquanto embotados de frio e inferior.

Expressões como “palavras quentes” e “o calor do debate” expressas por Platão, eram interpretadas de maneira literal, não metafóricas. (PLATÃO, 2002). Situação com consequência sobre questões importantes, que não recebem tratamento pelos autores que tratam dos modelos de organização que são rompidos ou estabelecidos para a estruturação das cidades antigas, mas que se fazem presente no silenciamento reproduzido pelas escritas, quando observado os desdobramentos destas sobre a reprodução nos processos históricos seguintes.

Pode ser destacada neste íterim a instituição da ideia de ser o homem responsável pelas relações externas à casa, fortalecendo o processo de subalternização dos corpos das mulheres, que eram impedidas de prestar culto. Processo do qual desdobra-se a constituição do direito privado e transferência de propriedade entre os homens. Um período de organização e instituição do patriarcado, em que, a um nível da função, passa a se desenvolver a transferência do saber, por meio dos ritos que materializam o poder entre os homens. Momento de fundamentação da noção de organização e de planejamento relacionados primeiramente à casa, por ser necessária à imposição e manutenção de linhas de sucessão. Não por afeto, mas por poder.

Estabelece-se ainda um modelo de relações de troca com ausência de fidelidade, pois, uma vez que não fossem servidos, os deuses poderiam causar danos à família e assim pressupunha-se que esses pudessem ser atraídos e conquistados por outros grupos. Relações que moldam a razão de estrutura social a ser implantada. Tanto para Coulanges (1961) quanto para Engels (1979), as cidades surgirão pela divisão social ocorrida nas antigas instituições comunitárias, desenvolvendo um novo modelo de organização – famílias, que buscarão construir laços de associação para segurança e manutenção da propriedade, não pelo simples crescimento das famílias.

Para Coulanges, é a partir do “culto que constituiu o vínculo [de uma] nova associação [...] para formar a cidade” (COULANGES, 1961, p. 111), em que a religião, objeto de discórdia, é também o elo de unidade e fortalecimento da autoridade e comando sobre a conduta dos

homens. A família, por sua vez, é a base política onde se encontra a moral que institui da ideia de sociedade civil.

Da religião doméstica, privada, que tomava seus deuses da alma humana, é que se desdobra uma forma de culto, fundada nos elementos da natureza física. Novos deuses, em princípio tratados enquanto divindades domésticas, à medida em que as famílias passam a adquirir prestígio, tornando-se prósperas, despertam o desejo de outras famílias que, sem abandonar seus deuses, passam a adotar e render culto a esses outros. Na união e aliança entre esses diferentes grupos é que a cidade passará a existir, reproduzindo em maior escala todos os processos até aqui narrados.

Para Coulanges (1961), as cidades serão então fundadas a partir da associação de grupos que buscam proteção, fortalecimento e prosperidade naquelas famílias cujos deuses serão considerados mais poderosos. Fato que transforma os sacerdotes das famílias mais prósperas em líderes da nova organização, responsáveis agora por organizar os ritos e a proteção.

Cabe o destaque de que toda a estrutura racional que provoca a criação deste modelo de organização está balizada por uma névoa de medo, busca por segurança e prosperidade, material ou imaterial. Independente da ordem, os/a autores/a buscam atestar que a cidade, tal qual conhecemos, foi instituída pela ou através da família, utilizando-se, ou não, da religião para a garantia e proteção da propriedade. Desta forma, consolidou-se um modelo de sociedade organizado na/ou pela cidade. Onde foram impostas formas/estruturas de poder, alicerçadas sobre um tipo específico de ser e de seu controle do saber.

Assim, surge, ou é apresentado, um modelo de família a ser reproduzido, pela necessidade de se assegurar o desenvolvimento de redes para o espraiamento do modelo. O sucesso desta estrutura que funda um padrão de organização social dependia de uma regulamentação do parentesco, da classificação e hierarquização dos corpos, em que o feminino é colocado em uma posição inferiorizada na estrutura de poder. De modo que, a propriedade acaba por ser garantida através da criação de um poder específico.

Os movimentos apresentados pelos autores são interessantes de serem percebidos, uma vez que se relacionam as teorias que margeiam suas análises. Em Engels (1979), se observa um movimento de encontro entre duas estruturas cônicas, como em uma ampulheta. Estruturas amplas que paulatinamente são comprimidas até um ponto em que voltam a expandirem-se. Parte-se de uma estrutura ampla, comunitária, autogestionada, que é dividida e reduzida até se tornar um núcleo menor, uma fração do todo. Este núcleo irá se desdobrar e instituir mecanismos e regras de controle para criação de um tecido social outro, em que religião e cultura serão utilizadas para o desenvolvimento de um modelo de organização voltado à

preservação da propriedade. Já na explanação de Coulanges (1961), tem-se uma única estrutura cônica, que parte de um ponto e expande-se indefinidamente. Pequenos núcleos que a partir de regras ditadas por uma crença, desenvolvem uma ampla estrutura social.

Autores com perspectivas teóricas distintas, que produzem diferentes olhares. Onde é percebido, independente do movimento, um direcionamento para um mesmo lugar. Uma instituição²², uma estrutura de controle dos corpos e proteção da propriedade, foi desenvolvida. Quer analisada a partir de uma perspectiva positivista ou sobre uma perspectiva crítico materialista, questão reforçada por Sposito (1988), ao abordar os resultados destes desencadeamentos. Uma cidade é materializada através de processos múltiplos de opressão, hierarquização, destruição e silenciamento de diferentes modos de existir, que são assimilados, ocultos ou destruídos para a pavimentação de uma forma outra. Um modelo que se tornou reproduzido através de sucessivos processos de destruição, reconstrução e reprodução de estruturas sociais engendradas por relações de poder.

É fato que nos escritos desses autores, que foram de maneira sucinta visitados, tanto as resistências produzidas quanto as latitudes reprodutoras dos conhecimentos e estruturas reverberadas, aparecem de forma incompleta, diminuída. Aparecem como que sem importância, ou até mesmo justificadas as ideias, como se houvesse uma necessidade de defesa ou de se atestar os processos, de modo que se ignora a invisibilidade produzida e presente nas escritas. Não aparece como relevante o fato de que as ideias atravessaram o tempo e o espaço, deixando marcas que se fazem presentes no poder que lhes outorga validade, que as impõem, transmutadas sobre as geografias do sul global²³.

A partir da revisitação desses monumentos, se pode começar a desnudá-los em suas essências. De modo que, a visitação aos outros, que ainda serão trabalhados, permitirá a percepção das metamorfoses e perpetuações provocadas por essa “luz”, estabilizada sobre o tripé ser/saber/poder. Assim como ocorrerá com os frutos que tais ramos têm reproduzido, quando observada suas manifestações na contemporaneidade. Para, no tempo devido, então, trabalharmos em uma reorganização dos conhecimentos produzidos, de maneira que possamos atacar a reprodução das perspectivas universalistas que correspondem as imagens idealizadas.

Adentrar nessa esfera e reorganizar os conhecimentos produzidos, é um processo fundamental, pois as estruturas percebidas e que têm lastreado as reflexões propostas como se percebe, foram mantidas. Os fundamentos erigidos, impostos primeiramente sobre as formas

²² Instituição = lógica para regulação das atividades humanas (BAREMBLITT, 2002).

²³ “metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo” (SANTOS, 2007, p. 85).

de organização da vida no norte global – a partir da ideia que se institui sobre o conceito de família – mantiveram-se na estruturação da cidade antiga. Estes foram reconfigurados nas transformações seguintes e mundializados a partir da invasão e conquista violenta da América do Sul. Isso se deu através de um processo de colonização dos sentidos que funciona para constituição do “poder capitalista, colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 9). Este se torna um padrão de poder globalizado e tem como um de seus eixos fundamentais a classificação social da população mundial, instituída por ideias hierarquizadas. Uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e origina uma racionalidade específica, que usurpará e concentrará em si o domínio de todas as formas de conhecimento a partir da imposição e reprodução do eurocentrismo. Uma separação atômica de conceitos, territórios e comunidades, que serão engendrados para construção de leituras outras sobre o desenvolvimento dos modelos de organização social (LUGONES, 2014).

Em 1950, no “Discurso sobre o colonialismo”, Aimé Césaire (1978) denunciou de forma visceral as estruturas consolidadas sobre esse lastro, considerado de violência e hipocrisia, reproduzidas pela Europa através da colonização. De maneira que, Césaire aponta para o colonialismo destacando-o enquanto “um regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que têm sua origem na violência e só se sustenta pela violência (CÉSAIRE, 1978, p. 7). Uma estrutura fundada na, e para a, operação da pilhagem, que tem no epistemicídio elitista sua lógica estruturante.

Assim, penetrar nas raízes “ocultas” do colonialismo e afrontar os mecanismos de silenciamento que estruturam sua lógica de exploração, para desmontá-los, é o horizonte desta elaboração. Onde se busca “desvelar” no âmbito material, as contradições fortificadas pelo pensamento burguês, sobre subjetividades outras. O que é uma lógica colonial transformada em estratégia capitalista. De maneira que, se necessita da construção de vias que permitam triunfar sobre o mesmo.

Se entende que as questões ressaltadas pelos(as) autores(as) relacionados neste momento não dão conta da complexidade dos processos, uma vez que nas sombras de suas casas as mulheres se negavam ao silenciamento (SENNETT, 2016). Em um “mundo obscuro”, que se opunha à “luz” masculina, elas construía a proteção necessária para o exercício da “liberdade”, afastadas do mundo dos sacerdotes.

Com rituais próprios, as mulheres no mundo antigo respondiam ao desprezo e à opressão, construía sociabilidades outras, produziam um comportamento ativo e contrapunham a razão através de uma forma outra de ritualidade. Uniam-se, mesmo diante da opressão, produzindo relações nas brechas. Caminhos que devem ser percebidos, encontrados,

e percorridos, na proteção das sombras, por aqueles(as) que buscam pelos (des)caminhos da cidade.

1.5 QUINTO INTERSTÍCIO: VERACIDADE: VER-A-CIDADE

Não nos livraremos facilmente dessas cabeças de homens, dessas orelhas cortadas, dessas casas queimadas, dessas invasões góticas, deste sangue fumegante, dessas cidades que se evaporam pelo fio da espada²⁴.

Todos os nossos problemas procedem da injustiça. O privilégio foi o estigma deixado pelas circunstâncias do povoamento e da colonização, e de sua perversidade não nos livraremos, sem a mobilização da consciência²⁵

Recuperam-se então, alguns marcos conceituais sobre os quais anteriormente se discorreu, para uma melhor compreensão de como os eventos que serviram para fundar a ideia de “cidade”, possibilitaram mais que a estruturação de balizas geográficas e instituições. Fundaram um modelo de organização social com regras e preceitos morais que se expandiram a partir de estratégias de legitimação do saber, através da religião e da política. Questões entendidas de impacto sobre as transformações nas relações sociais, metabolizadas pelas mudanças nos modelos de produção e pela transformação da economia.

Um trabalho longo, consubstanciado por diversos níveis de violência material e simbólica, responsável pela estruturação de um saber e um ser, que legitimaram a extensão de uma forma de poder (QUIJANO, 2009). Como já descrito, são dinâmicas complexas sobre as quais é necessária uma abordagem em profundidade, mas transdisciplinar, que se faça valer de diferentes referenciais e perspectivas analíticas, sem se ater à defesa de determinada perspectiva teórica enquanto verdade absoluta, mas tratando as ciências e os discursos por ela validados em sua dispersão, para que possamos perceber e descrever o que tem sido ocultado e o que se pode encontrar através dos “saberes” reproduzidos (FOUCAULT, 2008). Deste modo, buscou-se por uma mobilização ao nível da consciência para que se possa reconhecer e denunciar as práticas de perversidade.

Posteriormente, serão tratados os resultados encontrados quando se buscou trabalhar o termo cidade em sua relação com os conceitos regularização fundiária, remoção e planejamento urbano, bem como das variáveis de cada conceito em língua inglesa e espanhol. Um procedimento que acabou por evidenciar a urgência de se construir esta reflexão, de fazer intersecção das categorias para construção de uma outra abordagem sobre a questão da cidade,

²⁴ AIMÉ CÉSAIRE (1978), Discurso sobre o Colonialismo.

²⁵ Pronunciamento do Deputado Ulysses Guimarães durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 22).

bem como quanto aos instrumentos comumente apresentados enquanto capazes de solucionar os problemas urbanos, naturalizados e significados nesse sentido, mas que em sua materialidade constituem-se como ferramentas de regulação do e no espaço da cidade, para manutenção da razão eurocêntrica.

Antes, se retornará ao espaço e tempo no qual tais elaborações foram estruturadas, para que se possa consolidar os nexos que são necessários para a reflexão sobre os acontecimentos que ligam o passado ao presente. Para tanto, se volta a um período do qual nos distanciamos mais de vinte séculos, e lá encontraremos um novo repouso.

Trata-se do período no qual ocorreu a fundação das primeiras escolas gregas. Instituições que possibilitaram a estruturação de uma forma de percepção e validação do saber. Estas que tiveram sua gênese na fundação da Academia de Platão, em Atenas, por volta do ano 387 a.C. (REALE; ANTISERI, 2003), que é considerada a mais antiga instituição de ensino superior do mundo ocidental, que se distancia ao longo, espacial e temporalmente, das escolas contemporâneas.

Um campo no qual se desenvolveram inicialmente as reflexões constituintes de uma forma específica de conhecer e validar o conhecimento, de modo que as ciências e saberes lá edificados passaram a ocupar o imaginário de intelectuais e fundamentar reflexões que tiveram influência sobre as produções desenvolvidas posteriormente. Produções que impactaram diretamente as práticas modernas, desdobradas na negação à vida daqueles não só rejeitados em tal estruturação, mas por ela silenciados, tornados enquanto objetos para o desenvolvimento de contínuos processos de assujeitamento. São corpos, saberes e territórios que se tornaram alvo de apropriação, através de práticas violentas de estigmatização e classificação para exclusão.

À frente dessa racionalidade, ou seja, dessa forma de pensar e estruturar o saber, estiveram primeiramente grupos que se fizeram valer da reorganização das estruturas de parentesco e de uma ideia de propriedade, como se pode observar na elaboração de Engels (1979), da religião (COULANGES, 1961), das questões econômicas (SPOSITO, 1988), e do poder militar (VERNANT, 1984), para impor suas vontades. Estes, acabaram sendo seguidos pelos filósofos clássicos, que não romperam totalmente com esta razão, mas que a reproduziram, utilizando-a de maneira instrumental para consolidação de interesses próprios. Deste modo, acabaram sendo seguidos por uma série de outros agentes que, operando da mesma maneira, tomaram para si os instrumentos que lhes eram necessários para o desenvolvimento de formas específicas de controle. Através do controle e da produção do saber, passaram a manifestar um poder. Poder para controlar grupos humanos através da instituição de práticas e teorias a serem reconhecidas enquanto científicas. Forma como atuaram aqueles diretamente

relacionados com as elites, ou parte delas, de cada período histórico. Estes, foram os Filósofos, os operadores do direito, das ciências médicas, arquitetos, economistas, geógrafos, historiadores, urbanistas, etc.

Teóricos e profissionais que, a partir das reflexões que organizaram ou reproduziram, estabilizaram uma “verdade”, uma ideia que passou a rondar, povoar e, de certo modo, a perturbar o imaginário daqueles que se debruçam sobre o tema da cidade. Influenciando, assim, as elaborações posteriores, através das quais acabaram impactando as racionalidades coletivas e orientar as ações desenvolvidas neste campo. Campo no qual se problematiza o fato dos processos de planejamento urbano, regularização fundiária e remoção formarem uma rede interconexa, através da qual se tem materializado a regulação dos espaços e negação à vida.

Para os estudos e práticas com incidência sobre a cidade e questão urbana, é imprescindível questionar os fundamentos das “verdades”, instituídas e perpetuadas. Ideias produzidas em muitos períodos, nos quais não houve a problematização devida, ou que, quando estas foram feitas, acabaram por incorrer na manutenção e reprodução de pressupostos da atomização para fragmentação dos territórios e das relações sociais, fortalecendo a razão colonial.

As implicações e impactos dessas articulações sobre a estrutura contemporânea do que se conhece, se percebe, entende e imagina ser a cidade, desdobram-se sobre a forma como nos relacionamos com e neste espaço/estrutura, que é atravessado pelo tempo. E até mesmo quanto ao que se questiona em relação a este campo de estudos e ações.

A construção de linhas de reflexão para ação que nos permitam, através dos sentidos produzidos, reconhecer acontecimentos para falsear as ideias cristalizadas – a partir da revisitação aos primeiros teóricos que são reconhecidos enquanto elaboradores dos conceitos sobre o termo cidade – apresenta-se, então, como estratégia para desestabilização das questões solidificadas sobre teorias com impacto na materialização da estrutural e sistêmica dinâmica de produção e reprodução da violência, que se desdobra no tempo presente.

1.5.1 Linhas de encontro e descontinuidades

Anteriormente foram apresentados os fundamentos do pensamento do historiador francês Fustel de Coulanges (1961), relacionando ao trabalho da geógrafa brasileira, Maria Sposito (1988) e do teórico alemão Friedrich Engels (1979). Escritores relevantes para este trabalho, pelo fato de se apresentarem enquanto defensores de distintas perspectivas teóricas, mas que, no entanto, guardam em suas elaborações mais aproximações que distanciamentos.

Estes serão trabalhados agora em relação com os estudos do especialista em Grécia Antiga, antropólogo e historiador francês, Jean-Pierre Vernant (1984), do mesmo modo que Richard Sennett (2016), sociólogo e historiador norte-americano, para que possamos, frente às suas ponderações, visualizar as aproximações e distanciamentos destes, aos escritos dos filósofos gregos clássicos, bem como dos(a) demais escritores(a).

Vernant (1984) e Sennett (2016) apresentam-se como teóricos que buscaram rememorar nas origens do pensamento grego e ocidental a célula madre do modelo de organização social fundante do universo da *polis*, estruturante das balizas sobre e entre as quais a cidade irá se desenvolver e se transformar. Resgatam as ideias que moldaram através das pedras (cidade) o controle dos corpos. O primeiro, Jean-Pierre Vernant (1984), desenvolve sua reflexão a partir do fim do sistema micênico e da abolição do modelo organizacional que chama de palaciano – século XII a.C. Para o autor (VERNANT, 1984), isso ocorreu quando a figura do rei (*ánax*) foi substituída pela vida política, com o nascimento da cidade e da estrutura necessária para a organização e controle da vida, o pensamento racional. Situação decorrente do reestabelecimento das relações econômicas dos gregos com o oriente e da troca e assimilação de culturas e valores que são responsáveis pelos fundamentos do regime da *polis*, responsável por redefinir o espaço urbano.

Nesse contexto, Atenas é lida como a única cidade onde a estrutura micênica não foi brutalmente rompida depois da queda do poder de *ánax*, de modo que se seguiu um modelo lento, mas constante de divisão dos poderes, que se dá a partir de uma normatização que impedirá a ascensão daqueles que previamente foram lançados em uma subcondição frente aos grupos dirigentes.

Assim, dispense-se um modelo de divisão de poderes e reestruturação das formas de sociabilidade. Ao lado do *ánax*, surge então a figura do *polemarca*, reconhecido enquanto o chefe dos exércitos. Deixando o *ánax* de ser o comandante direto das forças militares, ocorre uma reorganização das forças sociais. Processo no qual será instituído o modelo do arcontado (VERNANT, 1984). No qual, a partir da figura do arconte, passam a reunir-se em assembleia, os nobres que iriam legislar e decidir sobre os rumos da vida na cidade.

Desta maneira, inaugurar-se-á, no período anterior ao nascimento da filosofia, um modelo de relações voltado para a ruptura com a ideia de escolha divina, o qual tem na figura do arconte um magistrado com poder de legislar, uma peça fundamental para a ruptura com o pensamento anterior. Uma vez que este será delegado por decisão humana, “uma escolha que supõe confronto e discussão” (VERNANT, 1984, p. 29), no período em que a estrutura de organização social passava a afastar-se do castelo, e a vida não mais se dava em virtude desta

estrutura. No mesmo movimento, surgia a ideia de se fazer enfrentamento entre os homens por meio do debate. Nele, os candidatos ao cargo de magistrado enfrentavam-se, apresentando para uma plateia suas virtudes, e por esta, eram escolhidos para o cargo. Formando um poder, que se organizava não para ser exercido nos palácios, mas sim, na e sobre a, cidade, que se torna em território de governo, do exercício da liberdade, espaço de proteção para sua população.

Transformações destacadas por Vernant (1984) como derivadas de uma crise que se alastrava sobre o território grego, impondo a necessidade do desenvolvimento de um processo de reestruturação econômica, que ocorreu entre os séculos VII e VI a.C., mobilizando uma imensa mudança na estrutura social. Sennett (2016), por sua vez, aborda tal questão apontando que foi a partir da crise, resultante da reaproximação dos gregos aos povos orientais, que os gregos por inspiração na ornamentação e opulência dos orientais, passaram a tomá-los enquanto referência e a adotar seus costumes. Dentre eles, a ostentação de riquezas, através da utilização de objetos que simbolizavam prestígio, fator com peso sobre o surgimento de novos personagens no seio da história, que aparecem também, fracionando a nobreza. No mesmo movimento, para além da ornamentação, a racionalidade dos povos do oriente passa também a impactar e transformar a estrutura de pensar e os modelos de organização social grega, principalmente em Atenas.

Um período marcado pela grande concentração de terras em pouquíssimas mãos, onde a questão agrária se torna um problema capital, avivando uma oposição entre os grupos considerados partes da urbe incipiente e aqueles encontrados nos territórios rurais. Conflito entre os nobres urbanos, que assumem o controle sobre os caminhos da cidade, e os aldeões, que são impedidos de participar dos processos decisórios. Conflito entre a cidade e as aldeias periféricas (SENNETT, 2016).

Problema este que Aristóteles (2002) busca contornar na obra “Política”, onde busca demonstrar que a cidade deve ser como uma família, que se forma pelo agrupamento das aldeias, ou reunião de núcleos familiares. Caminho, conforme já apresentado, que foi recuperado e aprofundado, guardadas as preocupações teóricas sociológicas, pelo pensamento e obra de Fustel de Coulanges (1961). Que estrutura sua reflexão sobre a trilogia religião, família e propriedade, dispensando um largo espaço em sua produção para refletir e recuperar os movimentos que tornam a família um núcleo estruturante deste modelo de organização social. Fato que o aproxima das elaborações de Engels (1979), em seus estudos sobre a família, a propriedade e o Estado. Instituições abordadas enquanto promotoras do aparato social e histórico fundante das bases do pensamento greco-romano, na e a partir da cidade. Uma causa e efeito da *gens* dos modos de agir ocidentais, moldados a partir de uma lei geral do progresso.

Agrupar, dividir e governar. Continuidades processuais em descontinuidades temporais. Transformações descontínuas que cooperam para construção de leituras lineares e evolutivas, que naturalizam mudanças sociopolíticas e econômicas, geradas através da intervenção dos agentes históricos que as impuseram. Utilizando-se de crenças antigas que separam e aproximam corpos, se constroem leituras unidirecionais sobre a instituição de um modelo de família. São criados desenhos e estruturas de organização, definindo lugares sobre e abaixo da terra. Espaços para sacralização da alma e prosperidade da vida. Espaços de segurança, garantidos a partir da instituição de normas. Leis, garantidas quanto à propriedade e ao direito. Rituais que voltam a imprimir sobre a paisagem da cidade a separação de corpos para imortalização das almas. Imagens de um território observado e exaltado, enquanto a suprema obra humana, sua excelência, o ápice de sua evolução (COULANGES, 1961; ENGELS, 1979; VERNANT, 1984; SENNETT, 2016; ARISTÓTELES, 2002).

Sobre os conflitos que se desdobravam entre as novas classes sociais que se formavam e a compreensão quanto as relações de gênero, surge um modelo determinado e determinante para os modos de organização da vida no norte global, fundado supostamente em princípios comuns, como a segurança e prosperidade. Apoiados aparentemente em elementos discordantes, ou seja, as estruturas e personagens que seriam capazes de garanti-las, é que se institui o terreno para manifestação da glória humana e imposição de poder. Em princípio no e, para o, ocidente.

Richard Sennett (2016), ao se debruçar sobre tais questões, faz alusão a uma oração proferida pelo líder militar ateniense, Péricles. Na busca de demonstrar a relevância que o modelo de organização social da *polis* tinha para os gregos atenienses no século IV a.C, durante a guerra do Peloponeso²⁶.

Uma oração que não é dirigida aos deuses, mas às pessoas. Buscando encorajar e fortalecer seus comandados, o comandante militar ateniense, Péricles, destaca o fato de que os atenienses mortos em combate tombavam enaltecendo as glórias da cidade, daquilo que consideravam um espaço de liberdade, aberto ao mundo, e desconhecido por seus adversários, que são tratados como cegos e estúpidos, limitados ao cumprimento de ordens.

Bárbaros²⁷, que necessitavam cobrir seus corpos por não ter a proteção da pedra, assim eram chamados os adversários de Atenas, também considerados cegos. Incapazes de compreender que em Atenas crescia uma Grécia civilizada, que fazia do corpo exposto, nu, um

²⁶ “um conflito social e militar, em que se contrapunham a vida militarizada de Esparta e a sociedade aberta de Atenas” (SENNETT, 2016, p. 29).

²⁷ Bárbaro = barbaroi ou estrangeiro (SENNETT, 2016, p. 32).

objeto de admiração e distinção entre os fortes e os vulneráveis. Adversários chamados de estúpidos, pois eram impossibilitados de compreender o valor da democracia ateniense, fundada na liberdade de pensamento, onde o embate se dava no campo das ideias. (SENNETT, 2016).

Uma sociedade na qual a ciência do calor corporal ditava as regras, e a partir delas distinguiam-se aqueles que eram para a subordinação e para a dominação. Era deste modo que se tornavam justificadas as desigualdades de direitos entre os considerados cidadãos da *polis* e as demais pessoas.

Assim também se regulava o acesso aos espaços da cidade. Moralmente, o comandante distinguiu os civilizados, que morriam exaltando a cidade, dos invasores, bárbaros, que preteriam o discurso. Fisiologicamente eram separados e selecionados os corpos, frios e quentes, aqueles que se cobriam e se desnudavam. Uma divisão que não separava somente cidadãos e bárbaros, mas ainda, os próprios habitantes de Atenas. As mulheres atenienses, por serem consideradas como partes frias dos homens, deviam se manter cobertas e resguardadas, tinham sua movimentação e participação social controlada. Do mesmo modo que os estrangeiros e aqueles que se vestiam de peles, que também tinham seus direitos sociais e o acesso aos espaços da *polis* restritos, junto aos escravizados, considerados de baixa temperatura corporal (SENNETT, 2016).

A ciência do calor corporal ditava regras, e a partir delas distinguiam-se aqueles que eram para a subordinação e para a dominação. Era deste modo que se tornavam justificadas as desigualdades de direitos entre os cidadãos, os demais habitantes da *polis* e estrangeiros. Assim também se regulava o acesso aos espaços da cidade.

A articulação de uma estrutura que se desenvolvia por séculos, a partir dos conflitos e transformações, conforme apresentada por Sposito (1988), quando na instituição do modelo de organização provocado pela *polis*, recebe novos contornos. De modo que se passa a reorientar a materialização de uma estrutura social fundada em modelos anteriores de organização, que serão trabalhados agora através de uma classificação diferenciada, entre os sujeitos, seus saberes, e a outorga de poder, que reestruturará e reposicionará as pessoas dentro da organização. Uma estrutura na qual os homens deterão privilégios sobre às mulheres, e os escravizados serão relegados à condição de executores dos trabalhos necessários à manutenção das necessidades dos livres. Em que os estrangeiros são alvo de desconfiança e vigilância. Uma sociedade na qual o trabalho será sinônimo de involução e o ócio, de libertação. E pelo labor das mulheres e dos escravizados é que será garantido, então, para os homens, proprietários, a cidadania. O direito a desfrutar do ócio, de ocupar os espaços públicos e participar das

discussões, de construir reflexões. Situação responsável ainda, pela garantia a um grupo pequeno, do status de filósofos (ARENDDT, 2010).

Para Aristóteles (2002), essa cidade/polis é um lócus privilegiado para o exercício do ócio e da contemplação, mas somente para aqueles que anteriormente haveriam de ter se libertado da luta cotidiana para manutenção de suas necessidades básicas. Atributos que garantirão a possibilidade do alcance da transcendência ou imortalidade, através da obra que estes terão a possibilidade de materializar, a polis. Para Reale e Antiseri (2003), a cidade pensada pelos filósofos gregos clássicos é o espaço/estrutura, horizonte de todos os valores morais daquela sociedade, e a única forma possível de desenvolvimento para estes.

Aristóteles e Platão, que estão entre os primeiros pensadores a lançar reflexão sobre a cidade, ainda que divergindo em algumas questões, trazem uma apreensão geral desta estrutura, proposições responsáveis por suscitar uma série de outros debates que passaram a ser desenvolvidos nos últimos séculos sobre o tema e que os destacam enquanto referências.

Na obra República, Platão (2002), apresenta uma síntese de suas elaborações teóricas. Tratando de questões referentes à vida, ao homem ideal, à justiça, ao encargo do filósofo, ao Estado e à cidade. Promove discussões a serem ainda suscitadas e, até certo ponto, aprofundadas por Aristóteles (2002), autor engrandecido como o primeiro teórico a construir uma sistematização ocidental do saber (REALE; ANTISERI, 2003). Debate no qual, encontrar-se-á, para o momento, um ponto de inflexão, uma vez que das reflexões filosóficas dos séculos V e IV a.C. surgiram as ideias que solidificaram a apreensão contemporânea sobre a cidade. De modo que devemos então nos voltar para este lugar, quando nosso desejo é o de falsear tais “verdades”, que proporcionam a estrutura que traz sustentação das ideias, assim como quanto ao modelo de relações sociais que a partir delas se cristalizam. Nesse lócus, encontra-se alicerçado o imaginário que se instituiu sobre a cidade, ou a *polis*, modelo de Cidade-Estado grega. Esta, reconhecida e exaltada pelos pesquisadores contemporâneos enquanto um espaço de excelência para o estabelecimento das relações políticas – *polis/política* (ROLNIK, 2009).

Considerados os devidos cuidados ao se lançar reflexão quanto às elaborações desenvolvidas há mais de vinte séculos sobre uma sociedade e cultura muito distintas das atuais, mas buscando encontrar os dispositivos de ignição, propulsão e articulação estruturantes das cidades e sociedades modernas, através das ferramentas teóricas e metodológicas que estamos utilizando, assevera-se que acabou por se instituir neste campo uma ideia que passou a ser legitimada por diversas áreas de produções científicas, que se debruçam sobre o tema. Através de uma apreensão que aponta para o modelo grego enquanto um conceito sequestrado e

corrompido pelas relações econômicas capitalistas (SPOSITO, 1988; MARICATO, 2015; ROLNIK, 2009 e 2015).

Deste modo é que estudos elaborados nos mais diversos campos legitimados para produção do conhecimento, ao longo dos últimos séculos, passaram a reverberar ser a *polis* o fundamento para a estruturação de relações políticas. Fator que, conforme observado nos textos contemporâneos até aqui abordados, fez com que as teorias e práticas que se desdobraram construíssem um alicerce para a ideologização de um caminho voltado para os fins que foram de maneira prática e teórica elaboradas pelos filósofos gregos. Ou seja, o modelo de cidade que hoje conhecemos, e que de certo modo se tornou em objeto de crítica, não se distancia da *polis*, ou da cidade antiga, mas, sim, materializa em diversos aspectos a estrutura social pensada e edificada para a sociedade grega do século V a.C.

Sobre tais questões se destaca que é compreensível a fundação de balizas que fossem capazes de oferecer sustentação a tal racionalidade, tendo em vista as múltiplas influências com impacto sobre sua formação. Uma sociedade que era tomada por preceitos morais e biológicos, através dos quais buscava a naturalização das desigualdades para manutenção de uma estrutura de poder.

Na Grécia clássica, religião e mitologia estavam profundamente arraigadas ao poder micênico, organizado em torno do palácio e a partir do qual se instituía toda sua organização social (VERNANT, 1984). Tal modelo, reconhecido enquanto sociedade palaciana, sobre o qual se inaugura a cidade, era o fruto de influências culturais e sociais de diversos povos do oriente e ocidente que, em inter-relação, fundavam a sociedade grega, organizando-se a partir das famílias, *fatrias*, cúrias e tribos, em torno de uma religião tornada comum e de seus deuses.

Nessa estrutura, que definia o pertencimento de cada membro a totalidade da sociedade, o governo depositava-se nas mãos do *pater*, ou sacerdote, figura que passa a ser reconhecida como rei ou *anax*.

No dia em que se fez essa aliança, a cidade começou a existir [...] Às vezes a união foi voluntária, às vezes foi imposta pela força superior de uma tribo, pela vontade poderosa de um homem [...] o culto constituiu o vínculo dessa nova associação. As tribos que se agruparam, para formar uma cidade, jamais deixaram de acender o fogo sagrado e de instituir uma religião comum (COULANGES, 1961, pg. 111).

A vida religiosa em grupo em que subsistiam os pequenos cultos passa a organizar um modelo de relações sociais, sobre o qual se institui a ideia de cidade, o espaço de culto comum.

Enquanto a organização política se desenvolvia do mesmo modo, pequenos governos, *pater famílias*²⁸ organizavam-se, e acima destes elevava-se um governo comum.

Retornando à reflexão provocada quando se discorreu sobre o modelo de sociedade projetado pelos gregos, Giovane Reale e Dario Antiseri (2003) apontam que a Cidade-Estado significava o horizonte de todos os valores morais e única forma possível de sociedade. Nesse sentido, construir a cidade significava conhecer o homem e seu lugar no universo, de modo que, em sentido estrito, a cidade não é outra coisa senão o engrandecimento da alma humana. Engrandecimento buscado na materialização da *polis*, a suprema obra humana (ARENDDT, 2010).

O modelo de organização social estruturante desta cidade pressupunha que cada um de seus cidadãos não eram autárquicos, ou que não se bastavam em si mesmos, de modo que eles precisariam uns dos serviços de outros. Primeiramente, necessitariam daqueles que seriam responsáveis por prover as necessidades materiais básicas da população (alimento, vestes, habitações); em segundo lugar, da proteção. Por fim, precisariam daqueles que sabiam como governar, isto é, daqueles que dominavam a técnica através da qual uma cidade poderia ser governada, em que se destaca a libertação da luta cotidiana para manutenção da subsistência. Este deveria ser um pequeno grupo (MARCONDES, 2007).

Pensamentos mantidos preservados quando Foucault (2008b) recupera o relato de Alexandre Le Maître²⁹, que dedicava sua obra ao rei da Suécia. Em *La Métropolitée*, Le Maître destaca ser a cidade um edifício cujas fundações encontram-se na terra e abaixo da terra,

que não vemos mas que asseguram a solidez do conjunto, são é claro os camponeses. As partes comuns, as partes do serviço do edifício, são é claro os artesãos. Quanto às partes nobres, as partes de habitação e de recepção, são os oficiais do soberano e o próprio soberano (FOUCAULT, 2008a, p. 18).

Perspectivas que apontam para a cidade enquanto construção edificada por três classes: a dos lavradores, artesãos e comerciantes; a dos guardas; e a dos governantes (FANTICELLI, 2014), ou, no século XVII, dos camponeses, dos artesãos e dos nobres (FOUCAULT, 2008a). Um cálculo através do qual eram separados e excluídos grupos, de modo que se justificavam as desigualdades entre os homens cidadãos da *polis*, as mulheres, os escravizados e os estrangeiros. Uma reprodução da divisão entre os corpos frios e os corpos quentes (SENNETT, 2016), os dominados e os dominadores, os servos e os senhores.

²⁸ aquele que tinha “autoridade sobre uma família ou sobre um domínio” (COULANGES, 1961, pg. 75).

²⁹ LE MAÎTRE, Alexandre. *La Métropolitée*. Amsterdam, B. Bockholt, 1682 ; reed. Éditions d’histoire, 1973.

Observando a partir de Platão (2002), se tem ainda três classes que seriam necessárias ao funcionamento desta cidade. A primeira seria a classe dos trabalhadores: aquela em que predomina o aspecto concupiscível da alma; classe que é boa quando nela prevalece a virtude da temperança, o domínio dos prazeres e dos desejos; uma classe que deve ter autocontrole e submeter-se às superiores. A segunda, a classe dos guardiões, era formada por aqueles em que prevalece a força irascível da alma, dotados de ousadia e mansidão. Sua virtude seria a coragem, que os leva a permanecerem vigilantes para os perigos que podem advir do exterior ou também do interior da cidade. A terceira, a dos governantes, que teria enquanto virtude a sabedoria (PLATÃO, 2002).

Trilogias que apontam para uma cidade ideal, onde se tem o prevalectimento em cada classe de sua virtude correspondente. Como aponta Fanticelli (2014) e reforçam Reale e Antiseri (2003), o que é o cerne do conceito da justiça platônica “a harmonia que se estabelece entre essas três virtudes” (REALE; ANTISERI, 2003, p.159), ou o desempenhar, cada um, a sua tarefa (FOUCAULT, 2008a; FATICELLI, 2014).

A felicidade na cidade depende então de cada um desempenhar a sua função e não interferir na do outro, mantendo uma ordem pré-estabelecida. Ordem fundada nos preceitos organizacionais da família, da religião, da proteção e da garantia da propriedade (COULANGES, 1961; ENGELS, 1979; SPOSITO, 1988; VERNANT, 1984).

Ordem advinda, ainda, da ciência do calor corporal, da paixão erótica pela cidade, das regras de subordinação e de dominação, que justificam as desigualdades no acesso aos espaços e ao direito de governar (SENNETT, 2016). Seja através do poder político de *anax*, religioso do sacerdote, familiar do *pater*, ou do ócio, contemplação e oratória dos filósofos, uma ordem instituinte eleva uma figura a um patamar mais alto de controle/governo e, a partir deste “detentor do poder”, uma divisão é imposta. Nos casos até aqui relatados, a figura do homem proprietário.

Este homem, aliado a seus pares, será o responsável por moldar as pedras, uma relação estética, simbólica e política, um instrumento e estratégia para o entalhe das racionalidades, controle e adestramento dos corpos. Colocado desta forma, o “nascimento” da cidade torna-se símbolo de elevação do pensamento racional, que define ou redefine os espaços e desse modo se controlam os corpos. O surgimento dos “novos” personagens que se dedicarão a concentração de poder e acirramento das oposições dar-se-á a partir de sua obra suprema, o então símbolo máximo de evolução. Lastreado pelo resgate de ideias anteriores utilizadas para moldar padrões e determinar relações de poder, que metamorfoseadas não serão extintas, apenas transformadas e repartidas entre aqueles que a controlam.

A cidade protetora, protegerá aqueles já encontrados envoltos no manto das antigas trilogias – religião, família e propriedade; Civilizados, bárbaros e selvagens; homens, mulheres e escravizados; trabalhadores, guardiões e governantes, etc. A partir dos quais se reconfiguram as leis de causa e efeito que permanecem imutáveis. Uma lei geral do progresso dos modos de agir, moldados a partir da dispersão.

Os contornos exatos de tal racionalidade podem ainda ser vislumbrados entre os livros dois e cinco de “República” (PLATÃO, 2002), em que o autor lança reflexão sobre a necessidade de tal estrutura e sobre quem seriam os responsáveis por mantê-la, bem como de que modo esta deveria operar. Destaca, ainda, o papel das mulheres em tal estrutura social, do matrimônio e da educação. Mas não é somente Platão (2002), quem discorrerá sobre esta questão. Seu discípulo, Aristóteles, trabalha sobre os mesmos fundamentos na obra “Política” (ARISTÓTELES, 2002), ao acrescentar a questão dos escravizados e dos estrangeiros.

Seja no debate estático feito na Academia, ou através das reflexões em movimento promovidas no Liceu³⁰, o reconhecimento quanto à manutenção de tais estruturas para o atual período histórico é vibrante. Incorre que se acaba por ter uma reprodução na contemporaneidade de formas e estruturas de organização social que não foram pensadas para a sociedade atual, mas que foram transportadas e perpetuadas se preservando vivas.

A [cidade] também deve ter um papel moral e difundir até os confins do território tudo o que é necessário impor às pessoas quanto à sua conduta e seus modos de agir [...] deve dar o exemplo dos bons costumes [...] deve ser também a sede das academias, pois as ciências e a verdade devem nascer aí [...] deve ser o lugar do luxo para que se constitua um lugar de atração para as mercadorias [...] deve ser o ponto de redistribuição (FOUCAULT, 2008a, p. 19).

Dessas chaves, vemos o surgimento de questões e funções essencialmente urbanas, como as relações econômicas, a moralidade, a regulação dos modos de agir e as funções administrativas e de controle da produção do conhecimento. Ideias encontradas nos trabalhos sobre as cidades antigas e também sobre as contemporâneas. Espaço de superposição do Estado sobre o território e de controle deste sobre toda a circulação.

³⁰ Aprender caminhando entre perspectivas e teóricos de modo algum apresenta-se enquanto uma novidade nesta e para esta escrita. Que propõem o caminhar por escritos teóricos, refletindo e tensionando sobre os mesmos. Tal ideia era trabalhada já no Liceu de Aristóteles (384/383 a.C.) (REALE; ANTISERI, 2003) por volta do ano 335 a.C. Quando o filósofo “ministrava seus ensinamentos passeando pelas veredas do jardim anexo aos prédios” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 189). Local conhecido enquanto Perípato, que dá origem a alcunha através da qual os seguidores de Aristóteles ficaram conhecidos, os peripatéticos. Caminhando um peripatético apreendia em movimento.

Espaços artificiais para promoção e controle de relações artificiais. A cidade é pensada para possibilitar uma dominação primeira sobre limites geográficos, sobre o território, e a partir de então promover um tratamento disciplinar do espaço e daqueles que nele circulam.

O espaço e estrutura da *polis* possibilitaram a emergência de forças que ressignificaram o jogo de dominações. Funcionando como um estabilizador para o modelo e como uma estrutura social contemporânea. Sendo esta, a raiz da separação fundacional que institui a cidade moderna, carregada de preconceitos e exclusões, manifestos sobre a estrutura que foi idealizada e se materializou.

Deste modo, se afirma que as ideias combatidas na contemporaneidade quanto aos diversos níveis de exclusão que se manifestam no espaço urbano, abordadas a partir do conflito entre capital e trabalho, ancorada na modernidade³¹, encontram-se e estão enraizadas em formas anteriores. Discursos que passaram a estruturar muito mais que um caminho para o domínio das relações econômicas sobre as políticas, estas compreendidas como inter-relações. Na *polis* encontram-se, naturalizam-se e se elaboram teoricamente os fundamentos da diferenciação e do escalonamento social, uma estrutura que, se colocada em inter-relação com a questão econômica a partir da divisão do trabalho, também é fundamentada teoricamente neste campo.

Assim, não somente a simplificação da sujeição do político pelo econômico deve ser repensada, mas a referência da *polis* enquanto ponto de partida ou ancoragem, como modelo a ser recuperado pelas reflexões contemporâneas sobre a cidade, a não ser quando o desejo seja o de refutar tal estrutura.

Na *polis* encontram-se alicerces não somente do modelo de segregação socioespacial manifestos na cidade, mas ainda a proveniência³² das separações por gênero, classe e etnia, bem como a diferenciação escalonar dos saberes. Situação que se manteve difundida, reestruturada e reproduzida nos séculos seguintes.

³¹ Aqui, o termo modernidade não é compreendido nos termos e efeitos abordados por parte dos autores que tem suas reflexões problematizadas, ou seja, no tripé do iluminismo (1715-89), revolução francesa (1789-89) e industrial (1760-1840), marco sobre o qual se debruçam Rolnik (2009), Santos (1982), Sposito (1988) Vainer (2013) entre outros, para estruturar suas reflexões quanto aos problemas hoje enfrentados neste campo. A apropriação que se faz deste conceito concorda com Henrique Dussel (1993) e Anibal Quijano (2009) que constata que a Modernidade capitalista, origina-se e mundializa-se a partir da conquista colonial da América Latina, reconfigurando a ordem e as características através das quais se manifesta o poder na atualidade e emergem as “novas identidades societais da colonialidade”, a partir de um “universo intersubjetivo” que foi “elaborado e formalizado” no intuito de se “produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo” (QUIJANO, 2009, p. 71). A Modernidade assim exposta, é um mito, criado para a justificativa da violência colonial. Não diz respeito apenas a aspectos econômicos ou as transformações ocorridas entre os séculos dezoito e dezenove, mas encravasse no ano de 1492 (DUSSEL, 1993), na introdução colonialista de um modelo de poder calcado na classificação social da população mundial, a partir do desenvolvimento da ideia de raça enquanto um de seus eixos fundamentais (QUIJANO, 2009).

³² Por proveniência se entende “a qualidade de um instinto, seu grau de desfalecimento, e a marca que ele deixa em um corpo (FOUCAULT, 2014b, p. 16).

Sua estrutura social funda-se através de uma forma de organização através da qual os homens mantinham privilégios sobre as mulheres. Os grupos escravizados trabalhavam para garantir que fossem supridas as necessidades dos livres, para a manutenção do *status* dos filósofos, recebendo em troca a preservação de suas “vidas”. O estrangeiro, por sua vez, não gozava dos mesmos direitos do cidadão da *polis*, os não-proprietários tinham direitos reduzidos e deveres potencializados, e os proprietários formavam uma casta de privilegiados, protegidos (ARENDETT, 2010).

Neste lugar, os homens que haviam se libertado da luta cotidiana para satisfação de suas necessidades básicas, como apresenta Aristóteles (2002), eram aqueles que tinham o privilégio do ócio, da contemplação e o poder decisório. Um grupo que mantinha sua posição, enquanto detentores do saber, do poder e do ser, ao custo da subalternização e da escravização dos demais.

Na reflexão sobre este modelo de Cidade-Estado, encontra-se a ideia de que alguns poucos serão aqueles aptos para o governo dos homens, ação com reflexo sobre o espaço onde se congregam as pessoas (PLATÃO, 2002). Aqui temos as formas de um padrão de racionalidade excludente, que estruturara a pavimentação de uma sociabilidade fundada em níveis diversos de violência potencializador da segregação. Funda-se um caminho que será trilhado nos séculos seguintes, seguido da elaboração dos demais conceitos utilizados para as abordagens sobre a cidade, como se encontra no caso da *civitas*, o modelo de cidade romana.

A *civitas* é mais um modelo de cidade enraizante da estrutura que se solidifica enquanto racionalidade para cidade moderna. Ela reforça a identidade da *polis*, reverbera a ideia da participação política dos considerados “cidadãos” na esfera da vida pública, avançando no caminho no qual se concretiza a dimensão política da cidade a partir do chancelamento a um pequeno grupo – os cidadãos: homens livres e proprietários do poder de tomar as decisões quanto ao cotidiano do território e da vida.

É reconhecida assim, que está na origem ou no DNA do modelo, alicerçada neste fundamento, a estrutura ocidental de cidade através do qual se impõem a diferenciação social enquanto sua principal característica. Consolida-se a separação por gênero, por classe, bem como a mistificação sobre o que é o saber, ou que saber será validado. Situação que fundamenta o domínio no e a partir do território. Sobre essa base, desenvolve-se a estrutura que tornará possível a centralização do poder, originária da criação da “necessidade” enquanto um produto através do qual se tornará necessária a organização da vida em um determinado espaço (SPOSITO, 1988).

A autoridade que emergirá para se encarregar da administração desta cidade terá em seu poder o controle para além do que se constitui enquanto espaço geográfico. As existências

política, material e intersubjetiva da cidade estão imbricadas e são indissociáveis (ROLNIK, 2009). Sua estrutura, fundada no escalonamento, baseada na exclusão, não poderia materializar uma sociedade que fosse diferente do que está em suas raízes, que não tivesse enquanto princípio nuclear ser excludente.

Hoje, diante das lutas travadas por coletivos e movimentos sociais diversos e frente às violências sofridas por estes grupos, esta situação torna-se uma questão que passa a exigir reflexão e debates teóricos aprofundados. Debates que se entendem necessários dentro e fora dos muros universitários. Sendo indispensável a compreensão de que foi dessa forma que um “real” se produziu, e que este ainda se mantém, por vezes escapando e, em outros momentos, sendo até mesmo minimizado pelos estudos e reflexões que se desdobram *a posteriori* dos eventos narrados.

1.5.2 É preciso se livrar dos simulacros contemporâneos

Em “Capitalismo e Urbanização”, Maria Sposito (1988) traz reflexões sobre a origem das cidades que se oferecem de forma pertinente ao debate colocado. Nesta obra, é destacado que “a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição” (SPOSITO, 1988, p. 14). A partir de tal afirmativa, a autora apresenta a existência de uma sociedade de classes que se configura para suportar tal estrutura – a se desenvolver para a produção e distribuição de mercadorias – de modo que, neste terreno, se constituiriam espaços para a potencialização da expansão dos fluxos de mercadorias. No mesmo sentido, um dos mais importantes teóricos brasileiros a refletir sobre o tema, o geógrafo Milton Santos (1982), estudioso com substancial produção na área, aponta que, como resultado destas articulações, as cidades de países subdesenvolvidos acabam por aparecer enquanto corpos estranhos em processos descontínuos de tempo e espaço.

Santos (1982) afirma que as cidades são territórios superimpostos não integrados, que acabam nascendo para servir a interesses econômicos distantes. Lugares onde o espaço passa a ser organizado e modificado de modo dependente de relações externas, conectados a partir dos sistemas de transporte modernos, que servem ao escoamento de mercadorias e solidificam o caráter exploratório da relação estabelecida entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, impulsionando a estabilização de mercados dependentes onde se desdobram relações econômicas de modo interdependente. São, assim, um campo de prolongamento dos mercados estrangeiros que buscam a ampliação de suas redes para um maior acúmulo de capital.

Analisamos, então, a formação das primeiras aldeias que originaram as cidades segundo a concepção das/os teóricos aqui abordados, bem como a ordem reflexiva proposta por Santos (1982).

Sposito (1988) destaca a busca dos homens pela construção de lugares estáveis, caracterizados por proporcionarem melhores condições de vida ao serem comparados às formas anteriores. Sua investigação, que trata de fazer um resgate histórico quanto ao surgimento das cidades, acaba por apontar para as primeiras aglomerações urbanas constituídas a partir de centros comerciais e vinculadas à organização política e religiosa a partir da instituição da realeza. Assim teriam se formado, de acordo com a autora, as primeiras cidades, relacionadas ao poder de organização e aglutinação das relações econômicas, e tendo em sua fundação a contraposição entre o espaço rural e o urbano, a partir do qual se manifestaria o que se denomina como “uma clara divisão social do trabalho” (SPOSITO, 1988, p. 19).

Este processo, permitiu o exercício da dominação de classes a partir de uma estrutura, na qual o poder se relacionaria ao ter. Ter as condições materiais ou subjetivas para colocar grupos humanos em posição de subalternidade, subserviência e dependência. De modo que numerosos grupos seriam assujeitados, colocados na mera condição de trabalhadores – escravizados, servos, operários. Tudo para a produção, reprodução e manutenção das vantagens de pequenos grupos privilegiados.

Na mesma direção de Sposito (1988) trabalha Raquel Rolnik (2009), autora que busca a partir de uma reconstrução histórica apresentar “O que é a cidade”. Neste livro, Rolnik constrói um estudo sobre a *polis*, através do qual busca avançar na compreensão sobre o tema, mas acaba reafirmando o anteriormente destacado.

O caminho percorrido por Rolnik (2009), mesmo diferente do trilhado por Sposito, traz conclusões convergentes ao que é destacado pela última. Apontando, enquanto marca no modelo grego, a construção de uma estrutura que possibilitou a imposição da questão econômica sobre a política. Deste modo, Rolnik (2009) reverbera os discursos anteriores, relacionando o nascimento e o desenvolvimento das cidades à questão da propriedade.

A autora destaca em seu processo de rememoração que na *polis* grega, somente aqueles que detinham propriedade é que tinham o direito à participação nas discussões que se desenvolviam em seu *locus* decisório. Ou seja, na Cidade-Estado grega, as práticas políticas se resguardavam àqueles considerados cidadãos, conceito utilizado para distinguir os proprietários de terras dos demais habitantes da *polis*. Expressão que ainda acabaria por denotar o pertencimento à cidade, fazendo referência aos direitos e deveres destes para com sua estrutura. Raquel Rolnik (2009) toma enquanto elemento central para o desenvolvimento teórico de suas

análises, a recuperação ou identificação na origem do debate sobre as cidades modernas do gene da relação conflituosa entre capital e trabalho. Este, apresentado através das relações de produção e de manutenção da propriedade, que serviram para estruturar uma organização seletiva – que garantiu direitos às elites ao passo que afligiu as demais camadas da população com deveres e proibições – colocando-os assim na condição de dependência microestrutural que, potencializadas e elevadas às macro relações e macroestruturas, assentam-se na esfera das abordagens de Santos (1982) e Sposito (1988).

A preocupação nesta esfera de abordagem repousaria na busca por se evidenciar o domínio das relações econômicas sobre as políticas, levando para essa esfera toda a sorte de violências que se desdobrariam sobre os grupos e espaços colocados em relação de dependência, que seriam aqueles “desprovidos” de poder e assim excluídos.

Ao discorrer sobre o modelo romano de cidade, Rolnik (2009) reforça seu discurso, tratando a *civitas* enquanto espaço fundamentado na participação dos cidadãos na vida pública – dimensão política, onde o conceito de cidadão não é uma referência ao local de moradia, mas sim o fato de se possuir propriedade – dimensão econômica. Desta forma, compreende que desde sua origem as cidades representam de maneira concomitante uma forma de organização das relações políticas subordinadas às relações econômicas através do qual irá se manifestar a diferenciação social e a centralização do poder. Neste campo, a economia mercantil é entendida enquanto redefinidora do papel da cidade no período medieval – século V d.C, pois a intensificação das relações comerciais, ao afetar o crescimento das cidades, teria gerado pressão sobre os senhores dos feudos na potencialização do desenvolvimento das atividades econômicas. Fato que possibilitou um movimento de migração daqueles colocados em situação de servidão para os centros urbanos, deslocando-se de mãos o poder, criando as condições para estruturação do processo de acumulação primitiva do capital (ROLNIK, 2009).

A partir de tal referencial, será trabalhado tanto o processo de acumulação primitiva do capital quanto da organização social das cidades, e do poder que através delas se exerce. Esse aspecto é o que se impõe à ordem feudal, que é nesse movimento superada, ao passo que transforma a cidade em obra e a terra, em mercadoria, subordinando todas as demais relações que se materializam na cidade ao desdobramento da apropriação econômica das relações políticas. A segregação passa a ser um contribuinte para o aprofundamento das diferenciações ou um reflexo das condições estruturais. Sobre esta base é que os discursos, no campo da teoria crítica tradicional contemporânea, irão se fundamentar.

Desdobramentos com impacto na mesma escala sobre as cidades contemporâneas/modernas. Sendo os processos de mercantilização, industrialização e

financeirização, os responsáveis pela reorganização da estrutura e ordem socioespacial nas cidades.

Carlos Vainer (2013) e Ermínia Maricato (2013; 2015) são outros autores que discorrem sobre os desencadeamentos deste processo, apontando à emergência, sobretudo nas últimas décadas, de uma nova questão urbana, que é centrada na competitividade e voltada para o mercado. Questão essa que teria alterado a morfologia dos espaços a partir de uma base cognitiva de transformação da *polis*, entendida enquanto espaço onde se desenvolvem as relações políticas e sociais, em *city*, a última fronteira de objetificação da cidade, na qual a mercadoria – objeto concreto, toma a forma de relação financeira e se dissolve no ar.

Enquanto isso, os autores contemporâneos constroem grandes esforços para recuperar a ideia da *polis* – baseado no pensamento de espaço para o exercício das relações políticas e da democracia. Problematizando as relações na esfera econômica a partir da divisão social do trabalho (SPOSITO, 1988; SILVA, 1989; ROLNIK, 2009). É necessário chamar a atenção para o que os pesquisadores do tema da cidade não têm atentado, ou não têm dado o destaque que se acredita devido, sobretudo no tocante à obra de Platão (2002), que é tido como uma de suas principais referências.

O texto de Platão (2002), que tem enquanto interlocutor principal a figura de Sócrates, personagem que caminha e conversa sobre temas diversos com amigos, fora produzido em um período no qual o império grego era dominado por um poder tirânico. Assim, é sob uma estrutura de opressão que o autor busca lançar reflexão sobre um outro modelo de organização social, fundado em um homem ideal para uma organização – Cidade-Estado – ideal. Deste modo, a realidade vivida pela população naquele período histórico é atacada e falseada pela elaboração teórica sobre uma estrutura outra, concreta e possível, pois era vivida em territórios diferentes.

A estrutura de opressão materializada sobre os gregos não é analisada, criticada ou refutada por Platão (2002), sua presença é quase imperceptível na obra. O exercício construído pelo autor é o de tirar os olhos daquilo que se apresenta enquanto realidade única e apontar para uma forma outra. E esta é a dimensão que na literatura contemporânea se perde, quando os(as) autores(as) buscam na projeção feita há mais de dois mil anos um modelo ou uma sombra para a estruturação de outras formas de relações sociais e políticas para o tempo presente.

O que se considera necessário de ser extraído dos ensinamentos do filósofo grego (PLATÃO, 2002), para o nosso tempo, não é sua ideia sobre a *polis*, democracia ou formas de organização política, mesmo que essas sejam de extrema relevância para que se possa compreender o desenvolvimento dos processos naquele período. Para hoje, entretanto, cabe a

análise quanto ao Mito da caverna, apresentado no livro sete de “A República”, (PLATÃO, 2002). Uma vez que, é na idealização do modelo de relações políticas estabelecido pela *polis* na literatura contemporânea, que se tem um dos principais responsáveis pelo encarceramento intelectual à “caverna”. Espaço onde se é levado à contemplação de sombras enquanto se permanece acorrentado. Limitado de enxergar e projetar outras formas de relações sociais, políticas e econômicas que não estejam colocadas dentro dos limites estabelecidos.

A *polis*, considerada para a reflexão teórica proposta por autores como Rolnik (2002), Vainer (2013) e Maricato (2013), apresentada como objetivo, ou semblante para a cidade contemporânea, é a caverna na qual a literatura crítica tem buscado emancipação. Uma distopia. A caverna é uma prisão intelectual. E tem sido o espaço onde se tem buscado pela materialização de relações políticas que foram idealizadas para serem vividas dentro dela. Aprisionando deste modo às suas algemas, a caverna impossibilita que seja alcançado qualquer tipo de transformação que possibilite emancipação, ou libertação de si.

De modo que o modelo de relações sociais inaugurado pela *polis* não pode ser exaltado a partir da reflexão sobre o que ela é, ou deveria tornar-se. A estrutura de relações de poder, ali alicerçada, deve ser combatida a partir da denúncia ao que ela é, e do que ela representa. Denúncia feita de um caminho e/ou perspectiva que possibilite um distanciar-se dela, libertando-se e afastando-se, permitindo um sair da caverna!

Abandonar a *polis*, enquanto obra suprema, como objetivo a ser buscado, então, torna-se um primeiro convite para os que buscam se desprender dessa estrutura, com seus conceitos, simbolismos e significações, de sua segregação. É buscar pelo “descortinar” do que existe, para além do modelo no qual se é mantido prisioneiro, no qual se é condicionado a viver de forma programada.

1.5.3 As estruturas fundadas e seus desdobramentos

Agora, cabe destacar, antes de adentrar no próximo capítulo que, foi a partir do advento da colonialidade, que os processos sobre os quais até aqui se discorreu, passaram a ser transmutados e espalhados, conforme destaca Enrique Dussel (1993). Projeção feita através de um sistema potencializador de violências em escala global, instituído por e a partir da estrutura estabilizada pela *polis*. Uma estrutura passível de ser observada quando se lança reflexão sobre a estrutura contemporânea da cidade.

Tal realização, é quem cobra o preço no tempo presente de se recuperar o que é ou o que significou a estruturação ideológica da *polis*. Espaço estruturado por e para a separação

fundacional sobre a qual foram instituídas as cidades modernas. Onde a classificação social se dá a partir da inter-relação dos grupos com os territórios. Sistemas e estruturas de atomização das diferenças, desenvolvidos para a extorsão, que coloca em operação a violência sobre os colonizados. Estes, vitimados por diversos níveis de exclusão e espólio, estabelecidos por uma estrutura que, sistematizada, ganhou ares de ciência, sendo legitimada pelas máquinas de (re)produção de conhecimento que moldam subjetividades – a religião e as ciências/academia, perpetuadas pela modernidade colonial.

As ideias combatidas na contemporaneidade quanto aos diversos níveis de exclusão manifestos no espaço urbano, abordadas a partir do conflito entre capital e trabalho e ancoradas na idealização da modernidade, entendidas a partir do no tripé do Iluminismo (1715-89), da Revolução Francesa (1789-89) e da Revolução Industrial (1760-1840)³³. Marco sobre o qual têm se debruçado diversos autores contemporâneos para estruturar suas reflexões quanto aos problemas hoje enfrentados neste campo, que tem em suas raízes elaborações teóricas que necessitam ser incessantemente revisitadas.

Para as ciências sociais aplicadas, para todos que se debruçam sobre estas questões e buscam a transformação da estrutura imposta, o questionamento das fundações do pensamento sobre a cidade e a estrutura de relações que tem sido reproduzida e imposta, através de uma razão pautada por princípios de hierarquização e domínio dos corpos e territórios é essencial. Trata-se, pois, de uma razão difundida através de conhecimentos locais e específicos, traduzidos enquanto “verdades” absolutas, por terem sido (re)produzidas ao longo dos séculos por aqueles que são legitimados pela estrutura para serem produtores de saber, os cientistas.

O saber foi validado, as questões passaram a ser disseminadas pelo universo acadêmico, um espaço de conflito, mas que historicamente reproduz normas de conduta e padrões de sociabilidade das elites. Grupos que acabam tomando para si, em cada período histórico, a autoridade e a legitimidade de serem os únicos aptos para chancelar a (re)produção do conhecimento. Não se trata apenas de uma maneira “simples” de apresentar o “real”, mas de produzi-lo e de intervir no mundo através deste. Criando e manipulando hierarquias que são estabilizadas sobre saberes e práticas concretas, práticas impossíveis sem tais hierarquias, que foram naturalizadas na história.

Da Grécia até Roma. De Roma à razão capitalística. Ciências moldam padrões, planos e planejadores mantem a todos cativos de uma razão de liberdade. Uma ideia de render-se a um

³³ Ver nota de rodapé 48.

processo de padronização/regularização ou morrer diante da exclusão/remoção. Para que todos os espaços venham a ser *polis*, tornarem-se *civitas*, e serem transformados em *city*.

Um universo de estruturas que precisa ser descortinado e denunciado, ter suas bases expostas para que possam ser falseados e desnaturalizadas tais elaborações. Isso, sem qualquer pretensão de aproximação a alguma forma de messianismo, ou com ideias e perspectivas pautadas por um progressismo evolucionistas. Pois estas, se encontram no bojo das imagens criadas para disseminação de perspectivas lineares e escalonares, entendidas enquanto promotoras de um modelo de sociedade fragmentado, onde não há respeito sobre as diferenças, que acabam por ser tratadas de maneira diminuída e atacadas para (re)produção de relações de controle.

Quer abordada a partir de perspectivas funcionalistas, crítico-materialista ou pós-estruturalistas, caso dos autores que tiveram suas elaborações apresentadas, as abordagens produzidas sobre a cidade, historicamente, têm se voltado para a reafirmação de perspectivas reducionistas, binárias e evolutivas produzidas em outras latitudes, norte-centristas. Mesmo quando este espaço venha a ser apresentado e até reconhecido como “o campo” para o desenvolvimento de relações sociais outras, ou lócus no qual se tornaria possível a materialização da transformação das relações sociais. No entanto, as mudanças que podem ser percebidas voltam-se cada vez mais à concretude de um modelo de sociedade orquestrado sobre fundações opressoras e excludentes. Situações pré-definidas ainda no embrião dessa estrutura.

Para pesquisadores e comunidades, instituições de ensino e movimentos sociais encontrados ao Sul, de um país do Sul global – caso da cidade de Pelotas, este é um trabalho fundamental. Uma vez que se encontram, pois, em um espaço de conflito, sendo atravessados por inter-relações a partir das quais se tem buscado trabalhar a reflexão e a análise sobre as políticas sociais, para a garantia de direitos à ampla maioria da população. Assim, é que as estratégias e estruturas que possam estar impedindo as pessoas de desfrutar de seus direitos e da vida, são revisitadas, revistas e denunciadas.

Processos e ações que se apresentam pautados pela garantia de direitos fundamentais, materializados no lastro de conceitos, preceitos e estruturas que fundam um modelo de negação à vida. Políticas que deveriam voltar-se ao trato de questões que dizem respeito aos grupos lançados em situação de vulnerabilidade, à solução de problemas que os afetam, materializando-se de forma inversa, servindo para o aprofundamento da segregação, da exclusão, da vulnerabilização e promovendo a morte. São práticas e estruturas que se tornam objeto de reflexão. E sua razão promotora de questionamento, bem como aqueles que possam estar reproduzindo-as. Para que a partir do conhecimento das raízes da problemática, se possa pensar

a proposição de rotas alternativas, seja para os problemas experimentados localmente, ou para questões mais amplas – relacionadas à efetivação de estratégias políticas e (re)produção de saberes.

Desta forma, na próxima contribuição, se seguirá no reconhecimento de vias para compreensão dos processos, refletindo sobre os dispositivos de poder articulados, sobre o domínio do “saber” e os discursos sobre as cidades e as relações que sobre este tecido se estabelecem. Separando e cruzando as categorias de análise em uma diversidade de estudos, sobre as elaborações científicas atuais, nos quais se reconheceu relação entre os termos. Para, a partir da consideração das abordagens e compreensão do trato das questões, abrir novos horizontes de trabalho. Trazendo-se, assim, na bagagem as histórias e memórias, os caminhos percorridos, os passos e teorias que auxiliam nesta trajetória.

2. SEGUNDA CONTRIBUIÇÃO: UM OUTRO ROTEIRO CONTRA OS MÉTODOS E O PROGRESSO DA MODERNIDADE

Construir vias para compreensão dos processos na busca pelo rompimento com a historiografia de imposição colonial, de reconhecimento enquanto único saber ao qual se outorga validade, única verdade, aquela que é comumente reproduzida e apresentada, é o horizonte desta contribuição. Uma vez que, se reconhece, ser a partir desta historiografia que será imposta a sujeição e repetição “irracional” de dogmas epistemológicos que moldam sobre todos racionalidades que não os são próprias. Razões outras, externas, em que muitas vezes o fazer de sua reprodução eleva, como ao velho sargento³⁴ de “O triste fim de Policarpo Quaresma” (BARRETO, 1997), à posição de alferes. Titulados por e para a estrutura, em um ciclo de repetições que impede o vislumbrar de qualquer transformação e de alcançar alguma emancipação, senão dentro de seus marcos. Este é o propósito dessa escrita. Uma vez que entende

a peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados. Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a ideia de liberdade [...] Nem a relação de dominação é mais uma “relação”, nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos (FOUCAULT, 2014b, p. 16, 17).

Em sua busca pela “verdade”, os teóricos do século XIX operaram sobre a base dos revezamentos de uma multiplicidade de componentes teóricos e práticos, e a partir da prática do discurso (re)produziram teorias locais, colocando-as enquanto formas globais. Uma romantização das linearidades evolutivas que em sua manutenção perpetuaram não somente o dito sobre as cidades e os corpos, mas também o não dito. As formas que não cabem nos discursos, que escapam ou que são excluídas das palavras pronunciadas tornam o não dito tão importante no discurso quanto o constante em sua enunciação. Uma relação através da qual são produzidos sentidos e memórias, inscritas nas formações discursivas ideologizadas. O que não impede que as mesmas sejam sentidas e percebidas, mesmo que tenham sua emergência impedida por fatores sociais, políticos e econômicos externos (FOUCAULT, 2008). A reprodução de

³⁴ O velho sargento reformado, elevado a posição de alferes, é um personagem que atravessa a crônica de Lima Barreto (1987), sendo um instrutor “um tanto coxo, e admitido no batalhão com o posto de alferes, que gritava com uma demora majestosa: “om — brô”... armas!” (p. 87) no pátio da antiga estalagem transformada em quartel instruindo as turmas de novos recrutas. Personagem de repetição irracional que instrui cada novo soldado na obediência as normas que lhes foram impostas.

estruturas de saber que mantêm e institucionalizam apagamentos enquanto formação natural, não impede que as pessoas vivenciem e interpretem o que se procura ocultar.

Os rastros seguidos, da terra em que os pés pisam e nossos olhos observam até a mesopotâmia neolítica³⁵, possibilitam à análise das dispersões. Isto pode ser observado ao trilhar este caminho pelas mãos de teóricos da perspectiva crítica, nos passos da arqueologia do saber³⁶, seguindo através dos termos e conceitos que estruturam a teoria da colonialidade (QUIJANO, 2005).

De tal modo, possibilitam a construção de um muro teórico que torna possível, a partir da projeção de luz sobre o mesmo, a criação de territórios de sombra, sobre os quais se anda. Pisando na sombra é possível observar as possibilidades de reconhecimento e até mesmo de criação de brechas e fendas imperceptíveis ao se contemplar o muro em seu lado iluminado. Entendendo que, ao se atentar para o mesmo, estando do lado das sombras, podem-se visualizá-las, uma vez que a luz ao encontrar-se com uma barreira se esguia e invade qualquer fissura, deixando todas as brechas visíveis, essas que podem se tornar em linhas de fuga. Uma tensão para encontrar luz na sombra, fissuras na pedra³⁷ e para desterritorializar³⁸ as representações, os campos consolidados pela estruturação escalonar do conhecimento. Para, em um movimento de reterritorialização (GUATTARI; ROLNIK, 1986), (re)orientar mudanças de paradigma, falseando verdades solidificadas pela tinta através de séculos, na “pedra polida” e no “vil metal”³⁹ (SENNETT, 2016).

É possível observar um processo, uma possibilidade de reconexão do passado com o presente, ou um encontro no passado presente, através do muro que é ponte, para ressignificação do futuro do agora. Se a leitura do presente se torna um processo complexo pela falta do distanciamento temporal necessário, se muda o lugar de visão, saindo da luz, para entender o que do passado não está somente lá. O que se encontra no presente deste tempo que se foi.

³⁵ Período conhecido como Pré-História. Expressão que aponta para uma divisão cronológica do tempo ao qual os autores Fustel de Coulanges (1961) e Jen-Pierre Vernant (1984) dedicam parte de seus trabalhos de rememoração histórica, sociológica e filosófica.

³⁶ Tratado metodológico e historiográfico de investigação, que permite trabalhar a partir das regras de formações discursivas e sistemas de pensamento e conhecimento, as epistemes constituintes de um saber determinado (FOUCAULT, 2008; BAREMBLITT, 2002).

³⁷ Ciências/conhecimento cristalizado.

³⁸ Para os autores o conceito de território é trabalhado de maneira complexa, sendo constituído por múltiplas dimensões e sendo portador de sentidos diversos. Pode ser um espaço, um processo, uma composição, etc. Aparece em documentos, está presente no planejamento de ações. É uma construção provisória encontrada sempre em relação a processos, movimentos através dos quais dele se sai: desterritorialização para se reterritorializar em outra parte (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

³⁹ A “pedra polida” aponta para uma representação da cidade enquanto produto, objeto inanimado, enquanto o “vil metal” representa o artefato que gera morte. Ver Richard Sennett (2016), “Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental”.

Trazendo de volta o futuro que tem se colocado distante do alcance. Não se fala, e tão pouco se trata, de tempo somente, mas de interconexões não lineares, que são ou podem ser percebidas e experimentadas agora.

Interconexões que fazem entender quais são os laços que precisam ser rompidos, quais os que precisam ser reconhecidos e visibilizados, quais devem ser seguidos e reconectados. Ressignificados para se reestruturar relações espaço-temporais, sociais e com a terra. Um exercício prático em campo teórico, epistêmico, essencialmente de reorientação, de descentralização das perspectivas nortes centristas para resgate de cosmologias outras.

Ir contra as lentes neutras da ciência, é de fundamental importância, revisitar a historiografia⁴⁰ na história para compreender o que é ou o que são as cidades, como são tratadas as suas “origens”, para fazer oposição à unicidade da narrativa histórica que trata das origens das coisas. Entender como se estrutura esse espaço, através do qual são moldadas as subjetividades, as formas de pensar e de se relacionar com o mundo, histórica e filosoficamente, indexando a teoria da colonialidade às nossas balizas, para visualizarmos como estas foram impostas às superadas limitações geográficas, é preciso. Interrogando o papel histórico e político dos saberes e tratando da “impossibilidade” de libertação de uma condição própria e da história, para “fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 2014b, p. 35).

Esse é o nosso ponto de partida para identificar e falsear a razão (re)produzida sobre os conceitos de regularização fundiária, de remoção e de planejamento urbano. Termos encontrado nas estruturas de teorias basilares para ações abordadas enquanto epistemicidas, que materializam práticas de morte.

A investigação provocada, como anteriormente introduzido, pela experimentação vivida, no estudo e no trabalho que instigou está escrita. Um esforço construído em aliança com grupos diversos, insurgentes, que resistem e irrompem contra as fundações entrincheiradas, enfrentando o passado herdado para construir o novo (HOLSTON, 2013), tensionando contra as forças que operam a negação de direitos. Distende-se em uma busca por libertação, para uma vez livre, tornar a esta relação de mútua libertação.

2.1 SEXTO INTERSTÍCIO: UM OUTRO TRATADO METODOLÓGICO

Os dispositivos de poder articulados sobre o domínio do “saber”, que outorga validade aos discursos sobre as cidades e as relações que sobre este tecido se estabelecem, podem ser

⁴⁰ Ver nota de rodapé 10, página 13.

relacionados aos espaços e veículos de enunciação, como as cátedras, revistas científicas, livros técnicos etc., ferramentas oportunamente utilizadas para a difusão e inculcamento de saberes sobre tais questões (FOUCAULT, 2008). Os procedimentos metodológicos e a linguagem técnica também podem funcionar como estratégia de autorização para se falar acerca da cidade, estabelecendo desta forma um controle sobre a “verdade” que se diz, ao passo que outros saberes são marginalizados. Desse modo, aponta-se para a existência de grupos e pessoas que serão legitimadas para emitir pareceres e fazer abordagens sobre o tema.

Assim, devem ser questionados não somente os dispositivos, mas também os processos que têm sido desenvolvidos e apresentados enquanto solução para os problemas sociais contemporâneos, mantendo a defesa de que não se pode abordar questões complexas com interferência de múltiplos fatores e atores a partir do isolamento e ocultamento dos fatos. Tão pouco não se pode construir ou reproduzir perspectivas que preservem a ordem linear e evolutiva dos processos históricos, pois se trata de mecanismos para manutenção de uma ciência masculina e eurocêntrica apresentada enquanto “luz”, que divide e propicia o tratamento destes de forma distanciada de suas questões causais. Se assim for feito, incorre-se no risco de mistificar situações, encobrendo modos de vida potentes, auxiliando no aprofundar das raízes de tais problemas, reproduzindo e perpetuando desigualdades, justificando exclusões.

A anteriormente referida ACP, e sua problematização, foi em seu tempo um ponto de partida. Agora, dos processos, trazemos os conceitos que se colocam enquanto possibilidade para o desenvolvimento de reflexões mais amplas para nossa problematização, que se compreende necessária na busca de meios para a compreensão das questões que têm influência sobre a (re)produção e apropriação dos modos de vida no espaço urbano. Estes que hoje, segundo Ermínia Maricato (2015), têm se desenvolvido de forma inter-relacionada, entre as ações do Estado e do mercado, pavimentando caminhos de espoliação de vidas, refletindo conflitos que transformam as formas de habitar e os territórios.

Reitera-se que a análise do desenvolvimento sócio-histórico destes processos, observado a partir dos atravessamentos⁴¹ das questões religiosas, políticas, econômicas e sociais que se desenvolvem, tem se dado através dos vínculos estabelecidos com a comunidade do Corredor da Estrada do Eengenho, por conta da construção anteriormente desenvolvida nos espaços de trocas, de debates e reflexões. Entretanto, agora se voltam para uma análise da

⁴¹ “interpretação ao nível da função, do conservador, do reprodutivo” (BAREMBLITT, 2002, p. 33).

ontologia do que consideramos axiomas⁴² que foram ao longo dos tempos a legitimação de um saber pré-definidos.

Promover esta discussão ao nível acadêmico dá-se a partir da compreensão de que a universidade, enquanto reprodutora e produtora de saber, é espaço político de embate entre forças sociais (PAPALÉO, 1991). Um universo de reprodução de subjetividade e controle, em que

os intelectuais como corpo especializado e profissionalizado são construídos em sua funcionalização, mercenarização pelo Estado [...] esses intelectuais portadores do saber-ciência tornam-se funcionários do Estado pelo próprio mecanismo que faz dos funcionários deste Estado intelectuais (BAPTISTA, et. al. 1999, p. 31).

Sem deixar de ser, entretanto, um território organizante⁴³ de práticas de resistência, de produção de utopias associadas a práxis transformadora, relacionadas às “visões sociais de mundo que expressam interesses sociais correspondentes aos lugares onde os grupos sociais se encontram” (STRECK; ADAMS; MORETTI, 2017, p. 69), na reinvenção de práticas e produção de paradigmas outros, cosmopolitas desde o Sul (SANTOS, 2006).

Se por um lado as elites são autorizadas a reproduzirem segregação e legitimação para seu poder através do conhecimento científico, instituindo leis, normas, saberes que imprimem regras aos aspirantes à sua organização (BAREMBLITT, 2002), os corpos marginais⁴⁴, aqueles que habitam um *lócus* fraturado⁴⁵, voltam-se para a produção de processos de singularização⁴⁶, subjetificação⁴⁷, pelo entendimento da necessidade da produção de resistências e enfrentamento a tal lógica. Fazem isso, a partir do reconhecimento e/ou produção de novos conhecimentos,

⁴² “provérbio, máxima, postulado, sentença; Evidência cuja comprovação é dispensável por ser óbvia; princípio evidente por si mesmo. Expressão que contém um sentido moral ou geral; provérbio, máxima ou sentença” (RIBEIRO; NEVES, 2020).

“Do grego *axioma*, consideração, estima, opinião, dogma [...] Diz-se das verdades gerais, aceitas sem discussão ou consideradas evidentes por si próprias, como na Filosofia e na Matemática” (GREGÓRIO, 2020).

⁴³ O termo organizante faz referência a ação ou poder inspirado pela utopia (BAREMBLITT, 2002).

⁴⁴ Ver nota de rodapé 19.

⁴⁵ Lócus fraturado inclui a dicotomia hierárquica que constitui a subjetificação (ver Subjetificação, nota de rodapé 28). “Lócus fraturado de enunciação a partir da perspectiva subalterna define o pensamento de fronteira como resposta à diferença colonial. É também o espaço onde a restituição do saber subalterno está tomando lugar e onde o pensamento de fronteira está emergindo” (LUGONES, 2014, p. 947).

⁴⁶ Processos de singularização = Forma de recusa aos códigos preestabelecidos, modos de manipulação e comando, para produção de sensibilidades e modos de relação com o outro para uma subjetividade singular (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

⁴⁷ Processos de subjetificação: processo de adoção/internalização da dicotomia e oposição resistente. Movimento rumo à coalizão que impulsiona a conhecer e construir relações e sociabilidades alternativas, alicerçadas na tensão e criatividade. Inclui a dicotomia hierárquica dos/as colonizados/as, resistindo, “a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as” (LUGONES, 2014, p. 943).

que sejam capazes de banir a exclusão, em qualquer nível, através da inclusão neste campo, para além das dimensões econômicas, culturais e sociais, dos corpos e grupos que historicamente têm sido alvo de segregação, dos instrumentos que podem estar sendo utilizados no desenvolvimento de tais processos.

As problematizações que têm sido apresentadas, e que serão ainda aprofundadas, surgem envoltas nessa tensão, vivenciada em dinâmicas próximas, alcançáveis no olhar e ao toque das mãos deste pesquisador. Que carrega essas questões em sua bagagem, como um viajante, que leva em sua mochila o que considera indispensável para sua vida quando está longe do conforto de seu lar. Ao passo que no campo subjetivo distancia-se do mesmo, encontrando na inquietação do desconhecido, em que se descortinam mais dúvidas que certezas.

A construção da reflexão parte então da busca pela compreensão de como se dá o desenvolvimento dos encadeamentos que estruturam a sociedade moderna/colonial, a partir do estabelecimento e mundialização da ideia de cidade, e dos termos de pesquisa compreendidos enquanto potenciais mecanismos utilizados para o controle.

2.1.1 Aproximações entre a Colonialidade e a Arqueologia do Saber

Como já destacado, metodologicamente, o caminho é construído a partir de um trabalho em aproximação do tratado metodológico e historiográfico de Foucault (2008) sobre a perspectiva descolonial. Esta última aponta para a impossibilidade de se desconsiderar tudo que vem da Europa, pois mais de quinhentos anos de exposição e imposição de sua racionalidade nos impossibilitam agora de reconhecer tudo o que é exterior às sociedades ou os frutos da colonialidade. Assim, falar em descolonialidade, não diz respeito a se procurar romper completamente com as produções do norte global (LUGONES, 2014), mas, sobretudo, compreender e criar possibilidades para a construção de um programa de liberação da racionalidade que orienta o modelo capitalista. Desse modo, é preciso reconhecer que a ontologia moderna se fundamenta na perspectiva do progresso humano, tendo como referência o homem branco, europeu, e o controle de tudo o que passa a ser considerado não humano, operando a partir da articulação das dimensões do saber (ciência), poder⁴⁸ (Estado) e sujeito (homem branco europeu), constituintes do modelo analítico que tornou possível a associação entre desenvolvimento capitalista e colonização global. A crítica à tal perspectiva hegemônica

⁴⁸ Destacamos sobre os conceitos nos quais estamos trabalhando e que foram alvo de reflexões por parte dos autores Aníbal Quijano e Michel Foucault, e que estes desenvolveram análises distintas, construindo diferentes percepções, iremos apresentar no memento devido, suas diferenças e territórios de aproximação.

se dá a partir da recuperação de seus processos fundantes, tendo enquanto articulador o conceito que nos auxilia na compreensão desta ontologia, a colonialidade (QUIJANO, 2005).

Deste modo, os conceitos-chaves desta pesquisa, “regularização fundiária, remoção e planejamento urbano”, bem como suas variáveis, são trabalhados a partir das dimensões que estruturam a perspectiva descolonial: colonialidade do saber, do ser e do poder, tratadas a partir da aproximação com os eixos articulados no trabalho de Foucault, sobre os mesmos termos, abordados em três etapas distintas de sua trajetória. De modo que o eixo saber vincula-se à arqueologia; o poder, à genealogia; e o ser, enquanto sujeito, à ética (YAZBEK, 2015). Assim, a busca por seu reconhecimento dar-se-á no desenvolvimento das análises, partindo das pesquisas bibliográficas e documentais, nos termos propostos pela arqueologia do saber (FOUCAULT, 2008). Método de investigação voltado à compreensão da ordem interna constituinte de um saber determinado, que busca no deslocamento do olhar da superfície para a profundidade converter aquilo que foi alvo de processos de invisibilização em formas visíveis, a partir da análise das camadas de problemas e na descrição dos discursos. Não a partir das realizações individuais, mas nas escalas mais amplas e gerais do pensamento pela busca do que jaz em oculto das opiniões individuais expressadas, partindo das teorias dos indivíduos para ir além das descobertas científicas, debates e teorias, indo ao encontro de níveis arqueológicos do pensamento.

Sendo nosso objetivo buscar por uma “libertação das verdades” encontradas cristalizadas contemporaneamente, que materializam processos que atentam contra a vida, indagando os processos que tendem à naturalização dos conceitos de planejamento urbano, remoção e regularização fundiária. Expressões entendidas enquanto instrumentos úteis para reprodução de estruturas e de práticas epistemicidas.

Instrumentos da fábrica da colonialidade úteis à submissão dos grupos humanos e seus territórios, estratégias de dominação através dos enunciados, afrontadas pela perspectiva decolonial, que torna possível a compreensão do funcionamento dos mecanismos. Permitindo um vislumbrar do desenvolvimento das estratégias e a tradução de respostas aos desafios impostos, seja para questões práticas ou teóricas, oferecendo caminhos para o entendimento e enfrentamento das mentiras, uma vez que

[...] discutem e analisam criticamente os sistemas de produção de conhecimentos, procurando estudar os saberes e experiências silenciados pela relação colonial-capitalista. As perspectivas [...] se caracterizam pela tentativa de valorização de narrativas outras que não a narrativa totalizadora eurocêntrica. Nesse sentido, é através da visibilização da pluralidade que os estudos [...] conformam propostas de teorias contra-hegemônicas (MARTINS, BENZAQUEN, 2017, p. 15).

Assim, o pensamento decolonial ou de descolonização⁴⁹ é tomado enquanto uma estratégia significativa para o desenvolvimento da crítica à colonialidade, contribuindo para o enfrentamento aos discursos (re)produzidos e impostos, uma vez que

[...] descolonizar é colocar-se contra as diferentes formas de dominação que existiram e existem e que nos impõem uma lógica de pensar. Descolonizar é construir lógicas diferentes (MARTINS, BENZAQUEN, 2017, p. 15, 16).

Caminho sobre o qual temos ainda o auxílio de Boaventura de Souza Santos (2006), que nos propõe a construção de uma outra perspectiva, própria, desde o Sul.

O meu apelo a aprender com o Sul – entendendo o Sul como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo – significava precisamente o objetivo de reinventar a emancipação social indo mais além da teoria crítica produzida no Norte e da práxis social e política que ela subscrevera (SANTOS, 2006, p. 27).

Uma epistemologia do Sul nos ajuda deste modo a buscar uma tradução decolonial a partir dos elementos constitutivos de tal teoria, a saber, a colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2009). Isso possibilita organizar um arcabouço operativo a partir das formulações teóricas que oferecem uma contraposição à formulação epistêmica que inviabilizam o reconhecimento de práticas outras que se colocam em favor da recuperação dos modos de vida e relações com o tempo e o espaço.

Os elementos constitutivos da colonialidade serão apreendidos enquanto dimensões ontológicas que servirão de balizas para este estudo, a partir da compreensão de que estas operam nos três níveis apresentados a seguir significados. A colonialidade do poder é a estrutura através da qual se desenvolve a dominação, a partir da instauração de uma lógica hierárquica, que opera a exclusão e opressão nas relações sociais. Imposta tanto no âmbito da economia quanto da política, a partir da construção de verdades. Uma estrutura disseminada por práticas de dominação, concretizada por meio de ações autoritárias e discriminadoras. A colonialidade do saber, por sua vez, diz respeito à lógica operada a partir da hierarquização do conhecimento. É encontrada nos níveis filosóficos, científicos, epistêmicos e na relação língua-conhecimento, permitindo deslegitimar certos saberes, para legitimação da “superioridade” de outros, produzidos por aqueles que ocupam lugares diferenciados na escala hierárquica produzida pela colonialidade, em que a ideia de eurocentrismo solidifica-se e se desenvolve. Este, revestido por um espectro de neutralidade, que oculta o fato de que todo conhecimento é local, produzido

⁴⁹ Ressaltamos que os termos comumente tem sido utilizados para demarcar filiações teóricas apresentadas enquanto distintas, mas que para nós não são apreendidas enquanto significativas, por não se tratarem de perspectivas divergentes, encontrando-se mais relacionadas as formas de tradução destes do espanhol.

a partir de um corpo político, e, assim, pode e deve ser contextualizado. Por fim, a colonialidade do ser é a diferenciação que se torna possível através do exercício do poder, constituída a partir da hierarquização do saber. Faz emergir categorias de classificação social que servem para identificar grupos, sujeitos e territórios como superiores e inferiores. Uma marca estrutural da colonialidade moderna, que a partir do conceito de raça criou a estrutura para o controle das populações mundiais, através da instituição do conceito de humano (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2014; FOUCAULT, 2014).

Dimensões que aparecem como realidade instituída e instituinte, operando na descrição do real, mas também enquanto forma de imaginação sociológica e política (CASTORIADIS, 1995), possibilitando (re)conhecer condições e práticas de esperança (LUGONES, 2014). Desta forma, delibera sobre ações que sejam capazes de promover a materialização dessas condições, promovendo, no âmbito da realidade instituinte, uma descolonização ontológica, a partir da contextualização dos saberes, questionando o hegemonicamente imposto, o ser e o saber eurocêntricos, permitindo-nos fortalecer epistemologias outras.

Compreende-se que tais categorias no contexto hegemônico têm se colocado a serviço da legitimação de teorias, que justificam escolas de pensamento e, a partir da atomização e engendramento dos conceitos, apontam para o desenvolvimento social, político e econômico em uma perspectiva evolucionista. Cria-se uma estrutura cognitiva hierárquica e moralizante de conhecimentos sobre distintas formas de organização da vida (MARTINS, BENZAQUEN, 2017)

Para o enfrentamento de tais processos serão necessárias outras epistemes, a partir de uma cosmovisão que proporcione instrumentos para a identificação das armadilhas e capturas que os conceitos historicamente (re)produzidos pela razão colonial capitalista criaram. Questionar saberes apresenta-se neste contexto enquanto uma estratégia. Recuperar os acidentes, restaurar o existir, (re)inventar modos de vida dentro de parâmetros que assegurem bons conviveres a partir do reconhecimento de que “existem memórias, experiências e práticas de sujeitos comunitários que exercitam estilos de vida não inspirados no tradicional” (ACOSTA, 2016, p. 96).

Entende-se que os instrumentos e ferramentas, técnicas e teóricas, que têm sido utilizados até então para a crítica a tal estrutura, devem ser (re)avaliados e, se necessário, substituídos. Novos caminhos precisam ser trilhados reconhecendo que a indústria da modernidade colonial se apropriou das bases instituídas pelo pensamento filosófico clássico para produzir um caminho unidirecional e excludente, através do qual impõe a busca pelo

progresso, produzindo uma meta narrativa quanto à segurança e ao bem-estar, que movimenta as engrenagens da razão desenvolvimentista.

Lançados sobre os sentidos de convivência socioespacial comunal, abriu-se espaço para o pensar e sentir a desordem, oculta no próprio conceito de ordem. Produto intrinsecamente relacionado às aspirações coloniais. Forjado por um sistema de significações onde a aparente ausência de ação estatal, bem como a função política dele, servem para condicionar formas de reproduções sociais, políticas e econômicas. Através de movimentos de rotinização do cotidiano, “subordinação dos recursos do território a objetivos políticos e a perspectiva de tecnocratização da sociedade [...] movimento [que] tem como animador o Estado” (MARTINS, 2011, p.51).

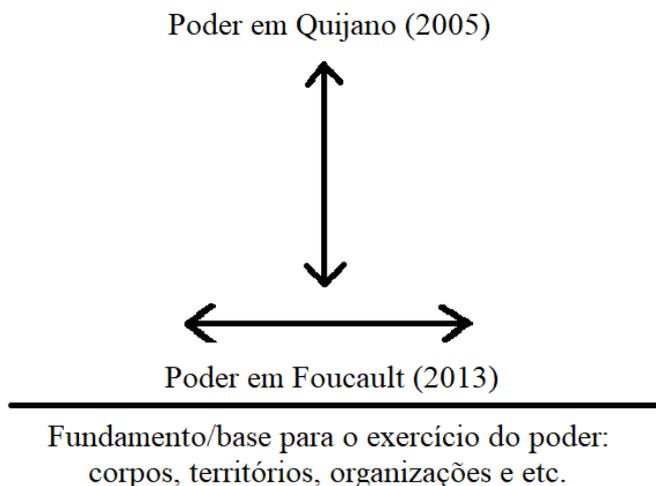
É a ideia lefebvriana de reinterpretação da cidade política/relacional, que é seguida por diversos autores(as) contemporâneos aqui apresentados(as) que trabalham sobre a perspectiva da produção social do espaço e que se colocam em posição de recusa as instituições capitalísticas, produtoras da cidade tecnocrática estatizada. Alicerçada no preceito de que este campo acaba por operar em uma perspectiva contrária à lógica que a produz, torna-se aqui também um objeto de questionamento. Uma vez que não se entende tais questões em discordância, mas sim, enquanto engrenagens úteis à manutenção da estrutura e ideia original operada sobre a cidade, que se tornou uma obra humana suprema e irrefutável.

Diante das elaborações e problematizações que foram até aqui apresentadas, se atesta então que os processos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano podem ser percebidos em inter-relação, enquanto dispositivos de Poder, acionados por um Ser e seu Saber, para ativação de mecanismos disciplinares e de segurança sobre um campo artificial – a cidade, historicamente preparada para suportá-los.

Assim, cabe o destaque sobre o fato de que, em se tratando da apreensão do conceito de poder, vale separar que a reflexão de Michel Foucault (2013), difere-se da apreensão feita por Quijano (2009), sem, no entanto, excluírem-se, por se encontrarem como parte de um jogo.

Anibal Quijano (2009), e Michel Foucault (2013), se mostram teóricos profícuos para o debate, uma vez que auxiliam no desestabilizar dos conceitos e teorias cristalizadas, auxiliando a compreender como este constructo, que permeia as relações sociais, foi e tem sido útil para a colonização dos sentidos.

Figura 1: Representação das distintas, mas não excludentes, formas de perceber e interpretar as relações de poder entre Anibal Quijano (2009), e Michel Foucault (2013).



Fonte: Elaborado pelo autor

Enquanto Quijano (2005) aborda o poder enquanto constructo útil para a colonização a partir de sua imposição vertical para a determinação de formas específicas de dominação, Foucault (2013) trabalha o poder enquanto uma relação horizontal, que permeia as relações sociais. Para ele

O que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para construir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificados ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico [...] Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 2014, p. 5, 7).

Desse modo, não se trata da construção de abordagens que coloquem tudo a um certo plano, mas de se considerar os escalonamentos presentes em diferentes acontecimentos que necessitam ser distinguidos para que se possam observar os laços que os ligam e os engendram. Sua referência são os conflitos que determinam e dominam a historicidade, uma relação de poder e não de sentido. O saber/verdade deste modo não existe fora do poder, ou sem este, pois é produzido a partir de múltiplas coerções que produzem efeitos normalizados de poder enraizados profundamente na sociedade.

Foucault (2014b) ainda acrescenta:

Não tenho de forma alguma a intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder de Estado. Creio simplesmente que de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder

que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo [...] minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado em si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidade, movimentos, desejos, forças (p. 91).

Assim, para o autor, não devemos apreender os mecanismos de poder como de propriedade exclusiva do Estado, fato que não ignora sua importância na qualidade de produtor e reproduzidor de máquinas que manipulam sua circulação. A delimitação de territórios, a criação de campos, de instrumentos, táticas, estratégias e dispositivos intervêm “em uma racionalidade e organização” (FOUCAULT, 2014b, p.139) da instituição de comportamentos coercitivos etc.

O desenvolvimento de uma ciência de governo, de uma arte de governar fundada sobre a soberania – ou no poder de um soberano, respaldada por aparatos jurídicos e institucionais que a levavam a ser reconhecida como poder de Estado, e apoiada no modelo de família previamente instituído, sobre o qual a economia era entendida enquanto estratégia de gestão deste pequeno grupo, possibilitará entre os séculos XV e XVI a emergência de uma governamentalidade. Nesse período, a ideia de população lança a família para um “segundo plano”, a partir do qual se torna elemento interno, fundamental, a população, sobre a qual irá se desdobrar a ciência de gestão do Estado, recuperando os instrumentos anteriores.

governamentalidade [...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança [...] a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência desse tipo de poder [...] e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes [...] resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2014b, p. 171).

Trazemos à baila tais questões pelo fato de que elas nos ajudam a compreender como se fecha o círculo, qual a importância e incidência do Estado sobre as relações de poder. Deste modo, destacamos que, seja a partir de uma ou outra apreensão (FOUCAULT, 2013; 2014; 2014b; QUIJANO, 2005; 2009), o poder necessita de territórios, de corpos e estruturas para que possa se manifestar. Aqui, tomamos a cidade enquanto campo para sua materialização, um corpo sobre o qual a dominação fixa-se de diversas maneiras, produzindo indivíduos através de uma multiplicidade de dispositivos de segurança que assumem a tarefa de administrar a vida.

Forças, movimentos, campanhas desdobram-se para a emergência de uma biopolítica, um poder sobre o “fazer viver”⁵⁰.

Esse "poder sobre a vida" desdobra-se em duas frentes na análise foucaultiana: a partir de técnicas disciplinares sobre um corpo máquina⁵¹, um núcleo atomizado, biologizado; e através de dispositivos reguladores sobre a população, apreendida enquanto corpo-espécie (FOUCAULT, 2013, p. 151). Tecnologias que agem de maneiras distintas sobre os "espaços de existência", aplicadas de forma difusa para administração de coletividades – na religião, família, medicina, política, através da educação nas escolas e etc.

Constitui-se, assim, a cidade em um campo fixo, composto por ritos, espaços e temporalidades sobre os quais são constituídas redes de relações produtoras de memórias, histórias, trabalho e luta pela libertação, onde serão produzidas as diferenças. Sobre ela são constituídos procedimentos através dos quais se impõem direitos e obrigações para com ela, formando-se deste modo um ciclo de dependência.

Por ora, abandonemos as elaborações destes autores para que possamos avançar no reconhecimento do trato que os(as) pesquisadores(as) especialistas da cidade têm dado a esta. Ressalta-se que, envoltos(as) nesses espectros, estamos inseridos em um campo de inter-relações, no qual as formulações teóricas sobre o problema de pesquisa têm sido desenvolvidas, onde ciências têm sido produzidas e padrões moldados.

2.2 SÉTIMO INTERSTÍCIO: O INÍCIO COMO MEIO: CAMINHANDO ENTRE OS DISPOSITIVOS NA CIDADE

Recuperam-se, então, alguns marcos que têm servido de fundamentos para o desenvolvimento das problematizações, para além dos estudos já expostos e das situações que provocam e conduzem até aqui, reflexões e experiências relacionadas à complementaridade e à dependência produzida entre os territórios apreendidos como rurais e urbanos; sobre a produção e circulação de mercadorias; sobre a relação da execução de políticas públicas com processos de exclusão social; sobre justiça ambiental e direito à cidade, entre outros. Questões levantadas junto a coletivos e movimentos sociais, onde sempre se buscou questionar as diversas estratégias de apropriação e uso do solo no espaço urbano, bem como os processos de exclusão (re)produzidos por esta dinâmica.

⁵⁰ "a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder - no campo das técnicas políticas" (FOUCAULT, 2013, p. 154).

⁵¹ "a anatomo-política do corpo humano" (FOUCAULT, 2013, p. 151).

Questões que levaram ao reconhecimento de um grande número de teóricos que têm desenvolvido estudos sobre a cidade. É imperativo, entretanto, que se lembre que não é rejeitada a produção teórica que conduziu até aqui, mas se compreende que tais trabalhos necessitam ser revisitados para que se possam observar se têm ocorrido processos de silenciamentos e até de imposição de verdades a partir da produção de saber científico. Entende-se que estes necessitam ser recuperados, para que posteriormente se possa reconhecer os nexos e reaver o que pode estar sendo mantido em invisibilidade pelo processo de pavimentação da razão colonial, eurocêntrica ocidental.

Assim, se ampliará o número de autores com os quais se busca construir diálogo para além do que já foi apresentado, primando pela aproximação máxima do debate que tem sido construído sobre os termos do tema desta pesquisa. Voltamos aos padrões que podem ser perseguidos e identificados, mesmo quando ainda não são perceptíveis no plano concreto ou enquanto se desenvolvem as articulações para sua materialização (TRINDADE, 2012). Questão destacada por Danila Battaus (2016) ao abordar a aparente desordem dos processos articulados sobre as cidades. Percebida por Milton Santos (2008) enquanto fábrica de perversidades, administrada através de uma rede de interesses traduzidos em aflição para as populações pobres, para os trabalhadores, para a maioria absoluta da humanidade.

Milton Santos (1982; 2008), Maria Ozanira Silva (1989), Raquel Rolnik (2009) e Henri Lefebvre (2001) são alguns dos estudiosos que se voltaram ao rememorar da história das cidades. Reconhecidos por seus trabalhos, onde abordaram o desenvolvimento de políticas públicas, as formações territoriais, as organizações espaço-temporais etc. Não somente pelo reconhecimento alcançado, mas por terem obras específicas sobre as cidades, nas quais buscam trabalhar o que elas são, qual sua importância, os problemas, a influência e quais as possibilidades abrigam este espaço. Questões que ajudaram a aprofundar as problematizações e balizas teóricas.

Maria Sposito (1988) afirma que a cidade hoje por todos(as) reconhecida, é um resultado cumulativo de cidades anteriores, transformadas e engendradas por relações de poder. Questão que provoca a reflexão quanto à complexidade dos eventos constituintes deste corpo/espaço, criado e lançado sobre distintas formações e variadas áreas geográficas. Imagens sobrepostas, fronteiras, saberes e desejos, que provocam olhares distintos a se lançarem sobre esta ideia, instigando a tentativa de desnudá-la, dissecá-la, compreendê-la ou interpretá-la. Uma inquietação que, no tempo presente, exige que se renuncie às verdades prontas e aos conceitos cristalizados.

Pensar a cidade, como produção, suas transformações e representatividade, é penetrar em conflitos. Questionar ideologias, a própria modernidade e suas ideias quanto à liberdade, à segurança, à globalização, ao futuro. Afinal, o que é a cidade? São as ruas? As pessoas, os bairros, as comunidades que nela se organizam? São os prédios, equipamentos, serviços, as vilas, praças, o trânsito, os transeuntes? É o Estado, seus aparatos, as relações promovidas por e para estes sobre um determinado território?

Tem-se de concreto, que seria impossível a construção de um conceito de cidade sem distanciamento, mas não total, das elaborações já produzidas. No entanto, é preciso recuperar nestas elaborações os registros que possam servir de fundamento ao reconhecimento das emergências, dos princípios e das leis que regem os aparecimentos.

Enquanto ideia e produção, para Rolnik (2009), a cidade nasce de inter-relações entre forças e ideologias. Relações sociais estabelecidas no campo que a produz, onde é “indissociável à existência material da cidade [...] sua existência política” (p. 8). A autora reconstrói o percurso histórico para afirmar a importância da Cidade-Estado grega – *polis*, no percurso de desenvolvimento humano, buscando destacar que nas experiências participativas dos cidadãos é que se encontra mais que uma função integradora, mas um objetivo a ser recuperado por, pela e para a cidade.

Importante lembrar que em suas primeiras formas de organização, as aglomerações mesopotâmicas consolidaram campos dinâmicos para (re)produção de sociabilidades e de racionalidades. Deram-se através da organização teocrática, através da qual as elites buscavam garantir sua própria segurança e o domínio sobre os grupos e espaços do qual se apropriavam (VERNANT, 1984). Domínio que se dava de forma “material e ritual” (ROLNIK, 2009, p. 13). Nas palavras de Sposito (1988), uma estratégia tanto para “facilitar o intercâmbio das ideias (que permitiam o exercício da dominação sobre as outras classes sociais), como para elas ficarem menos expostas aos ataques externos” (p. 19).

Sob a égide da construção de um projeto para dominação, é necessário destacar que dois fenômenos se desenvolveram de forma quase que simultânea, a cidade e a escrita “impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo” (ROLNIK, 2009, p. 16). Projetos que permitem o estabelecimento de uma nova relação entre os homens e a natureza.

Sposito (1988) destaca, ao observar o “caráter urbano” das cidades antigas, que essas forneciam “serviços políticos e religiosos, reais ou imaginários, em troca do excedente alimentar produzido pelo campo” (SPOSITO, 1988, p. 31). Enquanto Rolnik (2009) aponta que “de todas as cidades é provavelmente a *polis*, Cidade-Estado grega, a que mais claramente

expressa a dimensão política do urbano” (p. 22). Um espaço que se dividia territorialmente em acrópole⁵² e *àgora*⁵³, não percebidos enquanto “lugar geográfico”, mesmo o sendo, mas sim, como “prática política exercida pelos cidadãos” (ROLNIK, 2009, p. 22). De maneira que, ser cidadão na Grécia antiga significava pertencer a uma *polis*, uma referência a direitos e deveres para com este espaço.

Observe como os conceitos se separam, mas não se distanciam. Ferramentas como a escrita, campos como a acrópole e a *àgora*, na cidade, estratégias como os serviços políticos e religiosos e a democracia ateniense. *Constructos*, categorias atomizadas, naturalizadas e cristalizadas no tempo. Formas de exercício do poder para controle.

Na *polis* política de Rolnik (2009), o termo cidadão distinguia aqueles que poderiam ou não acessar o *locus* decisório. Separava os proprietários dos não proprietários. Os não proprietários, os estrangeiros, as mulheres e os escravizados eram, deste modo, impedidos de participar das decisões. Não podiam receber o título de cidadão, eram excluídos, impossibilitados de participar da vida política (ARISTÓTELES, 2002; PLATÃO, 2002).

Na *civitas*/cidade romana, modelo de cidade igualmente apresentado enquanto alicerçado na participação dos cidadãos na vida pública (COULANGES, 1961; VERNANT, 1984; ROLNIK, 2009; SENNETT, 2016), o termo cidadão também não apontava para uma referência ao local de moradia, mas distinguia aqueles que teriam o direito de gozar na plenitude da participação nas decisões cotidianas referentes ao território e à vida política.

Na *métropolitée* de Le Maître (FOUCAULT, 2008a), do século XVII, a cidade era apresentada como um território com a função de possibilitar o exercício da soberania (cidade, soberania, território). Na cidade, a disposição das ruas, dos prédios, a circulação do ar, das mercadorias etc. tratava de arquitetar um espaço artificialmente disciplinado, seguro, hierarquicamente dividido e funcional.

Para os(as) autores(as), as cidades representavam de forma concomitante uma estrutura de organização territorial, de relações políticas, de diferenciação social, de mistificação e centralização do poder, onde, sob o discurso de proteção e da “necessidade” de organização da vida sobre um determinado espaço, emerge a autoridade que se encarregará de sua administração. Desse modo, cidade e Estado autoproduzem-se, criando a necessidade um do outro. Necessidade de regulação, de organização, de manutenção recíproca.

Assim, os(as) autores(as) testificam que as cidades são espaços de segurança para o intercâmbio e circulação de ideias, mercadorias e poder. Um espaço de circulação para a

⁵² Acrópole: centro religioso (ROLNIK, 2009, p. 22).

⁵³ *Àgora*: local aberto de reunião (ROLNIK, 2009, p. 22).

população, um mercado onde as relações políticas, sociais e econômicas em cada período transformarão este campo. Do Estado, responsável pelo controle de tudo que acontece no território sob sua gestão, exigir-se-á que se encarregue de garantir a proteção dos interesses colocados em jogo, privilegiando as relações econômicas.

Deste modo, a partir das atividades econômicas do período medieval, operada então pelos burgueses, expressão que é uma referência ao lugar de moradia dos comerciantes – burgos (SPOSITO, 1988) – espaços circunvizinhos às cidades, são criadas as condições para estruturação do processo de acumulação primitiva do capital, através de um movimento de migração de servos e, “pouco a pouco, também do poder” (ROLNIK, 2009, p. 35). Um período em que o comércio era tomado enquanto uma ação pecaminosa e desonrosa, sobre a qual haveria de sobrevir condenação. “O mercador era objeto de ridículo desprezo e mesmo ódio” (TIGAR; LEVY, 1978, p. 20). Era perseguido por cavaleiros e desprezado pelos senhores feudais, suas operações culminaram na transformação das relações de poder. Através do acúmulo de capital, estes passam a buscar a justificação ideológica de suas ações através da transformação de instrumentos jurídicos. Um conflito entre “verdades” que faz emergir um poder paralelo ao feudal para proteção de interesses próprios. Os burgueses criam assim estratégias e espaços para arrancar concessões dos príncipes. Dos estudos sobre o direito passam a questionar as leis, criam tribunais outros e novas legislações para proteção de zonas de livre comércio e transpassam os muros que os separavam das cidades.

O “direito” não representava um significado único para a burguesia que ascende. Transmutava-se de acordo com os interesses e as situações, podendo representar preceitos elaborados por aqueles que detinham poder para apoiar-se na violência, regras para facilitação do intercâmbio de mercadorias, até formulações para a manutenção de um governo (TIGAR; LEVY, 1978).

Para a legitimação de seu poder, os mercadores contratam advogados para buscar em diferentes instrumentos o aporte legal para fundamentação de um novo pensamento jurídico. Dessa forma, a defesa do comércio reafirmava a garantia da propriedade privada, influenciando e formatando o pensamento jurídico medieval. A propriedade tornava-se o mais fundamental dos direitos naturais, mais sagrado e mais importante que a própria liberdade (RUIZ, 2014).

Uma construção desenvolvida a partir do Direito Romano, fazendo uso do Direito feudal, Direito canônico e real, para criar um Direito comercial. Forma de relações legais para conciliar e promover o comércio e (re)definir as estruturas para dominação e exploração, utilizando-se do direito natural reinterpretado à luz do humanismo e da filosofia renascentista,

combinando história e ideologia e justificando o uso da aplicação de violência (MIAILLE, 1994).

Séculos de embates, acúmulo de capital e desenvolvimento de um sistema jurídico próprio permitiram às burguesias inglesa e francesa o desenvolvimento de uma sólida base contratual. Não era mais a propriedade, exploração e defesa feudal que mediavam as relações, mas os contratos que solidificavam a propriedade, a exploração etc. Desde os enlaces matrimoniais, às relações de comércio e trabalho, tudo passava a ser mediado através dos contratos (RUIZ, 2014).

A refinada teoria contratual burguesa, por si, não poderia transformar as relações sociais, pois seu campo de atuação limitava-se à estrutura das relações econômicas, que necessitavam de um conjunto de relações de força para colocar em vigor a dinâmica contratual. Assim, a condição necessária a tal transformação pode ser trabalhada na gradual assimilação do direito burguês por parte de advogados que se aliançaram a esta classe. O direito surge, então, como estrutura que se impõe sobre bases de relações de poder (TIGAR; LEVY, 1978). Um estopim, combustível e oxigênio para o desenvolvimento e posterior manutenção do sistema capitalista nas cidades. Por sua vez, as transformações nas relações de propriedade tornam-se responsáveis pelas transformações históricas do período.

A estrutura de regras jurídicas traz legitimação na instituição das formalizações e dos ritos processuais para aplicação da violência, em parte, desdobrando-se em aspecto mistificador do direito. Isso, através da disseminação de ideologias que o apresentam enquanto um sistema de regras que possibilita o alcance das aspirações, dos objetivos e valores individuais e coletivos, quando não vão além da representação dos anseios de um determinado grupo social (MIAILLE, 1994).

Processo que torna possível a criação das bases para o desenvolvimento do discurso ideológico de ser a cidade um “lugar de liberdade”, que passa a atrair para si os trabalhadores advindos dos feudos, apontando que ao afluírem para as cidades, na busca de melhores condições de vida e trabalho, esses camponeses se “libertariam” do regime de servidão.

A partir do processo de construção de uma classe social – a burguesia, com base na atividade comercial, a produção não visava apenas satisfazer as necessidades humanas, mas por seu caráter de mercadoria, propiciar o lucro e, por conseguinte, a acumulação através do comércio (SPOSITO, 1988, p. 34).

Para os(as) autores(as) de perspectiva marxista, é na redefinição destas relações que se instituem as bases para a transformação das cidades. No período antigo, apresentavam-se ou eram percebidas enquanto espaços cosmopolitas, territórios de exercício das liberdades. No

período medieval, constituíam-se como espaço de moradia para elites dominantes, lugar de gestão política e administrativa, bem como de exercício do poder. Durante o período colonial, organizam-se com caráter “político-administrativo, militar-defensivo” (SPOSITO, 1988), diferenciando-se das cidades anteriores por ser também o lugar de produção e circulação de mercadorias, espaço para instituição de um arcabouço jurídico normativo, de especialização e divisão social do trabalho.

Quando esta divisão do trabalho se estabelece, a cidade deixa de ser apenas sede da classe dominante, onde o excedente do campo é somente consumido para se inserir no circuito da produção propriamente dita. Desta maneira, o trabalho de transformação da natureza é iniciado no campo e completado na cidade (ROLNIK, 2009, p. 27).

Se os primeiros aglomeramentos/aldeias se instituíram pela divisão social do trabalho e pela expropriação do excedente de produção em troca da proteção militar e divina, as cidades transformam-se, a partir dos séculos XII e XIII, em territórios de operação de um vigoroso arcabouço jurídico através do qual são (re)definidas as estruturas de dominação e exploração. Espaço para circulação e acumulação de capital, justificativa da manutenção de formas específicas de governo, poder e ideologização do uso da violência.

O modelo que se apresenta neste período é trabalhado, assim, como resultado do desenvolvimento comercial-econômico e jurídico-normativo. Desenvolvimento que propicia à classe dos comerciantes burgueses o território para a articulação de um novo processo, através do qual se reorganiza a ordem socioespacial e como já visto se transforma a “obra” grega, o signo de poder romano, em uma mercadoria, a *city* (ROLNIK, 2009; 2015).

A partir do século XV, depois de ter passado por uma série de processos que resultam em sua reconfiguração, que não a fazem perder sua essência, tal arquétipo passa a ser descrito como “modelo urbano de cidade” e exportado pela Europa para o desenvolvimento de um novo paradigma de acumulação (SPOSITO, 1988). Para Rolnik (2009), Miaille (1994) e Tigar e Levy (1978), é nesse período que no continente Europeu fortalece-se a ideologia da cidade enquanto espaço de liberdade. Momento em que se iniciam as violentas invasões sobre o continente da América do Sul segundo Enrique Dussel (1993).

Assim, as cidades passam a ser pensadas e planejadas a partir “de um certo número de coisas precisas e concretas” (FOUCAULT, 2008a, p. 24). Suas ruas tomam a função de assegurar o arejamento – higiene –, garantir o acesso ao comércio no interior das cidades, a circulação das mercadorias e:

[...] possibilitar a vigilância, a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado [...] em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má (FOUCAULT, 2008a, p. 24).

Lançadas as bases para o desenvolvimento de um outro formato de relações jurídicas e socioeconômicas, retoma-se a organização disciplinar da cidade, através de técnicas de planejamento. Deste modo, o grande impacto causado pela Revolução Industrial (1760-1840) altera de maneira rápida e direta este tecido. Acelerando ainda mais o crescimento populacional, transforma as paisagens e fortalece o desenvolvimento do modo de produção de acumulação de capital estruturante das cidades contemporâneas (SPOSITO, 1988).

Deve-se lembrar que o movimento que permite as transformações narradas pelos(as) autores(as) fundamenta-se na insurreição burguesa, que lançou as bases do liberalismo alcançado na Revolução Francesa (1789-89). Processo encontrado vinculado às ideias do movimento iluminista (1715-89), que pressupunha a igualdade entre os homens e tinha enquanto característica a defesa do individualismo (SENNETT, 2016).

Por sua vez, este acabou cristalizando a imagem de que o interesse da sociedade, ou do coletivo que busca alcançar o bem comum, deve se voltar para o indivíduo. Dessa forma, resta ao Estado o papel de fornecedor das bases legais para o desenvolvimento destas relações, concedendo uma maior liberdade ao mercado e desenvolvendo os instrumentos através dos quais essa liberdade será pactuada. Além disso, trabalha com vistas a garantir um futuro no qual este campo não será planejado a partir de uma ideia estática de controle, “mas de criar um ambiente em função dos acontecimentos [...] ou de elementos possíveis [...] regularizar num contexto multivalente e transformável (FOUCAULT, 2008a, p. 27).

A democracia burguesa gerada a partir de uma apreensão individualista de sociedade pautando-se nos conceitos de razão, liberdade, igualdade, apresenta o Estado enquanto interesse de indivíduos que estão colocados em posições de igualdade, sem que os problemas do modelo de organização social calcado na diferenciação escalonar dos sujeitos fossem tocados (RUIZ, 2014). Os dispositivos de segurança irão criar um meio planejado, organizado para circulação.

Tal modelo, ao passo que irá assegurar a estrutura na qual um determinado grupo controla as decisões da sociedade política, mantém excluídos “das esferas decisórias a totalidade dos cidadãos, presentificando desta forma o controle do poder” (PAPALÉO, 1991, p. 143), mantendo a esfera de representatividade política em espaço de representação de interesses. Nesse modelo, a cidade aparece como artifício para o atingir de toda a população, o

meio, o campo de intervenção sobre o qual os múltiplos indivíduos existem ligados à materialidade em que estão inseridos.

Desde os filósofos do século V a.C, passando pelos teóricos que no século XVI trabalharam a origem e as formas de organização do Estado, até a fundação das estruturas modernas de poder, este modelo sempre carregou o discurso da “segurança” e do “bem-comum” para fundamentação de teorias e ações. Tal campo de ação e aparatos de exercício da hegemonia são equipamentos para moldar a partir da individualidade e singularidade dos sujeitos postos em inter-relação modelos para reprodução social (MARTINS, 2011).

Da rememoração dos textos clássicos sobre a cidade, passando pelos escritos contemporâneos, as elaborações produzidas, problemas apresentados e ideias atualmente combatidas, destacam os diversos níveis de exclusão manifestos no espaço urbano, quando abordados a partir da semiologia funcionalista, que se preocupa em tentar produzir narrativas pautadas em um positivo-evolucionismo apaziguador. Bem como a partir da dialética do conflito entre capital e trabalho, que se ancora na idealização da modernidade. Marco sobre o qual muitos autores têm estruturado suas reflexões quanto aos problemas hoje enfrentados neste espaço e que têm suas raízes em processos sociais e políticos anteriores e interiores.

As transformações operadas por movimentos segregacionistas no espaço privado das casas, ou no espaço público da cidade, tomadas por Rolnik (2009) e Da Matta (1997) enquanto prática adotada para demarcar posições de poder e autoridade sobre os corpos das mulheres e sobre as populações a serem segregadas. Fato que torna o espaço público território de desordem, colocado em oposição ao lugar da segurança e domínio. Espaço de controle e domesticação no qual se reproduz a divisão colocada sobre o território urbano, seio das aspirações burguesas, antítese dos territórios populares de sobrevivência, em que o Estado se reorganizou através das relações socioeconômicas emergentes para (re)configuração do poder. Possibilitaram o surgimento de um novo processo para a acumulação, através do qual o ente estatal torna a cidade uma oportunidade para potencialização de negócios. Imagens igualmente encontrados em processos e configurações anteriores.

A diferença está na potencialização dos processos de acumulação de riquezas e sua decorrente pressão antrópica, consequência da idealização discursiva da cidade enquanto espaço capaz de proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores camponeses, que vai ter impacto sobre o aumento dos fluxos migratórios e levar ao agravamento dos problemas sanitários (SPOSITO,1988). Um problema da “naturalidade” humana lançada sobre um meio político produzido artificialmente para controle das relações de poder. De qualquer forma, o

que se coloca em xeque não é uma alteração na estrutura, mas sim, uma mudança nas dinâmicas superiores ao campo que são por este possibilitadas.

São novos acontecimentos que fazem o capitalismo emergente buscar expansão para outras escalas, por conta do anseio por expansão e do desenvolvimento de bases tecnológicas que o suportaram. Sem se ocultar o fato de que as grandes potências se viam “impossibilitadas de continuar a investir somente internamente, em decorrência das pressões contra a poluição do seu meio ambiente” (SILVA, 1989, p. 19).

As más condições de trabalho que pesam sobre a saúde da população e que passam a afetar a produção levam o Estado a intervir, metabolizando os processos de planejamento do espaço urbano para atender às necessidades das elites dominantes (ROLNIK, 2009). Para o aumento da produção, desenvolve-se o discurso de reaproveitamento do espaço e melhoria das condições de vida para a classe trabalhadora etc. Para a autora, é da involução da estrutura associada ao desenvolvimento do capital que se desdobram os problemas urbanos. Ressaltamos mais uma vez que as desigualdades e violências reconhecidas nos processos anteriores a este período é que passam a ser potencializadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias de segurança. Lastro que nos faz concordar com Ermínia Maricato ao afirmar que:

É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características (MARICATO, 2001, p. 51).

Na cidade enraizada sobre a tríade dominação/segregação/controle, a manutenção e a produção destas relações e espaços reforçam uma organização que está fundamentada na exploração para manutenção de privilégios, o que permite transformar tudo, inclusive a produção material, em poder.

As raízes de tal problema podem ser observadas ainda na reflexão sobre o modelo orquestrado por um “sistema mundial” de Santos (1978, p. 22), que guarda em si um gene do mal. É somente a partir do seu estudo em profundidade que poderemos “fazer uma análise correta e estar em condições de fornecer soluções adequadas” (SANTOS, 1978, p. 22).

Lembra-se que Lefebvre (2001), autor que compreende a cidade moderna enquanto constructo que fundamenta o predomínio do capital sobre o trabalho, ao transmutar-se em produto, em obra que deve ser consumida, e sobre a qual se ergue o poder centralizador do Estado, destaca:

a vida urbana pressupõe encontros e confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 22).

Encontros e conflitos sobre os quais a cidade se desenvolve, causados pela sobreposição de processos de negação e exclusões, estabelecidos a partir da mediação dos poderes que a administram em cada período. Processos nos quais a “comunidade deixa de ser uma elaboração conceitual e se confunde com a dimensão de localidade, resumida a coordenadas geográficas” (MARTINS, 2011, p.55), e que habitar – participar de uma vida social, de uma comunidade (LEFEBVRE, 2001) – que diz respeito a um modo comunal, ecológico, essencial para a constituição da vida, é reduzido a habitat – cidade propriedade, funcional às abstrações plásticas, com margens de liberdade condicionada a partir de uma soma de coações que modelam as subjetividade coletivas no espaço (ROLNIK, 2009; 2015).

Lefebvre, na busca por desenvolver um processo de reflexão teórica que defende estar voltado à ação prática, a partir de uma concepção considerada estratégica do conhecimento, desejando “romper os sistemas [...] para abrir o pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos” (LEFEBVRE, 2001, p. 9) para superação do sistema capitalista. No entanto, baseia-se em uma meta-teoria local, relativa a um campo determinado e se coloca na esfera discursiva enquanto aplicável a outros domínios, reproduzindo a ideia do intelectual universal portador da consciência coletiva (FOUCAULT, 2014b), sem considerar que os mecanismos disciplinares e de segurança que são ativados integram continuamente novos elementos (FOUCAULT, 2008a).

A reflexão de Lefebvre (2001) está pautada no fato de que somente no nível de um combate universal ao sistema – leia-se relações de trabalho e produção, poder-se-á encontrar as soluções para os problemas urbanos. Para o autor, as ideologias produzidas a partir deste tendem a nos levar a aceitar ações isoladas como suficientes para a solução dos problemas. Como se o próprio discurso não pudesse estar inserido em estratégias anteriores de culpabilização daqueles que são vitimados pelo mesmo, podendo se tornar uma engrenagem para perpetuação do enfraquecimento e potencial segregação das populações, conservando e transfigurando as formas de domínio.

Assim, entende-se a partir do pensamento desse autor que, se do específico não se pode oferecer resistência ao universal, as mudanças que poderiam resultar em melhores condições de vida para os segregados tornam-se inatingíveis. Estes estão impedidos de se relacionarem em uma outra dimensão, como propõem as teorias da revolução proletária (MARX; ENGELS, 2012) e urbana (LEFEBVRE, 2008).

Sobre a última cabe destacar ainda que ela pressupõe uma urbanização completa da sociedade, o que tornaria possível, nas palavras do autor, a emergência de uma “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 17). Momento que não deixamos de estar vivendo, entretanto, a suposição de uma urbanização completa deve levar em conta os interesses que se colocam em conflito para seu alcance. Se recuperarmos que o sistema atual – modo de produção capitalista, opera a partir da geração de tal negativo para se retroalimentar, sendo a urbanização/planejamento urbano uma ferramenta própria, esta não poderia por si mesma alcançar a plenitude.

O autor argumenta que a sociedade do final da década de 1960, que se caracterizava enquanto “burocrática de consumo dirigido” e deveria tornar-se uma sociedade urbana real, por meio de uma “urbanização completa”, naquele período, encontrava-se apenas “virtual” (LEFEBVRE, 2008, p. 13), por estar em gestação. Estrutura em sua apreensão dialética

[...] das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá (LEFEBVRE, 2008, p. 17).

Uma hipótese que apontava para uma sociedade em vias de realização. Contexto embasado no fato de que na cidade, ao longo da história, concentraram-se as riquezas, as ideias, as pessoas, os objetos, as técnicas, fazendo desta o lugar da acumulação das riquezas originadas no campo, uma dialética da cidade ou do fenômeno urbano.

[...] cada época suscitou (produziu) sua própria centralidade: centro político, comercial religioso etc. Atualmente, a centralização se quer total. Ela concentra as riquezas, o poder, os meios de poder, a informação, o conhecimento, a “cultura”. Numa palavra: tudo (LEFEBVRE, 2008a, p. 124).

Como já discurramos, a ideia de produção do espaço e concentração da produção material e simbólica na cidade não é novidade. As elites de cada período produziram saberes e espaços que lhes eram peculiares para imposição de formas de dominação. Para Lefebvre (2008), a inovação seria no período dos anos de 1960/70 “a produção em escala global” do espaço social. (LEFEBVRE, 2008, p. 140). Situação também destacada por outros(as) autores(as) que compartilham de sua perspectiva analítica, como Santos (2013a), que em suas observações quanto à expansão “técnico científica” superpõe de forma desigual cartografias que remodelam territórios de acordo com as necessidades de produção hegemônicas a partir de uma imposição globalizada dos equipamentos próprios do sistema. Assim, tornando os espaços

“mais articulados às relações funcionais, e mais desarticulados quanto ao comando local das ações que nele se exercem” (SANTOS, 20013a, p. 49).

Dessa forma, a ideia de revolução urbana apresenta-se como estratégia de produção de um novo espaço, redutor das contradições. Um espaço de possibilidades de encontros e da festa das diferenças (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2014). Para Santos (2013a), um espaço para o desenvolvimento de uma racionalidade oposta à do Estado, responsável pelo planejamento urbano, ou seja, pela maneira como o espaço é organizado, não adequado a toda sociedade, mas voltado à concentração das atividades comerciais e sociais em espaços determinados, cercados por uma elite, afastando os trabalhadores, expressando deste modo a influência da classe dominantes.

Todavia, lembramos que tais situações – de imposição de equipamentos e saberes sobre formas outras de organização social, já foram há séculos iniciada, de maneira que tal processo pode representar ao largo uma “nova” estratégia de colonização, resguardadas as temporalidades e avanços tecnológicos.

Assim, nos resta a interrogação quanto à concepção considerada “estratégica do conhecimento”, voltada para o romper do sistema a partir da abertura do pensamento e da ação direcionada (LEFEBVRE, 2001), fundada no produzir de uma outra centralidade oposta à centralidade capitalista (LEFEBVRE, 2008). Do mesmo modo, quanto ao desenvolvimento da crítica sobre as latitudes produtoras destas formas de saber e o alcance de sua repercussão.

Como já destacado, não se rejeitam completamente as elaborações dos autores, entretanto os processos de negação e exclusão já estabelecidos e abordados por suas críticas, são anteriores à intervenção do Estado moderno, estes se enraízam sobre bases outras, encontradas em dinâmicas ocultas as perspectivas comumente utilizadas para a análise de tal questão. Não se se tem dúvida de que “cada modo de produção ‘produziu’ (não como uma coisa qualquer, mas como uma obra privilegiada) um tipo de cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 31-32). Tampouco, que a própria ideia de cidade, ou “a palavra ‘cidade’, parece um lugar definido e ‘definitivo’” (2008a, p. 25), imposto através de um processo de colonização material e imaterial global.

A cidade como representação ideológica das aspirações das elites, equipamento para submissão dos grupos colocados sob seu domínio, é o horizonte de sua própria fundação, e não uma captura de sua função real que pode ser reconfigurada a partir dos equipamentos que disponibiliza, como observam os autores. A ideia de modelagem de cidadãos homogêneos, desconfiguração dos processos de exploração e redefinição da condição dos trabalhadores encontram-se no jogo de interesses e conflitos que a fazem emergir.

Sim, o urbano é um espaço de reprodução de capital, mas não somente financeiro e, de classes sociais, que do mesmo modo, não se separam exclusivamente por conta da disposição dos trabalhadores na estrutura, mas, ainda, por demarcadores de raça e gênero. A urbanização, por sua vez, enquanto componente essencial para o aumento da produtividade, além de ser lugar de concentração de produção e espaço que atende às exigências de domínio da instância econômica sobre a estrutura social, que o tornam espaço/mercadoria (MARICATO, 2002; ROLNIK, 2009), é uma reconfiguração de seu princípio singular, marcada para tanto. Não um desvio de função.

A estrutura para que o Estado se torne um guardião do processo de acumulação capitalista, que se preocupa, “no máximo, em conseguir que as medidas usuais, que representam um paliativo superficial, sejam aplicadas em toda parte de maneira uniforme” (ENGELS, 1987, p. 157), ação de captura através da execução de políticas, está colocada em seu ponto de surgimento.

As crises e as saídas apresentadas em todo tempo por especialistas e agentes de governo devem ser colocadas no centro da discussão. A instituição arquitetônica, ideológica do “lar” burguês, garantido através do “poder da família” no horizonte do cumprimento das leis, fundamenta a hegemonia da ação do Estado mediador, protetor das elites de cada período histórico.

A configuração de um “modelo habitacional” representa um importante produto para manutenção da ordem, pois carrega um poder simbólico que, para além de se alinhar ao *status* social da propriedade, padronização posta em uma forma de habitat ideologizada, que irá castrar o direito de contrapor-se a estrutura, traduz um mecanismo disciplinar⁵⁴ muito importante. Concentra, centra e encerra em um espaço grupos de pessoas para serem ajustadas a seus limites.

Se o processo de segregação cria possibilidades de organização de territórios populares e bases de luta por apropriação do espaço, o Estado, enquanto mediador das relações sociais na cidade, através do desenvolvimento e execução de “políticas públicas”, consideradas dispositivos de segurança⁵⁵, coloca-se constantemente em posição de “integração” – leia-se

⁵⁴ Dispositivos disciplinares funcionam a partir do isolamento; não deixam escapar; isolam todas as coisas a partir de um código, o proibido e o permitido; determina o que é proibido e o que é obrigatório; buscam a correção; impede o detalhe. “Em outras palavras, é tomando do ponto de vista da desordem que se vai analisar cada vez mais apuradamente, que se vai estabelecer a ordem – ou seja: é o que resta. A ordem é o que resta quando se houver impedido de fato tudo o que é proibido (FOUCAULT, 2008a, p. 60).

⁵⁵ Dispositivos de segurança são centrífugos; se ampliam e integram novos elementos constantemente; buscando organizar o desenvolvimento; apoiam-se no detalhe; “a lei proíbe, a disciplina prescreve, e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem

regulação, dos instrumentos de resistência disponíveis à sociedade civil, tomando para si e subvertendo as possibilidades dos trabalhadores para construção de hegemonias.

Assim, não é de forma desordenada que os investimentos e as ações do Estado ocorrem nas cidades, ao contrário do que poderia pensar alguém desavisado ao se deparar com a construção de um bairro em uma localidade sem infraestrutura, ou com um processo de remoção.

Estratégias introduzidas à segregação sustentam-se em sólidas bases históricas, filosóficas, científicas, sociais, políticas e econômicas. As violências, opressões e segregações são ações resultantes de formações históricas, são preventivas ao encontro, à organização de formas outras de sociabilidade que oferecem resistência ao hegemonicamente imposto.

Um constructo que tem sua emergência a partir de movimentos e deslocamentos precisos. Uma campanha, uma batalha pela instituição de uma forma para o controle da circulação do poder. De relações que existem e resistem sobre campos de domínio onde o saber funcionou e funciona como um poder e reproduz seus próprios efeitos.

Tratamos de um campo no qual os discursos se transformaram em práticas de saber e configuraram formas de poder, de mecanismos colocados ao alcance de grupos previamente selecionados para o controle das práticas políticas. Da utilização de técnicas de administração, de uma ideia quanto à segurança – ausência de perigo; e da lei – proteção; que impõem disciplina. Disciplina para manutenção da ordem, e da ordem para promoção da segurança. Da formação de “consensos” produzidos por aqueles que buscam o exercício da dominação, através dos quais se induziu a defesa do “direito” de dominadores, para o alcance de objetivos diversos. Se fala de mecanismos e de instrumentos usados. Se aborda uma questão que sempre aparece em destaque: “a opção do Estado [é] clara” (SPOSITO, 1988, p. 75). O cenário posto manifesta todas as suas aspirações. A presença de um “Estado” inscrito no urbano, em sua gestão, revela a função da cidade.

Do mesmo modo se atesta sobre a questão do direito, da ideia, do conceito, da instituição, que se encontra profundamente enraizada no pensamento humano. O que lhe permite transmutar-se em uma “realidade” que aparece como inerente a todos, naturalizada parte da paisagem e da vida cotidiana. Seja lá onde se estiver, uma concepção quanto aos direitos e deveres lhes acompanhará. Uma ideia de cidade, sem que se necessite refletir muito sobre ela.

por função responder a uma realidade a que ela responde – anula, ou limite, ou freie ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

Sem esperar por teoria científica sobre o Estado, o juiz ou a troca, os homens fazem viver o Estado, colocam juízes, estabelecem relações convencionais. Não sabem, no entanto, o que é o Estado, a justiça ou a troca. Basta-lhes poder praticá-los e, em qualquer caso, poder falar deles. Assim, todos os dias, nomeamos estas realidades que são o Estado, o juiz, o contrato, sem saber, no fundo, de que é que falamos exactamente (MIAILLE, 1994, p. 45).

Pela cidade, a segurança e o direito se metamorfoseiam. A partir de ideias evolucionistas surgem contratos, institutos jurídicos, que promovem transformações. A “evolução do feudalismo para o capitalismo fora realizada através do artifício do contrato [o], contrato fora a mola propulsora da revolução burguesa” (TIGAR; LEVY, 1978, p. 211). O poder pode, em determinadas circunstâncias, “mudar” de mãos. Mudanças que recodificam e disparam dispositivos. Manipulados no controle dos saberes aos quais se outorgam validade, permitindo que as estruturas que antecedem os jogos não sejam tocadas. Situação que permite uma atualização constante das dinâmicas, que se reconfiguram, transformam e retornam a assentar-se sob a tutela das elites em cada período, pois em suas bases são preservadas as reservas necessárias.

Na complexidade encontrada na genealogia da composição deste tecido, caracterizado por ser uma estrutura que torna possível a divisão e classificação dos grupos através de marcadores específicos, os quais operam processos de estratificação, encontram-se os rituais de produção das desigualdades. Estes que instituem os processos históricos de exclusão, dos quais a urbanização será herdeira, uma vez que precede a cidade, tornando-se um dos equipamentos responsáveis pelo desenvolvimento de estruturas, aparelhos e serviços para a restauração de padrões e alteração dos modos de vida. O urbanismo é, assim, fruto da razão constituinte da cidade. Um subproduto criado para responder a aspirações previamente determinadas, moldando, organizando e condicionando a estrutura.

Uma dualidade formal, que apresenta no plano concreto uma “simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários” (OLIVEIRA, 2013, p. 32), em que as ideias de segurança, proteção, desenvolvimento, satisfação etc. crescem e se alimentam da (re)produção da insegurança, violência, desproteção, subdesenvolvimento, exclusão etc. Autoproduções, do mesmo modo que cidade e não-cidade, o moderno e atrasado, inclusão e exclusão.

Em toda a história, cada modo de produção guardou um respectivo modelo de regulação, uma forma de se organizar o “Estado”, para que se pudesse dar sustentação ao sistema vigente (ENGELS, 1979), após o desenvolvimento do modelo capitalista – pós-revolução burguesa – o modelo liberal, que durante determinado período apresentou-se enquanto o mais adequado para atender às necessidades da classe dominante dentro do sistema. O que não ocorreu de maneira

diferente nos regimes anteriores. As cidades sob a égide do modo de produção capitalista “como objeto de disputa e dominação (...) das relações sociais de produção” (DEMATTEIS, 2005, p.15), campo de relações entre sujeitos, que acaba por se tornar centro de operações para as corporações (SANTOS, 2008), não são apenas palco de processos, mas determinante, uma vez que sobre elas opera a geografização dos equipamentos e valorização dos espaços. Aqueles que controlam a *polis* – cidade-Estado têm sob sua tutela um constructo fundamental para o controle sobre do espaço no tempo.

Assim, muitos têm sido levados a apreender a cidade enquanto espaço de constante disputa, palco da proliferação do capital, espaço de exercício da dominação, determinante para os processos de exclusão, entre outros. É apresentada enquanto agente posto em inter-relação com o todo social, abrigo de potencialidades contra hegemônicas, que podem vir a se tornar resistentes à imposição vertical dos valores colonializantes (SANTOS, 2008), ainda que as transformações históricas, científicas, econômicas e tecnológicas acabem impactando as perspectivas de apreensão sobre esta – tornando deveras complexa sua leitura –, fazendo com que os sistemas clássicos de apreensão tragam explicações incompletas.

A cidade é o espaço onde as condições quantitativas e qualitativas reúnem-se em cada momento histórico para a materialização de formas específicas de dominação manifestas através dos modos de produção dominantes e seus equipamentos, que, para compreensão das conexões e metamorfoses neste/deste tecido, seu estudo deve buscar tomá-lo objeto concreto, material, ao mesmo tempo em que é sintético e virtual.

Por isso, é imprescindível recuperar e aprofundar a reflexão sobre a atual estrutura que possibilita a sujeição das vidas, as relações econômico-políticas. Sem que se mantenham, no entanto, a submissão de todas as relações à questão econômica. Uma vez que, tal prática, tem fundamentado a defesa da ideia de que o único alicerce de estruturação do modo de produção capitalista é o seu modelo de propriedade, lastreado pela divisão social do trabalho. É necessário que se destaque que os mecanismos disciplinares e de segurança, os processos de classificação social pautados por artifícios de racialização dos grupos humanos e a imposição do patriarcado – formas de organização para dominação social –, que são estruturadas sobre um saber-poder, são tão fundamentais e tão estruturantes deste modelo quanto as relações econômicas. Desta forma ponderamos sobre as relações econômico-políticas como relações de poder-saber.

2.3 OITAVO INTERSTÍCIO: APROFUNDAR É PRECISO: O CONHECIMENTO DOS SÁBIOS ACHADO NO CHÃO

Anteriormente, o trabalho dedicou-se a reconstruir e apresentar uma rememoração histórica do que se tem considerado até então enquanto processos estruturantes do problema enfrentado, bem como os marcos conceituais fundantes da proposta de tese. Agora, tratamos de resgatar através das pesquisas desenvolvidas, como a produção científica tem abordado os conceitos.

Assim, adentra-se e se aprofundam as análises sobre os conceitos através dos quais buscou-se identificar, a partir da intersecção das categorias, como tem ocorrido a expansão dos processos coloniais a partir de seus três níveis operantes na formação das racionalidades e sua dispersão sobre o campo desenvolvido para seu domínio, as cidades.

Um processo que reverbera a urgência de se construir uma outra abordagem sobre tal questão, bem como dos instrumentos que têm sido comumente invocados para a regulação neste e deste espaço. Conforme anteriormente explorado, a atomização dos conceitos, grupos e territórios acabam por se tornar ainda mais evidentes quando se faz a busca dos referenciais para essa construção. Reitera-se que tal procura deu-se primeiramente a partir da releitura e análise de textos sobre os quais haviam sido desenvolvidos trabalhos de pesquisa anteriores, estes destacados nas contribuições anteriores. Agora, a partir da identificação das bases de dados do norte e sul global que possibilitaram o cruzamento das palavras chaves deste trabalho, tendo em vista que os termos são tratados em inter-relação se aprofunda a explanação.

2.3.1 Uma arqueologia descolonial sobre a sistematização do conhecimento

Primeiramente cabe destacar que, historicamente, as formas através das quais ocorrem a manifestação da questão social têm sido múltiplas, sendo digna de destaque a utilização dos processos de “regularização fundiária”, “remoção” e “planejamento urbano” enquanto estratégias de silenciamento, aprofundamento da desproteção social, negação de direitos e epistemicídio. Ainda, que os termos que nos possibilitam aprofundar nestas análises, mesmo sendo alvo de diversos trabalhos de pesquisas, a partir de diferentes áreas dedicadas à produção de conhecimento, têm colaborado para o desdobramento de práticas de morte, mesmo tendo os conceitos recorrente uso e diferentes interpretações, uma vez que são evocados em contextos de disputa e apropriação no espaço das cidades.

Desta forma, iniciemos descrevendo de que modo se deu a revisão sistemática da literatura, esta, construída para trazer fundamento a essa reflexão (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003). Tal trabalho se deu a partir de uma revisão da produção científica em bases de dados consolidadas, utilizando as expressões “regularização fundiária”, “remoção”, “planejamento urbano” e suas variáveis em português e em inglês. A coleta e análise de um conjunto amplo de artigos, teses e dissertações, foi feita, sendo excluídos os trabalhos que não correspondem ao tema gerador da pesquisa, bem como aqueles encontrados indisponíveis para *download* ou duplicados.

A partir da busca realizada, os resultados foram mapeados, codificados de maneira numérica e alfabética e, posteriormente, classificados de acordo com suas características, para que se pudesse sistematizar o conhecimento disponível e avaliar as lacunas de pesquisa. A análise preliminar dos textos deu-se baseada no estudo de Prietro-Sandoval, Jaca e Ormazabal (2018).

Utilizou-se o aplicativo *Cisco AnyConnect Secure Mobility Client*⁵⁶ para identificação das bases de dados que tornam possível o cruzamento dos termos de pesquisa, e assim se chegou aos seguintes bancos de armazenamento: *Science Direct*, *Web of Science* e *Scopus*, plataformas de acesso a revistas e periódicos científicos publicados no Norte global. Além desses, utilizaram-se os sítios da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações e da Rede Ibero-americana de Inovação e Conhecimento (REDIB), que armazenam publicações no Sul global. Destaca-se que outros bancos de dados foram trabalhados, como o catálogo de teses e dissertações da CAPES e os portais REDALYC, DOAJ e LATINDEX, entre outros. Entretanto, as buscas nestes sítios não foram aprofundadas pelo fato de que eles não permitem o cruzamento dos termos chave, permitindo somente o trabalho a partir do refinamento de busca.

A sistematização desenvolvida se baseou em uma revisão de literatura, através da qual se explorou os termos: “regularização fundiária” - *land regularization*, “remoção” - *removals*, “planejamento urbano” - *urban planning*. Juntamente com as variáveis: “expulsão” - *expulsions*, “organização territorial”, “planejamento territorial”, “organização do espaço urbano” - *urban planning / territory planning / organization of urban space / land use planning*. Obtiveram-se como categorias para o refinamento das buscas: “direito à vida”, “gentrificação”, “segregação urbana” e “direito à cidade”.

⁵⁶ O referido aplicativo é um instrumento de acesso pago, que possibilita o trânsito em diferentes bancos de dados nacionais e internacionais, tornando possível fazer o levantamento através das ferramentas disponíveis, das plataformas que se deseja utilizar para acessar os principais periódicos do mundo, além de bases que armazenam teses e dissertações.

As expressões foram organizadas e codificadas do seguinte modo. Quanto aos termos da busca, foram codificados de forma numérica: 1. Regularização fundiária – *land regularization*; 2. Remoção – *removals*; e 3. Planejamento urbano – *urban planning*. Enquanto variáveis, cada termo de busca foi feito a partir de sua codificação: 1. Sem variável; 2. Variável expulsão – *expulsions*; e 3. Variáveis: organização territorial / planejamento territorial / organização do espaço urbano – *urban planning / territory planning / organization of urban space / land use planning*.

Ao final das buscas, foram encontrados 28.384 artigos no portal *Web of Science*, codificado como portal “A”, em que os termos eram abordados sem relação, como se expressa a seguir, partindo da codificação deles:

1. 22 textos em língua portuguesa e 65 em inglês;
2. 2.423 textos em língua portuguesa e 9.953 em inglês;
3. 210 textos em língua portuguesa e 15.711 em inglês.

Feita a busca de maneira individual sobre cada termo, destacando-se que aproximadamente 80% da produção (com referência à língua portuguesa), encontrada no portal A, foi publicada em inglês.

A partir do cruzamento dos termos de dois em dois, foram identificadas 67 produções, todas em língua inglesa, como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

- 1 e 2. Nenhum trabalho em língua portuguesa e 1 em inglês;
- 1 e 3. Nenhum trabalho em língua portuguesa e 2 em inglês;
- 2 e 3. Nenhum trabalho em língua portuguesa e 64 em inglês.

Com o cruzamento dos três termos de busca, nenhuma produção foi identificada no portal “A”.

Já no portal codificado como “B”, *Science Direct*, foram encontrados 18.883 artigos, quando se fez a busca pela produção sobre cada conceito de maneira isolada, como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

1. 5 textos em língua portuguesa e 95 em inglês;
2. Nenhum trabalho em língua portuguesa e 18.783 em inglês;
3. Nenhum trabalho em língua portuguesa e inglês.

Nesta etapa, menos de 0,1% da produção foi publicada em português.

A partir do cruzamento dos termos de dois em dois, estrutura padrão de organização das buscas, foram identificadas 2 produções no portal “B”, como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

- 1 e 2.** Nenhum trabalho em língua portuguesa e inglês;
- 1 e 3.** 2 textos em língua portuguesa e nenhum em inglês;
- 2 e 3.** Nenhum trabalho em língua portuguesa e inglês.

O cruzamento dos três termos de busca no portal “B” não encontrou nenhuma produção.

Em um universo de 18.883 publicações, somente em duas foram encontradas relação entre os termos, estas, escritas em português.

No portal codificado como “C”, *Scopus*, foram encontradas 870.475 produções quando se fez a busca dessas a partir da inclusão de cada conceito de maneira isolada, como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

- 1.** 11 textos em língua portuguesa e 46 em inglês;
- 2.** 478 textos em língua portuguesa e 814.820 em inglês;
- 3.** 28 textos em língua portuguesa e 55.092 em inglês.

Novamente, se observa o fato de que menos de 0,1 da produção identificada foi publicada em português.

O cruzamento dos termos de dois em dois, trouxe 377 produções, como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

- 1 e 2.** Nenhum trabalho em língua portuguesa e 1 em inglês;
- 1 e 3.** Nenhum trabalho em língua portuguesa e 5 em inglês;
- 2 e 3.** Nenhum trabalho em língua portuguesa e 371 em inglês.

Quando feito o cruzamento dos termos, todas as publicações encontradas foram publicadas em inglês.

No portal “C”, a partir do cruzamento dos três termos de busca, encontrou-se a produção de 1 trabalho, este, publicado em português.

Nos portais A, B e C, sítios de publicação do Norte global, quando as buscas se deram a partir do isolamento de cada termo, mais de 92% das publicações encontradas foram feitas em língua inglesa. Com o cruzamento dos termos, mais de 99%.

Quanto aos bancos de dados encontrados hospedados em sítios de países do Sul global, na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, portal codificado como “D”, foram encontradas 11.790 produções quando se fez a busca dessas a partir da inclusão de cada conceito de maneira isolada, como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

1. 284 textos em língua portuguesa e 150 em inglês;
2. 6.662 textos em língua portuguesa e 340 em inglês;
3. 3.062 textos em língua portuguesa e 1.292 em inglês.

Nesta etapa de busca, 34% da produção foi publicada em inglês.

Com o cruzamento dos termos de dois em dois, foram encontradas 199 produções, 30% aproximadamente, em língua inglesa. Como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

- 1 e 2. 5 textos em língua portuguesa e 1 em inglês;
- 1 e 3. 73 textos em língua portuguesa e 40 em inglês;
- 2 e 3. 68 textos em língua portuguesa e 12 em inglês.

O cruzamento dos três termos de busca no portal “D” não encontrou nenhuma produção.

Quanto ao último portal sobre o qual se trabalhou, codificado como portal “E”, o portal REDIB, foram encontradas 6.268 produções, quando se fez a busca destes a partir da inclusão de cada conceito de maneira isolada, como se apresenta a seguir, partindo da codificação dos termos:

1. 131 textos em língua portuguesa e 133 em inglês;
2. 471 textos em língua portuguesa e 2.100 em inglês;
3. 1.351 textos em língua portuguesa e 2.082 em inglês.

O cruzamento dos termos de dois em dois, apresentou 50 produções, como destacado a seguir, partindo da codificação dos termos:

- 1 e 2. 2 textos em língua portuguesa e 3 em inglês;
- 1 e 3. 11 textos em língua portuguesa e 14 em inglês;
- 2 e 3. 7 textos em língua portuguesa e 13 em inglês.

O cruzamento dos três termos de busca apresentou 1 produção em língua portuguesa e 1 em inglês, sendo estes o mesmo texto, e o mesmo anteriormente encontrado no portal “C”. Desse modo, em um universo de mais de 900 mil produções científicas que abordam nossos termos de pesquisa, em somente uma os três conceitos encontram-se relacionados.

Concluída a busca no portal “E”, 65% da produção onde os termos foram reconhecidos individualmente e 60% da qual foram encontrados em relação foi publicada em inglês.

Nos portais D e E, sítios de publicação do Sul global, quando as buscas se deram a partir do isolamento de cada termo, mais de 49% das publicações encontradas foram feitas em língua inglesa. Com o cruzamento dos termos 45%.

As buscas procuraram identificar os termos de pesquisa ou categorias chaves nos títulos; nos resumos; e palavras-chave das produções, em língua portuguesa e inglesa - *title, abstract, keywords*, sempre fazendo de modo que se pudesse explorar ao máximo a potencialidade de cada banco de dados. Em todos os casos, deixaram-se os campos de refinamento primeiramente em aberto, na tentativa de se explorar na totalidade as bases de dados oferecidas por cada portal (revistas, jornais, anais e etc), buscando pelo acesso em bases de todos os continentes.

Em cada uma das etapas buscou-se por teses, dissertações, artigos publicados, revisões e artigos no prelo. Após esta procura, se voltou ao reconhecimento dos textos que tinham identificação com o tema de pesquisa proposto, a partir do cruzamento dos conceitos chaves com as variáveis e categorias de refinamento de busca.

A partir destas cinco bases de dados, foram então efetuadas as buscas, procurando identificar os termos de pesquisa ou categorias chaves. Como já apontado, as palavras-chave são os conceitos que balizaram a pesquisa, com suas variáveis e categorias de refinamento. Termos trabalhados em português e inglês, exceto quando se identificou a utilização de mais de um termo para a busca na língua inglesa, de modo que os termos não foram repetidos em português.

O processo de busca deu-se primeiramente através da pesquisa sobre os termos chaves isolados, e a partir do cruzamento destes com suas variáveis construiu-se o refinamento, que aponta para a forma como as categorias têm sido trabalhadas. Um exercício preliminar que possibilitou traçar um panorama sobre a produção do conhecimento, através do qual se desvelou e se reafirmou um processo de atomização dos conceitos, que têm sido a lógica de operação

tanto para o Norte, quanto para o Sul global. A intersecção mostrou que os processos de planejamento urbano, ainda que minimamente, têm sido relacionados a processos de remoção ou regularização. Somadas a isso, a remoção e regularização, frente ao universo apresentado, são categorias que não se encontram na produção científica.

Quadro 1. Número de produções nas quais as categorias foram encontradas em intersecção.

Termos	Número de produções
3 e 1	147
3 e 2	535
1 e 2	13

Fonte: Elaborado pelo autor.

No demais, se pôde observar que apenas 8% das publicações encontradas nos portais do Norte global são de autoria e tratam de questões relativas a cidades do Norte. Quanto às publicações encontradas nos portais do Sul, menos de 1% são de autoria ou tratam de temas relacionados a cidades do Norte Global. Enquanto isso, mais de 90% das publicações encontradas nos portais do Norte são em língua inglesa e, mais de 50% daquelas encontradas nos países do Sul. Quadro que revela um processo de Colonização da língua e dos sentidos produzidos. Uma vez que se trata de questões vividas e exploradas majoritariamente por autores do Sul, em cidades do Sul, mas que precisam se valer de um idioma distinto para encontrar espaço nos sítios de publicação, tanto do Norte quanto do Sul Global.

O preço cobrado pela colonialidade para o adentrar na esfera do intelectual universal (FOUCAULT, 2014b), é o da reprodução de suas estruturas, da adoção de suas práticas, relativas a um campo determinado, lançada na esfera discursiva enquanto aplicável aos outros domínios. De maneira que se reproduz não somente a linguagem, mas as ideias, ignorando-se os mecanismos disciplinares e de segurança que reativados integram continuamente novos elementos (FOUCAULT, 2008a).

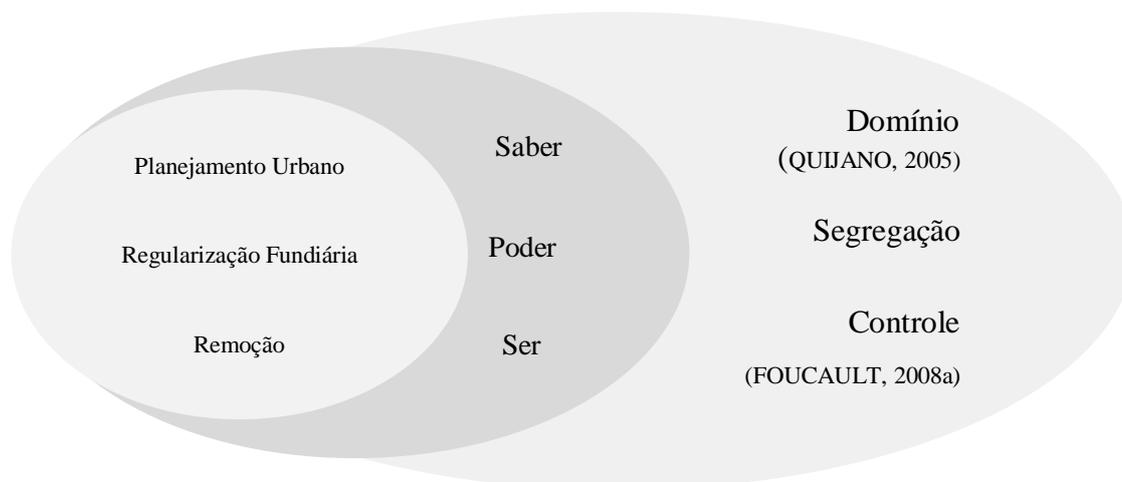
Na cidade enraizada sobre a tríade dominação/segregação/controle, são conservadas e transfiguradas as formas de domínio.

2.4 NONO INTERSTÍCIO: O “REAL” E SEUS DISPOSITIVOS

Como já destacado, os elementos constitutivos da colonialidade apreendidos enquanto dimensões ontológicas servem de balizas para este estudo, que compreende sua operação a

partir dos três níveis anteriormente trabalhados⁵⁷, relacionados aos termos de pesquisa – planejamento urbano, regularização fundiária e remoção – interseccionados sobre as elaborações teóricas e metodológicas nos permitem perceber as formas de manifestação dos produtos desses desencadeamentos, a tríade dominação/segregação/controle, sobre as quais se desenvolvem a manifestação do poder em escalas variadas.

Figura 2. Estrutura de encadeamento dos dispositivos, das dimensões e de seus produtos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De modo que os termos são percebidos enquanto dispositivos de acionamento para engrenagens – constituintes da teoria da colonialidade – colocando em funcionamento estruturas não ocultas e tampouco visíveis de produção e reprodução de estratégias de colonização. Estruturas de encadeamentos das transformações nas relações de poder/saber.

Assim percebidas, as estruturas de produção do saber/poder que nos últimos séculos receberam *status* de ciência, outorgaram seus possuidores com o título de técnicos. Um signo de autoridade para emissão de pareceres sobre questões diversas que envolve seus detentores em um espectro de neutralidade, justificados para produzir as diferenciações entre os territórios, indivíduos e grupos que têm sido alvo das problematizações apresentadas.

Dimensões que, ao aparecerem como verdade, se tornam instrumentos para descrição de um “real”, enquanto, quando tomadas como imaginação sociológica e política (CASTORIADIS, 1995), uma vez que possibilitam um (re)conhecer de condições e práticas de

⁵⁷ A colonialidade do poder, estrutura através da qual se desenvolve a dominação, a partir da construção de verdades. A colonialidade do saber, que diz respeito à lógica operada a partir da hierarquização do conhecimento. Na relação língua-conhecimento, que permite o deslegitimar de certos saberes, para legitimação da “superioridade” de outros. E a colonialidade do ser, que é a diferenciação instituída através do exercício do poder.

esperança (LUGONES, 2014). Estas permitem o deliberar sobre ações que possam ser capazes de promover no âmbito da realidade instituinte, uma descolonização ontológica, a partir da contextualização dos saberes e questionamento do hegemonicamente imposto.

Como a aparente ausência de ação estatal e da função política dele, sobre determinados territórios, que faz pesar sobre tais áreas uma ideia pejorativa de desordem. Esta que, por sua vez, condiciona a produção e reprodução de imagens que são desassociadas da vida que pulsa sobre eles. Imagens desconfiguradas, uteis a subordinação dos espaços as ações de sequestro, dos territórios e dos corpos que neles habitam. Prática política, com impacto sobre as organizações sociais consideradas “inadequadas” aos padrões impostos. Modelo espraído, para captura primeiramente das subjetividades coletivas, e posteriormente, dos territórios e comunidades, por forças econômicas descomprometidas com as formas de organização anteriormente colocadas. Um processo que se dá a partir da rotinização do cotidiano, permitindo a criação de ambientes funcionais as estratégias epistemicidas coloniais. É também dessa forma que funcionam as categorias que estão sendo analisadas no contexto hegemônico. Estas que são colocadas a serviço da legitimação de ações de governo e teorias sociais, que justificam determinadas escolas de pensamento. Criando uma estrutura cognitiva hierárquica e moralizante sobre distintas formas de organização da vida (MARTINS, BENZAQUEN, 2017). Sua denúncia se torna instrumento para o enfrentamento de tais processos, uma vez que, quando se questionam tais saberes e são recuperados os acidentes, criam-se brechas para restauração de diferentes modos de existir.

Os processos de remoção, de regularização fundiária e de planejamento urbano, produtos da mesma razão que legitima o poder dos técnicos, passam a acionar dispositivos de poder que, instrumentalizados pelo saber “técnico/científico”, autorizam seu possuidor a manipular os espaços e controlar vidas, reproduzindo práticas epistemicidas.

Traduzem-se em ações políticas de dominação sobre as populações classificadas como inferiores, impedidas de acessar os recursos necessários para a garantia e manutenção da vida. Questão transformada por marcos regulatórios e estatutos jurídicos em direitos fundamentais. Retóricas de encobrimento da evolução dos processos de dominação e controle, que no âmbito do “ser”, refletem formas de mutação das percepções dos grupos que ocupam territórios e, em geral, passam a ser tratados, ou rotulados, como infratores da ordem legal. Sujeitos aos quais a regularização trará dignidade, “humanidade” para aqueles a quem o adjetivo fora historicamente negado. Apresentando-se finalmente enquanto mecanismo para emancipação, enquanto impõem a regulação. Uma reprodução que se atualiza e fortalece os processos de segregação.

Propor rotas de fuga, alternativas para uma “libertação” da máquina colonial, moderna, capitalística e eurocêntrica, é assim ir contra as lentes “neutras” da ciência, denunciando esta quimera, pela possibilidade de ressignificação do espaço no tempo, interrogando seus promotores e defensores sobre uma resposta à histórica dívida que estes têm tornado perpétua. Para deste exorcizar aqueles embriagados pelo sangue, entorpecidos pelas distrações abstratas, artificiais e sintéticas, adormecidos pelas fabulações coloniais.

2.4.1 Um caminho, caminhante: estradas metodológicas

Antes de adentrar o próximo capítulo e analisar em profundidade os estudos e as entrevistas realizadas, cabe destacar que o processo arqueológico se desenvolve em territórios sobre os quais são criados “mapas”, estruturas para orientar a busca, o caminhar. E que nenhum “mapa” pode ser tomado enquanto figura estanque, signo de verdade. Uma vez que as paisagens se alteram e são alteradas constantemente. Cabe compreender os contextos nos quais se dão cada produção, para que se possa perceber as descontinuidades e invisibilizações ocorridas.

No mais, mapas, são paisagens fixadas a partir do olhar de quem vê. Quando se muda o observador ou os desejos daqueles que buscam compreender, explorar e até controlar as geografias, alteram-se os mapas. Eduardo Galeano (2015), escreve sobre alterações feitas na cartografia por aqueles encontrados enquanto controladores dos jogos de poder, na Europa do século XIII⁵⁸, para que estes alcançassem seus objetivos. Alterações que causam impacto sobre os sentidos até o tempo presente.

Muda quem explora, quem caminha, transforma-se a observação. Outros desejos despertam diferentes olhares. Um novo andante carrega novos anseios, que se, libertos dos mapas prontos, das imagens estanques, das tintas mortas pode se encontrar com outros acidentes e realizar novos caminhos. Diferentes encontros que podem guardar potencialidades transformadoras.

Assim são percebidos os termos, suas dimensões e produtos, constitutivos das categorias de análise desenvolvidas nesta tese, bem como os marcos teóricos e metodológicos traçados, que apresentam/representam a possibilidade de uma “nova” cartografia. Um caminho do caminhante, sobre um olhar de perplexidade produtiva, de imaginação sociológica exercitado pelo e através do espanto (ALVES, 2004). Entendido como necessário para a abordagem das

⁵⁸ Até o século XIII, mapas árabes colocavam o sul em cima do norte, Neste período entretanto a Europa estabelecia uma ordem “natural” para o universo. Ordem ditada por Deus, onde o norte aparecia em cima e o sul, embaixo. O norte olhava para o céu, estava próximo de Deus. Já no sul, estavam as sujeiras, os excrementos. O deus do sul era o Diabo.

funções dos termos que se constituem como estratégia para o passar da dispersão à regularidade. Através da descrição dos discursos relacionados a seus eventos e acontecimentos não discursivos, uma caminhada para se alcançar horizontes novos no passado presente.

De modo que a cada passo, cada termo, expressão, conceito com o qual se ocupa, é tomado com cuidado, uma vez que são acidentes, questões que geram aflição a milhares de pessoas no Brasil e fora do país. Um tropeço, uma avaliação equivocada, um passo não muito bem refletido, pode colaborar para a manutenção de um sistema de negação da vida para populações que têm sofrido por conta da violência cotidiana a que são submetidas por ações estatais e dispositivos que se colocam ao seu alcance.

Assim se busca pela construção de possibilidades, na medida em que se caminha, pondo em teste teorias e métodos. Problematizando as ideias instituídas sobre a(s) cidade(s), uma estrutura consolidada sobre uma base escalonar de conhecimento.

Revisitando a historiografia na história, para compreender como foram moldadas as subjetividades. Estruturas de pensamento, modos de se relacionar com o mundo, histórica e filosoficamente, impostas as superadas limitações geográficas, de modo que se instituiu um campo no qual foram desenvolvidas teorias basilares para ações epistemicidas.

A rememoração histórica sobre a(s) cidade(s) levou ao reconhecimento de como a literatura especializada sobre o tema pode auxiliar na cristalização de racionalidades. Que se buscam desestabilizar, para reconhecer os possíveis processos de silenciamento produzidos pela pavimentação da razão moderna, ocidental e eurocêntrica, formulada sobre a (re)produção de uma lógica binária de categorização e do uso de dicotomias hierárquicas, produtoras de modelos de classificações social, política, econômica e jurídica, sobre espaços e grupos humanos fundados na elevação de um saber ao qual se outorgou validade.

Um processo fundamentado sobre bases discursivas diversas, servindo para estruturar um saber produtor de um apreender sobre as dinâmicas. Fato percebido na revisitação dos documentos, na análise das metamorfoses e perpetuações provocadas por essa pavimentação – ser/saber/poder – manifesta na contemporaneidade.

Nesse campo, se volta à análise dos dispositivos de poder que possam estar articulados sobre o domínio do “saber”, que outorga validade aos discursos sobre a(s) cidade(s), se deparando com a existência de grupos e pessoas legitimadas para emitir pareceres sobre o tema.

Questionam-se assim, os dispositivos e os processos desenvolvidos e apresentados enquanto solução para os problemas sociais contemporâneos. Os mecanismos de manutenção desse “fazer ciência” eurocêntrico, mistificador de situações, inibidor de potências e justificativa para as desigualdades e exclusões. Alcançando, neste primeiro momento, o

entendimento de que para se afastar deste estado de exclusões, é necessária a libertação da *polis*. A construção de caminhos diferentes dos comumente trilhados passa, então, pela superação da racionalidade instituída naquele lócus, espaço onde a colonialidade firma raízes e encontra subterfúgios para a potencialização da violência disseminada em escala global.

Trabalhando sobre uma perspectiva funcionalista, crítico-materialista ou pós-estruturalista, se percebe que as abordagens construídas sobre a cidade se voltam, de certo modo, à reafirmação de estratégias reducionistas, binárias e evolutivas, pautadas por uma razão norte-centrista. As mudanças percebidas reafirmam um modelo de sociedade fundado na opressão e na exclusão, em que a cidade surge de maneira artificial para o alcance da multiplicidade dos indivíduos, conectados à sua materialidade, enraizados sobre uma tríade, dominação/segregação/controle, em um espaço onde é reforçada a exploração para manutenção de privilégios.

As estratégias introduzidas para segregação aparecem sustentadas por sólidas bases, e as violências apresentam-se como resultado de formações históricas. Relações que existem e resistem sobre campos de domínio onde o saber funciona como um instrumento de poder. O domínio dos discursos, das práticas discursivas, configura-se em mecanismo que coloca em ação o poder, instrumento disponibilizado para aqueles que alcançaram nesta lógica um estágio maior de evolução, que “conquistaram” um saber que lhes outorga poder.

Uma dinâmica de relação entre espaços e veículos de enunciação, em que os canais de repercussão dos discursos, os procedimentos metodológicos, a linguagem e os títulos têm funcionado como ferramentas para autorização do discurso, estabelecendo um controle sobre a “verdade”.

Até aqui, a intersecção dos conceitos, das teorias e dos métodos, mostrou como estes interagem. Adiante, se aprofundará na compreensão dos eventos, tratando das lacunas, dos processos de invisibilização, buscando recuperar na vida que pulsa, nos discursos produzidos ocultados ou não, fundamentos estratégicos para uma possível ruptura com tais dinâmicas.

Diversas fontes dão subsídio para o desenvolvimento das elaborações, para o encontrar de respostas que de alguma forma se cheguem às necessidades daqueles que têm sido tratados e percebidos por diversos autores(as), enquanto objetos nos jogos de poder. Grupos selecionados, perseguidos, segregados, espoliados e abandonados, entregues à morte, como se viu, diante da pandemia do “novo coronavírus”, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19”, que acarreta infecções respiratórias com alta capacidade de contágio e efeitos letais (LANA, et al., 2020, p. 1), e que ainda não possui cura. Um vírus com rápida

disseminação em escala global⁵⁹, que colocou em xeque as estratégias historicamente adotadas para o trato com as diversas dimensões da questão social. Em especial, com a questão da moradia.

Isto porque, devido à capacidade dos sistemas de saúde em lidar com a taxa de contaminação pelo vírus à curto prazo ser limitada, e os recursos, finitos (leitos hospitalares, número de profissionais de saúde, entre outros), o número de pacientes tratados tornou-se menor que a demanda necessária (SILVA, 2020, 579). Essa realidade deixou muitos pacientes infectados com condições pulmonares deterioradas sem nenhum tratamento, resultando na necessidade de políticas drásticas de distanciamento físico (GOURINCHAS, 2020).

Em outras palavras, a recomendação “Fique em Casa”, que partiu de lideranças internacionais, entre as quais se destaca a Organização Mundial da Saúde (OMS), tornou-se slogan da campanha contra a disseminação da COVID-19. Contudo, como ficar em casa quando não se tem moradia, ou quando essas condições são precárias?

Como ficar em casa, quando entre 50 e 60% da população brasileira (RIBEIRO, 2019; CUNHA, 2019) acabou se tornando em potente alvo para o contágio e transmissão da COVID-19 (SROUGI, 2020), por acessarem a moradia de forma precária, por habitar em áreas irregulares. Quando 9.156 famílias foram colocadas em situação de desabrigo por conta da ocorrência de casos de despejos coletivos durante a pandemia. Quando no Brasil, 64.546 famílias ainda se encontram sob ameaça de despejo (BANDEIRA, 2021).

Estas também são questões que levam a buscar tratar com diligência e responsabilidade a tarefa de pesquisador, enquanto agente comprometido ética, estética e politicamente com os grupos acompanhados, com os quais se faz aliança em trabalho.

Envoltos por todas essas situações é que se atenta para os espaços e tempos dos quais emergiram as estruturas que tornam possível a disseminação de racionalidades incompatíveis com as diversas formas de manifestação da vida no Sul global. A partir de uma linearidade coberta por acidentes, desníveis, que alteram mapas e alicerçam fundações para manifestação de poder e controle sobre os corpos.

Para a continuação desse trabalho não se pode manter preso, nem tampouco movimentar em uma única direção. Faz-se necessário também o aprofundar nas camadas do terreno, nos níveis que se manifestam, ou que são manifestos, indo em busca do que tem sido despercebido.

⁵⁹ Detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China, e em 16 de janeiro em território japonês, foi declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) emergência internacional (PHEIC) em 30 de janeiro, quando diversos países já haviam confirmado importações de caso, incluindo Estados Unidos, Canadá e Austrália. No Brasil, em 7 de fevereiro, havia 9 casos em investigação (LANA, et al., 2020).

Se reafirma que não é abandonada a verticalidade, mas que existe uma procura estratégica, através de um estudo qualitativo desenvolvido a partir das dispersões, para o interrogar do saber tido enquanto legítimo, como verdade, em sua constituição, voltando à percepção das relações entre os tipos enunciativos (FOUCAULT, 2008). Entende-se, assim, que “na esfera discursiva a arqueologia busca por condições de enunciação do discurso – e de sua eleição como ‘discurso verdadeiro’” (YAZBEK, 2015, p. 41).

O que impulsiona o andar e a busca por um geografar de dispositivos, relações, formas e produções, estabelecendo-se um objetivo a ser alcançado através de análises bibliográficas e documentais, onde a arqueologia do saber e a teoria da colonialidade, em uma procura “de” ou “des”colonial, apresentam-se como ferramentas/possibilidades de recuperação e alcance imprescindíveis. São percebidas como teorias que partem da crítica para o enfrentamento às matrizes discursivas reprodutoras de formas de monocultura do saber, abrindo possibilidades para o encontro da emergência de uma ecologia de saberes e viveres (SANTOS, 2013).

Vai-se ao encontro e relacionam-se conceitos até então tidos como categorias e subcategorias, formas escalonadas, que são trazidas a um mesmo nível de tratamento e relevância, *lócus* da problematização, espaço onde se encontram e interagem os conceitos. Planejamento urbano, regularização fundiária e remoção são percebidos então como estratégias consideradas em inter-relação, fundadas sobre as bases de um ser/poder/saber, reprodutores da dominação/segregação/controle.

Engrenagens, mecanismos, dispositivos que se continuaram trabalhando a partir da análise dos textos encontrados e separados, onde os termos de pesquisa foram reconhecidos. Nexos a analisar ainda nas entrevistas realizadas. Fios e amarrações não ocultos e tampouco visíveis.

Como dito, não existe pretensão de construção de uma outra “verdade”, o que move é o conhecer, entender para descrever. Encontrar respostas, alcançar saídas para as problematizações que instigam e poder mudar a forma como são percebidos os eventos no presente, reconhecendo vias de libertação das verdades prontas e dos discursos cristalizados. Para tanto, caminhar, geografar, é fundamental⁶⁰. Geografar, uma arte de reconhecimento e produção de registros sobre a terra. O tempo pode encobrir o espaço e até apagar marcas que foram deixadas. Entretanto, a articulação das teorias apresentadas e da metodologia à disposição, possibilita recuperá-las.

⁶⁰ *Geo*, do grego *ge, ges, terra*, um elemento de composição, que exprime uma noção e uma relação com o solo (PRIBERAM, 2021), do mesmo modo que *grafia*, do verbo *grafar, escrever*. Do grego *grafé, -ês, escrita*, elemento de composição que exprime a noção de escrita, ou registro (PRIBERAM, 2021a).

2.4.2 Perplexidade: uma metodologia de espanto

Deste modo, pensar a metodologia de pesquisa é um processo de reconhecimento de caminhos que permitam trilhar o alcance de respostas para as inquietações que provocam questionamentos. É andar sobre a terra viva, latente, pulsante, a partir dos discursos, (re)construindo trilhas, ressignificando horizontes, erguendo muros e edificando pontes. Reconhecendo estratégias que tornem possível encontrar saídas para as problematizações que no tempo presente instigam e que se impõem. Aflições, desconfortos, agitações, que estimulam a busca por respostas, nunca definitivas, mas no atual momento, urgentes.

A situação atual brasileira é um desses casos. Vive-se uma crise devastadora, com efeitos mais visíveis no campo econômico, mas que se refletem em todas as esferas da vida cotidiana, na política, na esfera jurídica, nas relações humanas e ambientais. Questões com raízes para além das fronteiras nacionais, que ao se manifestarem localmente alimentam a histórica e promíscua relação entre agentes públicos e os setores privados (VAINFAS, 2007). A aliança entre as elites coloniais e o capitalismo financeiro centrada em formas de rentismo (KRÜGER, 2018; ROLNIK, 2015), que desrespeita a vida, ao se colocar a favor do lucro, ergue estruturas cada vez mais sólidas. A terra, tornada um instrumento para materialização de estratégias de poder, subjuga os modos de existir, transformados em signos classificatórios e categorizações numéricas, mapas mortos.

O silenciamento de histórias, culturas e sociabilidades, na imposição de saberes instituídos para serem instrumentos fragmentários, descaracterizantes, transformam agentes históricos em objetos a serem incorporados ao sistema moderno colonial, a partir da imposição da violência que os transforma em subgrupos, rebaixados e expulsos através de distinções biológicas, (re)incorporados após o sequestro de suas subjetividades.

As resistências tornam-se alvo de contrarreformas ideológicas e militares para perpetuação da hegemonia das elites. Um modelo perverso, indiferente aos problemas sociais, que acentua a tendência neoliberal de ampliação das classificações.

Um jogo através do qual imperialismo e dependência atualizam-se de forma complexa, aprofundando desigualdades e enraizando a desordem social urbana. Tática recorrentemente utilizada para a manutenção dos processos de expansão da espoliação (SASSEN, 2016), que necessita ser contraposta.

Para este trabalho faz-se necessário um modelo analítico fundado em teorias que proporcionem, quando necessário, a possibilidade de ser “mais simétrico e dialógico” (MARTINS, BENZAQUEN, 2017, p. 21), ao mesmo tempo que os acidentes e irrupções não

sejam despercebidos, os “deslocamentos e transformações [os] vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias teleologias, para uma única e mesma ciência (FOUCAULT, 2008, p. 4-5). Uma elaboração pela qual se tem buscado e, até mesmo, testado, como demonstramos nesse processo, na recuperação e análise da “história da(s) cidade(s)” e intersecção de conceitos utilizados por diferentes correntes teóricas entre si e com os termos de pesquisa. Uma questão sobre a qual ainda se irá debruçar, através dos teóricos com os quais se tem trabalhado e aqueles que ainda se somaram.

Boaventura Santos (2006) é um dos autores convidados para a proposição da reflexão sobre uma perspectiva decolonial, pois sua defesa ao reconhecimento de epistemologias outras, que adjetiva como epistemologias do Sul, é bastante interessante para a crítica à ideia hierárquica de constituição do saber. Ao considerar válido o conhecimento que resistiu à dominação, a epistemologia do Sul permite ao Sul pensar em conhecimentos e formas de produção que não sejam importados, mas sim, adequados a cada realidade. Deste modo, Santos (2006) caracteriza o Sul enquanto uma metáfora para o sofrimento causado pelo capitalismo aos seres humanos, e objetiva a reinvenção da emancipação, para além da teoria crítica produzida pelo Norte.

Outro autor de importantes considerações nesse contexto é Walter D. Mignolo (2003), que propõem a diferenciação de “lugar de enunciação” do conceito de “perspectiva”. Para Mignolo, perspectiva “não é o produto da dor e da raiva dos despossuídos em si, mas sim de quem, mesmo não sendo despossuído, assume a perspectiva desses” (MIGNOLO, 2003, p. 28). Enquanto a ideia de lugar de enunciação aponta para lugares de história, de dor, para memória e saberes.

Retomando a concepção de Maria Lugones (2014), se entende que não é possível desprezar tudo que vem da Europa, pois quinhentos anos de imposição da modernidade colonial impossibilitam de reconhecer tudo o que é exterior às sociedades ou frutos da colonialidade. Assim, falar em uma descolonização não diz respeito somente a um projeto anticolonial, mas à construção de um programa de liberação do capitalismo. Reconhece-se que a ontologia moderna se fundamenta na perspectiva do progresso humano, tendo como referência o homem europeu e o controle de tudo o que passa a ser considerado não humano, operado a partir da articulação das dimensões do saber (ciência), poder (Estado) e ser (homem europeu), constituintes do modelo que tornou possível a associação entre desenvolvimento capitalista e colonização global. A crítica à ontologia hegemônica a partir da ideia de construção de uma descolonialidade, parte do conceito que auxilia na compreensão da ontologia hegemônica, a colonialidade desenvolvida Quijano (2009). Esta traduz a imposição do sistema classificatório hierárquico dos conhecimentos, grupos e espaços, relacionando-o a opressões diversas.

Assim, o último autor convidado nesta contribuição, que auxilia na construção das análises sobre os conceitos chaves e dimensões propostas pelo método, como já anunciado, é Michael Foucault (2008). Serão utilizados os instrumentos propostos por ele em sua construção teórica sobre a “arqueologia do saber”, um tratado metodológico através do qual se busca compreender a ordem interna constitutiva de um determinado conhecimento, ou a “emergência de práticas discursivas”, bem como os processos contínuos e descontínuos de desenvolvimento das ciências e as conexões “entre as relações de poder e a formação do conhecimento científico” (OKSALA, 2011, p. 63). Desloca-se a observação da superfície para a profundidade, para tornar visível o que fora invisibilizado por “um sistema de dispersão regulado” (FOUCAULT, 2014b, p. 86), posto em prática através de uma permanente transformação dos conceitos e dos jogos de poder, para a arqueologia do saber,

[...] o que importa não é compreender o passado, mas mudar a maneira como vemos o presente. O objetivo é “libertar” não só grupos marginais [...] mas também o resto de nós, mostrando as contingências em jogo na formação do que consideramos como verdades científicas (OKSALA, 2011, p. 70).

Se a história epistemológica se volta à investigação da produção de verdades através da ciência, a arqueologia auxilia, a partir dos discursos, a descrever práticas e interrogar “verdades” no nível de sua existência. Cada formação discursiva é constituída por um conjunto de práticas discursivas que possibilitam o surgimento de objetos, conceitos e lugares diferenciados em uma trama hierárquica para os titulares do discurso.

Para Foucault (2008), a ordem do discurso é uma ordem de dispersão, que para ser compreendida requer a organização das relações entre tipos enunciativos, estratégias e conceitos que tornam possível a passagem de seu estado original para a regularidade. A análise arqueológica deve voltar-se à descrição dos discursos sem se prender ao discurso, relacionando-o ao evento ou acontecimento no qual se desenvolve.

Para o método arqueológico, três conceitos são fundamentais: 1) Enunciado; 2) Positividade; 3) Arquivo. O primeiro carrega a função enunciativa, permitindo aos signos, a partir da descontinuidade, atualizarem-se e libertarem-se do campo geral do discurso. Assim, fazer a descrição de um enunciado é definir as condições nas quais se apresentam sua função, entendendo que os signos não estão ocultos e tão pouco visíveis. O segundo conceito que recuperamos é o de positividade. Este nos remete ao papel histórico do enunciado, não um papel formal. Ele desempenha a função de construir o conjunto de regras que caracterizam a prática discursiva. É a condição de realização dos enunciados, em que se descreve o conjunto como uma expressão retalhada, lacunar, como na dispersão de uma exterioridade, “Analisar

positividades é mostrar que, segundo regras, uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (FOUCAULT, 2008, p. 218). Esses sistemas proporcionam o arquivo, terceiro conceito, que não protege o acontecimento, mas também não o registra em uma linearidade contínua. Inscreve-se na singularidade e ruptura, na descontinuidade.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 2008, p. 158).

Deste modo, a estrutura proposta possibilita a construção do instrumento para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, sobre como se constitui a partir da classificação um determinado saber que se volta para a deslegitimação de outros saberes. Torna-se possível a emergência de categorias que, ao construir signos sobre territórios e grupos, possibilitam a formação de estruturas hierárquicas de poder, opressoras e excludentes, impostas sobre as relações sociais, permitindo a reflexão e crítica sobre a concepção epistemológica hegemônica de ciência no limiar da cientificidade.

Empreender nesse nível uma história das ciências não é descrever formações discursivas sem considerar estruturas epistemológicas; é mostrar como a instauração de uma ciência, e eventualmente sua passagem à formalização, pode ser encontrada sua possibilidade e sua incidência em uma formação discursiva e nas modificações de sua positividade (FOUCAULT, 2008, p. 229).

A proposta analítica da episteme – campo de domínio da análise histórica das ciências e tributário da concepção ocidental de ampliação universal da razão, que não investe nos “começos silenciosos” de um saber, ou mesmo em seus precursores – torna possível o vislumbrar das coações e limitações impostas através do discurso em momentos específicos. A partir das descontinuidades, práticas e controvérsias, permite-se que a história nos siga, ao analisarmos os discursos em suas dispersões, sem a pretensão de construir verdades, mas rompendo com a inércia da história. Busca-se no devir a totalidade inacabada do presente, para um recuperar da centralidade da vida, na vida, rebelde e pulsante.

É desta forma que tem sido analisados os discursos produzidos e registrados nos documentos acessados, do mesmo modo como será com as entrevistas⁶¹ realizadas. Estes que são agrupados de maneira a permitirem ser pensados dentro da estrutura proposta (FOUCAULT, 2008).

Assim, se atesta que este é um trabalho qualitativo, desenvolvido sobre uma densa base de estudos bibliográficos e documentais, onde se busca perceber nas estruturas de (re)produção do saber/poder como os processos de remoção, regularização fundiária e planejamento urbano podem se tornar dispositivos de acionamento de mecanismos reprodutores de práticas epistemicidas. Sem abandonar, também, o campo empírico de pesquisa, terreno do qual partem as provocações que instigam e para o qual se volta através da realização de entrevistas.

Quanto aos artigos científicos e teses nos quais os termos de pesquisa foram encontrados durante a construção do estado da arte, se trabalhou da seguinte forma: em um primeiro momento, foi feita a leitura em profundidade dos textos buscando destacar em cada um o período de escrita, o ano de publicação e contexto de sua produção; em seguida, o local de produção da escrita, a nacionalidade do pesquisador ou mesmo instituição a qual seu trabalho se vincula, fazendo separação entre as produções do Norte e Sul Global; posteriormente, se trata do local de publicação, em qual o periódico este foi publicado, onde o mesmo se localiza geograficamente; para, por fim, mostrar como as dimensões e categorias são manifestas; como os termos chaves são abordados; e qual metodologia de análise foi utilizada.

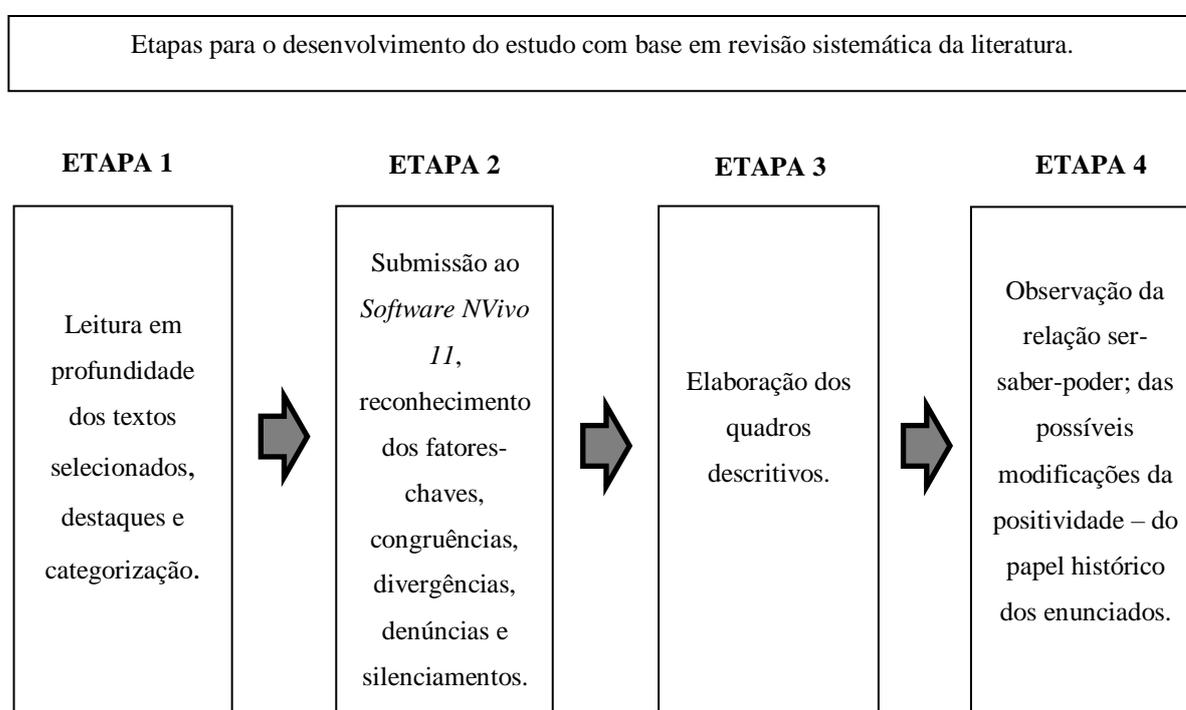
No segundo momento, os documentos analisados foram submetidos ao *Software NVivo 11*, e, partindo da análise prévia, através do *software*, se fez uma contagem de palavras dos documentos para se analisar mediante os contextos de produção das escritas a frequência com que cada palavra aparece nos mesmos, buscando reconhecer os fatores-chaves para cada produção nos diferentes cenários. São analisadas as congruências e divergências colocadas entre os(as) pesquisadores(as) do tema, as denúncias, os silenciamentos. Através da contagem de palavras, se identificara os indícios das questões materiais na pesquisa (KAEFER; ROPER; SINHA, 2015). Para tanto, foram excluídos da análise dos documentos as preposições, advérbios, conjunções e verbos que não apresentem significado no contexto.

A partir destas informações se elaborou quadros descritivos e nuvens de palavras para análise e representação dos documentos, fazendo a circunscrição dos enunciados, definindo as condições nas quais se apresentam suas funções. Recuperando o papel histórico dos enunciados,

⁶¹ Como apresentaremos adiante (p. 152-153), para realização das entrevistas se buscou através do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul por representantes dos grupos considerados de interesse para a pesquisa.

observando o conjunto de regras que caracterizam as práticas discursivas, demonstrando sobre quais regras as práticas podem estar formando grupos de objetos, jogos de conceitos e conjuntos de enunciações. Além de observar como estas têm sido organizadas, protegidas e reguladas, segundo a estrutura e instrumento que edificamos, percebendo como determinados saberes operam para a deslegitimação de outros, e como a instauração de uma ciência pode gerar possibilidades de modificações da positividade, através das formações discursivas, arena onde a teoria descolonial e o método da arqueologia do saber interseccionam-se.

Figura 3. Síntese do processo de análise sobre a produção teórica.



Fonte: Elaborado pelo autor

Findas as análises das produções teóricas, a realização das entrevistas terá seus resultados cruzados com aqueles obtidos da análise das elaborações teóricas, resultando em novos quadros de analíticos.

Por fim, se recupera que a ordem do discurso é uma ordem de dispersão, que necessita para ser abarcada, de uma organização das relações entre tipos enunciativos, as estratégias e conceitos que tornam possível a passagem de seu estado original para a regularidade a partir de um relacionar deste ao evento ou acontecimento no qual se desenvolve.

Dentro de um discurso, encontram-se práticas que possibilitam o aparecimento de objetos, de conceitos e de lugares para seus titulares, permitindo aos jogos de poder/saber atualizarem-se e se libertarem do campo geral do discurso. Aqui jaz a importância de se fazer

a descrição dos enunciados, de definir as condições nas quais se apresentam suas funções, como estes passam a ser percebidos como “verdadeiros”. Desse modo, podemos interseccionar agora a relação dos tipos enunciativos (FOUCAULT, 2008), das estratégias que colocam um saber/poder em um campo de regularidade, relativo a acontecimentos sobre os quais se desenvolvem, a ideia de um “lugar de enunciação”, relativo a lugares de história e memória, também de dor e de saber (MIGNOLO, 2003).

Do mesmo modo que a ideia de arquivo, que ao se inscrever na singularidade e ruptura, na especificidade, este organiza, protege, regula e autoriza os discursos, apresentando-se enquanto a lei do que pode ser dito, que administra quem pode dizer, um sistema que rege os enunciados. Em seu limite, na fronteira onde se encontra com a positividade, que apresenta o papel histórico do enunciado, que tem como função construir o conjunto de regras que caracterizam as práticas discursivas, que tornam possíveis o aparecimento de objetos, conceitos e lugares aos titulares do discurso, apresentados como universais, obrigatórios e necessários, são cruzados agora pela “perspectiva”. Um caminho que também se torna fim quando capturado por aqueles que, não sendo “despossuídos”, buscam assumir a perspectiva desses na ordem do discurso (MIGNOLO, 2003).

3. TERCEIRA CONTRIBUIÇÃO: GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E REFINAMENTO DA PESQUISA

Colocadas as problematizações necessárias, neste capítulo se passa a decupar os escritos e depurar os conceitos, partindo das pesquisas e apreciações anteriores, que fundamentam o desenvolvimento desta análise. De maneira articulada serão tratados os achados nos textos encontrados nas bases de dados do Norte e Sul global, sobre os quais anteriormente se introduziu a apresentação. E assim, aprofundando as reflexões, será possível passar à análise e ao trato da influência dos termos sobre a constituição da razão que tem orientado as ações em nosso campo de pesquisa. Findas as análises, apresentar-se-ão as considerações fruto da elaboração deste trabalho.

Nesse contexto, serão analisados documentos que tratam dos conflitos manifestos nas cidades e serão problematizadas as elaborações teóricas sobre a função e a relação da cidade com os processos contemporâneos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano. Procedimento de recuperação das produções a respeito dos termos de pesquisa para trazer entendimento sobre o uso corrente dos mesmos e suas relações e aproximações com o campo sobre o qual se desenvolvem.

3.1 DÉCIMO INTERSTÍCIO: REFINAMENTO DAS BUSCAS

Primeiramente, cabe explorar os contornos de tal problemática e suas configurações, tanto para o Norte quanto para o Sul global. Reflexão que se acredita necessária para o tempo presente, por nos permitir visualizar de forma ampla a sua relevância para cada latitude.

Quadro 2. Número de produções nas quais as categorias foram encontradas em intersecção nos bancos de dados do Norte e Sul global.

Norte global	Sul Global
446	249

Fonte: Elaborado pelo autor.

Anteriormente se apresentou metodologicamente como a pesquisa foi produzida, quais ferramentas foram utilizadas para identificação das bases de dados que possibilitam o cruzamento dos termos de pesquisa, quais bancos de armazenamento foram pesquisados no Norte global e no Sul global. Nos sítios nos quais as pesquisas não foram aprofundadas, isso se deu pelo fato de não permitirem o cruzamento dos termos chave – como a sistematização foi

desenvolvida, os termos, suas variáveis e as categorias de refinamento das buscas e, ainda, pelo modo como as expressões foram organizadas e codificadas.

Agora, finda a apresentação do número total de achados e identificados os escritos que podem auxiliar neste processo, se parte para o aprofundamento da pesquisa, onde serão apresentados como os termos têm sido abordados; se existe diferença de abordagem nas distintas áreas geográficas; qual o período em que tais elaborações têm sido produzidas e quando se tornaram relevantes; e quais os periódicos que têm se voltado a dar visibilidade a estas produções.

Antes, no entanto, se destaca que, no primeiro refinamento das buscas, quando foram cruzados os termos com as variáveis, se reconheceram 150 trabalhos que poderiam ter uma relação próxima com as problematizações desenvolvidas. Se trabalhou sobre estes, no intuito de elucidar o problema de pesquisa, bem como os demais questionamentos que surgiram no desenvolvimento das reflexões. Destas escritas, 112 produções são artigos científicos e 38 são teses e dissertações, textos que foram agrupados e organizados considerando a base de dados na qual cada um foi acessado.

No segundo processo de análise e triagem a que foram submetidas tais escritas, foi feita a leitura dos resumos, análise de tema e palavras-chave de cada um, na intenção de identificar quais textos teriam ou não relação com a proposta de estudo. Nesta etapa, os textos foram, ainda, submetidos a uma leitura panorâmica, técnica de rápida leitura, através da qual se lê o início e o final de cada parágrafo, permitindo identificar os textos a serem separados para que se passe de uma leitura de superfície para uma leitura em profundidade (BINS, 1990). Isso permite a observação de questões gerais sobre como cada escrita foi produzida, quais áreas de produção do conhecimento têm se dedicado a este estudo e como cada trabalho pode contribuir com o desenvolvimento das formulações teóricas.

Deste modo, destaca-se que, considerando o portal “A”, 18 artigos haviam sido previamente separados. Neste refinamento, 15 foram descartados, por tratarem de temas sem aproximação com a pesquisa, e 3 textos foram selecionados, deixando de ser agrupados conforme seu banco de dados, sendo reagrupados e organizados agora por continente de origem de cada escrita. Este fato foi identificado a partir do reconhecimento da instituição com a qual os/as pesquisadores/as mantêm vínculo, da mesma maneira como se fez com as demais publicações.

Ao final, no portal “A”, foram identificadas 3 produções com origem de autores vinculados a instituições do Sul global e nenhuma com origem no Norte global.

Quanto ao portal “B”, 18 artigos foram selecionados. Posteriormente, 6 foram abandonados, pelos mesmos motivos que ocorrerá no portal “A”. Os 12 textos selecionados foram organizados da mesma maneira, sendo reagrupados conforme as latitudes. Assim, foram identificadas 7 produções originadas em países do Sul e 5 do Norte global.

No portal “C”, 43 artigos foram selecionados. Após serem trabalhados, 23 textos foram abandonados e 20 foram selecionados. Foram reorganizados também por latitude de origem, onde identificaram-se 16 produções originárias de países do Sul e 4 do Norte global.

No portal “D”, não foram encontrados trabalhos de autores do Norte Global. Este armazena 32 manuscritos que foram inicialmente identificados com possível relação com este trabalho. Entretanto, após o a leitura inicial, 10 foram reconhecidos enquanto tendo relação com o campo de abordagem.

Por último, o portal “E” reservou 43 escritas que foram inicialmente separadas. Destas, 14 foram selecionadas, 13 destas produzidas por autores vinculados a instituições do Sul global e uma única escrita produzida por autor do Norte.

A partir desta reorganização das escritas e com auxílio do *software NVivo 11*, que auxilia no arranjo do processo de pesquisa, tornando possível a identificação e categorização das questões relevantes para a pesquisa, os trabalhos foram organizados tendo como base a proposta de Jabbour (2013), que sugere que os estudos sejam categorizados de acordo com o contexto da pesquisa, foco, método, entre outros. Desse modo, foram elaborados elementos visuais a partir das produções teóricas trabalhadas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011), ou seja, tabelas, gráficos e nuvens de palavras que serão apresentados a seguir.

Como se verá na Figura 4, a seguir, existe uma diferenciação quanto às principais áreas de produção do conhecimento que se debruçam sobre o estudo das categorias nas distintas latitudes. Quando se observam as áreas com menos trabalhos, essas acabam por se aproximar, cabendo o destaque à concentração das produções nas áreas das humanidades.

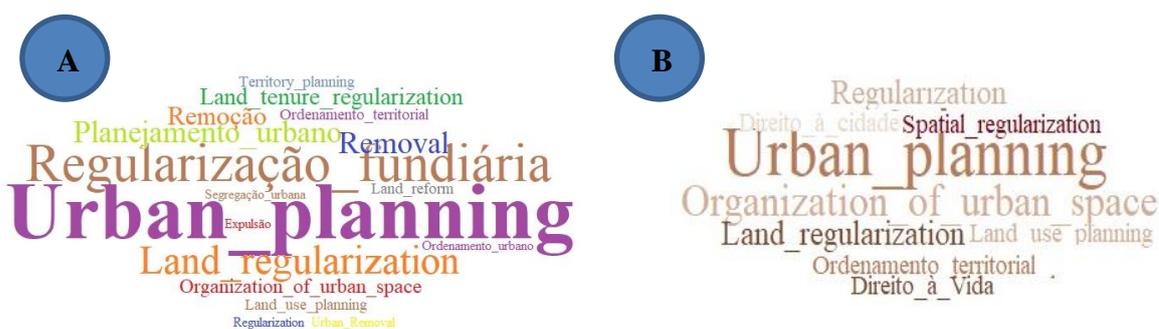
Figura 4. Nuvem de palavras resultante da análise quanto às áreas de produção do conhecimento nas publicações do Norte (A) e Sul global (B).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos estudos elaborados por pesquisadores vinculados a instituições do Norte global, os trabalhos concentram-se sobretudo nas áreas da Sociologia e da Ciência Política, diferente das produções advindas do Sul global que, por sua vez, concentram-se sobretudo na Arquitetura e Urbanismo e no Direito. Essa é uma questão que aponta para diferentes perspectivas analíticas sobre os processos de regularização fundiária, remoções e planejamento urbano, impactando na abordagem e entendimento quanto aos conceitos.

Figura 5. Nuvem de palavras resultante da análise dos termos de pesquisa utilizados para o alcance da produção do conhecimento nas publicações do Sul (A) e Norte global (B).

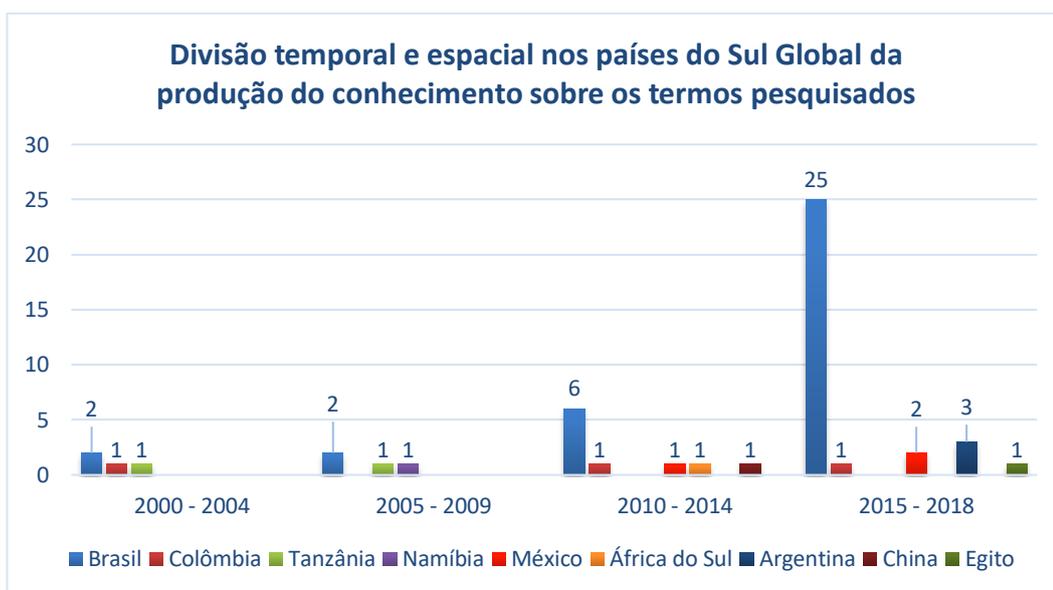


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à nuvem de palavras resultante da análise dos termos de pesquisa utilizados para o alcance da produção do conhecimento nas distintas latitudes, representada pela Figura 5, pode-se perceber uma maior aproximação. O conceito de Planejamento Urbano em língua inglesa – *Urban Planning* – é o termo sobre o qual existe uma maior produção em ambos, seguido pela expressão Regularização Fundiária no Sul e *Organization of urban space* no Norte.

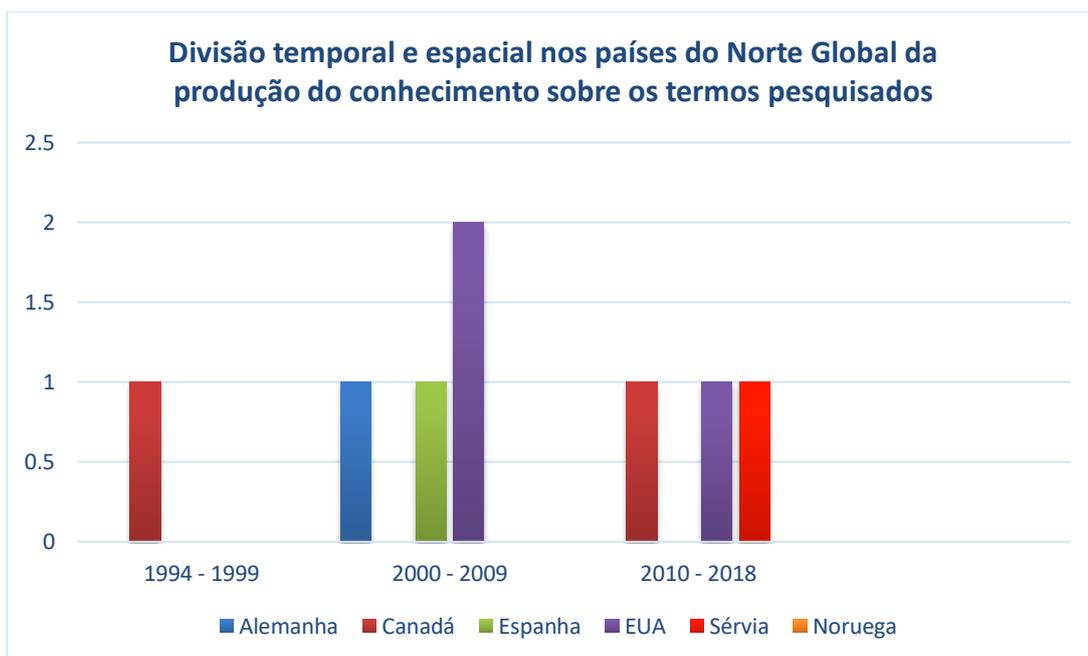
Nos gráficos 1 e 2, a seguir, é possível observar quando cada produção foi publicada, para deste modo perceber a partir de qual período o tema passou a despertar o interesse dos(as) pesquisadores(as) e dos países de origem de cada elaboração.

Gráfico 1. Divisão temporal e espacial nos países do Sul Global da produção do conhecimento sobre os termos pesquisados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2. Divisão temporal e espacial nos países do Norte Global da produção do conhecimento sobre os termos pesquisados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A observação dos gráficos permite reconhecer que é a partir do ano de 1994 que começam a surgir algumas problematizações sobre os termos no Norte global, com a publicação de artigo produzido por pesquisadores(as) vinculados a instituições do Canadá. Após o ano 2000, surgem produções nos Estados Unidos da América, Alemanha, Espanha etc.

Nos países do Sul global, as publicações começaram a surgir no período em que os temas passaram a ganhar destaque no Norte, a partir do ano 2000, tendo como expoente as publicações de pesquisas e trabalhos desenvolvidos por autores(as) vinculados(as) a instituições brasileiras, seguidos por mexicanos, argentinos, colombianos etc.

Pode-se destacar, a partir dessas elaborações, que o interesse pelos temas é recente. Tais formulações se dão em um período de expansão do mercado imobiliário nos países do Norte, principalmente no que diz respeito aos Estados Unidos da América, onde este mercado entra em crise no ano de 2008. Já nos países do Sul, trata-se de um momento de reorganização política e econômica, onde a questão imobiliária passa a ser utilizada enquanto estratégica para o desenvolvimento e, posteriormente, para o enfrentamento da crise econômica que passa a assolar a região (ROLNIK, 2015).

Para o Brasil, país de destaque quanto às publicações do Sul global, o período é marcado pela reestruturação de seu sistema jurídico para o campo da moradia. Ocorre a aprovação de um conjunto de leis para regular o desenvolvimento urbano e garantir direitos constitucionais para seus cidadãos⁶². Ainda se deve destacar que volumosas somas de recursos foram disponibilizadas pelo Estado ao mercado construtor (KRÜGER, 2018). No país, ainda ocorreu a organização de dois grandes eventos esportivos internacionais⁶³, onde para a realização destes, as cidades passaram por verdadeiras cirurgias urbanísticas.

Em seguida, são apresentadas informações adicionais sobre as obras exploradas. Estas, que a partir do trato em profundidade, auxiliam na compreensão de como os(as) autores(as) compreendem e tratam cada termo a partir de seus territórios, do conhecimento “adquirido” e reverberado através de suas produções.

⁶² Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), Resolução n.º 369 do Conama (BRASIL, 2006), Programa Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2009), novo Código Florestal (BRASIL, 2012), Lei Federal n.º 13.465 de 2017 – Reurb (BRASIL, 2017), entre outros.

⁶³ Trata-se da copa do mundo de futebol, realizada no ano de 2014, e dos jogos olímpicos de 2016.

Quadro 3. Escritas produzidas a partir do Sul global arquivadas para o aprofundamento das análises.

Continua			
Termos utilizados na busca	Título	Local	Autores(as)
Resultado do cruzamento dos 3 termos de busca em Inglês	Integrated Management of Coastal Conservation Unit – Itapeva, State Park, Torres-RS, Brazil	Brasil	Gabriela Camboim Rockett; Luana Portz; Samanta da Costa Cristiano; Eduardo Guimarães Barboza; Nelson Luiz Sambaqui Gruber
Variável: Ordenamento territorial	Governança territorial e os Planos do Ordenamento do Território: o caso da província de Mendoza, Argentina	Argentina	Matías Agustín Dalla-Torre
Variável: Ordenamento territorial	Ordenamento Territorial: Neo-developmentalism and the struggle for territory in the lower Brazilian Amazon.	Brasil	Brenda Baletti
Variável: Ordenamento urbano	Ordenamiento costero metropolitano en Chile: de la expectativa de regulación a la planificación cooptada (1965-2014)	Colômbia	Rodrigo Hidalgo; Voltaire Alvarado; Pascal Volker; Federico Arenas; Alejandro Salazar
Regularização fundiária	Regularização Fundiária – Nova Lei – Velhas Práticas: Caso de Araguaína – Amazônia Legal	Brasil	João Aparecido Bazolli; Olivia Campos Maia Pereira; Mariela Cristina Ayres Oliveira
Variável: Planejamento territorial	A regularização fundiária urbana e rural: necessidade de marcos teóricos e de políticas públicas distintas	Brasil	Émilien Vilas Boas Reis; Márcio Luís de Oliveira
Regularização fundiária	Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil	Brasil	Antonio Hilario Aguilera Urquiza; Lourival dos Santos
Regularização fundiária	Metodologia do direito, teorias da posse e a posse na nova lei de regularização fundiária	Brasil	Helton Junio Da Silva; Raphael Frattari Bonito; Renata Aparecida de Oliveira Dias
Regularização fundiária e planejamento urbano	A dimensão ambiental da urbanização em favelas	Brasil	Rosana Denaldi; Luciana Nicolau Ferrara
Regularização fundiária	Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro, Porto Alegre	Brasil	Ana Maria Isar dos Santos Gomes; Marília Steinberger
Regularização fundiária	Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial	Brasil	Rafael Soares Gonçalves
land tenure regularization / regularização fundiária	Are urban land tenure regulations in Namibia the solution or the problem?	Namíbia	Walter de Vries; Joe Lewis
Land tenure regularization / regularização fundiária	Constructing ordinary places: Place-making in urban informal settlements in Mexico	México	Melanie Lombard
Regularization	(Re)constructing Informality and “Doing Regularization” in the Conservation Zone of Mexico City	México	Priscilla Connolly; Jill Wigleb
Urban planning /land reform	Rwanda’s political settlement and the urban transition: expropriation, construction and taxation in Kigali	África do Sul	Tom Goodfellow

Quadro 3. Escritas produzidas a partir do Sul global arquivadas para o aprofundamento das análises.

Termos utilizados na busca	Título	Local	Continuação Autores(as)
Urban planning / land tenure regularization	Spatial data in the Global South: a case study of alternative land management tools for cities with limited resources	Brasil	Leticia Palazzi Perez; Raphael Bischof dos Santos; Guadalupe M. J. A. de Almeida; Guilherme Carpintero Carvalho
Land regularization; Urban Removal	Remoção de favelas	Brasil	Ricardo Cesar Pereira Lira
Urban Planning and Removal	Por trás da vitrine de um megaevento: remoções, despejos e reassentamento de comunidades	Brasil	Ernandy Luis Vasconcelos de Lima
Urban Planning and Removal	Spatial practice, conceived space and lived space: Hong Kong's	China	Mee Kam Nga; Wing Shing Tangb; Joanna Leec; Darwin Leung
land regularization	Community involvement in land regularization for informal settlements in Tanzania: A strategy for enhancing security of tenure in residential neighborhoods	Tanzania	Majani Wakuru Magigi,
Urban Planning	Evolution of informal settlements upgrading strategies in Egypt: From negligence to participatory development	Egito	Marwa A. Khalifa
Variável: land-use planning	Governing the gaps in water governance and land-use planning in a megacity: The example of hydrological risk in Mexico City	México	Amy Lerner; Hallie Eakin; Elizabeth Tellman; Julia Chrissie Bausch; Bertha Hernández Aguilera,
Organization of urban space	Regularizing housing land development during the transition to market-led supply in Tanzania	Tanzania	Wilbard Kombe,
Territory planning; Organization of urban space	Self-help or public housing? Lessons from co-managed slum upgrading via participatory budget	Brasil	Ana Paula Pimentel Walker,.
Expulsão / Segregação urbana	Territorial exclusion and violence: the case of the state of São Paulo, Brazil	Brasil	Raquel Rolnik,
Land use planning	The future of informal settlements: lessons in the legalization of disputed urban land in Recife, Brazil	Brasil	Flávio de Souza.
Regularização Fundiária; Remoção	Processamento de imagens alos/palsar aplicado à regularização fundiária na Amazônia	Brasil	Luz Marilda de Moraes Maciel
Regularização Fundiária; Remoção	Ocupação Urbana em Áreas de Fragilidade Ambiental: Estudo de áreas de risco socioambiental no Setor Sol Nascente – DF	Brasil	Alice Cunha Lima
Regularização Fundiária; Remoção	Desenvolvimento humano e a regularização fundiária urbana: Análise da Lei Federal nº 13.465/2017	Brasil	Bárbara de Oliveira Souza Pacheco

Quadro 3. Escritas produzidas a partir do Sul global arquivadas para o aprofundamento das análises.

Termos utilizados na busca	Título	Local	Continuação
			Autores(as)
Regularização Fundiária; Planejamento urbano	O papel dos indicadores de desempenho dos programas federais: o caso da regularização fundiária de interesse social	Brasil	Tatiana Mamede Salum Chaer
Regularização Fundiária; Planejamento urbano	Entre ruínas e resistências: (r)emoções em porto alegre de 2013 a 2015	Brasil	Marcelo Oliveira Damasceno
Regularização Fundiária; Planejamento urbano	O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte	Brasil	Erika Lopes
Land regularization; Urban planning	Sobre como o poder público resolve a questão da moradia: a urbanização, a remoção e o reassentamento de favelas em Natal/RN (2001 – 2017).	Brasil	Luis Renato Nogueira da Rocha
Land regularization; Urban planning	“ESPERANDO, ESPERANDO”: Segregação e subalternidade nas remoções habitacionais na implantação do VLT em Fortaleza	Brasil	Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior
Land regularization; Urban planning	Remoções biopolíticas: o habitar e a resistência da Vila Autódromo	Brasil	Clarissa Pires de Almeida Naback
Regularização Fundiária; Remoção	Comentários Acerca da Regularização Fundiária Urbana do Pirambu	Brasil	Thiago Alves Henrique da Costa; Roselane Gomes Bezerra
Land regularization; Removal; Urban planning	Remoção de favelas	Brasil	Ricardo Cesar Pereira Lira
Land regularization; Removal	ESSA É NOSSA RUA: O design social em iniciativas interdisciplinares de pesquisa e extensão.	Brasil	Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva; Vitor Vieira Araujo; Frederico Leite Gonçalves; Livia Saraiva Freire
Land regularization; Urban planning	Depois do estatuto da cidade: ordem jurídica e política urbana em disputa	Brasil	Betânia de Moraes Alfonsin
Land regularization; Urban planning	Planejando habitação social no Brasil: "Em que pé estamos?"	Brasil	Gladys Rebeca C. Magalhães
Land regularization; Urban planning	A exclusão social e as favelas na cidade do rio de janeiro	Brasil	Marconi do Ó Catão
Land regularization; Urban planning	A luta pelo acesso à Moradia na Região Metro-Urbis:politana do Rio de Janeiro: a Vila Getúlio Cabral	Brasil	Gerônimo Leitão; Jonas Delecave
Land regularization; Urban planning	Direito urbanístico e regularização fundiária	Brasil	Janaína Rigo Santin; Rafaela Comiran
Land regularization; Urban planning	Planificación y redistribución de beneficios del desarrollo urbano: la contribución compensatoria en Rosario, Argentina	Argentina	Beatriz Cuenya; Eduardo González
Land regularization; Urban planning	La informalidad en el desarrollo urbanístico de la ciudad de Medellín	Colômbia	Beltrán de Jesús Restrepo Arredondo

Quadro 3. Escritas produzidas a partir do Sul global arquivadas para o aprofundamento das análises.

Termos utilizados na busca	Título	Local	Conclusão
			Autores(as)
Land regularization; Urban planning	As lógicas por trás das políticas de regularização fundiária: a alteração de paradigma pela lei 13.465/2017	Brasil	Paulo Sergio Ferreira Filho
Remoção; Planejamento Urbano	A remoção dos moradores da vila autódromo: a gentrificação como característica do governo Eduardo Paes	Brasil	Diogo Oliveira Muniz Caldas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 4. Escritas produzidas a partir do Norte global tratadas em profundidade.

Termos utilizados na busca	Título	Local	Autores(as)
Regularization	Land and property rights: some remarks on basic concepts and general perspectives	Alemanha	Jurgen Oestereich
Regularization	Legal Authority in an Extralegal Setting: The Case of Land Rights in Jakarta, Indonesia	Canadá	Michael Leaf
Urban planning; Spatial regularization	Spatial regularization, planning instruments and urban land market in a post-socialist society: The case of Belgrade	Servia	Slavka Zekovi; Sevi Miodrag Vujo; Tamara Maricic
Urban planning; Organization of urban space	Voicing noise: Political agency and the trialectics of participation in urban Malawi	Noruega	Hilde Refstie; Cathrine Brun
Organization of urban space; Land use planning	Violent visions of an ownership society: The land administration project in Petén, Guatemala	EUA	Megan Ybarra
Ordenamento territorial; Direito à cidade	Is legalized land tenure necessary in slum upgrading? Learning from Rio's land tenure policies in the Favela Bairro Program	Canadá	Kenan Handzic
Urban planning; Organization of urban space	Environmental and gender impacts of land tenure regularization in Africa: Pilot evidence from Rwanda	EUA	Ayalew Daniel Ali; Klaus Deininger; Markus Goldstein
	Community-based land reform: Lessons from Scotland	EUA	John Bryden; Charles Geisler
Land regularization; Urban planning	The origin of the earliest Roman cities in Catalonia: An examination from the perspective of archaeology	Espanha	Josep Guitart

Fonte: Elaborado pelo autor.

O processo de sistematização desenvolvido seguiu as propostas de trabalho de Tranfield, Denyer e Smart (2003), Prietro-Sandoval, Jaca e Ormazabal (2018), Jabbour (2013) e Mozzato e Grzybovski (2011), de modo que, no período de 34 meses, foram feitas pesquisas, separações,

análises, revisões, reorganizações e tabelamento dos dados apresentados. Nesse tempo, as produções foram submetidas a processos múltiplos de refinamento, para que pudessem ser selecionadas aquelas com maior aproximação do tema de pesquisa. Vale destacar que muitos foram os questionamentos suscitados no processo, questões que o tempo nos impede de tratar em sua plenitude. No entanto, as situações pertinentes para o tempo presente foram aprofundadas, e continuaram a ser aqui tratadas. Dessa maneira, reitera-se que, a amplitude do campo e a opção pelo aprofundamento das análises em questões específicas impõem a impossibilidade de seu esgotamento em um único trabalho. Ainda, expõem a densidade deste, bem como a necessidade de se continuar neste trabalho reflexivo.

3.2 DÉCIMO PRIMEIRO INTERSTÍCIO: EPISTEME E REDUPLICAÇÃO⁶⁴ : UMA DESCOLONIALIDADE ARQUEOLÓGICA DOS CONCEITOS

O trabalho até aqui construído, nos fundamenta agora para o contemplar de como a literatura especializada sobre o tema da cidade pode auxiliar na cristalização de ideias. Para tanto, recuperam-se de forma rápida as elucidações já alcançadas.

Os caminhos percorridos para a concretização da atual estrutura de organização social desenvolveram-se a partir da organização de um modelo nuclear de família. Este que serviu como base para a instituição de um padrão de propriedade que exigiu uma forma ou composição que legitimasse tal armação. Assim, emerge o palco sobre o qual tais relações se desenvolveriam de maneira tutelada. Carregada de retórica sobre a proteção dos grupos humanos, tem início neste teatro a peça que irá repetir indefinidamente a relação entre dominadores e dominados. Relação em que, a partir da organização das formas de circulação do poder por meio da religião, da política, da evolução das relações de trabalho e do comércio, do controle da economia e da produção do saber, múltiplas formas de opressão passaram a operar.

De qualquer modo, a partir de um período que não se pode especificamente datar, começam a ser edificadas suas primeiras estruturas e instituições sintéticas que, transportadas no tempo e espaço, são implantadas sobre diferentes territórios, povos, culturas. Em princípio, adotando e/ou alterando as formas de organização encontradas em cada espaço, passam a causar a reorganização dos modos de habitar, impondo um habitat que é subproduto das exclusões e

⁶⁴ Para Foucault (1979), episteme é entendida enquanto uma ordem interna, anterior à ordenação do discurso, deste modo, constitutiva do mesmo. Fazendo com que o mesmo possa ser entendido, como, e a partir dele mesmo, e, em relação ao período/época ao que fora pronunciado. Enquanto a reduplicação serve para ligar uma ideia sobre algo a outra coisa. As determinações não evidentes (FOUCAULT, 2002a).

segregações, reflexo das materializações de estruturas de poder. Assim, *polis*, *civitas* e *city* acabam por se tornar expressões que apontam para este modelo e estrutura de organização que é imposta sobre as diversas civilizações diminuídas, tratadas enquanto atrasadas, não desenvolvidas.

Uma vez fundadas, as cidades consolidaram um outro modelo de organização, a sociedade, a partir da imposição de estruturas de poder, alicerçadas sobre um ser e seu monopólio sobre a construção do saber/verdade. Promovem-se, assim, múltiplas formas de dominação. Primeiro sobre este espaço e, posteriormente, com o advento da colonização dos povos do Sul global, mais especificamente das Américas, ocorre a tentativa de apagamento dos saberes tradicionais, tornados alvo de ocultamento para destruição, ou, por vezes, para assimilação (DUSSEL, 1993; QUIJANO, 2009).

Corpos e mentes passam a ser controlados a partir do sequestro dos territórios, e cidades passam a ser edificadas nos espaços. Através do seu controle, se passam a dominar os jogos de poder. Impõem-se a qual tipo de saber se concederá validade, a quem, ou a que, se dará valor, quem poderá viver, quem deverá morrer (SENNETT, 2016). Com inversões e deslocamentos, torna-se possível a proliferação de tecnologias políticas sobre os espaços e as formas de existência, sobre as condições de vida.

Uma peça considerada importante para o funcionamento desta quimera, tanto sobre os territórios europeus quanto sobre aqueles colonizados, é a transformação das relações de poder através da manipulação das tecnologias de governo, que ainda anterior ao período da antiguidade grega e romana, já eram possíveis de serem observadas nos tratados que condicionavam a circulação do poder. Neste momento, entretanto, ocorre a emergência de uma série de estruturas distintas que irão se ocupar de teorizar, validar, construir espaços de hegemonia sobre a produção dos conhecimentos.

Através das escolas, das bibliotecas, daqueles a quem se outorga a autoridade para proferir discursos públicos, vem os conselhos quanto ao comportamento que deve ter cada pessoa colocada dentro desta estrutura. A estas questões somam-se as elaborações apresentadas no item interior, onde pudemos contemplar como tem se dado contemporaneamente não só a elaboração e organização do conhecimento, mas ainda, sua geografação.

Vimos que, nos sítios de publicação do Norte global, mais de 95% das publicações encontradas foram feitas em língua inglesa. E nos portais de publicação do Sul global, pouco mais de 47%. Acrescenta-se agora que, mesmo sendo a língua inglesa dominante nos textos publicados nas bases de dados do Norte global e muito relevante nas publicações encontradas nas bases do Sul, a produção destes trabalhos tem sido feita majoritariamente por autores

vinculados a instituições do Sul global, bem como os espaços onde os trabalhos foram desenvolvidos. Uma vez que cerca de 86% das publicações foram produzidas por autores(as) do Sul global, espaço no qual tal questão tem se encontrado mais sensível. Terreno de estudos e análises de situações cotidianamente vividas.

Tal questão, permite a percepção de que: 1) a colonização da língua no universo de produção científica está colocada; 2) a problemática explorada diz respeito, majoritariamente, a países vitimados pelo processo de exploração colonial; 3) as ideias defendidas de desenvolvimento e progresso, articulações percebidas enquanto estratégias coloniais de captura, estão colocadas no horizonte de aspirações daqueles(as) que tem se dedicado a reflexão sobre tais processos. Situações que fazem urgente o aprofundamento da problematização sobre tais questões.

Por conta disso, se dará mais um passo na compreensão destes eventos, decupando os textos encontrados e depurando os conceitos abordados para resgatar então a compreensão dos(as) autores(as) sobre os processos. Sem perder o horizonte que aponta desde os primórdios às cidades sofrendo por conta de tramas complexas e quase silenciosas. Tramas produtoras de dinâmicas escalonares que materializam, em diversos níveis, ações violentas de negação, opressão, segregação, exclusão, invisibilização e morte, sobre corpos previamente selecionados. Ações materializadas na cidade, a partir de retóricas (re)produtoras de equipamentos que lhes são próprios. Que forjam operações que atentam contra a vida, através de estratégias capitaneadas por interesses difusos em cada período histórico.

Muitos têm sido os instrumentos utilizados para promoção desta trama, que na contemporaneidade submete todos que se colocam em inter-relação com a cidade aos ditames de razões hegemônicas. Fundada sobre a gene do evolucionismo e do desenvolvimentismo, técnicas determinadas foram articuladas por pequenos grupos que se apresentam como legítimos produtores de saber. Formas específicas que são reduplicadas ligando a ideia ou a imagem de uma coisa à outra, para que se alcancem objetivos.

Saberes que afirmam autoridades, e que acabam em sua materialidade (des)configurando relações sociais, fissurando territórios, atravessando modos de viver, que passam a ser ofuscados, para tornar possível a imposição de estruturas de poder outras, sobre latitudes, povos e culturas.

3.2.1 Análise dos discursos sobre planejamento urbano, remoção e regularização fundiária

Em tempo, justifica-se a realização das entrevistas pelo fato de que, na construção do referencial teórico, foi percebido que os termos, para serem conceituados pelos(as) pesquisadores(as), em muitos casos, acabaram por ser trabalhados a partir das dimensões que os constituem enquanto políticas públicas. Mecanismos através dos quais entende-se que este foram transformados em legislações que passaram a acioná-los enquanto dispositivos de Estado para regulação das relações sócio territoriais, políticas e econômicas. Desta forma, se procurou ouvir e apreender, a partir de agentes que trabalham na elaboração e execução destas leis, suas percepções quanto aos termos. Além disso, quanto ao campo sobre o qual estes são materializados. Do mesmo modo como foi feito com técnicos, também foi feito com pesquisadores e militantes de organizações sociais.

Assim, foi solicitado ao Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul⁶⁵ a indicação daqueles a serem entrevistados, uma vez que este é um órgão público, colegiado e independente, de caráter deliberativo, normativo, consultivo e controlador da política de direitos humanos no Estado, constituído por 18 conselheiros que representam os três grupos considerados de interesse para pesquisa.

Através de e-mail e mensagem por *whatsapp*⁶⁶, é que se buscou estabelecer contato com este conselho informando sobre o trabalho e solicitando que ele fizesse a indicação dos representantes a serem entrevistados, deixando a cargo do conselho os critérios de seleção.

Uma vez estabelecido o contato e tendo recebido a indicação dos entrevistados, se deu início nas tratativas para o desenvolvimento das entrevistas. Realizadas de maneira remota, através do envio de um documento – roteiro de entrevista, por e-mail e *whatsapp* – ao conselho, que encaminhou aos participantes da pesquisa. No documento – que está no apêndice “B” – a carta de autorização para a divulgação das falas bem como o roteiro elaborado.

3.2.1.1 A vida da teoria

É necessário destacar que para a apreciação das entrevistas se empregou a mesma estrutura analítica utilizada sobre a produção teórica. Desse modo, neste item se busca pelo

⁶⁵ <https://cedhrs.wordpress.com/institucional/>
Contato: cedh@sjcdh.rs.gov.br

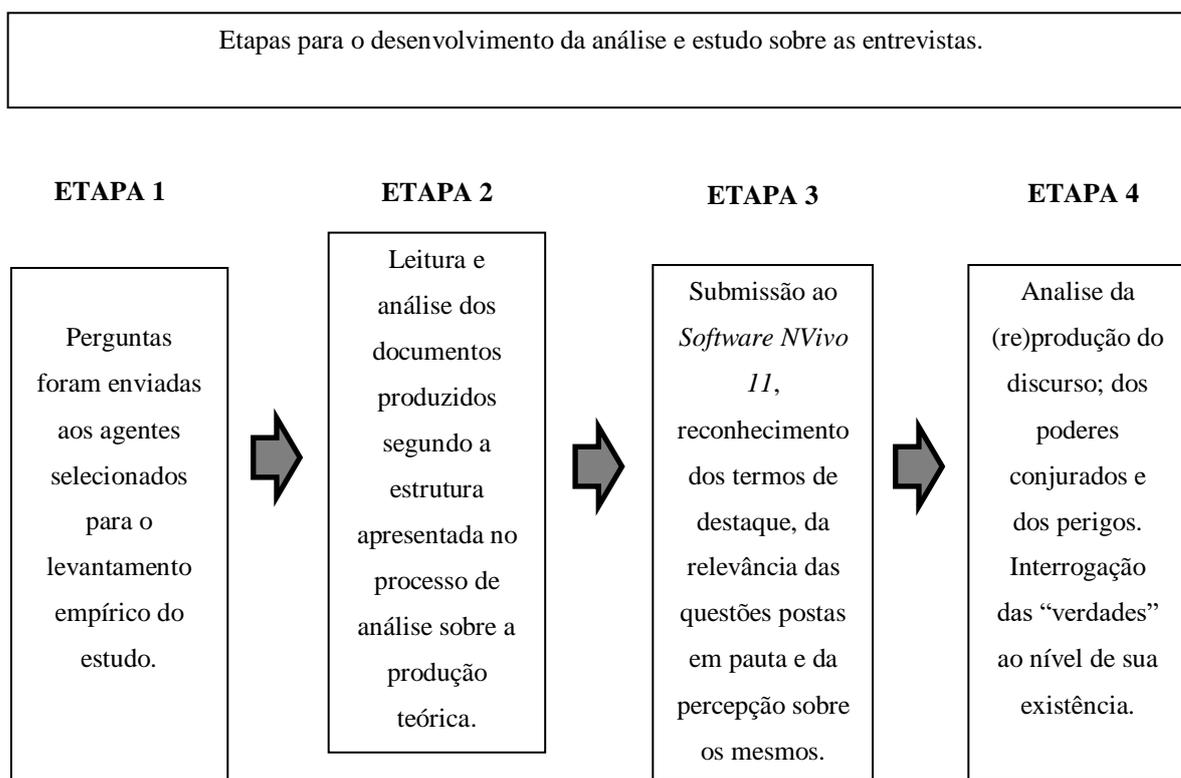
⁶⁶ WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em formatos diversos.

aprofundamento do exame de ambos a partir de da intersecção entre entrevistas e pesquisa documental.

Quanto às entrevistas, a análise se deu a partir da leitura das respostas às questões enviadas aos entrevistados, buscando reconhecer: o contexto de cada fala; como as dimensões foram abordadas; e como os conceitos foram tratados. Por fim, do mesmo modo como anteriormente descrito, foram elaborados quadros analíticos e descritivos dos documentos produzidos.

No segundo momento, as entrevistas foram também analisadas através do *Software NVivo 11*, sistema que fez a contagem das palavras e reconhecimento da frequência com que cada uma aparece nas entrevistas. Desse modo, é possibilitado o reconhecimento – a partir dos termos de maior destaque – de: qual a relevância de cada questão posta em pauta; qual a percepção de cada agente quanto aos dispositivos; como os termos, dimensões e seus produtos interagem; quais são as emergências e as ausências (re)produzidas; quais os silenciamentos; quais os desejos que podem ser manifestos; e quais os jogos se materializaram. Além disso, também, quais as congruências e divergências colocadas entre cada entrevistado. Na Figura 7, a seguir, mostra-se a síntese do processo de análise das entrevistas.

Figura 7. Síntese do processo de análise das entrevistas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o desenvolvimento das entrevistas, se trabalhou com representantes de três grupos considerados de interesse: especialistas, gestores públicos e lideranças comunitárias ou de movimentos sociais. Quanto ao primeiro, foram considerados especialistas os professores e pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior que trabalham o tema. O segundo grupo, gestores públicos, foi dividido em três categorias: vinculados ao poder executivo (ex-prefeito, ex-governador etc.); vinculados ao poder legislativo (ex-vereador, ex-deputado etc.); e vinculados a cargos de administração pública (ex-secretários e ex-ministros). A opção por se trabalhar com agentes encontrados sem vínculo de trabalho na gestão pública, se dá na intenção de desvincular a pesquisa de qualquer estratégia de promoção política institucional.

A análise seguiu os caminhos e ferramentas que foram apresentados, para que se possa compreender teoricamente os processos através dos quais questões aparentemente despercebidas poderiam estar materializando práticas epistemicidas. Questões ocultas por elaborações teóricas e ações de Estado com impacto sobre conflitos percebidos como inexistentes⁶⁷, mas que criam a possibilidade para o surgimento de processos que passam a ser apresentados como necessários para a proteção da vida e do ambiente – os dispositivos de disciplina e segurança. Estes, que desassociados das diversas manifestações da questão social, passam a aprofundar a desproteção e degradação dos grupos e territórios.

Trata-se de abordar os processos de planejamento urbano, remoções e regularização fundiária enquanto dispositivos, estratégias interconexas e complementares. Procedimentos relacionados a processos históricos, amparados por bases estruturadas sobre um ser/saber/poder, reprodutor de relações de dominação/segregação/controle, que devem ser alvos de questionamento. Sendo assim, os termos chaves desta pesquisa são trabalhados a partir das dimensões que estruturam a perspectiva descolonial (QUIJANO, 2009) e tratadas em aproximação aos eixos articulados no trabalho de Foucault (2008).

3.2.1.2 Análise interseccional das entrevistas e pesquisa documental

Por fim, após a leitura e análise dos documentos produzidos, seguindo a estrutura anteriormente apresentada quando do processo de análise sobre a produção teórica, continua-se a análise da (re)produção dos discursos; dos poderes conjurados, dos perigos e a interrogação das “verdades” ao nível de sua existência. Processo desenvolvido com auxílio do *Software NVivo11*, que contribuiu para organização do processo de investigação (MOZZATO;

⁶⁷ Caso dos conflitos destacados por teóricos e pesquisadores entre a Polis e *city*, *citadins* e *citoyens*, cidade legal e ilegal, entre outros aqui abordados. E ainda aqueles manifestos em legislações, como a integração dos não integrados, o ajustamento dos desajustados, regularização dos irregulares entre outros.

sua plenitude. Como o(a) Gestor(a), que acaba por representar esse local ao discorrer sobre a cidade enquanto espaço de planejamento, de identificação de áreas de irregularidade e organização da vida, para o enfrentamento aos problemas pela mesma causados (GESTOR).

O sentido atribuído ao planejamento urbano pelo(a) Especialista se caracteriza como

planejamento deve mapear áreas subutilizadas que possam cumprir sua função social, bem como definir a possibilidade de regularização ou não, de acordo com as características das áreas com ocupações consolidadas (ESPECIALISTA)

Se criam formações discursivas que tornam visíveis a manutenção dos conjuntos de acontecimentos que se mantêm em funcionamento, dando continuidade a uma história que se transforma sem que se alterem as estruturas de poder, metamorfoseando-se apenas os discursos.

A nuvem de palavras resultante da análise das entrevistas, representada pela Figura 8, permite distinguir e conectar como cada entrevistado percebe a tessitura desta trama, ou como eles imaginam e reconhecem esse tecido. A cidade enquanto espaço de garantia de direitos (LIDERANÇA COMUNITÁRIA); de planejamento e desenvolvimento social (ESPECIALISTA); de disputa (GESTOR). Como se vê na nuvem “D”, onde se tem o resultado do cruzamento das entrevistas, um território de, e para, o planejamento, um espaço de organização, de ordem, de garantia de direitos.

Organização de quê? Ordem e direitos para quem? Questões que podem ser respondidas na recuperação da interpretação de cada conceito feita pelos pesquisadores sobre o tema e sua relação com a perspectiva produzida ou adotada pelos(as) entrevistados(as).

Assim, seguindo os rastros deixados pelos escritos acessados, para os estudiosos do tema da regularização fundiária, esta expressão é vista e apreciada primeiramente enquanto uma seção de título de transferência de propriedade, uma ação do poder público que se volta para o conferir de titulação em reconhecimento de posse, convertido em um segundo momento em direito, questão relacionada principalmente à perspectiva atribuída pela Liderança Comunitária e Gestor(a).

Direito de propriedade, que serve para legitimar a posse. Um ato que remonta o trato do direito Romano, onde o termo “posse” é uma derivação de *possessio*, que provém de *potis*, poder em latim. Acrescido do sufixo *sessio*, de *sedere*, que traduzido significa assentado ou estar firme (DA SILVA; BONITO; DIAS, 2017). Assim, a ação aponta para uma seção de poder sobre algo, uma determinação de exclusividade que representa uma contraposição à ideia de comunidade ou comum-idade.

Sendo um tratado voltado à legitimação, sua função seria a de garantir o poder de propriedade através da titulação – Regularização fundiária. Deste modo, a regularização fundiária é vista como uma ação/instrumento que, a partir da recuperação de postulados externos às formas de vida dos povos colonizados, impõe as estruturas colonialistas à organização dos espaços/territórios segundo sua própria ordem. Onde um ente (Estado) que se torna indiferente aos modos de habitar tradicionais toma para si a exclusividade de uso do instrumento.

Assim, enquanto agente dotado de poder para tanto, o Estado aparece enquanto um administrador totalitarista para fazer uso desta atribuição (DA SILVA; BONITO; DIAS, 2017), adaptada do regime fundiário romano/ocidental, imposta sobre os países do Sul global (OESTEREICH, 2000).

Uma estratégia para a organização dos territórios impositiva de manutenção para uma estrutura anteriormente estabelecida, retroalimentada e atualizada, infiltrada ao arcabouço legal de países como o Brasil, que passam a modernizar a “romanização” dos espaços.

Cabe lembrar que as cidades romanas e suas legislações sobre o ordenamento territorial, desenvolvidas nos primeiros anos do século 1 d.C, que foram amplamente difundidas, tinham como objetivo a expansão do império sobre o globo (GUATTARI, 1990). A atividade urbanizadora romana, foi deste modo, planejada para a expansão do império e, como se vê, acabou impactando o tempo e o espaço. Suas bases e estrutura para tal razão marcam não só o período romano, permanecendo nos séculos seguintes e mantendo-se até os dias atuais pela incorporação dos discursos.

Para Michael Leaf (1994), a regularização fundiária é uma estratégia para o fim do "estado de direito fora da lei" presente nos países de terceiro mundo, que deve ser substituído pela instituição ou legalização dos mercados de terras. Uma vez que, para o autor, os problemas decorrentes da irregularidade são benéficos para aqueles que formulam as políticas e para o mercado.

Incorporadores imobiliários privados podem se beneficiar da alta proporção de terras não registradas, pois essas terras são geralmente adquiridas com um desconto considerável quando comparadas às parcelas totalmente registradas. Terras não registradas constituem um imenso recurso de baixo custo, cujo valor de mercado aumenta imediatamente à medida que as parcelas são registradas (LEAF, 1994, p. 12).

Segundo Leaf (1994), atuar na regulação das irregularidades através do desenvolvimento de um mercado de terras permitiria ao Estado atender a dois grupos com

necessidades distintas, ao enfrentar à venda e transferência extralegal de direitos que ocorre nos pontos de conflitos, espaços de interação entre o mercado imobiliário e os residentes.

Neste sentido, a “ação administrativa” se daria para organização da distribuição de terras, perspectiva também adotada pelo Especialista e pelo Gestor(a). A ação se daria para além da cessão de titulação, executada de maneira autoritária, sem diálogo com as comunidades, que acaba servindo, na maioria dos casos, como estratégia para realização dos intentos de apenas um dos grupos.

O mesmo autor (MICHAEL LEAF, 1994), não enfrenta a questão da influência dos interesses privados dos grupos hegemônicos sobre o ente estatal, que tornam tal relação complexa e dificultam o alcance dos interesses da coletividade, tampouco os pressupostos colocados no radical do debate sobre o conceito e sua utilização. Isso faz com que os espaços alienados a estes poderes, que atuam para o desenvolvimento de movimentos seletivos na organização dos territórios, aumentem cada vez mais as desigualdades.

Enquanto lógica estabelecida pelo Banco Mundial que vincula os processos de urbanização à provisão de títulos (HANDZIC, 2010), a regularização fundiária passou a refletir uma visão de mundo específica do capitalismo ocidental, a da concessão da propriedade individual.

Frente a essas condições, aqueles que foram excluídos no processo primeiro, por terem sido colocados em condições de fragilidade frente ao Estado e de precariedade diante do mercado, para evitar sua expulsão/remoção dos espaços em que habitam – uma vez que essa se tornou uma condição imposta sobre os mesmos – por conta da situação da falta de titulação e da insegurança jurídica, comunidades que constroem sociabilidades em áreas nas quais o Estado não reconhece sua posse, se tornam irregulares.

Elas são, então, colocadas em uma condição de não ter alternativa para a garantia de seu anseio básico, a proteção de seus territórios e moradias, de modo que são forçadas a aceitar os modelos impostos através dos processos de regularização (COSTA; BEZERRA, 2017), uma razão que orienta os discursos dos entrevistados. Enquanto isso, este campo é mantido enquanto arena de domínio do poder privado, que impõe dificuldades às comunidades, impedindo os processos através de fundamentos legais (HANDZIC, 2010).

Como apresenta o pesquisador alemão, Jurgen Oestereich (2000). Apontando para a imposição da adoção de medidas universais para o trato da questão fundiária nos países do Sul global. Esta que teve como base o fato de que a teoria econômica ocidental, além de ajudar a entender tal questão, traduz soluções para mesma. Arguição sustentada pelas estruturas do regime fundiário romano. Tratado por Oestereich, como globalmente aceito, por supostamente,

traduzir vantagem frente ao regime comunal anterior. Que foi substituído pelo regime individual, por razões “funcionais” a mais de 2 mil anos. Estrutura que foi adaptada apenas, nos países do Sul global, a partir dos processos de colonização.

Nesta esteira, para Reis e Oliveira (2017), autores do Sul global – independentemente das concepções que irão justificar a propriedade ou a ocupação irregular, uma vez que se intente viabilizar o direito ao território e conseqüentemente à moradia – a regularização fundiária é tida como fundamental. Uma vez que a regularização fundiária, ao legalizar a propriedade e sua inserção na estrutura de regulação do Estado para as cidades, vem a garantir a segurança para aqueles que a acessam.

Urquiza e Santos (2017), concordando com Reis e Oliveira (2017), acrescentam que a regularização fundiária seria um procedimento administrativo através do qual se garantem direitos, sendo através destes que comunidades teriam a garantia da possibilidade de permanência sobre os territórios, o que acarretaria uma maior autonomia e conscientização aos grupos “beneficiários” em tais processos. Um catalizador de transformação com vistas à melhoria das condições de vida, uma condição para materialização de outros direitos (COSTA; BEZERRA, 2017).

Ainda que, em sua maioria, os procedimentos acabem não sendo concretizados na vida prática das comunidades conforme reconhecem Urquiza e Santos (2017), o entendimento colocado se torna a tônica do discurso adotado e reproduzido pelos entrevistados da pesquisa. Um mesmo fluxo é seguido pelos estudos que apresentam os aspectos da inadequabilidade dos instrumentos usuais do modelo de “planejamento urbano” vigente, que são colocados em contraposição à dinâmica de crescimento urbano. Ermínia Maricato (1997), Otto Ribas (2003), Marcelo Souza (2003) e Edésio Fernandes (2006) são autores que, nesta esteira, vão apontar para as questões de “forma” e “conteúdo” postas à ordem urbanística atual. Estas, que se traduzem em “atuação e não atuação”, (re)produtoras de disfunções nas cidades, que tornam a informalidade e a irregularidade frutos de uma mesma dinâmica.

[...] uma legislação urbanística elitista, baseada em critérios técnicos irrealistas [...] têm tido um papel fundamental na determinação dos preços da terra urbana, bem como a dinâmica segregadora do mercado imobiliário [...] os pobres no Brasil têm pago um preço cada vez mais alto – em muitos sentidos – para viverem em condições precárias (FERNANDES, 2006, p. 307, 308).

Ações que priorizam a regulação e a manipulação “convencional” do solo; legislações detalhistas, determinadas pelo mercado; questões econômicas priorizadas frente aos interesses sociais; políticas para defesa de interesses privados; “ausência” de ação do Estado, que ignora

a formação de áreas ilegais e contribui para o crescimento da cidade, compreendida por este enquanto irregular/ilegal; seriam situações responsáveis pela imposição de condições de dificuldade a um amplo estrato da população no acesso à cidade dita regular/legal.

Até parte dos anos de 1980, a regularização fundiária era vista com reservas no Brasil, uma vez que se contestava que esta poderia criar expectativas quanto a investimentos públicos e valorizar imóveis encontrados vazios. Discutia-se se tal processo não realimentaria a ilegalidade e potencializaria a especulação imobiliária (GOMES; STEINBERGER, 2016). Na contramão desses argumentos, paulatinamente se fortaleceu o discurso de que a regularização fundiária poderia contribuir para a garantia do acesso à moradia, desempenhando um papel importante para que a população urbana pudesse desfrutar de uma “vida digna” (GOHN, 1991), conceito construído nesse contexto.

De tais discursos e tensionamentos produzidos a partir da organização de movimentos sociais⁶⁸, e mesmo pelas diferentes perspectivas teóricas em conflito, é que surgem os debates que terão como síntese os textos inseridos nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, regulamentados na promulgação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), chancelando as proposições não incluídas no texto constitucional, que tratam da regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, do uso e da ocupação do solo e etc.

Assim, desde o ano de 2001, no Brasil, marcos e estatutos jurídicos foram estabelecidos na esteira do discurso de avanço para as cidades, apresentado por Costa e Bezerra (2017), Urquiza e Santos (2017) e Reis e Oliveira (2017) entre outros(as). O principal marco regulatório da política urbana foi então o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), marco que definiu esse procedimento como uma questão de direito e permitiu a criação de Zonas Especiais Interesse Social (Zeis) como instrumento para sua promoção. Do mesmo modo, a Lei n.º 11.977/2009 instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2009), que buscou avançar no trato dos procedimentos de Regularização Fundiária de Interesse Social, estabelecendo instrumentos para sua promoção, dos quais podem ser destacados a Demarcação Urbanística e a Legitimação de Posse. Ações/instrumentos que possibilitam aos executivos municipais a realização de tal ação, que até então era tida como atribuição exclusiva do poder judiciário.

No Brasil, a regularização fundiária ganha novos contornos na promulgação da Lei Federal de n.º 13.465/2017 (BRASIL, 2017). Legislação essa, que prevê além da titulação estrita, medidas outras para inserção social urbana, apontando para a melhoria das condições de vida para a população. Desse modo, configura-se então um arcabouço político-legislativo e

⁶⁸ Ver Ermínia Maricato (1988; 2010).

jurídico de instrumentos que deveriam voltar-se à remoção das barreiras para o “desenvolvimento humano” nas cidades (PACHECO, 2018). Como salienta Paulo Filho (2018), fundamentado na legislação brasileira, a política de regularização fundiária para famílias de baixa renda no país, configura-se, desde então, como um processo de intervenção pública, voltado à legalização da permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei – um processo jurídico, físico e social para o resgate da cidadania e da qualidade de vida (BRASIL, 2001).

Questões como essas, colocadas dentro do ordenamento jurídico brasileiro, ajudam a compreender a perspectiva adotada e defendida por cada um dos(as) entrevistados, bem como a lógica a partir da qual cada um tem operado.

As políticas de regularização fundiária devem ser planejadas e executadas, indo além da titulação de propriedade – sendo acompanhadas pelo implemento de redes de serviços e infraestrutura – para refletirem mudanças sociais para as comunidades beneficiadas. Uma vez que a lógica de concessão de títulos individuais tende a aumentar a vulnerabilidade daqueles alcançados, isso acarreta uma maior insegurança de posse, o que para Paulo Filho (2018) sinaliza o fracasso da política pública.

Fracasso reconhecido por Gerônimo Leitão e Jonas Delecave (2012), ao analisarem o processo de ocupação da Vila Getúlio Cabral, em Duque de Caxias, RJ, onde concluem que os processos de regularização fundiária não avançam ao limite da titulação. Eles levam os assentados a se reconhecerem enquanto proprietários legítimos, reforçando a lógica da segurança e integração a partir da propriedade privada, sem que os títulos promovam reversão nos quadros de exclusão e seus precários possuidores continuem mantidos em um quadro de segregação.

O conceito adaptado às particularidades de países do Sul global, acaba tendo um impacto “negativo” sobre eles, se considerados os discursos que os orientam. Sua ineficácia é manifesta na ausência de mudanças concretas nos territórios, pela falta de execução de obras de infraestrutura, pela desatenção social e pela inclusão precária dos beneficiários de baixa renda em um mercado de terras predador e extremamente desigual. Situação que não diminui os problemas gerados pela habitação não regulamentada (ou não planejada), que domina a maioria das vilas e cidades e a extensão da terra encontrada nessa condição. Mas coopera com tal questão ao retroalimentar sua estrutura.

A falta de relação do termo ao contexto e latitude no qual fora produzido, acaba por impedir que se vislumbre o objetivo colocado no mesmo, prevenindo que seja rompida a lógica

que orienta sua dispersão. Uma reduplicação observável, tanto nos objetos de denúncia, quanto nas defesas apresentadas como solução para os problemas colocados.

Desta forma, em linhas gerais, existe um consenso na conversão em benefícios aos ocupantes “irregulares” quando se trata das estratégias e legislações que apontam para a regularização fundiária como um conjunto de medidas de ordens jurídica, urbanística, ambiental e social, voltadas à regularização de assentamentos irregulares através da titulação dos seus ocupantes. Processos que envolvem o planejamento do uso da terra para que seja atualizada e legalizada a posse sobre ela. Como aponta o(a) Especialista entrevistado, a regularização fundiária trata “do levantamento físico da situação existente, mapeamento e descrição dos terrenos a serem levados ao cartório de registros” (ESPECIALISTA).

Sendo este, um caminho voltado à garantia do acesso ao direito social à moradia.

[...] um processo que reúne medidas a garantir regularizar a situação de assentamentos irregulares, dando a titulação do espaço, garantindo o direito à moradia digna aos seus ocupantes (LIDERANÇA COMUNITÁRIA).

A incorporação de comunidades a procedimentos de regularização fundiária é, assim, percebida e apresentada enquanto uma alternativa estratégica e de planejamento para cidades que, por conta de rápidos processos de urbanização, acabaram se desenvolvendo de maneira desarticulada, sem garantir segurança e condições dignas para o desenvolvimento da vida.

São processos que buscam dar legalidade jurídica à posse da terra, colocar infraestrutura no local, como água, energia elétrica, pavimentação e busca de equipamentos coletivos que possam atender a comunidade, qualificando a vida das famílias que ali residem (GESTOR).

Contexto de concepção de assentamentos onde não se goza de um padrão de vida adequado, onde as populações encontram-se expostas a riscos por não terem o acesso a direitos garantidos (MAGIGI, 2006), que torna fundamental a execução de tal ação, sustentando a multiplicação das legislações urbanísticas elitistas, que não rompem, e ainda potencializam a informalidade e irregularidade anterior, através de modelos de enquadramento que são impostos às formas de ocupação e de uso da terra tradicionais. A regularização fundiária é, desse modo, legitimada enquanto uma atividade técnica voltada à segurança.

Uma estratégia para intervenção sobre espaços autoproduzidos, onde na ordem dos discursos, esta seria operada para inserção destes na cidade legal. Um estímulo ao sentimento de pertencimento das populações-alvo ao lhes fornecer um endereço, através da qual ocorre

uma atualização da transposição dos *foris-burgos*, guardadas as diferenciações históricas e econômico-políticas, para o interior dos muros das cidades.

Uma maneira de tornar as famílias e comunidades dependentes da estrutura, de deslegitimar as formas de organização que não obedecem às normas impostas pelo Estado e as forças que o influenciam, forças hegemônicas em cada período, e ainda, um modo de subjugar a todos(as) ao seu poder. Sem que as garantias ou promessas anteriormente apresentadas sejam cumpridas, sem que haja mudança que possibilite transformação, uma vez que a medida se encontra, como já destacado, limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Situação essa, preconizada tanto pelas legislações quanto defendida por pesquisadores(as) e entrevistados(as) como solução para problemas urbanos deveras complexos.

A regularização fundiária que tem se efetivado, de maneira a “legalizar” o solo, entendimento expresso não só pelos(as) entrevistados(as), mas ainda nos documentos acessados, para Gonçalves (2009), poderia tornar-se “uma política pública de integração socioespacial das camadas mais desfavorecidas da população urbana” (p. 237). Sendo assim, um instrumento para liberação do solo da pressão do mercado imobiliário, sobre os chamados “beneficiários” do processo. Discurso este, encontrado nas legislações brasileiras desenvolvidas nas últimas décadas, como se viu. Cabe ressaltar, no entanto, que as populações, antes dos processos serem executados, encontram-se relativamente protegidas, justamente por conta de sua ilegalidade.

Mesmo diante de algumas incongruências, para os(as) pesquisadores(as), autores(as) e entrevistados(as), a regularização fundiária é vista como o principal instrumento capaz de transformar a situação de ilegalidade nas cidades e promover integração. O que não se consolidaria por conta da inadequabilidade dos instrumentos frente à dinâmica de crescimento urbano. Este fato faz da segregação urbana um subproduto derivado das leis pautadas pelo mercado e pela falta de ações de regularização por parte de Estado – que deveria se voltar à redução da insegurança que afeta as relações fundiárias – ao invés de se atender à lógica mercadológica (LIDERANÇA COMUNITARIA).

Vale recuperar, ainda, que este debate se funda em questões preconizadas por instituições internacionais como a UN-Habitat⁶⁹, Banco Mundial⁷⁰ e Fundo Monetário Internacional, sendo os últimos responsabilizados, por Harvey (2009), Davis (2006) e, indiretamente, pela UN-Habitat (2004), por tornar a vida insustentável para milhões de pessoas que, por conta da imposição de ajustes estruturais, têm de abandonar o espaço rural e mudar para o urbano em busca de melhores condições de vida. Mudança que resulta em uma urbanização explosiva, que multiplica nas cidades as possibilidades de criação de excedentes cada vez maiores de trabalhadores desprotegidos.

Estratégias diferentes, estruturadas sobre novas tecnologias políticas e econômicas, que atualizam processos históricos.

Em vez de serem um foco de crescimento e prosperidade, as cidades tornaram-se o depósito de lixo de uma população excedente que trabalha nos setores informais de comércio e serviços, sem especialização, desprotegida e com baixos salários (DAVIS, 2006, p. 175).

As mudanças nos regimes de propriedade iniciadas nos anos de 1960, operada por agências de desenvolvimento e pelo Banco Mundial em todo mundo (YBARRA, 2007), e que impactaram sobremaneira o desenvolvimento das legislações brasileiras apresentadas (KRÜGER, 2018), traduzem estratégias de atualização dos processos históricos voltados à criação de uma sociedade de proprietários, ou de propriedade, apresentando um novo conjunto de recursos aperfeiçoados pelo mercado.

Uma continuação dos processos de imposição violentos da colonização que, ao serem impostos, transformam as relações sociais. "A violência [...] seja ela realizada ou implícita, é importante para a legitimação, fundação e operação do modelo de propriedade ocidental" (YBARRA, 2007, p.52), questão que necessita da construção de uma reflexão mais profunda

⁶⁹ "É uma pré-condição para o investimento local. Ninguém investe se se sente inseguro, e a experiência internacional mostra que até os pobres investem o que podem se tiverem uma segurança razoável. A segurança é em parte uma questão de percepção" (UN-HABITAT, 2004, p.32).

⁷⁰ "O processo histórico e gradual da criação da estrutura de governança fundiária do país alcançou um momento-chave com o reconhecimento pela Constituição de 1988 da função social da

propriedade, da subsequente aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 e da mais recente Lei Federal nº. 11.977 que criou uma estrutura generalizada de regularização de terras e gestão das terras públicas [...] Contudo, é possível perceber que essas inovações legais ainda não estão devidamente apoiadas pelas ferramentas espaciais de gestão de dados, processos de registro, mobilização de recursos e capacidade adequada no âmbito municipal (com exceção de alguns órgãos estaduais e cidades excepcionais) para solucionar os problemas de disponibilidade de terras para moradia a preço acessível, regularização de terras, gestão ambiental, expansão de infraestrutura e competitividade sustentada em uma economia global em transformação" (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 21).

sobre sua evolução e ramificações. Isso se dá porque a formalização de “direitos” através de estatutos jurídicos, cria regimes, mas não garante a fixação de direitos no tempo ou espaço.

As relações de propriedade são em todo tempo relações de poder, onde a violência é usada como mecanismo de adestramento sobre grupos para o favorecimento das elites, resultando em processos de acentuação das desigualdades, respaldados por discursos que se proliferam desde as cátedras aos estatutos jurídicos, da linguagem técnica até a orientação dada por gestores públicos, impregnando a interpretação até mesmo daqueles(as) que se colocam em luta contra esta dinâmica e estrutura.

A existência de uma compreensão amplamente difundida quanto aos processos de regularização fundiária, apresentados como estratégia para a garantia de direitos e desenvolvimento social, econômico e político das nações, faz com que estes sejam percebidos enquanto ação estatal, desenvolvida para a melhoria das condições de vida nas cidades, têm servido, deste modo, para adaptar aos termos modernos grupos e territórios, tornando possível o alargamento da sociabilidade capitalística. Sociabilidade contra a qual muitos(as) dos(as) pesquisadores(as) e entrevistados(as) estudados apontam que se devem colocar em luta os trabalhadores e os movimentos sociais.

Escapa, no entanto, que a segregação no território urbano é mais que um produto ou processo, funciona como dispositivo de um projeto a muito iniciado. Um jogo de aparências, reproduzidor da sociabilidade oriunda de outras latitudes. As ideias produzidas e disseminadas sobre o modelo de organização social atualizam interesses e jogos de poder que acabam escapando à compreensão e, que precisam ser descortinados para que se possa enfrentar os métodos e a moral impostos pela modernidade colonial.

Ao produzir uma contraposição à cidade legal, a cidade ilegal ou irregular apresenta-se não só como resistência, mas também como desordem. Sendo assim, um espaço para o desenvolvimento de uma ação disciplinar, de modo que os mecanismos do Estado irão funcionar para impedir que o “proibido” permaneça. O mecanismo disciplinar irá incidir, então, a respeito da prática a ser executada sobre o espaço. Sendo o irregular proibido, a disciplina ordena a remoção. Portanto, estamos diante de um jogo de poder, de modo que as forças e os interesses encontrados em tensão é que decidirão qual será realmente a medida a ser aplicada, podendo a situação ser transformada em uma ação de regularização fundiária, mediante a utilização de dispositivos de segurança. Conflito este, arbitrado pelo Estado.

Nesta esteira, como se vê, o procedimento não se desenvolve a partir da ideia de proibição e impedimento, mas busca distanciar-se o suficiente para alcançar uma outra percepção. Busca observar de um ponto através do qual seja possível (re)aprender, reconfigurar

o controle a partir da realidade efetiva, fazendo seus mecanismos atuarem em correlação, anulando e regulando em um determinado limite. O domínio da terra tornada propriedade, constituída como um objeto inanimado através dos processos de titulação e documentação, faz desaparecer a apropriação de uma terra “vida”, necessária a todos os seres. Torna-se um objeto de segurança, um título, um ativo que pode ser colocado no mercado, que tem um valor de comércio. Enquanto a ideia de bem comum, de partilha, de habitar, de vivência, de espaço de interação e integração se perde, a disciplina se torna aceita.

O conceito de regularização fundiária, nos moldes ofertados, reforça a ideia instituída sobre uma cidade-corpo, nos espaços atomizados, robustecendo o juízo de pequenos núcleos que devem ser unidos para formar um todo funcional. Uma regra, um registro, ativado por um saber/verdade⁷¹ para a articulação e a reprodução de racionalidades, reforçadas pelo trabalho de intelectuais “universais”, que fundam suas reflexões em experiências próprias, que se tornam incompletas quando se busca, a partir delas, a tradução de problemas específicos de outras latitudes (FOUCAULT. 2014).

Em outras palavras, a adoção da prática de regularização fundiária torna-se para os(as) pesquisadores(as) e entrevistados(as) uma estratégia para o alcance da “urbanização completa” (LEFEBVRE, 2008; 2008a), a segurança total e, um passo para a revolução dos proprietários! Uma tática intelectual de conquista das consciências coletivas. Entretanto, sua materialidade coloca em funcionamento um mecanismo de reativação e restauração de acontecimentos anteriores, e não de descontinuidade e conflito – dialética.

Nesse bojo, a “remoção” surge como uma ação, por vez necessária: “retirada de ocupantes em áreas de risco, transferindo as comunidades para locais de moradias dignas”, como interpreta a Liderança Comunitária.

Para o(a) Gestor(a),

processo de retirada de população de locais onde residem em áreas de risco, ou por conta do dono do terreno que consegue uma reintegração de posse, ou do poder público que determina alguma obra que se faça necessário (GESTOR)

Para o(a) Especialista, “situação onde proprietários de áreas subutilizadas reivindicam a retirada de pessoas que as ocupam”. Ou seja, uma estratégia para manutenção da propriedade colocada à disposição daqueles adaptados ou que adaptam aos seus desígnios a estrutura.

⁷¹ “Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” esta circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2014, p. 11).

Não enquanto estratégia através da qual é manifesta a expulsão dos indesejados, apenas como uma atuação intrinsecamente relacionada ao conceito anterior, carregada sobre a retórica da manutenção e/ou instituição da “segurança”, do desenvolvimento e do progresso, para todos aqueles envolvidos nos processos. Uma operação despendida por aqueles que detêm o poder em cada período histórico para manutenção e alargamento do controle e dominação.

Uma vez que o termo não é conceituado, torna-se importante que ele seja reavaliado, relativizado e tratado em maior profundidade. Para tanto, se utiliza a expressão inclusão, tida enquanto objeto dos procedimentos de regularização fundiária, que encontra seu negativo na remoção. Isso se dá, uma vez que a regularização se torna um objeto de desejo para os excluídos no processo de pavimentação da razão historicamente operante sobre o espaço da cidade.

A ideia de integração dos não integrados aparece, assim, em comum destaque na literatura especializada sobre este campo, revelando, ao mesmo tempo, uma prática e uma estratégia, uma espécie de contador social, que revela uma obsessão por se ajustar os desajustados. Materializa-se um produto histórico do processo de pavimentação da razão que suporta a cidade, metamorfoseado pelo modo de produção capitalista.

Como uma reduplicação, a remoção apreze enquanto processo necessário para correção dos problemas causados pela falta de planejamento urbano. Em outras palavras, na ausência de planejamento não se teria segurança, na ausência de segurança, a disciplina deve ordenar o que deve acontecer. Isolando o fato do todo, a disciplina circunscreve o campo para a manifestação plena e sem limites dos mecanismos de poder. A disciplina irá, então, corrigir uma infração.

O mecanismo de segurança suporta a proveniência da proliferação dos acontecimentos que desviam a atenção teórica sobre a emergência dos conflitos entre grupos sociais postos em inter-relação nas cidades. Uma disputa essencial, que instaura enquanto base para os conflitos a apropriação dos territórios, de modo que a *polis* como raiz não é tratada desta forma, tampouco como um fundamento, mas como um horizonte a ser restaurado.

A cidade deveria ser o espaço onde todo e qualquer pessoa que nela reside tivesse o direito ao espaço público com liberdade de escolhas, incluo aí o direito ao cidadão ao seu protagonismo, o que, na minha opinião, possibilita este cidadão a responsabilidade de pensar as questões fundamentais para o desenvolvimento desta. Deveria ser o lugar onde o direito à moradia e saneamento básico fossem respeitados, onde os espaços de cultura e lazer sejam realmente para todos e onde o bem viver de todos que nela habitam fosse pauta permanente (LIDERANÇA COMUNITÁRIA).

Como defende Lefebvre (2008), as cidades perderam seu caráter de *polis*, de espaços percebidos e vividos como territórios de criação. Uma utopia – que acaba funcionando em sentido inverso, para as elaborações teóricas e articulações práticas que apresentam as cidades

enquanto espaços que devem ser seguros, inclusivos, integradores etc., como se a manutenção de tais jogos não fosse justamente sua função.

Tornar *citadins* os *citoyens*, integrar os não-integrados, incluir os excluídos, regularizar os desregulados, impedir a remoção daqueles que já estão removidos. Sejam quais forem as expressões que se usem para tradução desse modelo, elas se encontram e representam partes de um mesmo corpo de enunciados. Um passo a mais em direção à produção de “verdades” carcerárias, que ocultam a racionalidade constituinte deste espaço.

A inclusão, enquanto estratégia para impedimento das remoções, se materializa através da regularização fundiária, e encontra-se, ou pode ser compreendida, como parte de um processo ao qual Santos (1978) categoriza como “dialética infernal”, que move o funcionamento deste “corpo”. Um sistema único que se divide em subsistemas superiores e inferiores (p. 34), nos quais as relações se autoproduzem através do fenômeno da urbanização.

O mesmo autor, em diferente obra, salienta que estes processos servem para penetração nos territórios, levantamento de riquezas, acumulação de recursos e de poder (SANTOS, 1982), cabendo à estrutura responsável por sua organização, ou seja, ao Estado “o papel de “institucionalizar” as regras do jogo” (OLIVEIRA, 2013, p. 37). Quem sai, quem fica, quando sai e quando fica.

As intervenções estatais e os dispositivos instituídos criam as bases para a planificação das estratégias das elites. A alteração dos territórios volta-se, então, para o gerar de “novas” condições de controle com fins diversos. O poder de controle sobre a terra, sobre o desenvolvimento da urbanidade, através de ações de cunho político-econômico, serve para direcionar o desenvolvimento, ao passo que condiciona o subdesenvolvimento, fundamentando a expropriação e a exploração. Define quem e quando se está dentro ou se está fora.

Não são processos ou conceitos que se excluem, mas que se combinam para a perpetuação de uma natureza artificialmente criada. Assim, compreende-se que qualquer ação que intente voltar-se sobre tais processos, deve buscar demarcar os acidentes, as inversões,

as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade (FOUCAULT, 2014, p. 15).

Isso, para voltarmos-nos à construção da denúncia das raízes, dos ritos criados e seus desdobramentos: a cidade, seus registros e marcadores.

A separação e a atomização dos grupos humanos e de seus espaços de relação, estão no mesmo tronco de inclusão e exclusão, regularização e remoção. Alimentar o sonho da

inclusão/regularização no excluído, é satisfazer o desejo do dominador de manter seu poder. Lógica que hoje se percebe posta na busca pela legitimação da propriedade, expressa nos desdobramentos da Ação Civil, sobre a qual já se discorreu.

A regularização dos excluídos, como no caso dos moradores que ocupam o Corredor da Estrada do Eengenho historicamente e que tiveram de organizar um processo de luta para manutenção de direitos por conta da ameaça de remoção. A desregulação do território enquanto APP, combinada com a não-exclusão dos grupos economicamente abastados enxertados no último período ao território. Ou, por fim, a legitimação das ações das elites, nos demonstram a complementariedade dos conceitos de remoção e regularização, bem como dos mecanismos de segurança e disciplina.

Num primeiro momento, as realidades que, em sua complexidade ontológica, não podem ser abrangidas completamente pelo capital são excluídas do contexto argumentativo; em seguida, são reduzidas a puras determinações quantitativo-econômicas e incluídas novamente no processo, porém já com outro status ontológico. O capital, portanto, para se confirmar como princípio onipotente, precisa operar um ato de transubstanciação. Dito de modo mais breve, a perspectiva crítica é alcançada revelando-se que a lógica do capital inclui a exclusão (OLIVEIRA, 2004, p. 110).

Para além, na estruturação racional da lógica operante no modo de produção capitalista, na lógica posta sobre a estruturação das cidades, inclui-se a exclusão/remoção em seus mecanismos de regulação, nos discursos proferidos na ágora e na letra pesada da lei. As inversões e os deslocamentos que seguem, possibilitam o surgimento e proliferação de novas tecnologias políticas e o desenvolvimento e institucionalização de “novos” órgãos para regência da vida nos espaços de existência. Estes que, por sua vez, passam a intervir sobre o habitar.

Uma alteração sobre os territórios através da inserção de novas tecnologias que vem a tornar o espaço fluido no tempo, possibilitando o avanço de processos de modernização generalizada e seletiva, sempre renovadora e restauradora da hegemonia das elites em cada momento histórico. A colonialidade, neste arcabouço, instrumentaliza e reproduz uma intencionalidade específica, a colonização racional-territorial. O território torna-se um objeto funcional, “desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem” (SANTOS, 2008, p. 49), por conta de uma dependência lógica do ser, do saber e do poder oriundos de outras latitudes.

Nas pesquisas conduzidas e nos estudos realizados para o trabalho sobre a apreensão dos autores do Norte global, pouco se localizou de produção sobre o termo “remoção”. Quando este apareceu, as elaborações reforçaram tal processo, que pouco se alteram nos trabalhos dos autores do Sul global. Situação que vem a consolidar as reflexões e questionamentos propostos.

Correntemente aceito enquanto ação necessária sobre espaços considerados “problema”, também pelos entrevistados,

são processos de retirada de população de locais onde residem em áreas de risco, ou por conta do dono do terreno que consegue uma reintegração de posse, ou do poder público que determina alguma obra que se faça necessário (GESTOR).

A prática/estratégia de remoção impede que os espaços e seus ocupantes se percebam e sejam percebidos enquanto solução. Uma vez que a moradia, ainda que se ignorem os modos de habitar e seja vista apenas enquanto precária, está sendo garantida para populações diversas. A remoção como razão, estratégia e ação, gera uma percepção altamente negativa, potencialmente desastrosa sobre os espaços e grupos. Enquanto isso, abre oportunidades diversas para aqueles que buscam controlar a vida no espaço, “o desenvolvimento das cidades”, à custa do desmanche de formas de sociabilidades outras. Ratificando, assim, um modelo de divisão espaço-temporal, sociopolítico e econômico encontrado no núcleo das elaborações sobre a cidade. Materializa-se, também, o controle sobre o centro e a periferia, e a separação como condição socioespacial de manutenção da ordem e do desenvolvimento. Retroalimenta-se a ideia de que existe um lugar para aqueles anteriormente colocados em situação de exclusão e, que este não pode causar interferência ou impedimento ao progresso. Enraíza-se, por fim, como fato, que as periferias serão sempre fronteiras móveis e os corpos encontrados nesses espaços objetos ajustáveis e reajustáveis.

Os espaços diferentes e/ou divergentes daquilo que fora considerado enquanto ideal para o urbanismo em cada período, significaram e, ainda significam uma heterotopia, uma anormalidade. O trabalho sobre produções teóricas de distintos campos reconhecidos enquanto legítimos produtores de conhecimento sobre o tema possibilitam a verificação de diferentes respostas ao “problema” destas formas outras de organização socioespacial. Despendidas principalmente mediante a adoção de estratégias de planejamento orquestradas por aqueles a quem se outorga a legitimidade para a produção do conhecimento e o poder para a operação sobre esta base.

Nestas formas outras de produção de sociabilidade e espacialidade se constituem diferentes redes de relações e afetos, de trabalho, histórias, lutas e memórias. De possibilidades de produção da diferença no campo “subterrâneo” das necessidades e desejos que envolvem a vida/resistência.

De tal modo que os processos de remoção se tornarem naturais em alguns espaços e sobre grupos específicos, diferentemente do que vem a ocorrer em outros, são um reflexo de

como esses grupos e espaços têm sido vistos e tratados pelos pesquisadores, técnicos, gestores e, de certo modo, até mesmo por aqueles que se organizam para enfrentar tal situação, como objeto para ações de readequação. Afinal, a remoção “é a retirada de ocupantes em áreas de risco, transferindo as comunidades para locais de moradias dignas” (LIDERANÇA COMUNITÁRIA), não é mesmo?

Não! No decorrer dos tempos, esse modelo/estratégia para o desenvolvimento das cidades, pautado por intervenções que preveem a remoção e o reassentamento involuntário, se tornaram parte de uma estrutura de modernização generalizada, pensada e propalada pelos especialistas em espaço urbano, incorporada pelos agentes detentores do capital e, aceita mesmo, por parte da população, como processo necessário para se alcançar a segurança e o progresso. De maneira que esta estrutura captura até mesmo grupos alvo de remoção. Uma vez que as remoções são tradas pelos representantes do Estado e especialistas diversos como uma ação necessária à saúde pública, para manutenção de um “meio ambiente” equilibrado, para a viabilização de determinados projetos urbanos. Uma justificativa bastante difundida nos países do Sul global a partir do final do século XIX para a promoção da remoção involuntária de famílias encontradas em áreas passíveis de intervenção. A qual, soma-se a ideia de desenvolvimento econômico para as cidades, vinculada à execução de obras (LOPES, 2010). Dessa maneira, os processos de remoção se tornam justificados pelo pressuposto da naturalização de seu caráter e enquanto uma necessidade para o desenvolvimento e progresso das cidades. Assim, possibilitando o referendo das ações por aqueles que são alvo dos processos, levando a cabo interesses de atores difusos que sujeitam espaços pulsantes, coletivos, de vida, a desejos estáticos, privados, estéreis. Pensamento com o qual corroboram Rafael Gonçalves (2009), Ricardo Lira (2018) e Ernandy Lima, (2018), ao abordar a remoção enquanto questão a ser evitada através dos processos de regularização fundiária, sem relacionar a complementariedade dos processos. Da mesma forma como o(a) Especialista entrevistado(a), que ao tratar da relação entre os conceitos aponta para o planejamento e regularização enquanto estratégia.

o planejamento deve mapear áreas subutilizadas que possam cumprir sua função social, bem como definir a possibilidade de regularização ou não, de acordo com as características das áreas com ocupações consolidadas (ESPECIALISTA).

Para Erika Lopes, (2010), tal base discursiva auxilia no antever das ideias de que, para as cidades alcançarem certo nível de desenvolvimento, comumente orientado por países do Norte global, devem passar por etapas e seguir “manuais e/ou receitas” de eficiência na

administração para o alcance desse almejado lugar. Uma perspectiva etapista e evolucionista de crescimento.

Tem-se por obvio que as transformações do espaço nas cidades são levadas a cabo em contextos históricos distintos, do mesmo modo como são variadas suas finalidades e propósitos. Entretanto, o ato de deslocar famílias ou populações colocadas em situação de vulnerabilidade é uma prática constante na história da formação espacial das cidades, principalmente no contexto contemporâneo, de maneira que se tornou “natural”.

A remoção enquanto ação, surge como forma de intervenção para remodelagem do espaço urbano, uma prática do poder público desenvolvida no processo de formação das cidades, pouco abordada, chegando a ser naturalizada pela literatura especializada. Tal fato se dá, uma vez que se voltam para as causas e consequências do processo, sem reflexão sobre o porquê das ações. O que torna o questionamento a função e razão sobre a qual tal ação se desenvolve profícuo. Da mesma forma como sobre a estrutura desenvolvida para seu respaldo, um saber fruto da modernidade colonial.

Tal saber, transmutado em ciência, estratégia para afirmação de um “ser” respaldado para operação sobre esta base, ratificará a eclosão de um modelo de fragmentado para os territórios e sociedade, onde são produzidas cidades artificiais, racialmente atravessadas, nas quais máquinas de operação de morte espraiam-se a partir da produção controlada do discurso, redistribuídas por certos procedimentos que conjuram poderes e perigos que dominam sobre os acontecimentos aleatórios (FOUCAULT, 2014a).

A exemplo, Marcelo Oliveira Damasceno (2018), trabalha as práticas de remoção como contradição no processo de intervenção sobre o espaço urbano. Uma vez que os direitos sociais e universais estabelecidos nos estatutos jurídicos são suprimidos, desrespeitados, pelo ente que deveria ser o responsável por ser o garantidor dos direitos – o Estado – se produz a lógica da manutenção da propriedade privada. Discurso apresentado em contraposição à estrutura, mas que não rompe com tal lógica.

Foi a partir um conjunto de saberes especializados, sobre a população e, de ideias disciplinares, que os responsáveis pela administração dos espaços passaram a exercer as remoções. Estes saberes foram respaldados por legislações e tutelados por agendas de “saúde pública”, para moralização de trabalhadores em seus espaços de trabalho, até em sua inscrição em conjuntos habitacionais racionalizados. De modo que os deslocamentos forçados não se restringiram estritamente ao registro da soberania-jurídica, mas se utilizaram da mesma. Esquadrinhamentos operados no espaço que constituíram um horizonte de condições práticas

às remoções e reassentamentos, dispositivos de normalização ao considerado "problema" (NABACK, 2015).

Na Europa, a partir do século XVIII (FOUCAULT, 2008) e no Brasil, no final do século XIX, agentes de segurança, engenheiros e médicos que ostentavam cargos públicos passaram a expressar "uma preocupação". O que fazer com os espaços marcados pela "ausência" das instituições públicas, espaços que abrigavam "pessoas de hábitos imorais e perigosos" (VALLADARES, 2005).

Questões que ajudam a compreender que as remoções não são um fenômeno novo, que são uma prática desenvolvida e metamorfoseada ao longo dos séculos, transformada e aperfeiçoada, ganhando intensidade em determinados períodos, como em função da expansão da industrialização no século XVIII, reconfigurando as estratégias de intervenção estatal, readequando territórios para expansão do modo de produção capitalista. Para Henri Lefebvre, "os expulsos para as periferias desurbanizadas são aqueles considerados os incômodos, os inconvenientes, ou mesmo ameaçadores" (Lefebvre, 2008, p.10). Grupos considerados de risco aos projetos e desejos dos planejadores, controladores do Estado.

Inversões e deslocamentos que possibilitaram a proliferação de tecnologias políticas sobre as condições de vida e os "espaços de existência". Mudanças sobre as formas de habitar, morar, de se alimentar. Sobre o trato da saúde, sobre os corpos e outras tantas. Dispositivos de segurança através dos quais o poder tomou para si a tarefa de gerir a vida. Controlar os espaços, os nascimentos, a longevidade, a mortalidade.

Para Foucault, a emergência de uma biopolítica, de um poder para "fazer viver" que traz à baila "fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas" (FOUCAULT, 2013, p. 154). Que faz surgir instituições de gerência sobre a vida nos espaços. Órgãos e procedimentos que se transformam e são transformados, assumindo outras formas. O saber sobre a ordem pública, a divisão populacional, as limitações e as fronteiras geográficas. Sobre a higiene pública, os "problemas" sociais, o policiamento e a medicalização da população. Saberes instituídos por aqueles legitimados para sua produção que estruturam um poder sobre a vida. Colocados em funcionamento através de técnicas disciplinares e dispositivos reguladores, ou, de segurança, sobre um corpo-máquina – anátomo-política do corpo, ou corpo-espécie – biopolítica da população (FOUCAULT, 2013, p. 151). Tecnologias de ação para formas distintas, sobre os "espaços de existência", aplicadas de forma difusa sobre a família, na polícia, nas escolas, na medicina, etc., possibilitando a alteração e o surgimento de modelos outros para administração das coletividades, intervindo no pré e no pós colonialismo, refletindo nas estruturas e formas de dispersão e hierarquização sobre a vida e as

transformações econômico-políticas e sociais, potencializando hegemonias. Possibilitando, desse modo, o aumento e a expansão da máquina colonial, assim como distribuindo uma valoração e uma utilidade da vida e corpo no espaço.

Fatores que tornaram as remoções práticas mais complexas, atreladas a mecanismos "subterrâneos", a discursos e estratégias políticas com incidência direta sobre corpos e espaços que as tornam possíveis, por conta de sua composição nas relações de poder, para gestão da terra e da vida nela contida. Que tornam os “espaços de exclusão” – periferias, vilas, favelas – efeitos de uma trama de poder e resistência.

Vinculando ao crescente interesse estrangeiro e até mesmo de setores da classe média sobre os espaços em favor de estratos privilegiados, Caldas (2017), trata da negação ao acesso de serviços públicos básicos para estas populações como “táticas de remoção” e “gentrificação”. Isso seria a supressão de direitos coletivos em privilégio de interesses privados.

Tomando como referência a imagem das relações de poder partir do “edifício complexo” (FOUCAULT, 2013), podemos entender as remoções enquanto efetuadas a partir de mecanismos outros, e não somente a partir do quadro jurídico da soberania e da visão urbano-legal, onde espaços de exclusão são percebidos exclusivamente através dos procedimentos formais.

As estratégias de planejamento urbano surgem então enquanto o saber, ou a arte de tornar possível a modernização das estratégias a serem operadas através dos instrumentos e ações anteriormente descritos, fundamentados na ideia de existência de um conhecimento superior – ao qual todos devem estar submetidos.

Para o(a) Especialista, o “estudo da cidade e definição de diretrizes para sua ocupação”. Para a Liderança Comunitária “processos de planejamento da ocupação do solo nos espaços urbanos”. Para o(a) Gestor(a) o “pensar e definir como ocupar, de que forma, intensidade, determinado espaço, território, cidade, região.”

Importadas dos países colonizadores, tal razão chega ao Brasil seguindo conhecimentos vernaculares, baseados em um “saber-fazer”, definidos por uma ideia de “ser”. Padrões previamente estabelecidos por acontecimentos e experimentações passadas levaram à composição de paisagens estranhas às morfologias e formas de sociabilidade que sobre outros territórios foram impostas. Uma ação violenta através da qual passam a ser introduzidos os modelos de cidades portuguesa, espanhola, francesa, holandesa e etc., sobre as paisagens colonizadas a partir da introdução de ideais eurocêtricas.

No final da década de 1970, quando emergem uma série de críticas marxistas aos modelos de planejamento urbano, Milton Santos escreveu:

[...] o “bom” planejador é aquele que apresenta as chamadas soluções “objetivas” e “viáveis” dentro do sistema, de maneira a não abalar a sua continuidade e a afastar as soluções abrangentes, com a alegação de serem inviáveis (SANTOS, 1978, p. 67).

Em outras palavras,

Havendo um adequado planejamento urbano, a distribuição da população no espaço territorial com sua conseqüente formalização, haverá regularização fundiária e evitariam-se remoções populacionais” (LIDERANÇA COMUNITÁRIA).

Objetividade e viabilidade dentro de um sistema que não pode ser abalado. Nesta eira duas correntes teóricas distintas lançam o olhar e passam a produzir críticas às estratégias de planejamento urbano. A partir da teoria marxista, Manuel Castells (1983) volta a historicizar o desenvolvimento do espaço urbano e de seus problemas manifestos na cidade, de modo que o autor irá traduzi-los enquanto decorrência das relações de produção e estruturas de poder capitalistas. Questões com as quais ainda David Harvey (1985) irá lidar e, concordando com Castells, fará denúncia do poder do qual os planejadores são revestidos e das ações provocadas. Instrumentos para manipulação e manutenção do sistema capitalista, bem como da racionalidade por este produzida.

[...] a tarefa do planejador é contribuir para os processos de reprodução social e, ao fazê-lo, o planejador é dotado de poderes frente a produção, manutenção e gestão do ambiente construído que lhe permite intervir a fim de estabilizar, para criar as condições para um "crescimento equilibrado", para conter conflitos civis e lutas faccionais por repressão, cooptação ou integração⁷² (HARVEY, 1985, p. 186. *Tradução do autor*).

Por outro lado, no mesmo período eram manifestas as críticas por parte dos teóricos conservadores aos processos de planejamento⁷³. Essas eram carregadas por uma certa “frustração” quanto aos resultados das ações e enfraquecimento da ideia de planejamento diante da emergência da gestão.

[...] gestão significa, a rigor, a administração dos recursos e dos problemas aqui e agora, operando, portanto, no curto e no médio prazos, o hiperprivilegiamento da ideia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do “mercado livre” (SOUZA, 2020, p. 31).

⁷² Traduzido de: “planner's task is to contribute to the processes of social reproduction and that in so doing the planner is equipped with powers vis-à-vis the production, maintenance, and management of the built environment which permit him or her to intervene in order to stabilize, to create the conditions for balanced growth, to contain civil strife and factional struggles by repression, cooptation, or integration” (HARVEY, 1985, p. 186).

⁷³ Ver Margit Mayer (2000), e Tim Brindley (1989).

Cabe contextualizar que o período emergente destas críticas é o mesmo em que está em andamento a transição, nos países da Europa e Estados Unidos, do modelo de intervenção liberal, pautado em estratégias keynesianas⁷⁴ de crescimento, para o modelo neoliberal de Estado mínimo. Cenário do qual emergem duas importantes lideranças internacionais que irão trabalhar fortemente sobre esta perspectiva, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra (KRÜGER, 2018). Fato que ocorre com impacto sobre as transformações ocorridas nos países do leste da Europa, como destacam Slavka Zekovic; Miodrag Vujosevic e Tamara Maricic (2015).

A transição do sistema de planejamento pós-socialista, para o modelo destacado como de suburbanização, quando da adoção de um modelo econômico voltado aos interesses do mercado, resultou na privatização do espaço urbano e da habitação. O discurso sobre o planejamento urbano nessas cidades, focado na transformação do planejamento socialista para o planejamento baseado na economia de mercado, ou, num mercado urbano liberal, coloca em conflito perspectivas distintas: a tomada de decisão descentralizada e centralizada; o planejamento abrangente e incremental; o planejamento de mercado e pautado pelo interesse social etc.

Essas críticas eram orientadas ao modelo adotado no período dos anos de 1970 e 1980, incapazes de alterá-lo, mas sim levá-lo a uma aproximação ainda maior as formas de administração pautadas na lógica e fórmulas do mercado.

Vale recuperar que as mudanças ocorriam pautadas por um discurso de liberdade e desenvolvimento, estruturado sobre uma perspectiva reguladora, que apresentava enquanto solução o planejamento enquanto forma de sobrepor os problemas de infraestrutura ou de ausência dela. De modo que surgem ações direcionadas a questões pontuais a partir de medidas universais que desconsideram os condicionantes físicos – como as características de cada população e ambiente – e são traduzidas em desequilíbrio entre as “questões urbanas” e os espaços de vivência (LIMA, 2018).

Assim, é traduzida a ideia tradicional de planejamento urbano, uma perspectiva inicialmente difundida por especialistas da área da saúde médica, a partir do final do século XIX nos países do Sul global, lastreada por discursos higienistas, colocada a serviço das elites para a remoção dos grupos considerados perigosos. Segundo Alice Lima (2018), esta metamorfoseada entre os anos de 1930 – 1960, se voltava às necessidades dos mesmos grupos urbanos, espriada por ações de embelezamento das cidades, excluindo os grupos de baixa

⁷⁴ As ideias keynesianas são aqui entendidas como a intervenção estatal para o estímulo e sustentação do “desenvolvimento”.

renda. Situações que em cada período acabou por incorrer em novos e diversos problemas relacionados às ocupações de áreas consideradas ambientalmente sensíveis durante e após cada momento.

Ao tratar das ideias de planejamento urbano estratégico e/ou gerencial, campo no qual temos a aproximação das ideias de planejamento e gestão, Ernandy Lima (2018), expande a perspectiva de apreensão sobre este, destacando que ele se volta à regulação do uso e do parcelamento do solo, a partir do zoneamento do uso do solo urbano e da definição de perímetros. Fundamento para a articulação de legislações e estratégias voltadas à garantia dos interesses de governantes e do setor privado, carregadas de retórica quanto à participação popular nas direções das cidades. Procedimentos desenvolvidos diante das lutas e mobilizações populares, sem romper, no entanto, com o instituído pela ideia tradicional de planejamento.

A partir de tal contexto é que os debates quanto ao controle da chamada “cidade irregular” passam a ganhar destaque nas discussões sobre política urbana no país, voltando a atenção às demandas apresentadas pelos movimentos sociais, que reivindicam melhores condições de vida nestes espaços. A busca por integração dos assentamentos ilegais proporciona a base para criação de instrumentos e diretrizes reguladoras legais.

Aqui, o planejamento torna-se uma estratégia voltada à (re)organização das estruturas percebidas como “desajustadas”, transformando a regularização fundiária em um processo de desenvolvimento de ações instituído sobre as bases do discurso da multidisciplinariedade, permitindo a criação de uma ideia de possibilidade de construção coletiva dos processos. Isso, através do trabalho articulado de “saberes diversos”, que lhe concede legitimação. Desse modo, o planejamento, através de suas técnicas e de seus instrumentos, pode assumir a responsabilidade de promover a (re)organização e (re)integração dos diferentes aspectos da vida na cidade, anteriormente excluídos em sua composição (SOUZA, 2020).

Henri Lefebvre (2001) também nos auxilia na compreensão desse conceito e desses movimentos. O autor apresenta o planejamento urbano enquanto uma ideologia que se oferece como verdade absoluta através de métodos terroristas. Tornando fundamental o desenvolvimento de uma reflexão crítica – como a promovida por Harvey (1980) e Castells (1983), voltada à análise dos processos que fundamentam esta racionalidade, uma vez que sua imposição (re)produz modos de percepção e formas de apropriação sobre os territórios.

Para Carlos Vainer (2013), o planejamento urbano apresenta-se enquanto “processos”, que têm como fundamento a produção de necessidades. Lógica estruturante da perspectiva de administração tecnicista da máquina pública sobre as cidades. Base para a entrega da gestão das cidades nas mãos do mercado privado. Razão de ser do “planejamento estratégico” (VAINER,

2013, p. 75), modelo responsável ainda por impor aos grupos e territórios uma competição entre si.

Competição por investimentos, por obras, por tecnologias. Competição que amplia a divisão e abre as cidades ainda mais para a implantação de modelos de gestão e planejamento que tratam os territórios enquanto mercadorias, de modo que estes devem ser planejados para serem negociados, privatizados, vendidos para aqueles encontrados em condições de competir nesse mercado. A cidade torna-se comprável e vendável, consumível, a partir de uma lógica relacional que institui a mercantilização dos territórios como uma questão necessária para seu desenvolvimento. O valor passa a ser medido de acordo com os níveis de infraestrutura em cada espaço ofertado.

Assim, quando um determinado território deve ser desvalorizado, o Estado o “abandona”, mantendo-o na irregularidade. Não são desenvolvidas obras de infraestrutura, não são construídas escolas, postos de atendimento médico, não se faz calçamento, não se faz coleta de lixo, não se trata o saneamento, não se faz a ligação de água, de luz. Quando a intenção é valorizá-lo, o Estado age de forma contrária.

Tanto uma quanto a outra ação funcionam sobre uma “economia política da verdade”, constituída por características historicamente importantes. Primeiro, o Estado ou as elites de cada período – controladores do mercado; governantes; estudiosos, pesquisadores e teóricos produtores de saber – centram seus discursos sobre uma “verdade”, que pode ser econômica, política ou científica, com respaldo das instituições os (re)produzem, tratam de limitações legais, da falta de recursos financeiros, de aporte técnico, de tecnologia e etc. Em segundo lugar, essa “verdade” é mantida a uma “constante incitação econômica e política”, uma discussão sobre possibilidades e impossibilidades. Em terceiro lugar, ela se torna objeto de variadas formas de difusão e consumo – produção, difusão e reprodução deste saber/poder através da imprensa e dos aparelhos de educação. Em quarto lugar, sua produção e transmissão são mantidas sob um controle dominante, por parte de aparelhos econômicos e políticos, não sendo necessariamente exclusivo a estes. Por último, é transformada em objeto de debate político e social (FOUCAULT, 2014, p. 11).

Assim, o processo, por vezes, abre portas para uma “inclusão” de pequenos grupos na cidade. Na maioria dos casos, somente na esfera da discussão sobre os mecanismos, o que é suficiente para fazê-los sentir como parte do processo, entendedores da razão, mesmo sendo mantidos “fora da cidade”. Nesse híbrido de inclusão excludente, a população é conservada sob controle, sendo permitida circular em áreas que o debate não alcança. Em outras palavras, onde não existe interesse momentâneo do mercado. Nesses espaços, já tomados por tal racionalidade

e sua lógica, são levados/forçados a desejar que as articulações de regularização/regulação ocorram sobre eles. Questão constantemente repetida e ativada no processo histórico de pavimentação desse “real” imaginário.

Para Vainer (2013), uma redefinição do que é a cidade, transformada em governo, em empresa, em fábrica, não sendo mais a *polis*, uma vez que a mentalidade empresarial adentrou o “poder público”, levando consigo para esta esfera a figura do empresário. Os empresário/proprietários e sócios de empresas, vinculados aos diversos setores da construção civil, passam a ocupar cargos públicos no lugar dos técnicos.

De modo que, ao fim, a racionalidade de administração política sobrepõe a *city* sobre a *polis*. O planejamento mercantilista impõe a necessidade da politização daqueles que habitam os territórios, ao custo da perda de direitos (VAINER, 2013). Retornamos, então, à ideia de uma dialética puramente das coisas. Conflitos materiais para a conquista das mentes. Luta pela garantia de direitos que nunca são alcançados. Imagens reconfiguradas para ocultamento de estruturas. *Citadins* tornam-se *citoyens*⁷⁵; *polis* transforma-se em *city*; remoção, em regularização; o planejamento, em solução, ou não.

Dos rituais e da mistificação dos discursos, surge a objetificação dos territórios, uma passagem do virtual ao concreto. Obras para expropriação, criminalização, opressão e segregação, que silenciam a história, despolitizam os discursos e (re)produzem simbolicamente as imagens que inferiorizam os grupos humanos e seus assentamentos. Acontecimentos que devolvem o concreto ao virtual. Estratégias de dominação impressas sobre a paisagem urbana, a partir de padrões de discurso que rejeitam as diferenças e impõem a uniformidade homogeneizante hegemônica.

Uma perversidade sistêmica (SASSEN, 2016), enraizada nos fundamentos da “evolução” humana, que sustenta a “bondade” dos presentes processos através da ideologização maciça do caminho único; do discurso único; da proteção; da segurança; do desenvolvimento; do progresso; da libertação que vem dos filósofos; da salvação religiosa; do iluminismo científico; da governabilidade empresarial. Fabulações fragmentárias, que não dão espaço ao que não está explícito na mecânica dos jogos. Apontam, antes, para um sonho de cidadania universal, nas palavras de Santos (2013), irrealizável.

Práticas de “poder”! “Saber” para dominar os acontecimentos, “ser”, para direcionar o controle. A cidade objeto de poder do qual se deve apoderar.

⁷⁵ Citadins: habitantes da cidade em sua totalidade, com direitos e deveres para com a mesma. Citoyens: aqueles aos quais o Estado reconhece o status de portadores de direitos (LEFEBVRE, 2001).

Neste jogo são selecionados aqueles podem falar, está colocada a rejeição e a separação sobre estes. Uma seleção que institui portadores da “verdade”, reprodutores da lógica. Percebida na obra de Lima Barreto (1997), na necessidade da comunidade do Corredor da Estrada do Eengenho em ter representantes dos grupos vinculados a instituições de ensino superior enquanto interlocutores, na reprodução dos discursos encontrados nos documentos levantados pela pesquisa documental por parte do(a) Gestor, do(a) Especialista e da Liderança Comunitária entrevistados.

A “vontade de saber” determina o discurso que orienta aqueles(as) que desejam ser revestidos de autoridade para produzir conhecimento. Enquanto isso, a “vontade de verdade” assegura a manutenção da estrutura a partir da repetição das formas de classificação. A ciência instituída ampara a forma para se reconhecer a “verdade” na modernidade colonializada (FOUCAULT, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão colonial formatou o mundo. O poder capitalista, colonial/moderno e eurocentrado, a partir da imposição violenta de sua razão e estruturas, replicou e forçou a naturalização de uma lógica que lhe é própria. Tornando, ao passar do tempo, aqueles que foram mantidos sob sua pesada mão em espécies de computadores. Que são programados para receber informações, processá-las e apresentar soluções que já estão definidas dentro de seu sistema.

Predefinidos por e para agir de acordo com suas regras gerais, a partir de subjetividades produzidas artificialmente e impostas como necessidades. Desse modo se passou a construir caminhos em busca de “segurança”, agir no sentido de manter uma ordem e perseguir o progresso, a qualquer custo.

Os espaços de organização social, foram transformados em cidades. Estas, foram arquitetadas para serem tabuleiros, onde cada peça desse jogo se movimentaria segundo os padrões pré-existentes. Espaços, que também são um palco, uma peça teatral no qual as relações sociais, políticas e econômicas se desenvolvem de maneira dirigida.

Cidades sintéticas, cercadas e guardadas por sujeitos organizados de forma escalonar, onde os saberes, instituídos para serem condicionadores dos modos de pensar e agir serão tutelados aqueles que melhor se adaptam a estrutura. Territórios nos quais, a partir da regulação, se limitam as possibilidades de visão, impossibilitando o enxergar de como se desenvolvem as dinâmicas que materializam sobre esse tecido tais processos. Práticas epistemicidas! Processos de silenciamento e apagamento de vozes e histórias, de destruição e assimilação da diferença. Práticas que materializam a morte, em diversos níveis e escalas.

Não se ignoram as ações disruptivas, as rebeldias e resistências. No entanto, para esse processo, nesse tempo, nas reflexões promovidas por esta pesquisa e, exposta nesta escrita, mostram que tais estruturas tem sido (re)produzidas e, concretizadas a partir das estratégias e ações de planejamento urbano, regularização fundiária e remoção.

O presente texto, como já foi descrito, foi gerado a partir do encontro e da sementeira de sonhos, assim como da colheita de afetos. Na aproximação entre a academia e os grupos colocados em uma posição de vulnerabilidade frente às estruturas de poder do Estado. Outrossim, se buscou por um compreender teórico de conflitos sociais para construção de ações práticas para os conflitos.

De tal modo, se buscaram soluções concretas, através da produção de um conhecimento próprio. Que tornam o trabalho traduzido em escrita mais que um exercício teórico, mas uma via de enfrentamento às abordagens fragmentárias do todo. Essa tese é uma vírgula em tal

processo. Um interstício! Uma ponte! Não apresenta ou representa uma verdade. Não é um ponto. Um final. Mas sim, é um objeto que deve ser alvo de reflexão e problematização, para construção de caminhos outros.

Esse trabalho/movimento, buscou um compreender/intervir sobre acontecimentos vividos junto à comunidade do Corredor da Estrada do Eengenho, da qual se emancipou para problematizar questões não percebidas. Agora pode apresentar, não só como se desenvolveram as relações de produção e apropriação do espaço urbano na cidade de Pelotas/RS, a partir da Ação Civil Pública (ACP) nº 022/1.14.0007280-6, mas como tais processos têm se dado em um contexto geral de colonização dos sentidos que fundam as instituições, organizam as legislações, estabelecem e orientam as ações de Estado, capturam e condicionam reflexões teóricas, que passam a ser apresentadas enquanto ciência como verdades universais. Esses processos resultam na negação ao acesso de direitos tidos como fundamentais a uma ampla maioria da população, ao passo que satisfaz os desejos de pequenos grupos ávidos por poder.

Questionar o fato de o território ter se tornado objeto de interesse do mercado imobiliário e o impacto sobre as formas de se pensar o espaço e os grupos, neste há muito residentes, a partir das estratégias usadas para sua privatização. Problematizando e refletindo sobre as expressões que o atravessaram, os conceitos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano, se tornou possível a visualização da articulação entre o passado e o futuro presente em cada etapa de transformação, nas ações coordenadas pelos grupos dominantes em cada período histórico, bem como nas estratégias adotadas pelo Estado. Possibilitou ainda, perceber como se deram articulações com as máquinas reprodutoras de saber oriundas de outras latitudes, que trouxeram respaldo para cada movimento.

Permitindo o reconhecimento dos projetos de sociedade que se confrontam nesta escrita, os modos de habitar em oposição materializam a vida na cidade. O comprometimento político somado ao conhecimento técnico-operativo, provedor dos instrumentos e métodos interventivos utilizados, que deram o lastro necessário para o trabalho e o aporte teórico-metodológico que auxiliaram na elaboração das reflexões sobre o problema, permitiram visualizar, como os processos desencadeados reforçaram históricos processos de aprofundamento das desigualdades sócio territoriais, econômicas e políticas.

A recuperação dos processos históricos ofereceu subsídios para a apreensão dos fatos. Ainda, a incidência dos modelos de abordagem comumente adotados, tornou instrumentos jurídicos, legislações e as ciências fruto da modernidade colonial em mecanismos de criminalização da pobreza, permitindo a prosperidade de projetos de sociabilidade opressores e

espoliadores dos mais pobres. Uma estrutura de pavimentação da razão social e politicamente instituída, impositiva de uma “verdade” digna de aceitação universal.

A busca do compreender/traduzir/intervir sobre o cotidiano, a partir dos conflitos vividos (LEFEBVRE, 2001), desvelou a irrupção da singularidade no espaço e tempo de sua produção, acontecimentos operantes para reativação e projeção da história. Escalonamentos e efeitos permeados por relações de poder que atravessam o cotidiano de indivíduos e coletivos.

As problematizações que impulsionaram a construção desta tese de doutorado, os estudos e as ações produzidas, lançaram um tensionamento sobre as decisões e permitiram o alcance de mudanças aparentemente positivas nos rumos do processo. Situação em princípio encarada enquanto conquista, por se ter evitado a remoção da comunidade, mas que alavancou um aprofundamento no processo de exploração e ampliação das desigualdades relativas, frente à parcial “garantia” de direitos. Tornou explícitos os dispositivos de poder articulados sobre o domínio do “saber”, que outorga validade aos discursos sobre o espaço.

Estes, que relacionados aos seus espaços e aos veículos de enunciação – como as cátedras, as revistas científicas, os livros técnicos etc. –, ferramentas utilizadas para a difusão e inculcamento de saberes, que funcionam como estratégia de autorização para se falar acerca da cidade, estabelecendo um controle sobre a “verdade” que se diz e também a marginalização de outros saberes. Revelam a existência de grupos de pessoas que são legitimadas para emitir pareceres e intervir sobre o tema.

Os processos, ao isolarem questões e abordá-las de forma isolada, ignorando a complexidade dos eventos e interferência de múltiplos fatores e atores, se tornam estratégias de ocultamento dos fatos. A mistificação da situação encobre os modos de vida potentes, aprofundando as raízes deles, reproduzindo e perpetuando as desigualdades, bem como justificando exclusões.

As perspectivas lineares e evolutivas dos processos históricos, apresentada enquanto “luz”, reproduz a apropriação dos modos de vida no espaço urbano. Deste modo, sair da luz permitiu entender quais os laços que precisam ser rompidos e quais os que precisam ser reconhecidos e visibilizados, seguidos e reconectados.

Contra as lentes neutras da ciência, permitiu-se compreender o que é ou o que são as cidades, assim como são tratadas as suas “origens”. Como se estrutura esse espaço, como foram e continuam sendo moldadas as subjetividades, as formas de pensar e de se relacionar com o mundo, histórica e filosoficamente. Como os processos de colonização impostos às superadas limitações geográficas continuam operando através de estruturas jamais superadas. Como se reconhecem os conceitos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano. Termos

encontrado nas estruturas de teorias basilares para as ações abordadas enquanto epistemicidas, que materializam práticas de morte constantemente reativadas.

Compreender os processos de imposição colonial, denunciar a imposição de verdades únicas, comumente reproduzidas e apresentadas, por uma sujeição e repetição quase que “irracional” de dogmas epistemológicos, ajudou na formação de racionalidades próprias para manutenção de estruturas de poder. Instituídas sobre a base dos revezamentos de uma multiplicidade de componentes teóricos e práticos, bem como da prática do discurso, que auxilia na reprodução de teorias locais, que são elevadas como formas globais. Estruturas de poder/saber que se reproduzem, mantêm e institucionalizam apagamentos enquanto formação natural.

Jogo manifesto quando da manutenção da comunidade do Corredor da Estrada do Eengenho sobre o território, através de uma ação que abriu a possibilidade para a tomada do controle total do espaço pelo mercado, senhor desse tempo. O processo de regularização que garantiu a manutenção da comunidade no local fora garantido através de sua realocação em área próxima com titulação de propriedade. Processo de regulação que abre a comunidade para as estratégias do mercado, permitindo a capilarização do modelo de sociedade atual, através de suas formas de reconhecer e validar o poder. Estrutura que manifesta múltiplos processos de dominação.

O estudo sobre as estratégias anteriores, sobre os saberes que fundam as retóricas e lastreiam os instrumentos que possibilitaram tal ação, levou as interconexões despercebidas no processo, suas relações, a interação e o reconhecimento do alicerçamento das estratégias responsáveis por um padrão de intervenção tecnicista, insensível às variáveis sociais. Planejadas às sombras, em oculto da razão que resiste, materializada a partir das intervenções “estatais”.

Os acidentes, os fios e as engrenagens que engendram e proporcionam a insurgência dos processos de transformação sobre as relações de saber e poder, mostrou como de dá a interação e a influência dos processos e dos discursos sobre o planejamento urbano ou a falta deste. Como se condicionam o desenvolvimento das cidades e o domínio sobre os corpos neste campo.

O fim, encontrado em cada decisão tomada, nas descobertas e nas frases encerradas, oportunizaram a abertura à construção de outras realidades, de novos caminhos. Desestabilizar a submissão de todas as relações ao econômico e a defesa da propriedade enquanto fundamento único de estruturação do capitalismo, refutando a lógica binária de categorização e o uso de dicotomias hierárquicas. Permite restaurar questões como a classificação social e jurídica sobre espaços e grupos humanos, a elevação de um saber enquanto superior e até mesmo único, digno

de aceitação. Visualiza-se a “colonialidade do poder” enquanto estrutura tão fundante do modo de produção e validação capitalista quanto as demais relações.

Olhar para as ideias produzidas sobre o conceito de cidade ao longo dos tempos, ajuda a compreender como foram instituídas e organizadas as subjetividades transplantadas. Como foram cristalizadas dinâmicas sistêmicas, que fundam conhecimentos que estruturam um caminho para o domínio dos corpos a partir de conjuntos de regras impostas sobre os territórios. Colocando em inter-relação níveis diversos de sequestro e exploração, visíveis quando analisados através dos monumentos, os conceitos de “regularização fundiária”, “remoção” e “planejamento urbano” em suas manifestações na cidade. Através deles, foram colocados em operação uma estrutura para o espraiamento da dominação.

Um modelo de classificação mantido e difundido, reestruturado nas discontinuidades temporais, repetido por séculos, através da reprodução da atomização e da classificação dicotômica de grupos, territórios e conceitos.

A atomização, a categorização homogênea e separável dos termos balizadores do estudo, reproduzido por abordagens simplistas sobre eles torna-se, então, objeto para o desenvolvimento de problematizações e reflexões, relacionadas às possibilidades de epistemicídio (re)produzidas pela e através da academia, refletindo em processos de negação da vida substanciados muitas vezes por ações estatais.

Regularização fundiária, remoção e planejamento urbano, são reconhecidos agora enquanto estratégias de silenciamento, de aprofundamento da desproteção social, de negação de direitos e de epistemicídio. Nessa peça, encenação, nesse teatro sem lugar, ou manifesto em todos os lugares, indefinidamente. Manifestação de uma lógica, uma racionalidade de domínio dos homens sobre seus pares. Objetos de um ritual repetido e alargado em cada momento histórico.

Nesse teatro, a diferença é manifesta para a criação de relações escalonares, fazendo com que a dominação não seja mais uma relação e tampouco o espaço onde se manifesta. Cuidadosos procedimentos impõem ideias de direitos e obrigações sobre os corpos nos espaços. Memórias sobre uma liberdade nunca alcançada. Marcas, como as manifestas pelo alferes da crônica de Lima Barreto (1997) e como as denunciadas por Aimé Césaire (1978).

A cidade se mantém nos caminhos trilhados pelos filósofos clássicos. A meta-teoria local, alçada na esfera discursiva enquanto aplicável a outros domínios através de mecanismos disciplinares e de segurança, faz com que este campo continue sendo apreendido e apresentado enquanto horizonte de valores e enquanto único meio possível de desenvolvimento. Desenvolvimento? Desenvolvimento é lógica de pensar, estratégia de dominação contra o qual

se insurge o descolonizar. A destruição das lógicas unidirecionais que abre caminho para construção de lógicas diferentes.

Da tríade, dominação/segregação/controle manifesta pela colonialidade do poder, do saber e do ser, através do planejamento/remoção/regularização no espaço da cidade. Imposição tanto no âmbito da economia quanto da política, que se faz valer das ciências para construção de verdades. Fazendo emergir categorias de classificação que servem para identificar grupos, sujeitos e territórios como superiores e inferiores. Uma estrutura de controle sobre as populações mundiais colonizadas.

Os documentos acessados e produzidos, os questionamentos e as reflexões aqui desenvolvidos, permitem apreender a regularização fundiária enquanto um processo através do qual “pequenos” núcleos devem ser unidos para formar um todo funcional para a matriz colonial. Uma regra, um registro, ativado por um saber articulador e reprodutor de sua racionalidade específica que, fundada sobre uma concepção de segurança, passa a expressar uma tática de conquista de territórios, através dos quais consciências são moldadas. Mecanismos de (re)ativação e (re)stauração de acontecimentos anteriores.

No mesmo escopo, a remoção, que não aparecia como conceito, é agora vista enquanto prática intrinsecamente relacionada ao termo anterior, a regularização fundiária. Acontecimento de expulsão dos indesejados para a manutenção da “segurança” dos grupos protegidos pela estrutura. De maneira que se volta para o alargamento dos processos de dominação.

Máquinas de alteração dos territórios que criam as condições para o estabelecimento do controle, firmado sobre um modelo específico de saber, que institui um poder sobre a terra. Articulado através de ações político-econômicas e jurídicas que servem para direcionar o desenvolvimento, condicionando o subdesenvolvimento. Definem-se grupos, sentenciando quem deve ser mantido “fora” para manutenção de privilégios daqueles que estão dentro da(s) cidade(s).

O planejamento organiza e reorganiza tais estruturas e torna possível a execução de cada estratégia. De modo que, todos os processos conexos, instrumentalizados pelo projeto colonial, espelham as lógicas próprias de sua racionalidade. Trazendo-se, assim, a existência um conhecimento superior, ao qual todos devem se submeter. Articulado o “saber-fazer” ao “ser” e ao “poder” em uma cidade panóptica, funcional a dialética do privilégio e da opressão. Incapaz de apresentar alternativas válidas à solução dos problemas sociais por esta estrutura causados, questões que servem para moldar a vida nesse espaço.

Desse modo, se afirma que, na cidade os processos que cooperam com a naturalização das ideias/verdades produzidas sobre os termos de planejamento urbano, remoção e

regularização fundiária têm servido enquanto estratégias de reprodução para as estruturas coloniais. Estas, que materializam instrumentos e práticas epistemicidas sobre corpos previamente selecionados, historicamente sentenciados.

Desta forma, se sugere para todos(as) aqueles(as) que tentam transpor os limites colocados pela razão estruturada, esquivar-se desse campo. Abandonar a cidade e seus predicados, enquanto razão, objeto e horizonte de realização. Quem sabe, voltando-se para os descaminhos, para as formas sociais rejeitadas pela razão colonial, marginalizadas, esquecidas, as organizações comunais. Observar as cosmologias indígenas, refletir sobre os modos de vida quilombolas, sobre as práticas que resistem as formas de sociabilidade coloniais modernas. Para os grupos que se mantêm isolados.

Pensar em um futuro para as cidades pressupõem tirar os olhos das cidades. Abandonar a polis, de uma vez por todas!

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. Editora Elefante, 2018.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- ALVES, Rubem. **O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR DPaschoal, 2004.
- ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BANDEIRA, Regina. **Justiça deve evitar despejos coletivos de vulneráveis durante a pandemia**. Agência de notícias da Comissão Nacional de Justiça, fev 2021. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-deve-evitar-despejos-coletivos-de-vulneraveis-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BANCO MUNDIAL. **Avaliação da Governança Fundiária no Brasil**. Relatório: 88751-BR, jun. 2014. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/281361468225893103/pdf/892390ESW0SPAN00Box385275B00PUBLIC0.pdf>> Acesso em: 11 out. 2020.
- BAPTISTA, Luis Antonio, **A cidade dos sábios**. São Paulo, SP: Editora Summus, 1999.
- BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.
- BARRETO, Lima. **Diário do hospício; O cemitério dos vivos**. edição organizada por Augusto Massi e Murilo Marcondes de Moura, prefacio Alfredo Bosi. Companhia das Letras: São Paulo, 2010
- _____. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo, SP: Editora Klick, 1997.
- BATTAUS, D. M. A. **O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira**. Lua Nova, São Paulo, 2016.
- BINS, Milton. **Curso de Sociologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08 out 2017.

_____. **LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em: 07 fev. 2021.

_____. **LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm> Acesso em: 07 fev. 2021.

_____. **LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **MEDIDA PROVISÓRIA No 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001a.** Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm> Acesso em: 09 de out. 2017.

_____. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006.** Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>> Acesso em: 07 fev. 2021.

BRINDLEY, Tim. **Remaking Planning.** The politics of urban change in the Thatcher years. Londres: Unwin Hyman, 1989.

BRINGEL, B. VARELLA, R. V. S. **A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos.** Revista digital de direito administrativo, faculdade de direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. vol. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Editions Seuil, 1995.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Editora Sá da Costa: Lisboa, Portugal, 1978.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COGOY, C. **Famílias lutam contra a remoção**. Diário da Manhã, ano 39, n.62, p.6, 4 set 2017.

_____. Regularização fundiária: Pelotas possui mais de 200 áreas irregulares. Diário da Manhã, ano 39, n.63, p.8, 5 set 2017.

COLL, L. **Estamos sob pressão daqueles que podem**: Em Pelotas, comunidade sofre ameaça de remoção. Setembro, 2017. Jornal Sul 21. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/estamos-sob-pressao-daqueles-que-podem-em-pelotas-comunidade-sofre-ameaca-de-remocao/>. Acesso em 20 de set de 2017.

COSTA, Thiago Alves Henrique da; BEZERRA, Roselane Gomes. **Comentários Acerca da Regularização Fundiária Urbana do Pirambu**. Conhecer: debate entre o público e o privado, 2017.

COULANGES, Fustel. **A cidade Antiga**. São Paulo, SP: Editora das américas, 1961.

CUNHA, M. M. **60% dos imóveis de brasileiros estão irregulares, aponta ministério**. Associação dos Notários e Registradores do Brasil. maio 2019. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2019/08/05/artigo-60-dos-imoveis-de-brasileiros-estao-irregulares-aponta-ministerio-por-marcio-m-cunha/> Acesso em: 21 ago. 2020.

DA SILVA, Helton Junio; BONITO, Rafael Frattari; DIAS, Renata Aparecida de Oliveira. **Metodologia do direito, teorias da posse e a posse na nova lei de regularização fundiária**. Revista Brasileira de Polít. Públicas, 2017.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 5 ed., 1997.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMATTEIS, G. **Geografia Democrática, território e desenvolvimento local, Formação**, n.12, v.2, 2005, p.11-26.

DUSSEL, Enrique, **1942 o encobrimento do outro: a origem do mito da Modernidade**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade e do Estado**. Lisboa: Presença, 4 ed., 1979.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição ao problema da habitação**. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas, volume 2. São Paulo: Alfa-ômega. 1987.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Código Estadual de Meio Ambiente**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2012.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1999.
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. 13º ed. São Paulo.

FANTICELLI, Lutecildo. **A utopia de Platão: uma análise da cidade imaginária na República**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

FERNANDES, Edésio. **Regularização de Assentamentos Informais: o grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros**. In: ROLNIK, Raquel et al. Curso à distância em Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal**. Tempo soc. vol.19 no.2 São Paulo Nov. 2007.

FILHO, A. E. P. S. **Retirando os pobres para redistribuir os ricos – Sai já daí**. Disponível em: <<http://www.observatoriopelotas.com.br/2017/05/14/retirando-os-pobres-para-redistribuir-os-ricos-sai-ja-dai/>> Acesso em: 24 nov. 2017.

FILHO, Paulo Sergio Ferreira. **AS LÓGICAS POR TRÁS DAS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: A ALTERAÇÃO DE PARADIGMA PELA LEI 13.465/2017**. Revista de Direito da Cidade, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 24 ed. São Paulo: Loyola, 2014a.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2002a.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. 14ª Ed. Rio de Janeiro:Edições Graal, 2013.

_____. **Microfísica do Poder**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

_____. **O Sujeito e o Poder**. In: Ditos e Escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Que es la Ilustración?** Tradução de Rebeca Treviño. in: Sociologica. Mexico. Universidad Autonoma Metropolitana. Ano 3, nº 7-8, mayo-diciembre. Originalmente publicado como What is Enlightenment? In: RABINOW, Paul. (1984) *The Foucault Reader*. New York, Pantheon Books, 1988.

_____. **Segurança, Território, População:** curso dado no Collège de France (1977-1978) Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

GOMES, Ana Maria Isar Dos Santos; STEINBERGER, Marília. **Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro, Porto Alegre.** Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 41, jan/abr 2016, p. 292-319.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial.** São Paulo: Revista Estudos Avançados, v. 23 n. 66, 2009.

GOURINCHAS, P. O. **Flattening the Pandemic and Recession Curves.** In: R. Baldwin, B. W. DiMauro (Eds.), *Mitigating the COVID Economic Crisis: Act Fast and Do Whatever It Takes*. London, UK: CEPR Press, 2020.

GREGÓRIO, Sérgio Biagi. **Dicionário de Filosofia.** Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2020.

GUATTARI, Felix. **As três Ecologias.** Campinas, SP: PAPIRUS, 1990.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

HANDZIC, Kenan. **Is legalized land tenure necessary in slum upgrading? Learning from Rio's land tenure policies in the Favela Bairro Program.** *Habitat International: A Journal for the Study of Human Settlements*, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **The Urbanization of Capital:** Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Reshaping economic geography: The world development report 2009.** *Development and Change*, 40(6), 2009. p. 1269–1277.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IDEALIZA. **Parque UNA Pelotas**. 2014. Disponível em:
<<http://www.parqueunapelotas.com.br/site/>> Acesso em: 25 nov. 2017.

JABBOUR, C. Environmental training in organisations: From a literature review to a framework for future research. **Resources, Conservation and Recycling**, Amsterdam, v. 74, p. 144-155, 2013.

KAEFER, F.; ROPER, J.; SINHA, P. **A software-assisted qualitative content analysis of news articles: example and reflections**. Forum Qualitative Sozialforschung, Berlin, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2015.

KRÜGER, Nino Rafael Medeiros; MORAES, Camila de Freitas; ARAÚJO, Carla Graziela Rodeguiero Barcelos; COSTA, Paula Mello. **PARA UMA DESCOLONIALIDADE DO PENSAMENTO SOBRE A CIDADE**. Anais do VII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul - SEPOME. / As políticas sociais na América Latina e a garantia dos direitos humanos. Pelotas: UCPEL, 2020. p. 553 – 564.

KRÜGER, Nino Rafael Medeiros. **Fique em Casa: A questão Habitacional no Brasil da retórica sobre o direito à moradia e o Programa Minha Casa Minha Vida até a realidade pandêmica**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

_____. **O PLANO PERFEITO: da retórica do direito à moradia a planificação do Programa Minha Casa Minha Vida em Pelotas à negação do habitar**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, jun. 2018.

LANA, R. M.; et al. **Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva**. Cad. Saúde Pública, v.36, n. 3, pp. 1-5, 2020.

LEAF, Michael. Legal Authority in an Extralegal Setting: The Case of Land Rights in Jakarta, Indonesia. *Journal of Planning Education and Research*, 1994.

LEFEBVRE. Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

_____. **O direito à Cidade**. São Paulo, SP: Editora Centauro, 2001.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

LIMA, Alice Cunha. **Ocupação Urbana em Áreas de Fragilidade Ambiental: Estudo de áreas de risco socioambiental no Setor Sol Nascente – DF**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília / DF, 2018.

LIRA, Ricardo Cesar Pereira. Remoção de favelas. **Revista de Direito da Cidade**, 2018.

LOPES, Erika. **O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MAGIGI, Wakur Majani. **Community involvement in land regularization for informal settlements in Tanzania: A strategy for enhancing security of tenure in residential neighborhoods**. Habitat International: A Journal for the Study of Human Settlements, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. São Paulo: Martins Fontes 2001.

_____. **Contribuição para um plano de ação brasileiro**. In: Nabil Bonduki (Org.). Habitat – As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **O Estatuto da cidade periférica**. In O Estatuto da Cidade: comentado. ORGS. CARVALHO, C. S. ROSSBACH, A. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

_____. **“O usucapião urbano e a gafe da Fiesp”**. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, p. a14, 14 jul. 1988.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, C. M. **Caminhos na Geografia: aproximações e afastamentos com a obra de Henri Lefebvre**. in. Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios. Rio Grande: FURG, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique, BENZAQUEN, Júlia Figueredo. **Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais**. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, Recife, Vol. II, N. 11, ago/dez, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Lafonte, 2012.

MAYER, Margit. **Post-Fordist city politics**. in: LEGATES, Richard ; STOUT, Frederic (orgs) : The city reader. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000.

MIAILLE, M. **Introdução Crítica ao Direito**. Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. RBCS Vol. 32 n° 94, jun, 2017.

_____. **Historias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Madrid: Akal, 2003.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Serviço Social e Saúde: desafios intelectuais e operativos. **SER Social**, v. 11, n. 25, p. 221–243, 2009.

MORGAN, Lewis. **Sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana.** Smithsonian Institution, 1870. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/page/22491754#page/18/mode/1up>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência.** São Paulo, SP: Biblioteca Universitária, 1982.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios.** Revista de Administração Contemporânea, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MUNARETTO, Sara. **Estrada do Engenho Resiste:** a luta de uma comunidade pelo direito à moradia. Repórter Popular, publicado em 6 set 2017. Disponível em <<http://reporterpopular.com.br/estrada-do-engenho-resiste-luta-de-uma-comunidade-pelo-direito-moradia/>> Acesso em 9 set 2017.

NABACK, Clarissa Pires de Almeida. **Remoções biopolíticas:** o habitar e a resistência da Vila Autódromo. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Direito na PUC-Rio, 2015.

OESTEREICH, Jorgen. **Land and property rights: some remarks on basic concepts and general perspectives.** Habitat International, 2000.

OLIVEIRA, Avelino da. Rosa. **Marx e a Exclusão.** Pelotas: Seiva Publicações, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a Razão Dualista o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PACHECO, Bárbara de Oliveira Souza. **DESENVOLVIMENTO HUMANO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: Análise da Lei Federal nº 13.465/2017.** Dissertação apresentada à Escola de Governo Professor Paulo Neves, da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2018.

PAPALÉO, M. T. **O Pensamento Político de Norberto Bobbio:** Algumas considerações. in. Teoria da Organização nos Clássicos e uma Incursão na Filosofia Política Contemporânea. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1991.

PELOTAS, **Lei Ordinária nº 6636, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.** Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2018/663/6636/lei-ordinaria-n-6636-2018-altera-a-lei-municipal-n-5502-de-11-de->

se-tembro-de-2008-que-dispoe-sobre-o-plano-di-retor-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Lei Municipal n.º 5.502**, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/lei_5502.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2015.

_____. **Lei Municipal n.º 5.502, de 11 de setembro de 2008a**. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências. Mapa temático U12, vazios urbanos. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/U12_VAZIOS_URBANOS_IIPD.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

_____. **Lei Municipal n.º 5.502, de 11 de setembro de 2008b**. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências. Mapa temático U03, sistema viário - hierarquias. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/U03_VIARIO_HIERARQUIA_IIPD.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

PRIBERAM, Dicionário da Língua Portuguesa. "**geo-**". Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/geo->>. Acesso em: 26 fev. 2021.

_____. "**grafia**". Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/grafia>>. Acesso em: 26 fev. 2021a.

PRIETO-SANDOVAL, V.; JACA, C.; ORMAZABAL, M. **Towards a consensus on the circular economy**. *Journal of Cleaner Production*, Amsterdam, v. 179, p. 605-615, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. in (ORGs) SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Edições Almeida, 2009.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. in. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. set 2005.

REALE. Giovane; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. 1 Filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003.

REIS, Émilien Vilas Boas; OLIVEIRA, Márcio Luís de. **A regularização fundiária urbana e rural: necessidade de marcos teóricos e de políticas públicas distintos**. Revista Brasileira de Polít. Públicas. v. 7, n. 2, ago. 2017. p. 42 – 54.

RIBAS, Otto. **A sustentabilidade das cidades os instrumentos da gestão urbana e a construção da qualidade ambiental**. Tese de Doutorado. Brasília: CDS – UnB, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

RIBEIRO, L. **Metade dos imóveis no país são irregulares, segundo ministério: Ministério do Desenvolvimento Regional calcula que dos 60 milhões de domicílios urbanos, 30 milhões não tem escritura**. Jornal Correio Brasiliense, jul. 2019. Disponível em: <<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/28/interna-brasil,774183/imoveis-irregulares-no-brasil.shtml>> Acesso em: 21 ago. 2020.

RIBEIRO, Flavia; NEVES, Débora. **DICIO: dicionário de português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/axioma/>> Acesso em 17 nov. 2020.

RIBEIRO, R. B. **Dique** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <contatorafaelkruger@hotmail.com> em 24 nov. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Acordo judicial firmado sobre a Ação Civil Pública nº 022/1.14.0007280-6**. em 21 nov. 2016. Disponível em: <<http://www1.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>> Acesso em: 09 set 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Pelotas: MP e Município assinam convênio para reassentamento de famílias e recuperação de área de preservação permanente**. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/50756/>>. Acesso em: 08 Jun 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria MPF/PRM-PEL/GAB-MCS nº 090/2010**. Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RUIZ, J. L. S. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. in. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. set 2005.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** NOVOS ESTUDOS, n. 79, nov. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2021.

_____. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra, Portugal: Edições Almeida, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.** Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013a.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** Rio de Janeiro, RJ: BestBolso, 2016.

SILVA, G. A. B.; et al. **Capacidade do sistema de saúde nos municípios do Rio de Janeiro: infraestrutura para enfrentar a COVID-19.** Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, pp.578-594, 2020.

SILVA, Maria. Ozanira. Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

SIMÕES, Marcela. **O ESPAÇO URBANO, A LEI E O DIREITO À CIDADE EM DISPUTA: A (in) existência da gestão democrática no processo de revisão do III Plano Diretor de Pelotas pelo Conselho Municipal do Plano Diretor (2013-2017).** Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito e Justiça Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Linha de pesquisa/ Área de concentração: As políticas públicas de sustentabilidade/ Direito e Justiça Social. Rio Grande, RS, 2018.

ZEKOVIC, Slavka; VUJOSEVIC, Miodrag; MARICIC, Tamara. **Spatial regularization, planning instruments and urban land market in a post-socialist society: The case of Belgrade.** habitat-international, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

SROUGI, M. **Coronavírus: ‘Pobres morrerão nas portas dos hospitais’, diz professor da USP**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-pobres-morrerao-nas-portas-dos-hospitais-diz-professor-da-usp-24321941>> Acesso em: 24ago. 2020.

STRECK, Danilo R; ADAMS, Telmo; MORETTI, Cheron Zanini, **Uma pedagogia cosmopolita descolonial: utopia e emancipação**. In. (ORGs) COSTA, José Ricardo Caetano; COSTA, Cesar Augusto. Pensamento latino-americano e justiça social: perspectivas críticas. Paco Editorial, 2017.

TIGAR, M. E; LEVY, M. R. **O Direito e a ascensão do capitalismo**. Zahar, Rio de Janeiro. 1978.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, London, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

TRINDADE, T. A. **Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade**. Lua Nova, São Paulo, 2012.

UN-HABITAT. **Global campaign for secure tenure**. A tool for advocating the provision of adequate shelter for the urban poor. Nairobi: UN-Habitat, 2004.

_____. **Participatory Incremental Urban Planning**. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat). Nairobi; Kenya: UN-Habitat, 2020.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; SANTOS, Lourival dos. **Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil**. Revista Brasileira de Polít. Públicas. v. 7, n. 2, ago. 2017. p. 232 – 248.

VAINER, Carlos. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VAINFAS, Ronaldo **A arte de furtrar**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, jun., 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0306200708.htm>> Acesso em: 7 ago. 2019.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo, SP: Editora Difel, 1984.

YAZBEK, André Constantino. **10 lições sobre Foucault**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

YBARRA, Megan. **Violent visions of an ownership society: The land administration project in Petén, Guatemala.** Land Use Policy: The International Journal Covering All Aspects of Land Use, 2007.

APÊNDICE – A: Uma história de luta

O envolvimento com o tema de pesquisa e perspectiva teórica em questão foi despertado a partir do envolvimento com um grupo de profissionais e acadêmicos que trabalham no mapeamento das áreas de ocupação irregular no município de Pelotas e com a oferta de apoio técnico gratuito a comunidades ameaçadas pelo Estado em processos de remoção, visando a garantia de seus direitos fundamentais.

No decorrer de tais trabalhos, tomou-se conhecimento, e posteriormente foi acessada a Ação Civil Pública (ACP) nº 022/1.14.0007280-6 (RIO GRANDE DO SUL, 2016), um processo jurídico há mais de dez anos aberto e que ainda corre, através do qual se exige a remoção da comunidade que habita o território anteriormente citado. A partir da análise do processo jurídico observou-se que o instrumento não abordava as histórias e as relações da população ocupante do território do Corredor da Estrada do Engenho com o espaço, do qual a mesma depende para subsistência. Tão pouco eram problematizados os diversos atores e interesses colocados em conflito sobre o espaço que havia se tornado alvo de interesse do mercado imobiliário, que se encontrava, no período, em expansão.

A ACP é um processo movido pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra Prefeitura Municipal de Pelotas (PMP), em que a última é acusada de negligência na fiscalização das ocupações sobre Áreas de Preservação Permanente (APP). Enquadrado em seguida o território a estes termos, o processo jurídico passa a exigir a remoção das famílias que ocupam a área, sob a alegação de que a comunidade ocupa uma APP, encontrando-se sob risco e causando danos ao meio ambiente (≠)⁷⁶. Deste modo, o processo fundamenta-se sobre estes três pilares: a ocupação de APP; ocupação de área de risco; e danos ao meio ambiente (≠) (RIO GRANDE DO SUL, 2016). Acusações que pesam sobre a população residente no território de maneira muito mais contundente do que sobre a PMP.

⁷⁶ Utilizamos o símbolo de diferença (≠) para destacar que o termo “meio ambiente” está sendo utilizado conforme apresentado na Ação Civil Pública, sendo diferente da compreensão que temos quanto ao mesmo.

Imagem 1 – Procedimento Administrativo nº, 1.29.005.000200/2009-95

**PORTARIA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e ...

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS o Procedimento Administrativo n.º 1.29.005.000200/2009-95 cujo objeto é apurar possíveis danos ambientais causados por ocupações irregulares às margens do Canal São Gonçalo, nas imediações do Clube Veleiros Saldanha da Gama, no Bairro Balsa, em Pelotas/RS;

CONSIDERANDO que o referido procedimento preparatório ainda não se encontra instruído com dados suficientes a permitir a adoção imediata de quaisquer das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis (propostura de ação civil pública, expedição de recomendação etc), sendo necessária a realização de novas diligências, como a requisição de informações e/ou documentos;

Fonte (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

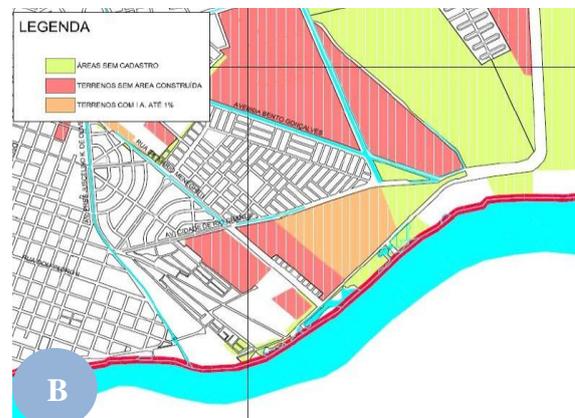
Para a elaboração de tais formulações, a ACP usou o artigo 155, parágrafo 1, da legislação ambiental estadual (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012), no qual é destacado que áreas alagadiças e em beira de rios e canais são áreas de preservação. Sem observar, entretanto, o fato de que no mesmo território, no último período, passou a ocorrer a construção de grandes empreendimentos comerciais e imobiliários, que, para sua materialização, tiveram todas as autorizações necessárias disponibilizadas. Situação que põe os dois primeiros eixos fundantes da ACP em conflito com os processos desenvolvidos.

Quadro 1: A) Vista aérea do território onde situa-se a Estrada do Engenho, datada do mês de junho, do ano de 2010, apresentando o território antes do aterramento dos banhados; B) Vazios Urbanos; C) Vista aérea do território onde situa-se a Estrada do Engenho, datada do mês

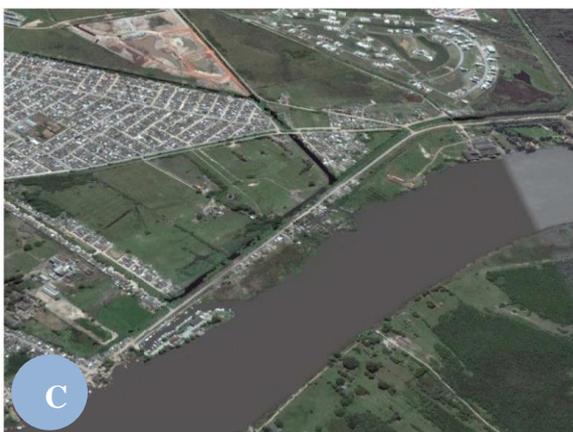
de outubro, do ano de 2016, apresentando o território depois do aterramento dos banhados; D) Vista aérea dos Empreendimentos construídos entre os anos de 2010 e 2016, bem como dos vazios urbanos encontrados no território.



Fonte (GOOGLE, 2017).



Fonte (PELOTAS, 2008a).



Fonte (GOOGLE, 2017).



Fonte (GOOGLE, 2017a, editada)

O terceiro ponto pode ser, e foi, problematizado pelo fato de não haver tratamento de esgoto no município, pois as estações de tratamento existentes não se encontram em funcionamento. Desse modo, todos os resíduos produzidos pelos seus mais de 340 mil habitantes acabam sendo despejados *in natura* nos canais, rios e córregos que cercam e cortam a cidade, inclusive o canal que margeia a localidade alvo da ACP. Assim, os danos causados ao território não são apreendidos como de responsabilidades das famílias ocupantes, mas da falta de um trabalho efetivo do poder público sobre tal questão.

Não fora observado pelo processo jurídico que, desde o ano de 2001, a PMP tem desenvolvido projetos para o território, planejado urbanisticamente o local, sem contar com a presença da população lá residente, após a implementação de suas estratégias (KRUGER, 2018). Não aparece na ACP, ainda, que na alteração ocorrida no ano de 2008 no Plano Diretor

Municipal (PDM) o local passou a ser trabalhado enquanto espaço para onde deve ocorrer a transferência do centro urbano da cidade (PELOTAS, 2008).

Imagem 2: Projeto de 2001 para requalificação da orla do canal e criação do Parque São Gonçalo.

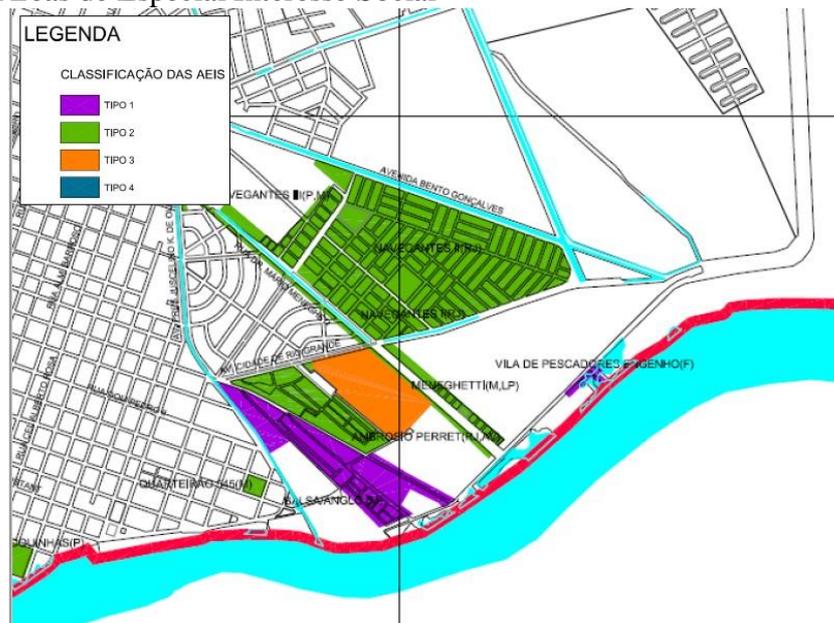


Fonte (RIBEIRO, 2017).

Vamos aprofundar o olhar sobre o III PDM (PELOTAS, 2008), este que surgiu reforçando os avanços do Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), apontando para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Documento que se voltou para o reconhecimento da multidimensionalidade das potencialidades do município, reiterando a garantia do direito à cidade, entendido como “direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer” (PELOTAS, 2008, p 2). Ainda reforçou a importância da gestão democrática e participativa na execução das políticas territoriais.

Em seis artigos distintos o documento tratou das questões referentes ao Corredor da Estrada do Engenho; explicitou os procedimentos a serem desenvolvidos para a integração do território à cidade. No artigo 88, parágrafo 2, destaca que se deveria “evitar a expulsão de seus moradores, mediante a utilização de instrumentos jurídicos” (PELOTAS, 2008, p. 36), reconhecendo tal território como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS) de tipo 1. Que está localizada em “área de preservação ambiental, ocupada por população de baixa renda” (PELOTAS, 2008, p. 38).

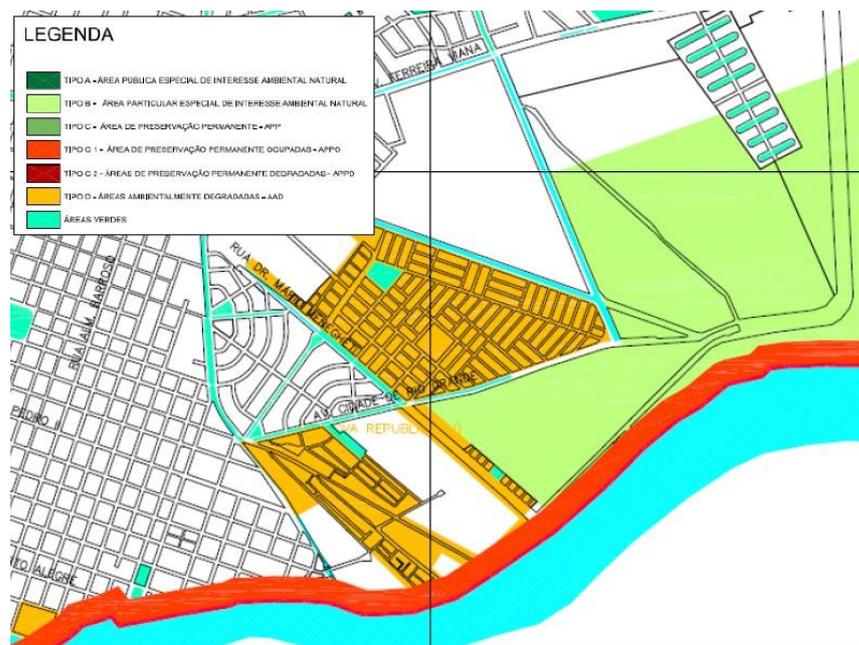
Mapa 1 – Áreas de Especial Interesse Social



Fonte (PELOTAS, 2008b).

Classificando-a como uma Área de Preservação Permanente Ocupada (APPO) tipo C, na qual se deve adequar a propriedade de uso do solo à sua função social, onde se poderão desenvolver estudos específicos para regularização fundiária das populações de baixa renda.

Mapa 2 - Áreas de Preservação e Especial Interesse Ambiental



Fonte (PELOTAS, 2008b).

Em cada um dos seis artigos que abordam a situação do Corredor da Estrada do Engenho – 60, 87, 88, 90, 91, 92, 93 (PELOTAS, 2008) – a legislação apresenta uma série de ações específicas a serem desenvolvidas, que vão da materialização de estratégias para geração de trabalho e renda, regularização fundiária, desenvolvimento de infraestrutura urbana, disponibilização de recursos para recuperação das moradias até a recuperação ambiental das áreas degradadas.

Desta forma, defendeu-se que as questões apresentadas pela legislação deveriam ter sido levadas em consideração pelo processo jurídico, pois teriam incidência direta sobre as questões elencadas pela ACP, sendo sua não observação responsável pela criminalização de um grupo colocado enquanto refém dos problemas causados pela negligência de consecutivos gestores municipais. O processo sequer questionava os interesses privados daqueles que ofereceram a denúncia ao MPE, como se pode observar na imagem 1, que são os diretores do Veleiro Saldanha da Gama, clube vizinho à comunidade, que tem seu trabalho voltado à prestação de serviços à população de alta renda do município.

É importante observar, no tocante ao processo jurídico provocado pela denúncia apresentada pelos representantes do clube vizinho a comunidade ao MPE, que foram estes quem acusaram primeiramente a comunidade de estar a causar danos ao meio ambiente (≠) e ocupar uma área de preservação ambiental, de sorte que o MPE abriu primeiramente um Procedimento Administrativo – protocolado com o número 1,29.005.000200/2009-95 – para apuração dos fatos. Este se desdobrou em um Inquérito Civil, em que foi solicitado ao denunciante que apresentasse os documentos que comprovariam a regularidade do clube, como permissões da Marinha e etc. Ao que o clube denunciante respondeu dizendo não obter de imediato a “documentação referente à posse/propriedade do terreno onde se localiza” (RIO GRANDE DO SUL, 2010, p. 43). Assim, foi concedida dilatação de prazo para apresentação da documentação. Sem que a mesma fosse cumprida dentro do processo, o clube denunciante retirou a denúncia anteriormente feita e não foi mais citado no processo jurídico. Este passou de um Processo Administrativo a um Inquérito Civil, vindo a se tornar uma ACP, onde a PMP foi indiciada.

Pode-se perceber, concordando com Foucault (2008a), a emergência neste processo do que considera como mecanismos de segurança constitutivos da racionalidade do Estado moderno. Mecanismos que se encontram fundados sobre o modelo de organização política e territorial do Estado, que se voltam à legitimação da “arte de governar” (p. 39).

Considerando a formação das cidades como um meio artificial de operação técnico-político frente à “naturalidade” da espécie humana, o despertar de interesses diversos sobre o território faz emergir o acontecimento através do qual emergem os dispositivos de segurança.

Dispositivos em que o Estado é chamado a interferir através de seu representante – MPE, que se utiliza do sistema de legalidade e de seus regulamentos para impedir o conflito e manter o equilíbrio através da produção e fabricação do privilégio da paz urbana, ou seja, a segurança das cidades, mantida por um Estado de polícia contra os mais pobres.

Desta forma, o dispositivo – ACP seguirá retaliando fatos, fragmentando um vasto universo. Um sistema de pressão sobre a população a partir do procedimento que leva o MP a imputar culpa e pena sobre a comunidade sem sequer lastrear a complexidade da dinâmica que se desenvolvia, seguindo a (re)produzir imagens estanques do real, do vivido no território, criando reducionismos assimétricos e atomizando⁷⁷ os fatos. O processo jurídico, deste modo, colocou-se em uma posição de defesa da remoção das famílias ocupantes e, assim, acabou facilitando a materialização e aprofundamento de ações de violência e de exclusão social e territorial.

Desdobrou-se desses eventos a firmação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as instituições – MPE e PMP, sem a participação da comunidade. Este que apresentou enquanto solução para tal problema a remoção e reassentamento das famílias residentes ao Corredor da Estrada do Engenho, em uma área a dez quilômetros de distância de sua localização, espaço onde a PMP disponibilizaria alguns lotes de sua propriedade para os interessados. Entretanto, a área encontrava-se distante do canal e mais ainda da região central da cidade, espaços dos quais os moradores da comunidade dependem para a manutenção de sua subsistência, uma vez que se tratam de pescadores e coletores de resíduos sólidos, trabalhadores que desenvolvem suas atividades laborais nestes territórios.

Assim, a comunidade que tem tido seus direitos fundamentais negligenciados há décadas no município, seja por conta de articulações políticas e econômicas, pelas exigências impostas pelo mercado imobiliário, ou pelas condicionalidades das políticas públicas voltadas para habitação e trabalho, tornou-se, ainda, objeto de um processo voltado para o alargamento da razão colonial que estrutura a modernidade neoliberal (KRUGER, 2018).

Uma realidade que não é exceção em um contexto geral/global, mas uma regra, pois a condição de vulnerabilidade diante das ações movidas por agentes representantes do Estado, imposta às populações colocadas em situação de dependência ou sujeição à lógica da colonialidade moderna capitalista, que estrutura processos violentos de classificação para operar a espoliação e exclusão, diz respeito à maior parcela da população mundial. Uma

⁷⁷ A expressão utilizada faz referência a separação de questões complexas, correlacionadas, que acabam por ser tratadas como pequenos núcleos sem interconexão. Forma de abordagem que credita-se a ACP.

condição atualmente reconfigurada pelos processos de financeirização da terra que têm sido denunciados por diversos autores, entre os quais podemos citar Milton Santos (1982), Ermínia Maricato (2015), Lúcio Kowarick (1983), Nabil Bonduki (1998), Raquel Rolnik (2015), entre outros.

A ACP não considerou os documentos que se voltam à proteção e garantia dos direitos da população, como o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) e mesmo o III PDM (PELOTAS, 2008), e o poder público não foi questionado por não executar a legislação, ou executá-la em descompasso. Dessa maneira, nenhuma das normativas, que se voltariam para a proteção e garantia dos direitos da população, foi identificada e tão pouco planejada sobre a localidade.

Estas foram algumas das questões levantadas durante o trabalho desenvolvido junto à comunidade, que tornaram a ACP alvo de intensas problematizações, sobre as quais foram desenvolvidas manifestações de rua a audiências públicas na câmara legislativa. Por conta dos tensionamentos diversos promovidos, foi então construído um espaço de diálogo entre as famílias e seu grupo de apoio, com os representantes da PMP e do MPE. Assim, a comunidade e seus apoiadores passaram a ser ouvidos e seus projetos para a localidades, considerados, sendo possível a construção de estratégias outras que impedissem a execução do processo de remoção nos termos inicialmente propostos pela ação jurídica. Firmou-se, desse modo, no ano de 2017, um novo acordo judicial, no qual se passou a trabalhar a estratégia construída e apresentada de forma coletiva por apoiadores e comunidade para a regularização da situação dos habitantes no local.

Os tensionamentos produzidos levaram a comunidade e o grupo de apoio a se tornarem parte no processo jurídico. Desse modo, as reflexões resultaram em um novo TAC, no qual foram acolhidas as alternativas apresentadas, de modo que a PMP assumiu o compromisso de fornecer o material necessário para o desenvolvimento das obras de infraestrutura básica, e o MPE disponibilizou recursos financeiros para a construção de novas moradias para as famílias. Este acordo foi oficializado no dia 5 de março do ano de 2020 (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

No arcabouço do conjunto técnico-operativo característico da arte de governar do Estado, emerge o MPE como um aparelho regulador com um conjunto de meios pelos quais faz o poder do Estado crescer, mantendo uma ordem interna, dominando as condutas a partir de valores como a segurança e conservando uma estrutura de comodidade. Assim, assegurando dentro de um campo restrito de liberdade um sentimento de bem-estar social (FOUCAULT, 2008).

Imagem 3 – Ato solene de celebração do convênio entre o Ministério Público Estadual e Prefeitura Municipal de Pelotas⁷⁸



Fonte (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

A análise dos acontecimentos e dispositivos a partir dos estudos desenvolvidos, as reflexões instigadas pela comunidade e equipe técnica, bem como os debates travados nos espaços institucionais com a PMP e o MPE, despertara-nos, entretanto, para um outro processo que poderia estar se alastrando a partir do que Saskia Sassem (2016) chama de “formações subterrâneas”⁷⁹, mudanças imperceptíveis até então. A relação instrumental entre as práticas coloniais de planejamento urbano, as ferramentas e os processos de remoção e regularização fundiária.

Até então a questão colocada era aparentemente simples, uma situação que era apresentada enquanto de ordem prática pelo processo jurídico e mesmo para os representantes da PMP. Grupos que abordavam os processos de ocupação irregular enquanto frutos da falta de planejamento urbano, que incorria em um modelo de desenvolvimento não planejado, logo, se despendia uma cadeia de problemas a ser resolvida através da remoção e reassentamento de maneira “ordenada” das famílias em outras localidades. Ao que, comunidade e equipe de apoio respondiam dizendo que a questão era de negligência histórica por parte do poder público, que sequer comprometia-se com a planificação das legislações já promulgadas ou instituídas.

⁷⁸ Na foto estão a Prefeita de Pelotas, Secretários Municipais, Promotores do Ministério Público Estadual, Representantes das Universidades e do grupo de apoio dos moradores. Entenda o processo de autorização/aprovação para construção do novo loteamento acessando: <https://www.mprs.mp.br/noticias/50756/>

⁷⁹ Ver nota de rodapé 13, página 17.

Um processo que, aparentemente, naquele momento, só poderia ter “dois” resultados. O instituído pela ação jurídica, que seria a remoção das famílias sem a garantia mínima de seus direitos, e que poderia ocorrer a partir de uma ação policial, multiplicando a violência que já vitimava a comunidade. Ou, pelo desenvolvimento e aceitação por parte do poder público de um projeto alternativo que “garantiria” os direitos da população, e foi nesse sentido que a equipe técnica/apoio e a comunidade trabalharam. Foi construído um tensionamento sobre o poder público para que os direitos da comunidade fossem garantidos, de modo que se desenvolveu um projeto de reassentamento e regularização da forma de ocupação⁸⁰.

Um processo no qual os conceitos não receberam o devido trato, sendo abordados de maneira “naturalizada”, ou cristalizada, de modo que agora se problematiza se os mesmos não podem estar a serviço da reprodução de estruturas e práticas epistemicidas, que podem nos ser impostas por uma subjetividade e uma razão colonialista.

O conflito que se desenvolveu na intenção de evitar a remoção e garantir os direitos da população foi resolvido com a assinatura de um novo acordo que garante a permanência da população em área próxima à que ocupa. Para a execução de tal projeto, o MPE disponibilizou significativa soma de recursos, a serem utilizados para a construção de novas moradias e materialização de um projeto de adequação que foi elaborado pelo grupo de apoio da comunidade.

O projeto que está sendo implementado pela PMP, responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura necessária à execução das obras, foi acompanhado pela alteração da legislação municipal – III PDM, operada pela municipalidade sem que se fossem observados os processos de participação social preconizada pela legislação que regulamenta os procedimentos a serem desenvolvidos para operacionalização de tais alterações, a lei Federal nº 10.257/01 (BRASIL, 2001) como destaca Marcela Simões (2018). Desse modo, o território acabou por ser desregulado enquanto AEIS e também como APPO, situação que tornou possível a elaboração e materialização de projetos outros sobre a localidade. Projetos que até então estavam impedidos e eram inviabilizados por conta dos marcos regulatórios, alterados na aprovação da Lei Municipal nº 6.636/2018 (PELOTAS, 2018).

Para melhor compreensão desse processo, foram solicitadas informações quanto aos procedimentos com base na Lei de Acesso à Informação, para o Conselho do Plano Diretor (CONPLAD), fórum definido nos termos do art. 31 do III PDM, no qual deveriam ser

⁸⁰ O projeto foi denominado de: PLANO POPULAR ESTRADA DO ENGENHO: proposta de um plano de ação habitacional e urbano da comunidade. Este foi elaborado pela comunidade e grupo de apoio, que construíam o “Movimento Estrada do Engenho Resiste”.

incorporadas para participação todos os setores da sociedade, que deveriam acompanhar os processos de planejamento. O que não se observou, e sobre o qual ainda se atesta que os documentos/atas que deveria ser públicos e de fácil acesso, como orienta a lei Orgânica Municipal, não se encontrava à disposição.

Após a solicitação, foram disponibilizadas apenas cópias das atas e convocatórias de reunião do conselho. Nem todas assinadas pelos conselheiros, e conforme se observou também, e se afirma, concordando com Simões (2018), os documentos se mostram incompletos quando se atenta para as convocatórias e as pautas que se apresentam discutidas.

Quanto aos pontos e discussões apresentados pelas atas, no tocante à preparação para a revisão do III PDM, no qual ocorrera as alterações sobre as quais se discorre, destaca-se que estas não são apresentadas, de modo que se entende não terem sido alvo de debate. Marcela Simões (2018) trata o processo de alteração do III PDM, a partir da análise dos documentos, enquanto um contínuo de segregação social e política que se materializou “no processo de revisão do plano diretor em Pelotas”, e ainda acrescenta:

O processo de revisão do plano diretor necessita ser feito à luz da ordem constitucional e das disposições do Estatuto da Cidade, isto é, com uma gestão democrática, participativo e com amplo debate técnico e político [...] o processo de revisão foi o oposto. Foram disponibilizadas 11 atas e em nenhuma delas há menção da retirada das Universidades do processo por discordarem da forma arbitrária e impositiva, sem o devido debate técnico e popular sobre as alterações (SIMÕES, 2018, p. 134).

O processo desdobrado sem a devida divulgação manteve-se restrito ao ambiente do conselho inadequadamente composto, o qual constitui-se apenas com entidades de produtores e usuários, grupos com interesse financeiro na gestão do espaço na cidade. Assim, as alterações trabalhadas nesse âmbito foram encaminhadas pelo poder executivo ao legislativo, solicitando sua aprovação com urgência, na data de 11 de dezembro do ano de 2017. Data próxima ao recesso parlamentar. Ressalta-se que o documento possuía 142 páginas.

Sem tempo hábil para que se criassem comissões para analisar tais alterações, este passou a ser alvo de denúncias sobre o modo como o processo se dava. E através do qual foram revogados os artigos que tratavam sobre as Áreas de Preservação Permanente Ocupadas e Áreas de Especial Interesse Social. Testamentos sobre os quais são enquadrados o território do Corredor da Estrada do Engenho. Originalmente protegida, a ação se deu sem garantir os interesses da comunidade e tão pouco os interesses públicos e sociais, voltando-se ao beneficiamento direto dos grupos ligados ao setor da construção civil.

Desrespeitando os processos de gestão democrática previstos em lei, a revogação dos artigos que tratavam da proteção de Áreas de Preservação Permanente Ocupadas bem como das Áreas de Especial Interesse Social (PELOTAS, 2018), o que prevaleceu foi um processo de silenciamento do debate, no qual houve participação quase que exclusiva dos grupos com interesses econômicos privados tutelados pelo poder público municipal (SIMÕES, 2018).

Reconhece-se que no tensionamento pela garantia dos direitos da comunidade surgiram “novas” legislações e políticas para cidade, que se solidificam a partir do sequestro da luta travada e são metabolizadas por um Estado que se coloca a serviço do mercado. Desta forma, o estudo da relação possível entre os processos de remoção, com a pavimentação de um modelo tenebroso de regulação, calcado em estratégias e práticas de planejamento, no qual os agentes do processo são tomados por uma estratégia de metabolização das práticas estatais, coloca-se agora enquanto possibilidade para se compreender como se desenvolvem estes desencadeamentos em uma escala macroestrutural. Isso, a partir da análise do tratamento dispensado sobre esses termos por estudos acadêmicos de variadas correntes e latitudes.

Para Rolnik (2015), tal situação desenvolve-se por conta do modelo dual de desenvolvimento da cidade, uma perspectiva amplamente explorada por Francisco Oliveira (2013) em sua abordagem sobre a perpetuação do modelo de desenvolvimento urbano desigual e combinado, que coloca sobre as áreas nobres o bônus do processo de urbanização, enquanto sobre regiões periféricas, como o Corredor da Estrada do Engenho, opera o ônus. Uma dinâmica onde aspectos avançados da razão colonial fundamenta a produção capitalista, que se nutre da promoção de formas de atraso, retroalimentadas de forma simultânea.

Desta forma, a negação do acesso à cidade e aos benefícios da urbanidade cria um negativo, a não cidade, espaços onde faltam equipamentos, serviços e a infraestrutura, que sustentam uma das contradições intrínsecas da modernização colonial capitalista. Um negativo ao desenvolvimento que retroalimenta e impulsiona seu último, aprofundando as desigualdades (OLIVEIRA, 2013).

Uma questão que, em nível nacional, mesmo após mais de quarenta anos de embates entre movimentos sociais organizados e Estado, teve, enquanto resultado, o desenvolvimento de estruturas de participação coletiva para os processos decisórios e originou conferências, conselhos, fóruns. Espaços amplos de debate, nos quais se deve ter a participação da sociedade civil assegurada, pois assim são tratados no âmbito legal pelo Estado brasileiro. Conflitos resultantes em um substantivo arcabouço jurídico, que não foi capaz de romper com a lógica hegemônica que a estrutura e, através dessa, passa a capturar para manipular e, assim, se reafirmar.

Desse modo, compreende-se que as cidades, ideologizadas enquanto espaço para o desenvolvimento e progresso das inter-relações humanas, territórios políticos de aglutinação de forças para a transformação social, continuam a se manter em um horizonte distante. São materialmente um subproduto para articulação do “poder”, a partir das esferas de “saber” e “ser”⁸¹, que se voltam à dominação das populações globais, impulsionando a lucratividade dos mercados transnacionais.

Espaços onde a promoção da inclusão não se realiza, senão de modo parcial e fragmentado, nos quais a democracia é restrita, pois toda organização do Estado está calcada na relação entre os bens e serviços urbanos, relacionada às empresas privadas, de modo que processos decisórios se mantêm imbricados na relação estabelecida entre o Estado e o capital econômico (ROLNIK, 2015). Uma relação que promove a captura dos sentidos para o benefício do mercado, com o qual tem um compromisso endêmico.

Para a não-cidade, também reconhecida pela literatura especializada enquanto irregular, onde a “falta” de planejamento, ou a cidade que (re)existe, que insiste, não existe ausência de planejamento. O caso exposto e a literatura até então acessada mostram que essa estratégia/instrumento volta-se consecutivamente para a exclusão, um equipamento de diálogo e efetivação de desígnios colocado à disposição de castas. Minorias que desenvolvem suas ações em benefício próprio, construindo, a partir dos territórios, espaços de manifestação das relações de poder, estruturados pela imposição de um saber, produzido por aqueles a quem se outorga o status de serem seus legítimos produtores.

No trabalho de dissertação desenvolvido a partir da relação com a problemática vivida no Corredor da Estrada do Engenho (KRUGER, 2018), essa estrutura foi detalhadamente trabalhada e pode ser observada em sua concretização em âmbito local – na cidade de Pelotas. Processo semelhante construído por Raquel Rolnik (2015) para a abordagem de suas fundações em uma perspectiva global. A autora aponta como as decisões pautadas na perspectiva do progresso urbano são tomadas não para o benefício das populações, sobre suas necessidades e demandas, mas a partir das possibilidades que elas têm de gerar lucro para o capital.

Nestes trabalhos (KRUGER, 2018; ROLNIK, 2015), observa-se como as políticas urbanas incidem sobre processos de transformação das relações sociais a partir da introdução de mecanismos econômicos de expulsão que operam na cidade, tornando as periferias, espaços “autoproduzidos” ou programados para deste modo se desenvolverem, uma estrutura de relações que se pode abordar enquanto dual com as regiões centrais. Espaços de exclusão,

⁸¹ Conceitos da colonialidade. Ver Quijano (2015).

desprovidos de serviços e equipamentos, que exigirão a materialização dos mesmos. Assim, quando estes ocorrem, reconfiguram-se os espaços, que se tornam reprodutores da lógica perversa da modernidade colonial, ao mesmo tempo em que se consolidam enquanto territórios estratégicos de resistência. Uma trama complexa que as cimenta enquanto alvo para violentas ações que são hoje adotadas pelo mercado e executadas pelo Estado.

Foi a observação desta estrutura na qual operam os processos de negação aos direitos de diversas populações, aqui trabalhados com grupos tradicionais e originárias, que despertaram os questionamentos que orientaram o desenvolvimento deste trabalho. Bem como seu empenho em buscar compreender, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, como se enraízam e desenvolvem os processos que podem ser observados empiricamente e aqui relatados. A partir dos processos desenvolvidos, idealizados pelo grupo de apoio à comunidade enquanto solução para problemas sociais, passaram a ser reconfiguradas as manifestações dos problemas sociais, econômicos e ambientais que sobre o território historicamente se desdobram, por conta do sequestro da pauta e do tratamento de questões complexas a partir da atomização dos fatos capturados e rearticulados na operação do Estado.

Desse modo, os problemas desenvolvidos a partir da inter-relação das ações estatais e mercadológicas, atacados pelos grupos que se colocam em oposição a tal lógica metabolizaram-se, mantendo as populações em situação de risco e vulnerabilidade perante o mercado, encoberto agora pela lógica da propriedade imposta no processo de regularização. Lógica que reestrutura a espoliação de vidas, em diversos níveis, multiplicando as possibilidades de adaptação dos territórios e das formas de habitar.

Assim, a atomização e abordagem simplista dos conceitos de remoção, regularização fundiária e planejamento urbano tornaram-se, objeto para o desenvolvimento de mais profundas e complexas reflexões, sendo relacionadas às possibilidades de epistemicídio que poderiam estar sendo (re)produzidas pela academia, as quais podem refletir processos de negação da vida, substanciado por ações do Estado.

APÊNDICE – B: Formulários para entrevistas

Identificação

- 1) Nome: _____
- 2) Formação: _____
- 3) Profissão: _____
- 4) Local de trabalho: _____
- 5) Você já desenvolveu trabalho junto ao poder público? _____
- 6) Em caso de resposta afirmativa a questão anterior. No espaço abaixo você pode relatar como foi, ou em qual função? _____

Balizas temáticas

- 7) O que é a cidade?
- 8) Como você percebe a cidade de ontem e de hoje?
- 9) Você já viveu processos de remoção, regularização fundiária ou planejamento urbano?
- 10) O que é, ou o que são, os processos de regularização fundiária?
- 11) O que é, ou o que são, os processos de remoção?
- 12) O que é, ou o que são, os processos de planejamento urbano?
- 13) Você acredita que exista relação entre a remoção, a regularização fundiária e o planejamento urbano?
- 14) Como vocês percebe a função ou influencia destes processos para o desenvolvimento das cidades?

- 15) Você acredita que possa existir diferença nos países da Europa e Estados Unidos para os países da América Latina e África no trato com os processos de remoção, regularização fundiária ou planejamento urbano?
- 16) A pandemia da COVID-19 tem levado aos noticiários de circulação nacional o problema da negação ao acesso da moradia para diversos grupos no país. E mesmo diante deste cenário milhares de famílias tem sido alvos de processos de remoção que as tem deixado sem proteção diante do vírus⁸². Você acredita que possa haver relação entre os processos de planejamento urbano, regularização fundiária e remoção com estas ações?

⁸² No Brasil 9.156 famílias foram colocadas em situação de desabrigo por conta da ocorrência de casos de despejos coletivos durante a pandemia, e 64.546 famílias ainda se encontram sob ameaça de despejo. Fonte: Agência de notícias da Comissão Nacional de Justiça. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-deve-evitar-despejos-coletivos-de-vulneraveis-durante-a-pandemia/>>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Este documento visa solicitar sua participação e o consentimento em pesquisa que tem como objetivo evidenciar como os possíveis processos que tendem à naturalização dos conceitos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano, podem estar servindo enquanto instrumentos úteis à reprodução de estruturas colonialistas epistemicidas. A pesquisa está sendo desenvolvida por Nino Rafael Medeiros Kruger, aluno regular do doutorado em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

Os dados serão coletados mediante entrevista individual e semiestruturada, que por conta da pandemia de COVID-19, poderá ser feita através de e-mail, whatsapp, conversa por vídeo ou de maneira presencial, previamente agendada de acordo com sua disponibilidade e o, avanço ou retrocesso da pandemia de COVID-19.

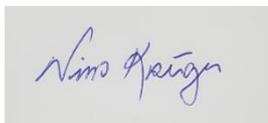
Durante a realização da entrevista dada a circunstância, se poderá utilizar um gravador de voz ou fazer gravação através dos aplicativos disponibilizados pelas plataformas de *streaming*, para que, posteriormente as respostas sejam transcritas e os dados obtidos sejam analisados e tratados. Os resultados deste estudo serão usados exclusivamente para fins científicos e os obtidos poderão ser divulgados em eventos acadêmicos e/ou em revista e outros meios de divulgação de estudo desta natureza.

Por meio deste termo você, como participante, tem garantido os seguintes direitos:

- Solicitar, a qualquer momento, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa;
- Ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões;
- Deixar de participar da pesquisa, a qualquer tempo.

Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e entender que poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa, deixar de dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com a Pesquisadora do Mestrado em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

DATA: 13 /02/ 2022

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Pesquisador: Nino Rafael Medeiros Kruger

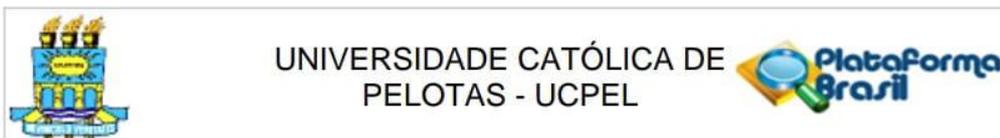
E-mail: contatorafaelkruger@gmail.com/

Telefone: (53) 98412-6855

Orientadora: Doutora Cristine Jaques Ribeiro

Comitê de Ética – UCPEL – cep@ucpel.edu.br / telefone: 21288050

ANEXO: Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Para uma descolonização do pensamento sobre a cidade: contra as lentes neutras da ciência.

Pesquisador: Nino Rafael Medeiros Kruger

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55988722.0.0000.5339

Instituição Proponente: SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA (SPAC)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.717.072

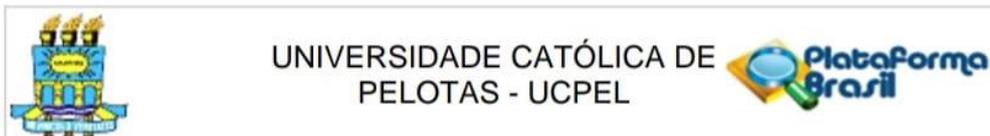
Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de tese intitulado "Para uma descolonização do pensamento sobre a cidade: contra as lentes neutras da ciência", vinculado ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS e à linha de pesquisa Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas da UCPEL orientado pela prof. Dra. Cristine Jaques Ribeiro. Em linhas gerais a pesquisa busca compreender como diferentes grupos entendem questões relacionadas ao direito, à cidade e à moradia partindo de um estudo sobre a Ação Civil Pública 022/1.14.0007280-6 e do acompanhamento à comunidade alvo do processo de remoção que trata tal ação.

Objetivo da Pesquisa:

Como objetivo geral pretende evidenciar como os possíveis processos que tendem à naturalização dos conceitos de regularização fundiária, remoção e planejamento urbano, podem servir enquanto instrumentos úteis à reprodução de estruturas epistemicidas?

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8291 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.tche.br



Continuação do Parecer: 5.717.072

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que será desenvolvida sobre uma densa base de estudos bibliográficos e documentais, buscando perceber nas estruturas de (re)produção do saber/poder como os processos de remoção, regularização fundiária e planejamento urbano podem se tornar dispositivo de acionamento de mecanismos reprodutores de práticas epistemicidas. Com relação ainda a coleta de dados prevê a realização de entrevistas com gestores públicos (5), especialistas (5), lideranças comunitárias ou de movimentos sociais (10), totalizando 20 participantes. Sobre os riscos os pesquisadores referem que evitarão "todo e qualquer risco mantendo em sigilo a identidade de todos pesquisadores".

Sobre os benefícios referem que "indo contra as lentes "neutras" da ciência, voltamos para um denunciar desta quimera, para construção de possibilidades de ressignificação do espaço no tempo, cobrando de seus promotores e defensores uma resposta à histórica dívida que estes têm tornado perpétua. Para que possamos exorcizar aqueles embriagados pelo sangue, entorpecidos pelas distrações abstratas, artificiais e sintéticas, adormecidos pelas fabulações coloniais"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com as normas do CEP

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovar

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8291 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.tche.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PELOTAS - UCPEL



Continuação do Parecer: 5.717.072

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1874938.pdf	18/10/2022 22:42:32		Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	18/10/2022 22:41:12	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Outros	resposta.pdf	18/10/2022 22:37:43	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Outros	questionario.pdf	17/02/2022 22:23:59	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	17/02/2022 22:22:05	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	CEPnino.pdf	01/02/2022 19:02:47	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termonino.pdf	01/02/2022 19:01:45	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostonino.pdf	01/02/2022 19:00:47	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	16/12/2021 22:32:57	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Outros	Lattes.pdf	16/12/2021 22:31:51	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito
Outros	orientadora.pdf	16/12/2021 22:31:36	Nino Rafael Medeiros Kruger	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PELOTAS, 23 de Outubro de 2022

Assinado por:
Luciana de Avila Quevedo
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412

Bairro: Centro

CEP: 96.010-000

UF: RS

Município: PELOTAS

Telefone: (53)2128-8291

Fax: (53)2128-8298

E-mail: cep@ucpel.tche.br